4ª EDIÇÃO

ALUÍZIO PALMAR

Onde foi que vocês enterraram nossos mortos?

Travessa dos Editores

Por estes mortos, nossos mortos,
peço castigo.

Para os que salpicaram a pátria de sangue,
peço castigo.
Para o verdugo que ordenou esta morte,
peço castigo.

Para o traidor que ascendeu sobre o crime,
peço castigo.

Para o que deu a ordem de agonia,
peço castigo.

Para os que defenderam este crime,
peço castigo.

Não quero que me deem a mão
empapada de nosso sangue.
Peço castigo.

Não vos quero como embaixadores,
tampouco em casa tranquilos,
quero ver-vos aqui julgados,
nesta praça, neste lugar.
Quero castigo.

Pablo Neruda
Nossos Inimigos (Canto Geral)

IN MEMORIAM

Abelardo Rausch de Alcântara, Abílio Clemente Filho, Adauto Freire da Cruz, Aderval Alves Coqueiro, Adriano Fonseca Filho, Afonso Henrique Martins Saldanha, Aides Dias de Carvalho, Albertino José de Farias, Alberto Aleixo, Alceri Maria Gomes da Silva, Aldo de Sá Brito Souza Neto, Alex de Paula Xavier Pereira, Alexander José Ibsen Voerões, Alexandre Vannucchi Leme,Alfeu de Alcântara Monteiro, Almir Custódio de Lima, Aluízio Palhano Pedreira Ferreira, Alvino Ferreira Felipe, Amaro Félix Pereira, Amaro Luiz de Carvalho, Ana Maria Nacinovic Corrêa, Ana Rosa Kucinski/Ana Rosa Silva, Anatália de Souza Melo Alves, André Grabois, Angelina Gonçalves, Ângelo Arroyo, Ângelo Cardoso da Silva, Antogildo Pascoal Viana, Antônio Alfredo de Lima, Antônio Bem Cardoso, Antônio Benetazzo,Antônio Carlos Bicalho Lana, Antônio Carlos Monteiro Teixeira,Antônio Carlos Nogueira Cabral, Antônio de Araújo Veloso, Antônio de Pádua Costa, Antônio dos Três Reis de Oliveira, Antônio Ferreira Pinto, Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, Antônio Henrique Pereira Neto, Antônio Joaquim de Souza Machado, Antônio José dos Reis, Antonio Luciano Pregoni, Antônio Marcos Pinto de Oliveira, Antônio Raymundo de Lucena, Antônio Sérgio de Mattos, Antônio Teodoro de Castro, Ari de Oliveira Mendes Cunha, Ari Lopes de Macedo, Arildo Valadão, Armando Teixeira Fructuoso, Arnaldo Cardoso Rocha, Arno Preis, Ary Abreu Lima da Rosa, Ary Cabrera Prates, Augusto Soares da Cunha, Aurea Eliza Pereira, Aurora Maria Nascimento Furtado, Avelmar Moreira de Barros, Aylton Adalberto Mortati, Batista,Benedito Gonçalves, Benedito Pereira Serra, Bergson Gurjão Farias, Bernardino Saraiva,Boanerges de Souza Massa, Caiupy Alves de Castro, Carlos Alberto Soares de Freitas, Carlos Antunes da Silva, Carlos Eduardo Pires Fleury,Carlos Lamarca, Carlos Marighella, Carlos Nicolau Danielli, Carlos Roberto Zanirato, Carlos Schirmer, Cassimiro Luiz de Freitas, Catarina Helena Abi Eçab, Célio Augusto Guedes, Celso Gilberto de Oliveira, Chael Charles Schreier, Cilon Cunha Brum, Ciro Flávio Salazar de Oliveira, Cloves Dias de Amorim, Custódio Saraiva Neto, Daniel José de Carvalho, Daniel Ribeiro Callado, Darcy José dos Santos Mariante, David Capistrano da Costa, David de Souza Meira,David Eduardo Chab Tarab Baabour, Dênis Casemiro, Dermeval da Silva Pereira,Devanir José de Carvalho, Dilermano Mello do Nascimento,Dimas Antônio Casemiro, Dinaelza Santana Coqueiro, Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, Divino Ferreira de Souza,Divo Fernandes D' Oliveira, Dorival Ferreira, Durvalino Porfírio de Souza,Edgar de Aquino Duarte, Edmur Péricles Camargo, Edson Luiz Lima Souto, Edson Neves Quaresma, Edu Barreto Leite, Eduardo Antônio da Fonseca, Eduardo Collen Leite,Eduardo Collier Filho, Eduardo Gonzalo Escabosa, Eiraldo de Palha Freire, Eliane Martins, Elmo Corrêa, Elson Costa, Elvaristo Alves da Silva, Emmanuel Bezerra dos Santos, Enrique Ernesto Ruggia, Epaminondas Gomes de Oliveira, Eremias Delizoicov, Esmeraldina Carvalho Cunha, Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Ezequias Bezerra da Rocha, Feliciano Eugênio Neto, Felix Escobar, Fernando Augusto da Fonseca, Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira, Fernando Borges de Paula Ferreira, Fernando da Silva Lembo, Flávio Carvalho Molina , Flávio Ferreira da Silva, Francisco das Chagas Pereira, Francisco Emanuel Penteado, Francisco José de Oliveira, Francisco Manoel Chaves, Francisco Seiko Okama, Francisco Tenório Cerqueira Júnior, Frederico Eduardo Mayr, Gelson Reicher, Geraldo Bernardo da Silva, Geraldo da Rocha Gualberto, Gerardo Magela, Fernandes Torres da Costa Gerson Theodoro de Oliveira, Getúlio de Oliveira Cabral ,Gilberto Olímpio Maria, Gildo Macedo Lacerda, Gilson Miranda, Grenaldo de Jesus da Silva, Guido Leão, Guilherme Gomes Lund ,Gustavo Buarque Schiller ,Hamilton Fernando Cunha, Hamilton Pereira Damasceno, Helber José Gomes Goulart, Hélcio Pereira Fortes, Heleny Ferreira Telles Guariba, Heleny Ferreira Telles Guariba, Hélio Luiz Navarro de Magalhães, Henrique Cintra Ferreira de Ornellas, Higino João Pio, Hiran de Lima Pereira, Hiroaki Torigoe, Honestino Monteiro Guimarães, Horacio Domingo Campiglia, Iara Iavelberg, Ichiro Nagami, Idalísio Soares Aranha Filho, Ieda Santos Delgado, Iguatemi Zuchi Teixeira, Inocêncio Pereira Alves, Íris Amaral, Ismael Silva de Jesus . Israel Tavares Roque, Issami Nakamura Okano,Itair José Veloso, Iuri Xavier Pereira, Ivan Mota Dias, Ivan Rocha Aguiar, Izis Dias de Oliveira , Jaime Petit da Silva, James Allen Luz, Jana Moroni Barroso, Jane Vanini,

Jarbas Pereira Marques, Jayme Amorim de Miranda,Jean Henri Raya Ribard, Jeová Assis Gomes,João Alfredo Dias, João Antônio Santos Abi Eçab, João Barcellos Martins,João Batista Franco Drumond, João Batista Rita, João Bosco Penido Burnie, João Carlos Cavalcanti Reis,João Carlos Haas Sobrinho, João de Carvalho Barros,João Domingos da Silva,João Gualberto Calatrone, João Leonardo da Silva Rocha,João Lucas Alves, João Massena Melo, João Mendes Araújo,João Pedro Teixeira, João Roberto Borges de Souza,Joaquim Alencar de Seixas, Joaquim Câmara Ferreira, Joaquim Pires Cerveira, Joaquinzão, Joel José de Carvalho, Joel Vasconcelos Santos, Joelson Crispim ,Jonas José de Albuquerque Barros, Jorge Alberto Basso ,Jorge Aprígio de Paula,Jorge Leal Gonçalves Pereira,Jorge Oscar Adur, José Bartolomeu Rodrigues de Souza, José Campos Barreto, José Carlos da Costa,José Carlos Novaes da Mata Machado,José Dalmo Guimarães Lins,José de Oliveira, José de Souza, José Ferreira de Almeida,José Gomes Teixeira, José Guimarães,José Huberto Bronca,José Idésio Brianezi, José Inocêncio Barreto, José Isabel do Nascimento,José Pinheiro Jobim,José Júlio de Araújo,José Lavecchia, José Lima Piauhy Dourado, José Manoel da Silva, José Maria Ferreira de Araújo, José Maurílio Patrício,José Maximino de Andrade Netto, José Mendes de Sá Roriz, José Milton Barbosa, José Montenegro de Lima, José Nobre Parente,José Porfírio de Souza, José Raimundo da Costa, José Roberto Arantes de Almeida, José Roberto Spiegner, José Roman,José Sabino, José Silton Pinheiro, José Soares dos Santos, José Toledo de Oliveira, José Wilson Lessa Sabbag , Juan Antônio Carrasco Forrastal, Juares Guimarães de Brito, Juarez Rodrigues Coelho, Juvelino Andrés Carneiro da Fontoura Gularte, Kleber Lemos da Silva, Labibe Elias Abduch, Lauriberto José Reyes ,Leopoldo Chiapetti, Líbero Giancarlo Castiglia, Lígia Maria Salgado Nóbrega, Liliana Inés Goldemberg, Lincoln Bicalho Roque, Lincoln Cordeiro Oest ,Lorenzo Ismael Viñas, Lourdes Maria Wanderley Pontes, Lourenço Camelo de Mesquita, Lourival Moura Paulino, Lucia Maria de Souza, Lucimar Brandão Guimarães, Lucindo Costa, Lucio Petit da Silva, Luís Alberto Andrade de Sá e Benevides, Luisa Augusta Garlippe, Luiz Almeida Araújo, Luiz Antônio Santa Bárbara, Luiz Carlos Augusto, Luiz Carlos de Almeida, Luiz Eduardo da Rocha Merlino, Luiz Eurico Tejera Lisbôa, Luiz Fogaça Balboni, Luiz Ghilardini, Luiz Gonzaga dos Santos, Luiz Hirata, Luiz Ignácio Maranhão Filho, Luiz José da Cunha , Luiz Paulo da Cruz Nunes, Luiz Renato do Lago Faria, Luiz Renato Pires de Almeida, Luiz René Silveira e Silva, Luiz Vieira , Lyda Monteiro da Silva, Manoel Aleixo da Silva, Manoel Alves de Oliveira, Manoel Custódio Martins, Manoel Fiel Filho, Manoel José Mendes Nunes de Abreu, Manoel José Nurchis, Manoel Lisbôa de Moura, Manoel Raimundo Soares, Manoel Rodrigues Ferreira, Márcio Beck Machado, Marco Antônio Braz de Carvalho, Marco Antônio Dias Baptista, Marcos Antônio da Silva Lima, Marcos Basílio Arocena da Silva Guimarães, Marcos José de Lima, Marcos Nonato da Fonseca, Margarida Maria Alves, Maria Ângela Ribeiro, Maria Augusta Thomaz, Maria Auxiliadora Lara Barcellos, Maria Célia Corrêa, Maria Lúcia Petit da Silva, Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, Maria Regina Marcondes Pinto, Mariano Joaquim da Silva , Marilena Villas Boas Pinto, Mário Alves de Souza Vieira, Mário de Souza Prata, Massafumi Yoshinaga, Maurício Grabois, Maurício Guilherme da Silveira, Merival Araújo, Miguel Pereira dos Santos, Miguel Sabat Nuet, Milton Soares de Castro, Miriam Lopes Verbena, Mónica Suzana Pinus de Binstock, Napoleão Felipe Biscaldi , Nativo da Natividade de Oliveira, Neide Alves dos Santos, Nelson José de Almeida, Nelson de Souza Kohl, Nelson Lima Piauhy Dourado, Nestor Vera, Newton Eduardo de Oliveira, Nilda Carvalho Cunha, Nilton Rosa da Silva, Norberto Armando Habegger, Norberto Nehring, Odair José Brunocilla, Odijas Carvalho de Souza, Olavo Hanssen, Onofre Ilha Dornelles, Onofre Pinto, Orlando da Silva Rosa Bomfim Junior, Orlando Momente, Ornalino Cândido da Silva, Orocílio Martins Gonçalves , Oswaldo Orlando da Costa, Otávio Soares Ferreira da Cunha, Otoniel Campos Barreto, Paschoal Souza Lima, Pauline Philipe Reichstul, Paulo César Botelho, Paulo Costa Ribeiro Bastos, Paulo de Tarso Celestino da Silva, Paulo Guerra Tavares, Paulo Mendes Rodrigues, Paulo Roberto Pereira Marques, Paulo Stuart Wright, Paulo Torres Gonçalves, Pedro "Carretel, Pedro Alexandrino Oliveira Filho, Pedro Domiense de Oliveira, Pedro Inácio de Araújo, Pedro Jerônimo de Souza, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, Péricles Gusmão Regis, Raimundo Eduardo da Silva, Raimundo Ferreira Lima, Raimundo Gonçalves de Figueiredo, Raimundo Nonato Paz, Ramires Maranhão do Valle, Ranúsia Alves Rodrigues, Raul Amaro Nin Ferreira, Reinaldo Silveira Pimenta, Roberto Adolfo Val Cazorla, Roberto Cietto, Roberto Macarini, Roberto Rascado Rodriguez,

Rodolfo de Carvalho Troiano, Ronaldo Mouth Queiroz, Rosalindo Sousa, Rubens Beyrodt Paiva, Rui Osvaldo Aguiar Pfútzenreuter, Ruy Carlos Vieira Berbert, Ruy Frasão Soares, Sabino Alves da Silva, Santo Dias da Silva, Sebastião Gomes dos Santos, Sebastião Tomé da Silva, Sebastião Vieira da Silva, Sérgio Fernando Tula Silberberg, Sérgio Landulfo Furtado, Sérgio Roberto Corrêa, Severino Elias de Mello, Severino Viana Colou, Sidney Fix Marques dos Santos, Silvano Soares dos Santos, Solange Lourenço Gomes, Soledad Barrett Viedma, Sônia Maria de Moraes Angel Jones, Stuart Edgar Angel Jones, Suely Yumiko Kanayama, Telma Regina Cordeiro Corrêa, Therezinha Viana de Assis, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, Tito de Alencar Lima, Tobias Pereira Júnior, Júlio Roberto Cardoso Quintiliano, Uirassu de Assis Batista, Umberto de Albuquerque Câmara Neto, Valdir Salles Saboia, Vandick Reidner Pereira Coqueiro, Vítor Carlos Ramos, Vítorino Aves Moitinho, Vladimir Herzog, Walkíria Afonso Costa, Walter de Souza Ribeiro, Walter Kenneth Nelson Fleury, Walter Ribeiro Novaes, Wânio José de Mattos, Wilson Silva, Wilson Souza Pinheiro, Wilton Ferreira, Yoshitane Fujimori, Zelmo Bosa, Zoé Lucas de Brito Filho, Zuleika Angel Jones

Onde foi que

vocês enterraram nossos mortos?

Aluízio Palmar

Nesta obra, o jornalista Aluízio Palmar traz revelações sobre os últimos passos de seis guerrilheiros que estavam na Argentina e desapareceram ao ingressar no Brasil para promover ações armadas no Sul do país. A obra é o resultado de 26 anos de investigação jornalística e verdadeira obstinação em busca das circunstâncias das mortes e da localização da cova onde foram enterrados cinco brasileiros e um argentino, que insistiram em continuar a luta armada contra a ditadura militar, mesmo após a derrota das organizações guerrilheiras em meados de 1974.

Sumário

ELES FORAM ATRAÍDOS pelo sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Alberi Vieira dos Santos, para uma emboscada armada dentro do Parque Nacional do Iguaçu. A Rural Willys dirigida por Otávio Rainolfo da Silva, militar do Centro de Informações do Exército - CIE, apresentado ao grupo como membro da base de apoio da VPR, trafegou onze quilômetros pela Estrada do Colono levando Joel José de Carvalho, Daniel de Carvalho, José Lavechia, Vítor Carlos Ramos e Ernesto Ruggia em direção à morte. De repente, no meio da floresta exuberante, os cinco militantes da esquerda revolucionária caíram fuzilados pelo grupo de extermino. Os cães de guerra comandados pelos chefões do Centro de Inteligência do Exército executavam a fase final da Operação Juriti, que consistia em atrair exilados políticos para áreas fictícias de guerrilha e matá-los.

Entre todos, Onofre era o mais procurado pelos golpistas de 1964. De origem operária, Onofre seguiu carreira militar, e no início dos anos sessenta servia em Quitaúna, Osasco. Sempre se destacou por seu espírito de liderança, e pouco antes do Golpe de 64 era o presidente da Associação dos Sargentos de São Paulo. Após o golpe militar de 1964, Onofre Pinto foi cassado pelo AI-1, por seu envolvimento na Movimento dos Sargentos, que defendia o direito de suboficiais, sargentos e cabos exercerem mandato parlamentar.

Após ter sido cassado, Onofre se aproximou de outros militares punidos pelos atos de exceção e ajudou a organizar o Movimento Nacionalista Revolucionário - MNR, formado por militares e civis cassados. Porém, após um momento de euforia o impulso inicial de resistência ao Golpe arrefeceu e os insurgentes de inspiração nacionalista de esquerda passaram por um período de dispersão, sendo novamente articulados por volta de 1968, a partir das movimentações de Onofre Pinto e seu grupo de sargentos. Estava formada a Vanguarda Popular Revolucionária - VPR. Em março de 1969, Onofre foi preso, e solto seis meses depois, junto com outros 14 presos políticos, em troca do embaixador americano no Brasil. Tinha 36 anos quando foi assassinado em Foz do Iguaçu.

Joel José de Carvalho era o filho mais novo da família Carvalho, que em 1950 migrou para São Paulo em busca de melhores condições e se estabeleceu no ABC paulista. Era o início da instalação das indústrias metalúrgicas e automobilísticas. Tal como seu irmão, o torneiro mecânico Daniel, ele começou sua militância política no Partido Comunista Brasileiro e após o golpe militar de 64 passou a atuar no PC do B. Ao divergir com essa organização, organizou a Ala Vermelha, depois Movimento Revolucionário Tiradentes e ingressou posteriormente na VPR. Joel morreu com 26 anos e Daniel com 28 anos. Antes deles, o irmão mais velho, Devanir, dirigente do Sindicato. dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, foi assassinado na tortura em abril de 1971. Daniel e Joel saíram da prisão em troca do embaixador suíço Giovanni Bucher, sequestrado por um comando revolucionário da VPR.

José Lavechia era o mais velho, morreu com 55 anos. Sapateiro de profissão e velho militante do PCB, Lavechia tinha 51 anos quando foi preso no Vale da Ribeira, em abril de 1970. Em junho do mesmo ano foi trocado, juntamente com outros 39 presos, pelo embaixador da Alemanha no Brasil. Banido para a Argélia passou por Cuba, Chile e Argentina.

Enrique Ernesto Ruggia era o mais novo do, grupo vítima da cilada montada na Região Oeste do Paraná. Argentino, estudante de agronomia veio para o Brasil acompanhando seu amigo Joel Carvalho. Conta sua irmã Liliane, que num dia do mês de julho Enrique chegou ao seu local de trabalho e lhe disse que viajaria para o Brasil junto com Joel e outras pessoas.

> Deu-me um beijo, disse que voltaria em uma semana ou dez dias, que iria fazer uma tarefa política, e se foi. Fiquei petrificada. Eu estava num escritório público. Fiquei assim, sem ação por alguns segundo. Quando me dou conta do que estava sucedendo, me largo pelas escadas, chego na rua, mas nunca mais o vi, recorda Liliane.

Enrique Ernesto Ruggia morreu com 18 anos.

Vítor Carlos Ramos saiu do Brasil em 1969 foi para o Uruguai ao ter sua prisão preventiva decretada. Conta Dimas Floriani, que em 1973, dividiu quarto com Vítor Ramos, numa Pensão localizada na Rua Michimalongo, em Santiago.

Segundo Floriani, que atualmente coordena a Casa Latino-Americana, em Curitiba, Vítor Ramos, além de escultor, era músico e escritor. "Ora efusivo, ora

ensimesmado, lia-me trechos de seus escritos e fazia demonstrações com seus moldes de escultura", relata Floriani, acrescentando que certa ocasião, tarde da noite Vítor levantou-se e o acordou.

> "estava transtornado. Passou três noites sem dormir, à base de café e produzindo freneticamente. Estava incubando uma nova crise".

Com o golpe militar que derrubou o governo de Salvador Allende, Vitor se asilou na embaixada da Argentina, em Santiago. Em Buenos Aires, onde lecionou artes plásticas, se tratou por causa de seus distúrbios psicológicos e conheceu Suzana Machado, de 21 anos, membro da Juventude Peronista. Casaram-se em 20 de fevereiro de 1974 e três meses após o casamento Suzana morreu grávida, vítima de um acidente de carro. A família dela não acredita que tenha sido acidente. Dois meses após a morte da mulher, Vítor ingressou no grupo de Onofre e retornou clandestinamente ao Brasil. Antes, porém, enviou um telegrama para o sogro datado de 12 de Julho de 1974, dizendo que voltaria logo. Vítor foi assassinado no Parque Nacional do Iguaçu com trinta anos de idade.

A partir de 1974, com a eliminação de todas as organizações que optaram pela luta armada, a ditadura mandava para o exterior seus agentes infiltrados ou recrutados dentro da própria esquerda. Esses agentes procuravam aqueles militantes que estavam propensos a continuar a luta e os convidavam a regressar ao Brasil. A armadilha da qual foram vítimas Lavechia, Onofre, Daniel, Vítor, Joel e Ruggia, nada mais foi do que uma armação de um setor da repressão política com o objetivo de convencer o alto comando das FFAA a abastecer com recursos as estruturas operacionais de captura dos adversários da ditadura civil militar.

Uma dessas estruturas era o CIE com suas operações no exterior. Para tanto precisavam do serviço de pessoas com trânsito livre entre as organizações e militantes de esquerda que estavam no exílio. O “cabo” Anselmo e Alberi são alguns desses agentes, que, disfarçados de membros da resistência, agiram com desfaçatez e atraíram para a morte exilados que estudavam, trabalhavam ou constituíam família no exterior.

O “cabo” Anselmo é o responsável por várias prisões e mortes de militantes de esquerda. Ele montou uma armadilha que, no dia 8 de Janeiro de 1973 resultou na morte de Eudaldo Gomes da Silva, Evaldo Luiz Ferreira de Souza, Jarbas Pereira Marques, José Manoel da Silva, Pauline Philippe Reichstul e Soledad Barret Viedna. Esses militantes da VPR foram presos, torturados e assassinados. Seus corpos apareceram numa chácara em São Bento, localizada em Paulista, Grande Recife.

Oito meses após o massacre de Pernambuco, o Centro de Informações do Exército enviou Alberi para o Chile com a missão de atrair o que havia restado da VPR para uma armadilha no sul do País. Porém, com o golpe militar que derrubou o governo de Salvador Allende, o recrutador da morte acabou indo parar no México. Nesse país, ele recebeu um passaporte da Embaixada Brasileira e foi para a Argentina atrás dos exilados, só descansando quando os levou para a emboscada armada dentro do Parque Nacional.

Durante 26 anos procurei saber o que havia acontecido com o grupo. Finalmente, cheguei ao fim e o destino dos seis remanescentes da Vanguarda Popular Revolucionária poderá ser exposto à luz. Quem diria que a chave para desvendar um dos mistérios mais bem guardados do período ditatorial estava aqui perto, ao meu alcance? E o mais inusitado é que só descobri isso depois de passar tanto tempo pesquisando, remoendo, querendo saber as circunstâncias das mortes e a localização da cova onde foram enterrados os integrantes do grupo que acompanhou Onofre Pinto.

A primeira vez que eu manifestei minha opinião sobre o desaparecimento dos militantes da VPR, que entraram no Brasil em Julho de 1974 para continuar com as ações armadas contra a ditadura, foi em outubro ou novembro de 1980, quando recebi a visita do jornalista Marco Aurélio Borba. Ele me procurou em busca de informações para uma matéria sobre o “cabo” Anselmo que seria publicada na revista *Playboy,* em janeiro do ano seguinte[1].

Eu ainda carregava sequelas adquiridas na vida clandestina quando Marco Aurélio chegou a minha casa. Fazia pouco tempo que eu havia regressado à Foz do Iguaçu depois de passar oito anos clandestino na fronteira e cinco meses

clandestino no Rio de Janeiro. Cheguei no Rio em Maio de 1979, vindo da Argentina onde morava desde 1972, ano em que saí clandestino do Chile para reativar a luta revolucionária no Brasil. Voltei antes da anistia, pois a ditadura Argentina estava em plena campanha de cerco e aniquilamento da esquerda e em qualquer momento eu podia ser preso e pôr em risco de morte minha mulher Eunice e três filhos.

Quando Marco Aurélio me procurou eu o recebi ainda desconfiado e falando meias verdades. Fiz algumas revelações sobre as discussões ocorridas nos dias que antecederam a chacina ocorrida em Pernambuco, em Janeiro de 1973. Conversa vai, conversa vem e acabamos falando sobre o desaparecimento do grupo liderado por Onofre Pinto que havia entrado clandestino no Brasil em 1974.

Contei o que eu sabia sobre esse acontecimento, mas Marco Aurélio queria nomes e outros casos de desaparecidos. Entretanto, aquele ano de 1979parecia com o pós-guerra, a gente não sabia quantas pessoas haviam morrido na campanha de extermínio desencadeada pela ditadura. Era preciso ter cautela e não anunciar como morto um companheiro e o mesmo aparecer logo depois emergindo da clandestinidade. Eu mesmo fui tido como morto, com morte anunciada em matérias publicadas em 30 de Março de 1979 nos jornais Folha de S. Paulo e Jornal do Brasil.

Buscar esses desaparecidos virou uma obsessão e desde que eu passei a ter vida legal vasculhei arquivos e ouvi dezenas de pessoas. Durante a garimpagem em busca do "grupo do Onofre", aconteceram alguns fatos surpreendentes como, por exemplo, o telefonema que eu recebi de uma pessoa que se identificou como oficial do Exército arrependido de seus maus feitos. Esse sujeito ligou dizendo que os desaparecidos do grupo de Onofre estavam

[1]A Vanguarda Popular Revolucionária fez algumas das ações mais espetaculares da guerrilha, como o assalto a um hospital militar em São Paulo. A fundação oficial da organização ocorreu em Dezembro de 1968. Um mês depois, a VPR conseguiria sua mais famosa adesão: o capitão do Exército Carlos Lamarca, que fugiu com armas do quartel de Quintaúna para unir-se aos guerrilheiros.

enterrados em Nova Aurora, Oeste do Paraná, e fez até um croqui para chegar ao local. Na ocasião mobilizamos o então deputado federal e membro da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, Nilmário Miranda e a Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos, fizemos escavações, mas elas resultaram em nada. Imagino que foi uma manobra para desviar nossa atenção.

A frustração acontecida em Nova Aurora me deu mais ânimo para continuar a busca. Às vezes, penso que essa ideia fixa era movida pela curiosidade de saber como teria sido minha morte caso eu tivesse aceitado o convite do sargento Alberi para me integrar àquele grupo. Somado a isso está o remorso por não ter avisado àqueles companheiros sobre o meu pressentimento de que eles estavam sendo levados para uma armadilha. Mas a quem avisar? De que jeito? Será que naquele momento, naquela conjuntura, alguém daria crédito ao meu palpite?

Eu sabia que Onofre e outras pessoas estavam embarcando numa canoa furada, mas não tinha como avisá-los. Na dúvida, decidi fugir, escapar do encontro que poderia resultar em minha morte. Mais tarde, obtive a confirmação de que Alberi havia passado para o lado da repressão e sua missão era atrair militantes da esquerda armada para uma armadilha montada pelo Centro de Informações do Exército.

Passados dezoito meses da chacina acontecida em Pernambuco, quando seis militantes da VPR foram assassinados, a mesma história se repetiu no Oeste do Paraná. Em Pernambuco o infiltrado foi o “cabo” Anselmo; no Paraná o sargento Alberi. Lá foram seis vítimas; aqui também foram seis. Tristes coincidências!

Trinta anos após aquele início de 1974, em que a intuição e a desconfiança me levaram a escapulir da arapuca montada pelo CIE, terminaram as minhas buscas, acabaram as inquietações que durante anos atormentaram a minha alma. Ao buscar os desaparecidos vasculhei arquivos, analisei milhares de documentos emitidos pelos órgãos que faziam parte do sistema repressivo da ditadura e montei várias situações e cenários. Tinha consciência de que era preciso ter um cuidado especial com aqueles papeis produzidos pela ditadura. Naqueles escritos havia tanto informações como contrainformações, verdades e mentiras.

Procurei através de minhas pesquisas construir uma versão baseada em fatos, desprezando qualquer subjetividades. Acho que a verdade histórica é a reconstrução do que aconteceu, ou a mais aproximada do fato acontecido, apoiada em depoimentos e documentos coletados. Entendo que não se pode, em hipótese alguma, confirmar a veracidade da narrativa de um torturador. Por isso não me ative apenas a documentos; parti atrás de depoimentos e para tanto me internei no Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul.

A descoberta do local onde aconteceu a chacina do “grupo de Onofre Pinto” não aconteceu por acaso, até porque nada acontece por acaso. Achei, porque tive paciência, fui persistente, não desdenhei nenhuma pista e ao pesquisar arquivos da ditadura militar procurei checar e cruzar toda e qualquer informação. Foi um encadeamento contínuo de informações, de descobrimentos e mais informações. Fui atrás e ouvi depoimentos de Antônio Maffi, Roberto De Fortini, João Bona Garcia, Umberto Trigueiros Lima e dos parentes de Alberi. Maffi, Fortini, Bona e Umberto foram, tal como eu, “cantados” por Alberi para integrar o grupo que foi eliminado ao entrar em território brasileiro.

Demorou, mas agora já sei como morreram e tenho a pista que pode levar ao lugar onde enterraram os últimos guerrilheiros da VPR. Contudo, o êxito da descoberta se funde à angústia das descobertas ao vasculhar os escaninhos de minha memória ainda danificada pelos traumas adquiridos nas torturas, prisão, exílio e clandestinidade.

EU MORAVA NO CASARÃO que a VPR mantinha no Paradero Deciocho, da Avenida Santa Rosa, em Santiago, quando o “cabo” Anselmo chegou ao Chile em outubro de 1971. Nós estávamos reunidos e de repente houve um alvoroço. Era Ubiratan Vatutim procurando o Onofre Pinto. Alguém importante havia chegado do Brasil e pedido ao José Duarte para levá-lo até o Onofre. Duarte apelou então ao seu amigo Vatutim para chegar ao comando da Organização.

Mais tarde eu soube que a agitação foi causada pela chegada do “cabo” Anselmo. Porém, eu estava longe de desconfiar, tal como os demais companheiros, que o mítico líder da Revolta dos Marujos de 64 era o mais recente “cachorro” da repressão e peça-chave de uma operação do Centro de Informação da Marinha – Cenimar, com a participação do delegado Sérgio Fleury e equipe. Estava sendo inaugurada uma nova estratégia da repressão que até então colocava os seus agentes apenas para seguir os militantes de esquerda esparramados pelo mundo. Agora se tratava de atraí-los para o retorno clandestino ao Brasil e matá-los. Anselmo foi a isca para a repressão localizar, atrair, prender, torturar e matar todos aqueles que caíssem na armadilha.

O ex-marinheiro chegou a Santiago em outubro de 1971 e foi posto em contato com Maria do Carmo Brito, ex-dirigente da VPR, por intermédio do gabinete do senador Carlos Altamirano, do Partido Socialista do Chile. O plano da repressão poderia ter sido abortado naquele encontro, pois alguns dias antes Maria do Carmo havia recebido mensagem de sua amiga Inês Etienne, que estava hospitalizada após fugir da Casa da Morte de Petrópolis. A mensagem levada por uma amiga comum dizia que o “cabo” Anselmo havia sido preso[2].

[2] Inês Etienne foi presa em São Paulo em cinco de maio de 1971 e levada para a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) de Sérgio Paranhos Fleury e em seguida para uma centro de tortura clandestino que o DOI-CODI mantinha em Petrópolis. Na tortura ela inventou um ponto (lugar de encontro entre militantes) no Rio de Janeiro e ao ser levada para o local se atirou sob um ônibus, sendo levada em seguida para o Hospital Central do Exército. O informe de Inês Etienne saiu do hospital e foi direto para nas mãos de sua amiga Maria do Carmo Brito.

Aquela informação seria o suficiente para o “cabo” cair do cavalo, pois pela lógica se alguém como ele tinha sido preso, continuaria preso ou morto, e não circulando livremente por Santiago.

Para a sorte do “cachorro” a serviço de Fleury, as denúncias de Maria do Carmo caíram no vazio. Ela estava com a imagem desgastada dentro da VPR, naquela altura uma organização dividida por desconfianças e intrigas de toda natureza. As patrulhas ideológicas e os mútuos anátemas faziam parte daqueles tempos de luta interna extremada.

Quando a denúncia de Inês Etienne chegou ao Chile, a VPR passava por sua última e mais intensa luta interna. Dentro do Brasil a organização estava destroçada e no exterior seus quadros discutiam se era viável ou não o congresso que havia sido convocado pelo auto-extinto comando no Brasil. Em torno dessa questão, a VPR acabou dividindo-se em três facções:

a. O grupo do Onofre não queria o congresso, defendia o retorno imediato ao Brasil e a retomada das ações armadas;

b. O grupo liderado por Ângelo Pezzuti defendia a realização do congresso para definir os rumos da organização;

c. Os militantes recentemente chegados de Cuba e da Coréia do Norte queriam o congresso e, ao contrário do grupo de Ângelo, não aceitavam esmagar o Onofre.

Confiante na informação recebida por sua mulher, Ângelo Pezzuti saiu atrás de Onofre para convencê-lo da traição do “cabo”. Onofre, porém, além de fazer pouco caso da informação, deu 50 mil dólares para Anselmo montar em Pernambuco uma infraestrutura destinada a dar apoio a militantes que haviam saído de Cuba, e já estavam em Recife, e receber outro que estariam voltando do treinamento.

Cumprida a missão e com o dinheiro da VPR no bolso, Anselmo retornou ao Brasil. Fleury já o esperava na fronteira para receber o informe e levar o seu “cachorro” para São Paulo num avião da Força Aérea Brasileira.

Enquanto a armadilha começava a ser montada, chegavam ao Chile informações da Ação Libertadora Nacional dando conta de que as prisões e as mortes de seus militantes Paulo de Tarso Celestino e Heleni Guariba ocorreram no

dia em que tiveram encontro com o ex-marinheiro. De acordo com a ALN, quem tinha contato com Anselmo era preso.

Consolidando todas as denúncias anteriores, algum tempo depois chegou a Santiago o dirigente do Partido Comunista do Brasil, Diógenes de Arruda Câmara, que relatou à direção do VPR ter visto o “cabo” Anselmo no DOPS em São Paulo “rastejando aos pés do delegado Fleury”.

Mesmo diante de todas essas informações e evidências, Onofre Pinto continuou defendendo Anselmo energicamente, ao mesmo tempo em que espalhava informações falsas contra os autores das denúncias. Começou a divulgar, por exemplo, que Inês Etienne estaria com "problemas psicológicos" por causa das torturas que sofreu e, por esse motivo, não saberia exatamente o que estava dizendo ao acusar Anselmo. Maria do Carmo Brito, que difundiu no Chile a revelação de Inês Etienne Romeu, também foi duramente atacada por Onofre, que a acusou de fazer “o jogo dos inimigos da revolução”.

Quanto aos informes levados ao Chile por Diógenes de Arruda Câmara, a reação de Onofre foi de que seriam “intrigas dos velhos do Partidão” [três].

Indiferente aos comentários que circulavam entre as organizações da esquerda armada, Onofre continuava mantendo contatos com Anselmo por meio do telefone de Nanny Barret ou então usando o jovem Jorge Barret como seu pombo-correio. Ambos eram irmãos de Soledad, que estava na base de Recife. Tradicionalmente de esquerda, a família Barret descende do escritor catalão Rafael Barret, que viveu no Uruguai e Paraguai. Sua neta, Soledad, na década de 60 foi vítima de atentado de um grupo neonazista, que marcou sua pele com uma cruz suástica.

Soledad Barret Viedna morava em São Paulo quando Onofre a pôs em contato com o “cabo” Anselmo. Filha de comunista, Soledad seguiu o caminho da diáspora latino-americana. Nasceu em Assunção e acompanhou a família quando esta se mudou para a Argentina e o Uruguai. Depois foi para a União Soviética e

[3] Devido a sua política pacifista e a reboque do Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (PCURSS), o PCB foi rotulado pejorativamente de Partidão pelos militantes das organizações que defendiam uma estratégia revolucionária.

Cuba, onde se casou com o brasileiro José Maria Ferreira Araújo, o Aribóia. Araújo voltou ao Brasil em 1970 e consta como desaparecido político. Cansada de esperar notícias de José Maria, ela deixou em Cuba a filha Ñaysandy e veio para o Brasil em 1972.

A primeira missão do jovem Jorge Barret como correio de Onofre foi atravessar a fronteira com sua guitarra a tiracolo e alugar em São Paulo um apartamento para sua irmã Sol – assim, Soledad era intimamente chamada - e entregar uma carta. Na carta, instruções de Onofre para ela encontrar-se com o “cabo” Anselmo e ir para a base da VPR em Pernambuco, onde ajudaria na construção de uma fachada para a infraestrutura que estava sendo montada pela organização. Jorge fez outras viagens do Chile para o Brasil, levando instruções e dinheiro. A última viagem precipitou o massacre dos militantes da VPR, que estavam espalhados por Recife e Olinda.

Cerca de um ano após o “cabo” Anselmo ter estado no Chile, e depois de ter refutado todas as denúncias de que o líder da Revolta dos Marinheiros era um traidor, Onofre acabou dando acolhida à sugestão do coletivo e enviou uma mensagem para ser entregue à Eudaldo Gomes da Silva que morava com Pauline Reichstul, em Abreu e Lima, na época distrito de Paulista. Cometeu, porém, a imprudência de escolher como emissário o jovem irmão de Soledad, que vinha a ser a mulher de Anselmo. Com a carta no bolso Jorge foi para o "aparelho" da Avenida Governador Carlos de Lima Cavalcanti, no Bairro do Rio Doce, em Olinda, onde moravam sua irmã e o “cabo”. Passados alguns dias, e como Eudaldo não apareceu, Jorge entregou a carta para sua irmã que, ingenuamente, mostrou ao marido.

De imediato o “cabo” avisou ao seu contato no grupo de extermínio. O sinal chegou até Fleury que acionou a execução da fase final do plano elaborado em conjunto com o Cenimar, onde morreram os seis membros da VPR, inclusive Soledad. Os corpos dos militantes foram levados horrivelmente desfigurados pelas marcas de tortura e com muitas perfurações para o Instituto Médico Legal do Recife.

Ao mesmo tempo em que os cães de guerra executavam a chacina, Anselmo embarcou num avião da FAB, que aguardava no Aeroporto de

Guararapes, e enviado para São Paulo, juntamente com o agente do DOPS Carlos Alberto Augusto, infiltrado no grupo com o nome de César[4].

Após passar algum tempo preso em Recife, o irmão de Soledad, o inocente pombo-correio de Onofre Pinto, transformado em mensageiro da morte, foi conduzido para o DEOPS paulista, sendo mais tarde levado para o Rio de Janeiro e enviado para o Chile num avião de carreira.

O massacre repercutiu como uma bomba no Chile e Onofre foi acusado por uns de conivência e por outros de traição. O ódio dos membros da VPR e de outras organizações da esquerda armada brasileira se voltou contra o ex-comandante da VPR no exterior, que destronado e desmoralizado decidiu ir para o outro lado da Cordilheira dos Andes. Ele já não tinha mais espaço no Chile.

[4] Carlos Alberto Augusto foi o agente policial que Fleury plantou na base da VPR no Recife. Ele usava o codinome de "César".

OBSESSÃO DE ONOFRE

ONOFRE PINTO SE MUDOU para Buenos Aires antes do golpe militar no Chile e levou consigo contatos e algum dinheiro da organização, o suficiente para garantir sua manutenção no exílio.

Saiu do Chile porque não seria mais o todo-poderoso que possuía bons contatos com a embaixada cubana e com a extrema-esquerda chilena. Estava carimbado como o responsável pela morte dos seis militantes da VPR e mais um número considerável de prisões e mortes em outras organizações. Atravessou a Cordilheira convencido que sua remissão era entrar no Brasil e continuar a luta. Uma carta que recebi de Pedro Lobo, fundador da VPR e compadre de Onofre, descreve os sentimento e apreensões existentes entre os veteranos asilados em Buenos Aires.

> Eu sabia da intenção do Onofre e via a aproximação dele com Daniel e outros. Ele tentava levar-me a crer numa possível entrada no Brasil. Eu pedi asilo na Embaixada da República Democrática Alemã e no dia 14 de janeiro de 1974 embarquei no Aeroporto de Ezeiza. Onofre e Idalina me acompanharam e antes da despedida eu aconselhei Onofre a ir para a França e pedir o asilo. Eu disse para Onofre sair da Argentina, cuidar de sua mulher e filha e mais tarde tentarmos o regresso, pois naquele momento gente como nós não iria sobreviver no Brasil. Disse ainda que eu estava indo para um país socialista com minha família, porque eu não acreditava na possibilidade de sobrevivência no Brasil nos moldes até então praticados. Ele não disse nada, apenas olhou-me. Despedimos e embarquei para a Alemanha. Em julho, o José Nóbrega recebeu um cartão postal da Argentina e quando eu fui visitá-lo ele mostrou-me o cartão que dizia o seguinte: ' A sorte está lançada, amanhã entro'. Então eu disse para o Nóbrega, nada mais há que fazer, não dá mais tempo para salvá-lo”.

A obsessão de entrar no Brasil e continuar a luta foi o que moveu Onofre quando em meados de 1971 aportou em Santiago, vindo da Argélia, para onde tinha ido após sair de Cuba. Naquela ocasião estava cheio de planos e assumiu o comando da organização sem encontrar maior resistência. Maria do Carmo Brito torceu o nariz para o despropósito da ingerência, mas não se opôs. Ela estava desgastada. Com o campo livre para preparar a operação retorno, Onofre tratou de organizar infraestruturas para receber no Brasil o pessoal que ainda estava em Cuba e na Europa. Mais tarde seria a vez do contingente que saíra para treinar na Coréia.

A ideia era montar várias unidades de combate que iriam atuar rigorosamente compartimentadas e de forma simultânea. Ele seria o comandante em chefe da nova Vanguarda Popular Revolucionária. Para tanto tinha os militantes, quase todos banidos, gente experiente e treinada, além de muito dinheiro. Pelo menos no início não haveria necessidade de fazer expropriações[5].

É então que acontece o inesperado, levando seus planos por água abaixo. Por que não dera ouvidos a Maria do Carmo e ao Diógenes Arruda? A vaca foi pro brejo, e não adianta lamentar. O equívoco já havia sido cometido, não acreditou que o “cabo” fosse um agente inimigo infiltrado na organização e agora carrega a culpa de ser o responsável pelo massacre de Recife e outras mortes ocorridas no Brasil.

Já não iria mais frequentar o apartamento de Nanny Barret, ir com ela à *Peña de Los Parras* e ouvir as músicas de Violeta, cantadas pela voz penetrante e grave da amiga paraguaia. Agora, depois do massacre de Recife, fruto de sua leviandade, Nanny chora a morte da irmã assassinada aos 28 anos; a meiga e guerreira Soledad, entregue para a morte pelo próprio marido, o “cabo” traidor.

[5] Trata-se de parte dos US$ 2,6 bilhões do cofre do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros enriquecido por anos e anos de corrupção. O cofre foi retirado no dia 18 de julho de 1969 da mansão onde morava o cardiologista Aarão Burlamarqui Benchimol, irmão de Ana Guimol Benchimol Capriglione, que por sua vez fora amante de Adhemar de Barros.

Sobre sua irmã assassinada no Brasil, Nanny escreveu um texto que foi publicado em Maio de 1991 no boletim *Hasta Encontrarlos*, da Federação Latino-Americana de Familiares de Desaparecidos:

> Seu nome refletia a ausência de nosso pai, que já nessa época era perseguido por suas ideias políticas como o fora também seu pai, nosso avô, o escritor Rafael Barret.
>
> Quando Soledad tinha apenas três meses tivemos que fugir para a Argentina, onde passamos a viver num pequeno povoado às margens do Rio Paraná, durante cinco anos; quatro dos quais nosso pai esteve preso ou perseguido, tanto pela polícia paraguaia como argentina.
>
> Regressamos ao Paraguai e Soledad, com seus cinco anos e sua maneira de ser tão doce, se converteu na adoração de quem a via. Tinha uma forma de falar pausada que lhe valeu o apelido de viejita entre seus irmãos. Era uma criatura formosa, de cabelos cor de ouro, macios e longos, pele branca e sobrancelhas de cor castanho escuro, quase negro. Não gostava de caminhar, preferia sentar-se e inventar histórias entre longos suspiros que provocavam o riso e manifestações de carinho de todos que a ouviam.
>
> Adolescente e exilada no Uruguai, dona de uma graça especial para a dança folclórica, se converteu pouco a pouco no símbolo da juventude paraguaia nesse país, tanto que não havia um ato de solidariedade em que ela não era a artista convidada.
>
> Eram tempos de mudanças no Uruguai, a tradição democrática ia perdendo terreno, estava sendo minada. No dia 1º de julho de 1962, Soledad foi raptada por um grupo neonazista que a colocou em um automóvel e, sob ameaças de todos os tipos, quiseram obrigá-la a gritar palavras de ordem totalmente contrárias às suas ideias.
>
> Soledad negou. Então, com uma navalha lhe gravaram na carne uma cruz gamada, símbolo de Hitler, e a abandonaram em um local escuro, atrás do parque zoológico de Villa Dolores.
>
> Era o começo das perseguições, prisões e torturas no Uruguai. Soledad, de vítima, passou a ser culpada para a polícia e foi de tal forma a perseguição que teve que ir-se. Esteve muitos anos longe de sua família, de sua terra. Um dia conheceu José Maria, se

amaram e tiveram uma filha, mas o destino estava traçado, e ele retornou ao seu Brasil.

Ela em vão o esperou por mais de um ano e decidiu ir a seu encontro. O fruto desse amor é o mais fiel testemunho do triste destino do nosso Continente. Crianças sem pais, sem o direito de serem crianças, sem o direito à felicidade

EU ESTAVA FORA DO CHILE quando houve o massacre em Pernambuco. Havia saído clandestino do país andino em março de 1972, dentro da perspectiva de organizar bases para a luta revolucionária na região Sul do Brasil. Em julho de 1973, retornei ao Chile para participar de uma reunião de avaliação, que formalizaria a extinção da VPR. Acompanhado pelo boliviano David Acebey Delgadillo, que atendia pelo nome de Pepe, fui até Mendoza e cruzei a cordilheira num micro-ônibus. [6]

A outra vez em que eu atravessei aquela fronteira foi por cima, a bordo de um Boeing-707 da Varig que transportou os 70 presos políticos trocados pelo embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bucher. O avião aterrissou no aeroporto de Pudahuel às 4h22 do dia 14 de Janeiro de 1971, e ao descer à pista erguemos o braço esquerdo de punho fechado, abrimos a bandeira do país que nos recebia e cantamos a Internacional. Naquela época carregávamos o fervor revolucionário e imaginávamos que o Chile seria apenas uma estação até a volta ao Brasil para continuar o combate. Tomados pela ideia fixa de voltar ao Brasil e retomar a luta armada alguns companheiros chegavam ao cúmulo de não querer tratar os dentes. No meu exílio chileno convivi com alguns militantes que me respondiam quando eu queria saber o porquê de não irem ao dentista.

Pra quê? Melhor assim. Quando a repressão me pegar vai ter um cadáver com a boca cheia de dentes podres.

[6] David Acebey Delgadillo, o Pepe, um quadro da esquerda boliviana, ligada ao Exercito de Libertação da Bolívia, era o companheiro que fazia a ligação com o Chile e as bases no Brasil Depois da extinção da VPR, ele voltou para o Chile e, com o golpe que derrubou o presidente Allende, se asilou na embaixada da Suécia. Atualmente, Pepe é um festejado escritor na Bolívia e mora em Santa Cruz de La Sierra.

Um ano e meio após aquela nossa chegada triunfal, eu retornava ao Chile dentro de uma nova realidade em que já não cabiam sonhos revolucionários, com colunas guerrilheiras e retorno dos exilados. O balanço geral era de que as organizações da esquerda armada haviam sido derrotadas em razão da brutal repressão e de seu isolamento social e político. Os remanescentes da VPR no Brasil já tinham jogado a toalha após a divulgação de três dramáticos comunicados onde davam conta das dificuldades em manter os grupos armados.

Em julho de 1973 eu voltei clandestino ao Chile para participar da última reunião da VPR. Quando atravessei a Argentina, aquele país estava passando por um momento de transição para a democracia, com os peronistas novamente no poder e nada menos que com o próprio Perón. Havia crise e estagnação, e a disputa violenta por espaço entre a direita e a esquerda peronista ocupava as principais manchetes da imprensa. Desde a posse na presidência do peronista de esquerda Hector Cámpora, em 25 de maio de 1973, a crise política estava delimitada entre as duas correntes do movimento peronista. Cámpora havia sido eleito nas eleições extraordinárias de 11 de março de 1973 para um mandato tampão, visto que Juan Perón estava impedido de se candidatar por restrições do governo militar que presidia a Argentina. Sua primeira medida foi, conforme havia prometido, anistia aos presos políticos. Quatro meses após sua eleição, Cámpora renunciou abrindo caminho para o terceiro mandato de Juan Domingos Perón, eleito com 60 por cento dos votos em 21 de setembro de 1973.

Enquanto isso, do outro lado da cordilheira, o clima de tensão política nas ruas chegava aos quartéis, e em 29 de Junho de 1973, o Regimento Blindado Nº 2, comandado pelo tenente-coronel Roberto Souper, rebelou-se contra o governo da Unidade Popular. Os tanques rodearam o Palácio La Moneda e ocorreram alguns enfrentamentos. Essa situação foi controlada pessoalmente pelo general legalista Carlos Prats. Porém, estava dada a largada para a conspiração patrocinada pela CIA e que resultaria no golpe de 11 de Setembro que derrubou o governo do presidente socialista Salvador Allende. O líder da coligação Unidade Popular estava realizando a reforma agrária e promovendo uma série de programas de largo alcance social, como alfabetização e melhoria do sistema de saúde e de saneamento básico, além da nacionalização do cobre e de diversas empresas norte-americanas.

CIANURETO PARA ESCAPAR DAS TORTURAS

DUAS SEMANAS APÓS o *tancazo* eu retornei ao Chile. O micro-ônibus rodou suave pelo caminho sinuoso que dribla com elegância as montanhas cobertas de neve da Cordilheira dos Andes. Um casal de argentinos que estava sentado ao meu lado puxou conversa deixando Pepe de sobreaviso. Ele estava sentado no fundo, pronto para entrar em ação caso eu fosse preso. O casal era muito simpático, mas é como diz o ditado popular,"cachorro mordido por cobra tem medo até de linguiça. Talvez fossem apenas recém-casados em viagem de lua de mel, mas também podiam ser policiais disfarçados. Afinal, vivíamos numa América Latina em polvorosa e nunca sabíamos quem realmente eram as pessoas.

O cerco repressivo que se armou no continente naquele período e as conexões entre as policias políticas e as Forças Armadas de vários países aconselhavam a gente a ter precaução. Durante quase toda a viagem eu fiquei tenso, em dúvida quanto à eficácia dos documentos falsos que eu mesmo havia preparado. Era uma carteira de identidade do Estado de São Paulo e uma *tarjeta* de entrada na Argentina, com carimbo do *Departamento de Migracione*s de entrada no país pelo Puerto Iguazú. Eu mesmo fiz esses documentos em Posadas e não estava seguro quanto à qualidade do serviço.

Fazia um ano que eu havia saído do Chile e desde então vivia em permanente estado de alerta, trocando de identidade e de domicílio, sempre pronto para uma solução extrema. Naquela época, os quadros da esquerda armada carregavam uma cápsula de cianureto escondida em alguma parte da roupa. O meu veneno eu levava na bainha da calça ou então no colarinho da camisa. Não sei se teria coragem para usá-lo. Minhas duas tentativas anteriores de suicídio não deram certo. A primeira foi durante o interrogatório no Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu no dia seguinte à minha prisão. Os torturadores - coronel Emídio de Paula, capitão Marion Gralha e tenente Espedito Ostrovski - queriam saber quando eu teria contato com a organização, e eu abri que seria no quinto andar do Edifício Avenida Central, no Rio de Janeiro. Meu plano era saltar daquele prédio que eu

conhecia muito bem, pois o vi nascer no início da década de 60, quando o Rio de Janeiro deixou de ser aocapital do país. O edifício que eu havia escolhido para me suicidar foi construído no lugar do Hotel Avenida, em cujo térreo estava instalado o Café Nice, point da intelectualidade carioca. Eu tinha quatorze anos quando escapava do balcão do armazém de secos e molhados que papai tinha em São Gonçalo, cidade localizada na Região Metropolitana do Rio para circular entre as mesas de mármore do Café Nice ocupadas por jornalistas, escritores, poetas e artistas. Aquilo era o máximo para mim, um jovem egresso do interior e morador da periferia do Rio. Esses meus passeios não duraram muito. No mesmo ano que conheci o Café Nice começaram as demolições e em seu lugar foi erguido o Edifício Avenida Central. O romantismo havia sido substituído por agências de bancos que preconizavam uma nova era, em que o capital financeiro passou a controlar a economia da Avenida Rio Branco e do país.

Eu acho que aquele gigante de aço e concreto erguido na Avenida Rio Branco me veio à cabeça na hora do "pau" por eu conhecer cada um de seus andares. Queria que me levassem para aquele quinto andar. Eu possuía muitas informações e não sabia se ia conseguir continuar segurando-as, já estava no meu limite. Contudo, meu plano não deu certo e os militares torturadores não me levaram para o "ponto" inventado.

A outra vez que tentei o suicídio foi o Quartel da Polícia do Exército, em Curitiba. Passei a noite raspando o pulso esquerdo com um pedaço de vidro que alguém havia deixado na cela. Apesar de todo o meu desespero, não tive coragem de cortá-lo. Daquela noite de horror na PE da Praça Rui Barbosa ficou a cicatriz, marca no corpo que faz ressurgirem as lembranças e provoca até hoje aquela dor que não é física, mas que mexe o fundo de minha alma.

Eu estava decidido, durante minha viagem para o Chile, a não cair vivo. Acontecendo qualquer imprevisto era só engolir – o resto ficava por conta do cianureto. Em várias situações cheguei a apalpar aquela cápsula de um marrom escuro, deixando-a no ponto para ser retirada de seu esconderijo em minha roupa. Estava consciente de que se eu fosse preso a prisão significaria a morte na tortura. Os banidos pela ditadura estavam jurados de morte pelos tiranos. Durante os sete anos em que vivi na clandestinidade me mantive sempre pronto para usar

aquele veneno vindo, segundo o que diziam, da Coréia do Norte. Nunca soube se algum militante da luta armada no Brasil usou o cianureto. Aliás, o único caso que conheço na América Latina é o dos argentinos Liliane Inês Goldemberg e Eduardo Gonzalo Escabosa, ocorrido durante a travessia entre o Porto Meira, em Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, na Argentina. Foi num sábado, 2 de Agosto de 1980, Liliane, de 27 anos, loura e franzina, e seu companheiro Eduardo, de 30 anos, embarcaram na lancha Caju IV, pilotada por Antonio Alves Feitosa, conhecido na região como "Tatu". Antes da atracação no lado argentino, dois policiais brasileiros que estavam a bordo mandaram o piloto parar a lancha e apontaram suas armas para o casal. Cercados, Liliane e Eduardo ainda puderam ver que mais policiais desciam ao atracadouro, vindos da aduana Argentina. Assim que perceberam que haviam caído numa cilada, Liliane e Eduardo se ajoelharam diante de um grupo de religiosos que estava a bordo e gritaram que eram perseguidos políticos e preferiam morrer ali a serem torturados. Em seguida, abriram um saco plástico, tiraram os comprimidos e os engoliram bebendo a água barrenta do Rio Iguaçu. Morreram em trinta segundos, envenenados por uma dose fortíssima de cianureto.

Naquela viagem para o Chile eu sabia que meus documentos eram precários. Eu mesmo os havia preparado. Tentei ser natural, mas não teve jeito, a tensão mexia com os nervos de minhas pernas e revirava meus intestinos. Eu estava pronto para o que desse ou viesse e só me descontraí depois que o funcionário da Migraciones Argentina recolheu minha tarjeta de entrada no p*aís* e o micro seguiu viagem. Daí pra frente foi só alegria, eu estava protegido. Voltava para o país que dois anos antes havia me acolhido, dado asilo e documento. Passei numa boa pelo controle policial em Las Condes e, pela primeira vez, em muitos meses, senti- me tão leve tão descontraído que cantei com os turistas a tradicionalíssima canção *Si vas para Chile.*

> Si vas para Chile, te ruego que pases por
> donde vive mi amada
> es una casita muy linda y chiquita
> que esta en las faldas de um cerro enclavada,

Chegamos a Santiago ao anoitecer e com muita dificuldade tomamos um táxi que nos levou do terminal de micros ao centro da cidade. Entramos na Alameda

Bernardo O'Higgins, passamos pelo Palácio de La Moneda e desembarcamos na Plaza de Armas, onde Pepe, meu parceiro boliviano, me deixou num hotel de segunda classe. Durante a viagem de táxi guardamos silencio, apesar de o motorista tentar puxar papo sobre futebol relembrando a seleção do Bi em 1962 e até citando nomes de alguns jogadores como Castilho, Amarildo, Garrincha, Bellini, Didi, Djalma Santos e Vavá. Senti vontade de conversar, ainda mais sobre aquela copa em que eu acompanhei pelo rádio do armazém que papai tinha em São Gonçalo. Na hora dos jogos o negócio de secos e molhados, conjugado com ferragens, bar e sorveteria, ficava cheio. Os fregueses encostavam-se ao balcão e enquanto tomavam cerveja vibravam com os dribles de Garrincha narrados pela voz melódica de Fiori Gigliotti.

Eu sempre gostei de conversar com taxistas, mas naquela ocasião preferi olhar pela janela do carro e puxar pelas lembranças. Santiago estava diferente, pouca gente nas ruas e apenas alguns ônibus trafegavam.

A cidade vivia os reflexos do malogrado *tancazo* do coronel Souper e dos lockouts promovidos pela direita com respaldo da CIA. A situação de abastecimento estava cada vez pior por causa do açambarcamento de mercadorias para o mercado negro e da greve dos caminhoneiros. Enquanto nas prateleiras faltava pasta de dentes, chupetas, mamadeiras, papel higiênico, cigarros e carne, todos esses produtos eram encontrados no mercado negro. O Chile estava em crise e o clima era de pré-golpe de Estado. Os EUA e seus aliados chilenos estavam conseguindo desorganizar a economia e com isso preparar as condições para derrubar o governo da Unidade Popular.

Eu e Pepe sabíamos que naquele momento era preciso ter muita cautela, pois Santiago estava minada de agentes policiais do Brasil e as organizações de esquerda contaminadas pelas infiltrações. Redobrar os cuidados era a palavra de ordem, ainda mais depois de ter caído a base da organização em Pernambuco. Naquele momento, restringi meus contatos no Chile apenas com o Ângelo Pezzuti e a Maria do Carmo Brito[7].

Apesar de o casal estar convencido da inviabilidade de se continuar com a luta dentro do Brasil e defender o recuo total, Maria e Ângelo respeitavam nossa posição de não recuar. Naquela ocasião os únicos trabalhos da VPR de

estruturação de bases visando dar continuidade à luta eram os coordenados por mim e pelo Fortini. Ambos na fronteira sul. Anteriormente, em 1971, uma tentativa de criar na fronteira norte um canal de entrada no Brasil foi desativada após a queda do governo nacionalista presidido por Juan José Torres. O esquema de entrada dos militantes da VPR teria sua na cidade de Santa Cruz de La Sierra. Dois quadros da organização foram enviados para montar a estrutura de apoio, chegando a instalar uma lanchonete no centro histórico de Santa Cruz.

A reunião do "pessoal que tinha algum trabalho" foi realizada numa casa na região de Talagante. Para chegar até lá viajamos por um caminho de chão que atravessava campos cercados de muros de pedra. De vez em quando a estrada estreita era trancada por rebanhos de ovelhas que cruzavam o caminho para troca de pastagem. Eu não sabia para onde estava indo, nem tampouco tinha interesse em saber. Meu pensamento naquele momento se voltava para Eunice, que estava no Brasil. Caramba! Bem que ela ia gostar daquela paisagem composta por montanhas cobertas de neve, campos imensos e pastores apascentando os rebanhos de ovelhas, com seus chapéus de feltro, de abas largas, adornados com fitas vermelhas e azuis.

Conheci Eunice em 1968 na casa de César Cabral, em Foz do Iguaçu, onde fiquei hospedado assim que cheguei ao Oeste do Paraná para montar as estruturas de apoio ao foco guerrilheiro do primeiro MR8.

Ela trabalhava na Telepar e recentemente tinha concluído o Curso Normal. Nosso namoro foi relâmpago, de poucos encontros. Eunice sabia que eu era de esquerda, porém ignorava meu trabalho na região, até que num belo dia, ela que me conhecia por André – esse era meu nome de guerra – descobriu minha verdadeira identidade. Aconteceu quando, ao arrumar as camas na casa da irmã, onde eu me hospedava, encontrou minha carteira com os documentos verdadeiros debaixo do colchão. Que rolo! O nome verdadeiro do André, que Eunice namorava era Aluízio. Ela me falou sobre o achado como se fosse uma coisa banal e eu lhe disse que nosso romance não teria futuro, que a luta revolucionária seria longa e

[7]Ângelo e Maria do Carmo saíram da prisão trocados pelo embaixador da Alemanha, Elfrid Von Hollebem. Ela foi do comando da VPR, juntamente com Lamarca e Ladislau Dawbor.

que nunca teríamos uma vida normal. Eunice não deixou que eu continuasse com aquela arenga cheia de lugares-comuns típicos da época. Pôs o dedo indicador sobre meus lábios, abraçou-me, e a paixão fez o restante.

A REUNIÃO PARA DECRETAR a desmobilização do que sobrou da VPR foi curta. Não houve balanço e nem foram discutidas posições políticas, apenas as questões administrativas estavam em pauta. A VPR já não existia nem no Brasil, nem no Chile, nem em Cuba e tampouco na Europa. Os únicos trabalhos que remanesciam, e mesmo assim em fase de implantação, eram o meu e do Roberto De Fortini, um italianão que também saiu no “sequestro do suíço” e que ficou famoso por ter montado no inicio da década de 70 a maior base de apoio que teve a esquerda armada brasileira. O esquema tinha como fachada uma companhia de pesca na região de Três Passos e consistia em barcos pesqueiros, caminhões frigoríficos e até uma estrutura legal. Nela trabalhavam militantes e simpatizantes da VPR que dariam apoio logístico aos futuros focos guerrilheiros e para onde iria o Capitão Carlos Lamarca.

A fachada, em forma de companhia pesqueira, caiu ainda na fase de montagem em consequência de uma série de prisões ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Dois anos após as prisões, Fortini voltou à região e retomou seu projeto de criar uma estrutura para a guerrilha, apoiada em novas bases, com maior rigidez quanto à segurança, totalmente compartimentada. Dessa vez seria para receber a VPR exilada. A localização da área era um segredo guardado a sete chaves por ele e seu companheiro de jornada, Gustavo Buarque Schiller.

 [9]Gustavo Buarque Schiller saiu da área algum tempo depois de a VPR ter sido desmobilizada, foi para a França e voltou para o Brasil com a anistia. Morreu de forma misteriosa no Rio de Janeiro. Roberto De Fortini continua morando em uma das bases que ele montou e vivendo na semiclandestinidade e com dupla identidade. No Brasil ele é o italiano, expulso do país em 1971, que vem de vez em quando visitar a família e amigos. Na Argentina, ele tem outro nome, é agricultor, industrial e mestre em projetos para a pequena agroindústria

De família rica, Gustavo morava no bairro de Santa Tereza, próximo à casa de seu tio, o médico Aarão Burlamaqui, que a havia cedido para ser residência de sua irmã – tia do "Bicho", Anna Gimel Benchimol Capriglione, tida como sendo a "amante" do Adhemar, ex-governador de São Paulo. Ao ouvir que no cofre do casarão de sua tia, que morava na Rua Bernardino dos Santos, havia milhões de dólares, Gustavo passou essa informação para Juarez de Brito membro do comando da organização. Em 18 de Junho de 1969, o cofre foi levado por um "grupo de ação" da VPR. Dentro dele havia 2,6 milhões de dólares fruto da roubalheira praticada por Adhemar de Barros no governo do Estado de São Paulo.

A última vez que eu vi o Gustavo foi em Oberá, cidade da província de Misiones, próxima à fronteira do Brasil com a Argentina. Ele usava chapéu de palha, tinha as mãos calejadas e vestia uma roupa coberta pela poeira vermelha da região. Meu visual não era nada diferente. Eu havia saído de um sítio localizado mais a leste, na rota de acesso aos estados de Santa Catarina e Paraná e que fora comprado com o dinheiro da VPR. Era uma pequena propriedade coberta por um capão de mato, e com plantação de chá e erva-mate. Oficialmente, o sítio pertencia ao doutor Alderete, dono da única clínica da região e para todos os efeitos eu era o caseiro. Portanto, minha obrigação era manter limpos os corredores formados entre os arbustos e colher os brotos de chá. Além de dar um duro danado no sítio eu ainda ia trabalhar nas propriedades da vizinhança para manter minha fachada de peão. Tinha de carregar nas costas, às vezes por mais de cem metros, uns sacos imensos, que os missioneiros chamam de *ponchada,* cheios de brotos de chá, e jogá-los na carroceria do caminhão que levaria a produção para o *secadero*. A planta de chá alcança em média um metro e meio e o seu broto é cortado de forma mecanizada diversas vezes durante a primavera e o verão. Depois de colhidos, os brotos de chá eram levados aos *secaderos*, para serem secados, moídos e peneirados.

Meu contato com Gustavo na pracinha da igreja luterana de Oberá foi rápido, de poucas palavras e muitos cuidados para que não vazasse nada que pudesse revelar onde estávamos. Depois desse encontro eu nunca mais vi o Bicho.

Esse era o apelido de Gustavo. Anos mais tarde, bem depois de nossa volta ao Brasil, soube que ele havia morrido ao cair de um edifício em Copacabana.

ARQUIVOS VIVOS QUEIMADOS

DEPOIS DAS REVELAÇÕES que eu fiz ao Marco Aurélio Borba, que além de terem saído na revista *Playboy* fizeram parte do livro Cabo Anselmo, A luta armada ferida por dentro*,* publicado em 1981 pela Global Editora, só voltei a falar sobre o desaparecimento do grupo liderado por Onofre Pinto em uma matéria que escrevi em 1984 para o semanário *Nosso Tempo,* de Foz do Iguaçu. Na ocasião, sugeri que o pessoal havia caído em 1974, numa armadilha nas proximidades da cidade paranaense de Santo Antônio do Sudoeste, após terem sido atraídos para lá pelo sargento Alberi Vieira dos Santos. Ainda nessa matéria, publicada há 21 anos, contei que após a chacina, Alberi foi ser fazendeiro em Rondonópolis, Mato Grosso, depois de passar uma temporada em Puerto Iguazú, cidade Argentina localizada na fronteira com o Brasil. Ele só voltou à região Oeste do Paraná quando ficou sabendo que seu irmão José tinha sido assassinado.

José morava em Foz do Iguaçu e apareceu morto em Janeiro de 1976, na Estrada do Colono, que cruzava o Parque Nacional do Iguaçu. Seu corpo, encontrado por um tratorista que fazia terraplanagem no leito da estrada, apresentava sinais evidentes de violência, com um de seus olhos vazado por um graveto.

Assim que soube da morte do irmão, Alberi jurou vingança. Ainda em Rondonópolis, preparou um extenso relatório, que pretendia publicar em forma de livro, e às sete horas do dia 10 de f evereiro de 1979 partiu, dirigindo a sua Brasília, com destino a Porto Alegre. Pouco se sabe sobre o conteúdo de 50 folhas datilografadas, mas, segundo alguns de seus parentes, ele revelava o nome dos assassinos de seu irmão, além de fazer um relato sobre a Operação Três Passos e de suas passagens pelos presídios.

No mesmo dia em que saiu de Rondonópolis, Alberi chegou a Medianeira, e como já havia anoitecido e estava cansado devido à longa viagem, decidiu pousar

na casa do seu amigo Severino Miola, em Ramilândia, também no Oeste do Paraná. No dia seguinte o sargento da Brigada Militar Gaúcha apareceu morto na estrada que liga Medianeira a Missal. Havia sido atingido por quatro tiros de pistola nove milímetros, arma privativa do Exército. No Auto de Achada de Cadáver, o então delegado de Medianeira, Francisco Marcondes, relatou que nos bolsos de Alberi não foram encontrados documentos, nem joias, dinheiro ou quaisquer outros papéis. As folhas escritas por Alberi, que poderiam elucidar alguns dos instigantes mistérios da fronteira haviam sumido e as investigações sobre o crime se arrastaram por mais de seis anos sem que se tenha chegado ao seu autor ou autores. Em despacho datado de 25 de Fevereiro de 1985, o promotor João Péricles Goulart escreveu que tanto Alberi como seu irmão José foram vítimas de crime político, e que possivelmente teriam sido mortos por alguém interessado no silêncio dos dois. Apesar dessa hipótese ter pouca consistência, tendo em vista que os dois irmãos estavam envolvidos no banditismo até o pescoço, ela não pode ser totalmente refutada, pois Alberi chegou, após a morte do irmão, a ameaçar fazer revelações que poderiam comprometer muita gente. Por isso não deve ser descartada a possibilidade de que a morte do sargento tenha sido mais uma queima de arquivo.

O mesmo destino de Alberi e de seu irmão José teve o comerciante Severino Miola, executado por Floriano Ojeda em 26 de Fevereiro de 1979, quinze dias após a morte do sargento. Miola foi assassinado no interior do município de Santa Helena, no meio de uma plantação de soja, pedindo de joelhos clemência ao seu verdugo.

Nos autos, arquivados no Fórum de Santa Helena, Oeste do Paraná, chama atenção o depoimento de Sueli Luiza Bogoni Miola, filha de Severino Miola, que ajudava o pai no bar e dormitório. Conta Sueli que na manhã do dia 26 de Fevereiro de 1979 estava dedicando-se aos seus afazeres normais, quando por volta do meio-dia chegou ao estabelecimento comercial o policial Floriano Ojeda, destacado na delegacia de Matelândia, cidade localizada na região Oeste do Paraná.

Ainda de acordo com o depoimento de Sueli, Ojeda estava um tanto perturbado e esquisito, tendo inclusive chorado em um canto do refeitório. Ao ver o soldado naquele estado, Miola passou o braço por cima do seu ombro e quis saber por que ele chorava. Ojeda respondeu que era por motivo particular e, amuado, arrastou uma cadeira, foi sentar-se num canto do salão e pediu uma refeição. Sueli se aproximou dele com um prato de comida, puxaram conversa, mas o soldado a repeliu e continuou de cabeça baixa, olhando para o chão.

Assim que terminou de comer, Ojeda disse ao comerciante que tinha ordens de conduzi-lo para Matêlandia, pois o delegado de policia queria falar com ele. Miola achou estranho, mas mesmo assim acompanhou o soldado até um táxi que estava estacionado na frente do restaurante. Não sabia que aquela seria uma viagem sem volta.

Em seu depoimento ao delegado Manoel Fernandes, de Ramilândia, o taxista Arnoldo Petsch, testemunha ocular da execução, relatou que quando chegaram numa estrada vicinal na localidade de Linha Celeste, interior de Santa Helena, Ojeda empunhou um revólver e mandou Miola descer.

> Eu implorei, pedi por misericórdia ao soldado Ojeda que não nos matasse, pois éramos dois velhinhos e precisávamos viver. Disse que ele podia levar nosso dinheiro e o carro. Aí ele respondeu que eu seria poupado, mas o outro ele iria matar", contou o taxista.

Petsch relatou ainda ao delegado de Ramilândia que Miola saiu do veículo, ajoelhou-se e com as mãos postas implorou por sua vida.

> - Meu santo, me ajuda!
>
> - Eu não quero te matar, mas estão me obrigando.
>
> - Mas por quê? Quem está te obrigando?

Nesse instante Floriano Ojeda deu o primeiro tiro atingindo sua vítima na altura da boca, que mesmo ferida entrou numa plantação de soja enquanto o soldado da PM corria em sua perseguição dando outros tiros. Assim que Miola caiu, o assassino atirou mais uma vez atingindo o comerciante na cabeça. Em seguida Ojeda pediu ao taxista que o levasse a Itacorá, distrito de São Miguel do

Iguaçu à margem do Rio Paraná, hoje submerso pelo Lago Itaipu, e de lá cruzou para o Paraguai.

Com a execução de Miola, um cidadão querido por todos em Ramilândia, onde foi morar após pedir demissão na Prefeitura de Cascavel, foi apagada a última pista que poderia elucidar as mortes de Alberi e de seu irmão José.

LILIANE RUGGIA ENTRA EM CENA

O DESAPARECIMENTO do “grupo do Onofre” voltou a ser notícia em 1992, quando a psicóloga Liliane Ruggia, revelou no jornal Zero Hora, de Porto Alegre, que seu irmão Enrique Ernesto estava desaparecido desde julho de 1974, quando saiu de Buenos Aires acompanhando Onofre Pinto e Joel de Carvalho.

Naqueles dias a maioria dos estados brasileiros estava abrindo os arquivos dos departamentos de ordem política e social e circulavam entre os grupos de direitos humanos alguns documentos que davam pistas sobre os desaparecidos. Em um deles os órgãos de repressão da ditadura pediam para “intensificar a vigilância a fim de capturar Onofre Pinto, que estaria para entrar no Brasil”

Para Liliane, o destino de Onofre poderia ser o mesmo de seu irmão.

Naquele tempo de informações desencontradas, era importante os familiares participarem dos movimentos que buscavam os desaparecidos. Porém, ao contrário da maioria dos parentes das vítimas da ditadura militar na Argentina, a psicóloga fazia de forma isolada sua busca ao irmão.

O caso de Liliane apresentava tão curioso quanto doloroso. Como Enrique sumiu em 1974, dois anos antes do golpe militar, o seu nome não constava em nenhuma lista de desaparecidos na Argentina. Além disso, Enrique não tinha participação em movimentos de esquerda ou partidos políticos.

Numa entrevista ao jornal Zero Hora, Liliane lembrou que certa vez Enrique lhe disse que estava dividido entre comprar uma motocicleta e ser guerrilheiro. "O infortúnio de Enrique foi ter ficado amigo de Joel José de Carvalho, que morou algum tempo no campo de experiência da Faculdade de Agronomia de Buenos Aires, onde o Enrique estava". Provavelmente Joel o convidou para viajar ao Brasil. Aceitou e nunca mais retornou.

Em 5 de Fevereiro de 1993, fui procurado por Liliane Ruggia, e o jornal *Nosso Tempo,* onde eu trabalhava, voltou ao tema. Liliane peregrinava pelo Brasil em busca de seu irmão Enrique, que estava desaparecido. Meses antes o ex-agente do Centro de Informações do Exército, Marival Chaves havia revelado numa entrevista à revista *Veja* que o grupo liderado por Onofre Pinto havia sido dizimado na fronteira Brasil/Argentina, nas proximidades de Medianeira, e que no grupo havia um jovem argentino[10]. Essa informação trouxe nova luz sobre o caso. De acordo com Marival, além de Onofre faziam parte do grupo os dois irmãos Carvalho, Joel e Daniel, mais José Lavechia, Enrique Ruggia, Vítor Ramos e Gilberto Faria Lima.

Na entrevista, o ex-agente conta que os coronéis Paulo Malhães e José Brant Teixeira, ganharam fama dentro dos órgãos de repressão ao montar uma emboscada em Medianeira, cidade no sudoeste do Paraná, para atrair um grupo de militantes de esquerda, que fugiram do Chile, acuados pela repressão após a queda do presidente Salvador Allende. Malhães era ligado ao Dina, o serviço de inteligência chileno, e ganhou o codinome “Pablo” ao participar do gigantesco interrogatório seguido de torturas no Estádio Nacional de Santiago, logo após o golpe militar que derrubou o presidente chileno Salvador Allende.

Ainda segundo Marival, Malhães montou a emboscada no Paraná com a ajuda da Dina e colabororação de informantes locais. De acordo com o ex-agente do CIE, a chácara usada para a área falsa de guerrilha foi arranjada pelo então capitão Areski de Assis Pinto Abarca, chefe do serviço de inteligência do 1º Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu. Conta Marival que comandados pelo sargento Onofre Pinto, o estudante argentino Enrique Ernesto Ruggia, 18 anos, e os militantes da VPR Daniel José Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavechia, Vítor Carlos Ramos e Gilberto Faria Lima, o Zorro foram presos, torturados e executados imediatamente. Quanto ao Onofre Pinto, ele revela que no início a vida do dirigente da VPR foi poupada porque, após ter sido torturado, "ele teria aceitado colaborar com o Exército. Mas, ao consultar o implacável general Miltinho Tavares, chefe do CIE, o coronel Paulo Malhães recebeu ordem contrária". “Temos de acabar com ele para dar o exemplo e inibir a possibilidade de novas deserções”, teria respondido o general. Esse episódio pode ter originado o diálogo entre o presidente Ernesto Geisel, empossado três meses antes da emboscada, e seu segurança, o tenente-

coronel Germano Arnoldi Pedrozo, revelado pelo jornalista Elio Gaspari no livro A ditadura Derrotada:

> Nessa hora tem de agir com muita inteligência para não ficar vestígio nessa coisa", afirmou Geisel ao comentar ao comentar a prisão e a morte de um grupo de sete pessoas, vindas do Chile e da Argentina, capturadas no Paraná.

Entretanto ainda não havia certeza sobre a traição de Alberi Vieira dos Santos, o sargento que participou da Guerrilha de Três Passos e que atraiu o grupo para a emboscada.

Foi graças às informações fornecidas por Liliane, quando eu conversei com ela em Foz do Iguaçu, e mais tarde confirmadas por Marival Chaves que passei a ter certeza que Lavechia, Daniel e Joel acompanharam Onofre na aventura guerrilheira. Os fatos novos foram as participações de Vítor e Enrique e a confirmação dada por Marival Chaves de que a cilada aconteceu no Paraná, em algum lugar da fronteira entre Brasil e Argentina. Mais tarde tive acesso a carta enviada à Liliane Ruggia por Jorge Rulli, ex-diretor do campus de São Pedro, da Faculdade de Veterinária e Agronomia da Universidade de Buenos Aires. Nesta carta, escrita em 4 de Janeiro de 1985 e enviada desde Estocolmo, onde se encontrava exilado, o diretor do campus conta como se deu o encontro de Ernesto Ruggia com Joel Carvalho e descreve o clima existente entre os exilados brasileiros que se encontravam em Buenos Aires, após a queda do governo da Unidade Popular no Chile. Mesmo com essas novas informações, continuei confuso, sem saber por onde começar a investigação e sem ter pistas que me levassem ao local onde foram enterrados os desaparecidos do grupo que entrou clandestinamente no país com Onofre Pinto. Apenas tinha certeza de que eles haviam sido conduzidos por Alberi para uma emboscada e que foram assassinados no Sudoeste do Paraná.

9 De 1967 a 1985 o sargento Marival Chaves trabalhou nos principais órgãos de repressão do Exército Brasileiro. No Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de São Paulo (até 1976); nos batalhões de Infantaria de Selva de Imperatriz e de Manaus (de 1977 a 1980); e no Centro de Informações do Exército (de 1981 a 1985).

Apesar das evidências, naquela época não era aceita a minha tese de que o sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, tal qual o “cabo” Anselmo, teria passado para o lado da repressão. Contudo, eu possuía dados para comprovar o que afirmava e escrevia, pois assim que eu voltei para Foz obtive informações importantes que me levaram a formar a opinião de que Alberi havia sido cooptado pela ditadura.

MARIVAL CONFIRMA A TRAIÇÃO

NO INICIO DA DÉCADA DE 90 as revelações e trocas de informações sobre o destino do grupo comandado por Onofre Pinto foram tomando volume. Em 1993, uma carta enviada pelo ex-agente do Centro de Informações do Exército Marival Chaves a Cecília Coimbra, do grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, confirmou o que eu vinha afirmando desde 1991: o grupo foi dizimado após ter sido atraído para uma cilada pelo sargento Alberi.

> CARTA DE CHAVEZ À CECÍLIA DE "TORTURA NUNCA MAIS" DO RIO DE JANEIRO
>
> Vila Velha, 07 de Janeiro de 1993. Prezada Cecília,
>
> (...)
>
> B. Quanto a ENRIQUE RUGGIA, cumpre relatar todos os dados que disponho que servirão como subsídios para uma possível conclusão, senão vejamos: através de indiscrições de um membro do Exército (CIE), tomei conhecimento de que, no ano de 1973, aquele órgão estabeleceu uma operação de informação, que findou em 1974, na região de Medianeira, Norte do Paraná, com o objetivo principal de "prender" ONOFRE PINTO, dirigente da VPR, bem como outros ativistas da esquerda revolucionária que se encontravam fora do País. Tal operação, que utilizava como infiltrado o ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, ALBERI, que na ocasião transitava pelo Chile e Argentina com o propósito de atrair brasileiros refugiados políticos naqueles países, consistiu na montagem pelo CIE e Batalhão do Exército, com sede em Foz do Iguaçu, de uma área fictícia de treinamento de guerrilha para que ONOFRE e seu grupo exercessem atividades e tivesse um local seguro em território brasileiro. O processo de negociação com vistas à vinda do grupo durou alguns meses. Fugitivo do Chile devido a

Destituição de Salvador Allende do governo, o grupo já havia transitado pela Argentina e outros países sul-americanos e era composto por Onofre Pinto, José Lavechia, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, Gilberto Faria Lima ("Zorro"), um rapaz chileno ou argentino e Víctor de tal. Obs.: eu tinha conhecimento de que se tratava de sete pessoas, todavia o prenome Vítor ouvi pela primeira vez por ocasião do meu depoimento na Comissão Externa da Câmara. Seis indivíduos foram presos e sumariamente assassinados assim que chegaram a área fictícia de treinamento de guerrilha, não sem antes terem sido interrogados. O sétimo, Onofre Pinto, foi "cantado" para atuar como infiltrado do CIE. Aceitou a proposta em troca de possibilidade de continuar vivo e chegou até ser libertado para ir ao Paraguai sob um forte esquema de vigilância velada. Nesse ínterim a Chefia do CIE era consultada acerca da convivência ou não de cooptá-lo, já que o oficial que chefiava a operação havia tomado aquela decisão por iniciativa própria e a ordem de missão prescrevia a eliminação de todo o grupo.

De retorno ao território brasileiro Onofre já tinha decretado sua sentença de morte. A cúpula do CIE decidiu eliminá-lo em razão da sua condição de sargento do Exército – sua morte serviria como lição para prevenir eventuais dissidências nos quadros das Forças Armadas – e a consequente periculosidade daquele ativista como dirigente de uma organização da esquerda revolucionária, que o classificava como individuo pouco confiável.

As mesmas fontes deram conta de que Alberi foi assassinado no interior do Estado do Paraná meses após, em consequência de atritos de natureza comum com fazendeiros da Região Norte,

> não obstante a CIE tê-lo escondido no Rio de Janeiro por um bom período de tempo, ante a perspectiva de que o pior poderia acontecer-lhe. Alberi deixou o Rio por conta própria, configurando um ato de indisciplina.
>
> Sem mais, um forte abraço.
>
> PS Trata-se de ALBERI VIEIRA DOS SANTOS. Perceba que o próprio ALBERI pode ter atraído PAULO GUERRA TAVARES para ser assassinado em São Paulo, num ponto, já que ambos estiveram exilados no Uruguai e pertenceram ao grupo de BRIZOLA. Outro aspecto comum é o trânsito de ALBERI pelo Paraná. Estou apenas conjeturando.

Após as revelações feitas por Marival Chaves eu fui procurado em julho de 1996 pelo meu amigo Adelmo Muller, que na época exercia a profissão de jornalista na imprensa de Foz do Iguaçu. Ele se interessou pela investigação que eu vinha fazendo sobre os desaparecidos, e a partir de nossa conversa saiu a campo. Como resultado de seu trabalho escreveu uma série de matérias sobre o tema para o jornal *O Estado do Paraná*, de Curitiba.

Na matéria publicada pelo *O Estado do Paraná de* 24 de Julho de 1996, Adelmo afirmou que o "grupo do Onofre" havia sido abatido numa cilada comandada pelo tenente do Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu Aramis Ramos Pedroso, que em 1981 foi assassinado em Mato Grosso.

> *OFICIAL QUE ABATEU GUERRILHEIROS EM 74 VIROU SEQUESTRADOR E MORREU DURANTE FUGA*
>
> *Foz do Iguaçu (Sucursal) – O oficial do Exército que comandava o então Batalhão de Fronteira de Foz do Iguaçu, em julho de 1974, era o tenente Aramis Ramos Pedroso. Ele foi acusado pelo ex-sargento do Exército Marival Chaves, que atuou por dezessete anos nos órgãos de repressão, de ter comandado a cilada em que foram mortos seis guerrilheiros da VPR (Vanguarda Popular*

Revolucionária), que vinham da Argentina rumo a São Paulo, onde pretendiam matar o delegado Sérgio Fleury, do DOPS.

A identidade do então tenente foi obtida por O Estado *junto a militares aposentados de Foz do Iguaçu. Aramis, no entanto não poderá mais prestar depoimento à Comissão Especial do Ministério da Justiça, conforme pretendia Suzana Lisboa, representante das famílias de desaparecidos políticos. É que ele foi morto pela polícia de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, ao tentar fugir da prisão, depois de condenado pelo sequestro e assassinado do filho único do então senador Lúdio Coelho.*

EXTERMÍNIO – Nenhum dos militares ouvidos por O Estado *confirma a matança de guerrilheiros em Medianeira de julho de 1974, mas todos dizem que o tenente Aramis era o "carrasco da tropa". O ex-sargento Marival Chaves revelou que Onofre Pinto, Vítor Ramos e o argentino Enrique Ernesto Ruggia foram mortos quando entravam no Brasil, via Argentina. A informação de que eles pretendiam seguir a São Paulo foi obtida na época pelo Centro de Informações do Exército (CIE).*

Os seis foram apanhados de emboscada depois de entrar por Capitão Leônidas Marques, ao atravessar a Estrada do Colono, em Medianeira, onde seus corpos teriam sido enterrados. Na região, há três locais onde pessoas foram enterradas, conforme O Estado *apurou.*

Em 28 de Julho de 1996, Adelmo Müller voltou a escrever sobre o desaparecimento do grupo e mais uma vez ele me procurou para colher informações. Passei a limpo toda a história e aproveitei para suprimir os exageros e as hipóteses sem cabimento que haviam sido publicadas.

Dois anos depois, a partir de nossas conversas, Adelmo escreveu um livro abordando o assunto. Em novembro de 1998, saiu uma edição de cem

páginas com o título *Fronteira das Emboscadas,* na qual ele fala sobre as atividades da esquerda na região Oeste do Paraná. No que diz respeito aos desaparecidos, eu aproveitei para ligar pela primeira vez o desaparecimento do grupo de Onofre às mortes de Alberi, em fevereiro de 1979, e de Severino Miola, em março do mesmo ano. Eu reafirmei que o grupo entrou no Brasil por Santo Antônio do Sudoeste e que caiu numa cilada armada no interior do Parque Nacional do Iguaçu e que teve a participação do sargento Alberi.

O mesmo livro traz uma informação fornecida pelo ex-deputado federal Irineu Colombo, de que o grupo teria sido fuzilado num sítio situado na localidade conhecida como Banhadão, no município de Matelândia. Esse sítio pertencia ao MR8 e passou a ser butim de guerra do Exército após a queda dessa organização em 1969.

Durante mais de um ano o deputado petista manteve em seu *site* o texto em que afirmava ter sido o sítio do Banhadão o local de tortura e sepultamento do grupo guerrilheiro.

Após o barulho causado pelas declarações do ex-agente do Centro de Informações do Exército, sargento Marival Chaves, pelas movimentações de Liliane Ruggia e as matérias do jornal O Estado do Paraná veio à calmaria. Nada de novo acontecia que pudesse nos levar a descobrir onde foram enterrados os militantes da VPR, assassinados no Oeste do Paraná.

O caso só voltou à tona em Julho de 2000, quando a Folha de Londrina publicou uma reportagem sobre os desaparecidos do grupo de Onofre Pinto.

> *SÍTIO NO OESTE PODE ESCONDER OSSADA*
>
> *Corpos de sete guerrilheiros torturados e mortos pelo Exército brasileiro em 1974 podem estar na Linha Barreirão.*
>
> *Um sítio entre os municípios de Matelândia e Medianeira (municípios do Extremo-Oeste paranaense, próximo à fronteira com o Paraguai e Argentina) poderá esclarecer o destino de um*

grupo de vítimas das ditaduras sul-americanas durante a vigência da Operação Condor.

Seria nesse sítio, supostamente localizado em uma comunidade rural conhecida como Linha Barreirão, que estariam os corpos de sete guerrilheiros que teriam sido capturados, torturados e mortos pelo Exército brasileiro. O grupo era composto por seis brasileiros e um argentino. Eles teriam sido mortos em 1974, quando entravam no Paraná, procedentes da Argentina, para promover ações armadas no Estado contra a ditadura militar.

A propriedade rural teria sido comprada em 1968 por Sebastião Medeiros, um carioca integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro. Naquele ano, o MR8 escolheu duas áreas no Oeste do Paraná para seus treinamentos de técnicas de guerrilha. A outra era o sítio Boi Piquá, em Toledo (45 quilômetros a Noroeste de Cascavel).

Em 1969, o aparelho da Linha Barreirão foi descoberto e Medeiros preso. Como era comum acontecer nesse tipo de situação, o Exército teria confiscado o sítio, para transformá-lo em local de detenção e tortura de presos políticos.

Na primeira metade dos anos 70, os grupos guerrilheiros brasileiros começaram a ser desmantelados, com a prisão e exílio de seus principais líderes. Mas, em julho de 74, o ex-sargento do Exército Onofre Pinto, um dos líderes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – extinta em 73 -, que vivia na Argentina, resolveu voltar ao Brasil para reiniciar as atividades de guerrilha.

Para atraí-lo de volta ao Brasil, o Exército teria utilizado o sargento Alberi Vieira dos Santos, um agente infiltrado.

Aluízio Ferreira Palmar, ex-líder do MR8 e da VPR,testemunhou um encontro entre Onofre e

Alberi. Esse encontro ocorreu em janeiro de 1974, em Buenos Aires.

Onofre então reuniu seis seguidores e entrou no Paraná, por Santo Antônio do Sudoeste, município que faz fronteira seca com a Argentina. Estava acompanhado por cinco militantes brasileiros que estavam asilados na Argentina e pelo estudante argentino Enrique Ruggia, na época com 18 anos. Apesar de não ter militado em nenhum partido ou organização, Ruggia teria decidido se aliar a luta de Onofre Pinto.

Ao entrar no Paraná, os sete teriam sido.

capturados pelo Exército, levados ao sítio confiscado do MR8, onde é provável que tenham sido torturados e mortos. Há duas suposições para o enterro de seus corpos: o próprio local ou o Parque Nacional do Iguaçu, reserva com 185 mil hectares de mata que abrange municípios das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. "Os corpos dessas pessoas nunca foram encontrados", lembra Palmar.

A psicóloga argentina Liliane Ruggia, de 38 anos, ainda não desistiu de encontrar os restos mortais do irmão Enrique. Em 1993, ela visitou Foz do Iguaçu com esse objetivo. Em 97, mandou uma carta ao deputado Irineu Colombo e ao prefeito de Medianeira, Luiz Suzuke – ambos do PT – pedindo o apoio deles nas buscas.

Na última semana, a reportagem da Folha *tentou localizar o sítio onde os guerrilheiros teriam sido mortos. Moradores da comunidade rural afirmaram desconhecer a existência desse sítio e as supostas atividades desenvolvidas nele.*

Nos cartórios de Registro de Imóveis de Medianeira e Matelândia também não há qualquer escritura de propriedade em nome de Sebastião Medeiros ou do Exército.

> *Em entrevista à revista Veja o sargento Marival Chaves, que trabalhou nos órgãos da repressão da ditadura militar, confirmou que o grupo de Onofre caiu na cilada em que o pivô teria sido o também sargento Alberi. Em 11 de Fevereiro de 79, o corpo de Alberi, principal testemunha desse episódio, foi encontrado entre os municípios de Medianeira e Missal. Sua morte também é atribuída aos militares.*

A manchete estampada na capa do jornal mexeu com os militares envolvidos na chacina, que armaram uma manobra diversionista e levaram as investigações para outro local.

ESCAVAÇÕES EM NOVA AURORA

O TEXTO DE CAPA DA *Folha do Paraná* noticiando que os desaparecidos do grupo de Onofre Pinto teriam sido enterrados no Parque Nacional do Iguaçu mexeu no vespeiro e tirou das sombras alguém que se identificou como ex- membro da “comunidade de informações” no período da ditadura.

Alguns dias após a publicação da matéria ligaram a cobrar para minha casa. Eunice atendeu ao telefone e do outro lado uma pessoa que não se identificou procurou por mim dizendo apenas que era um antigo companheiro do MR8. Ele não deixou nenhum número de telefone para que eu pudesse retornar a ligação. Quando cheguei, minha mulher falou sobre o telefonema. Achei muito estranho, pois mantenho contato permanente com todos os meus companheiros da época e nenhum deles iria me procurar daquele jeito estranho.

O Movimento Revolucionário 8 de Outubro surgiu em Niterói, então capital do Estado do Rio de Janeiro. Na época era apenas uma Organização Política Militar - OPM e foi formada por parte da Dissidência Comunista fluminense e membros das dissidências de Brasília, Guanabara e Paraná. Em 1968, a OPM decidiu organizar um foco guerrilheiro na região Oeste do Paraná. Para implantar infraestrutura e fazer levantamentos, eu fui deslocado para a área juntamente com Nielse Fernandes, Milton Gaia Leite, Mauro Fernando de Souza e João Manoel Fernandes. Enquanto isso, os demais companheiros ficaram no Rio, Niterói e Curitiba. Quanto ao sucedâneo, trata-se da Dissidência Comunista do então Estado da Guanabara, que adotou a sigla ao assinar um manifesto junto com a Ação Libertadora Nacional - ALN, por ocasião do sequestro do Embaixador dos Estados Unidos, Charles Burke Ellbrick. Como nós dos Oito antigo havíamos caído e a repressão proclamou a liquidação do MR8, o pessoal da DI da Guanabara assinou o documento como MR8 para demonstrar que a organização continuava na ativa apesar do barulho feito pela ditadura por ocasião de nossa prisão. .

Pois bem, ainda no mês de julho de 2001 a tal pessoa fez novas ligações, porém não me encontrou em casa em nenhuma das vezes. No início de agosto, numa dessas casualidades, eu atendi ao telefone – geralmente quem atendia era Eunice ou minhas filhas Andréa, Ana Luzia e Janaina – e era o dito-cujo que disse estar de passagem por Curitiba e precisava falar comigo sobre a Operação Condor. Demonstrando ansiedade na voz, ele afirmou ainda que estava num telefone público, que iria mudar de aparelho e voltaria a telefonar em seguida. Esperei a ligação noite adentro, e ela não aconteceu. Fiquei, como é normal, curioso e apreensivo. Quem seria? Por que me procurou? Foi então que imaginei que teria sido por causa da matéria publicada pela *Folha de Londrina.*

Alguns dias depois, ainda no mês de agosto, a tal pessoa voltou a telefonar; uma de minhas filhas atendeu e pediu para ele ligar mais tarde, o que só veio a acontecer por volta das 22 horas. Dessa vez eu me encontrava em casa e atendi o telefonema. Do outro lado da linha a pessoa se identificou dizendo que era ex-oficial do Exército, que estava de passagem por Curitiba e possuía informações sobre o local onde foi enterrado o grupo de Onofre Pinto. Disse ainda que não queria aparecer, pois estava tentando uma reintegração ao Exército e tinha receio de se prejudicar.

Em resumo, ele revelou que os corpos foram enterrados numa vala comum na fazenda de Fouad Nacli, ex-deputado da extinta Aliança Renovadora Nacional - Arena, partido que deu sustentação à ditadura militar, localizada na estrada que liga Nova Aurora a Formosa, no Oeste do Paraná, e que a vala foi cavada no eixo da pista de um antigo campo de aviação da fazenda.

Diante dessas informações, eu sugeri para ele falar pessoalmente com algum dos meus amigos curitibanos. O sujeito ficou cabreiro, disse que não queria "nada de imprensa", mas mesmo assim topou encontrar-se com alguém enviado por mim. Combinamos que deveria voltar a me chamar dentro de meia hora.

Nesse meio tempo tratei de procurar em Curitiba alguns amigos que estivessem inteirados do assunto e pudessem ir ao encontro. Liguei para o Vitório Sorotiuk, que foi meu colega de cela no Presídio do Ahú. Expliquei assim por cima o que estava acontecendo e perguntei se ele poderia encontrar-se com o cara. Vitório me disse que não seria possível sair de casa naquele momento e

que era para o cara deixar a informação por escrito na portaria do Edifício Asa, onde está localizado seu escritório de advocacia. Não cheguei a descartar totalmente a sugestão do Vitório, reservei-a como uma última cartada caso eu não conseguisse encontrar alguém com possibilidade de encontrar-se com o informante.

Enquanto isso o tempo ia passando e eu era todo emoção. Finalmente aquele segredo da época da ditadura, guardado a sete chaves, seria aberto e o País ficaria sabendo o destino que foi dado ao último grupo de ação armada. Na corrida contra o relógio eu ia tentando ligar para outras pessoas e não encontrava ninguém em casa. Parecia que todos os meus amigos haviam combinado sair naquela noite. E assim foi até que eu consegui falar com José Carlos Mendes. Pois bem, expus o caso para o Zé, que prontamente atendeu ao meu pedido e indicou para o encontro um dos bares que ele costuma frequentar.

Foi na mosca. O Mendes era o cara certo, começou sua militância no Movimento Estudantil Livre - MEL, em 1970 entrou na Vanguarda Popular Revolucionária, participou do sequestro do Embaixador Suíço e conhecia o Negão - assim a gente chamava o Onofre. Além disso, esteve ligado ao trabalho de organização de bases para a reativação da luta armada que a VPR desenvolveu na fronteira do Brasil com a Argentina, na região do Alto Uruguai em 1972/73. Agora era só esperar o informante voltar a ligar. Quando faltavam apenas alguns minutos para esgotar a meia hora que havíamos combinado, o telefone tocou. Avancei ansioso. Que joça! Era minha filha Andréa querendo saber se a minha outra filha, Ana Luzia, ia ao aniversário não sei de quem. Pedi para ela ligar mais tarde e pus o telefone de volta no gancho. É sempre assim: quando a gente está apreensivo, esperando um telefonema importante, alguém liga e geralmente é para falar abobrinha. Aliás, naquele momento o único assunto que me interessava era o meu. Nos minutos de espera pela ligação os meus pulmões receberam uma carga extra de nicotina. Naquela época eu fumava.

Já eram quase onze da noite quando o informante voltou a ligar. Justificou a demora dizendo que teve de andar muito até encontrar um orelhão onde pudesse falar com segurança. Achei que estava exagerando, mas entendi que até os ex-agentes da repressão têm o direito de ser paranoicos.

Passei então ao cara o local do encontro com José Carlos, além de suas características físicas e a roupa que estaria vestindo.

Não demorou nem quinze minutos e o Zé ligou para mim, dizendo que naquele momento estava acompanhado de sua namorada e conversando com a tal pessoa no bar. Disse ainda que havia alguma coerência no que dizia o tal militar arrependido e de pronto passou o telefone para ele falar comigo. Ao perguntar-lhe por que havia me escolhido, ele revelou que no passado foi membro do serviço de inteligência do Exército e que na década de 70 tentou localizar-me dentro e fora do país. Disse ainda que sua decisão de procurar-me para conversar aconteceu após ler a entrevista que eu havia dado para a *Folha de Londrina*, principalmente devido à minha declaração de que a procura pelos corpos não tinha nenhum objetivo de vingança, mas sim resgatar a trajetória dos companheiros para a história e os restos mortais para seus familiares.

O “ex-oficial” revelou que apesar de não ter participado das mortes estava tendo uma crise de consciência e – “como pai de família e cristão” – havia decidido revelar a localização da cova. Finalmente nos despedimos e ele se comprometeu a mandar alguns documentos e fotos para um endereço dado pelo José Carlos. Mais tarde, já em casa, o Zé ligou para mim e disse ter um croqui desenhado pelo tal ex-oficial e que, segundo o que ele havia dito, os corpos teriam sido enterrados numa fazenda que na época pertencia ao ex-deputado pela Arena, Fouad Nacli, localizada na estrada que liga Nova Aurora a Formosa, no Oeste do Paraná. Ainda de acordo com as informações dadas pelo “ex-oficial”, a vala teria sido aberta no eixo de uma antiga pista de pouso, que possuía então aproximadamente mil metros e margeia a estrada.

No dia seguinte liguei para Brasília e passei a informação ao Nilmário Miranda, então deputado federal e representante da Câmara dos Deputados na Comissão Sobre os Mortos e Desaparecidos Políticos, naquela ocasião justaposta ao Ministério da Justiça.

Ainda naquele mês de agosto, acompanhado por Adão Almeida, meu amigo há vinte e dois anos e agente da Polícia Federal, viajei para Nova Aurora, cidade da região Oeste paranaense e que está situada a 567 quilômetros de Curitiba e 189 km de Foz do Iguaçu. Sem maiores dificuldades encontramos a antiga pista de pouso, na ocasião tomada por plantação de trigo. Conferimos sua

extensão e, pela nossa medição, de cabeceira a cabeceira, deu um pouco mais de oitocentos metros. Apesar das coordenadas fornecidas pelo “informante” estarem completamente furadas, descobrimos que a pista de pouso havia sido utilizada até meados de 1974, ano em que foi desativada.

Chegou setembro, voltei a falar com Nilmário e disse a ele que tínhamos uma informação, um local e até um desenho para chegar à cova. Ponderei que a informação tinha pouca consistência, mas que não deveríamos ignorá-la. Afirmei ainda que eu estava de mãos atadas, pois não podia fazer mais nada além do que eu já havia feito até aquele momento. Ele respondeu que estava providenciando sua vinda para Foz do Iguaçu, mas que isso só seria possível após as eleições municipais, pois teria de coordenar o pleito em Minas Gerais, onde presidia o Partido dos Trabalhadores. Chegou o final de ano e novamente a vinda de Nilmário teve de ser adiada, dessa vez devido às sessões extraordinárias na Câmara dos Deputados.

Veio o início de 2001 e, como nada acontecia desde que eu havia recebido a informação do tal “ex-oficial”, decidi entrar em contato com amigos do grupo Tortura Nunca Mais, do Rio de Janeiro. Eu estava ansioso e queria logo passar a limpo a batata quente que estava em meu poder. Até então a única informação que eu tinha fornecido ao Nilmário e aos amigos do Rio era de que uma pessoa assim e assado havia me procurado para dizer o lugar onde foram enterrados Onofre Pinto e seus companheiros.

Finalmente em abril, Nilmário veio a Foz do Iguaçu e fomos – eu, ele e Almeida – até o local. Mais uma vez checamos todas as informações, puxamos trena e fizemos algumas investigações na cidade de Nova Aurora. Conversa daqui, conversa dali e descobrimos o endereço de Liberato Fávero, pai de Luiz Andréa e Alberto, que foram presos em maio 1970 durante operação militar montada com objetivo de desbaratar uma base da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares - VAR/Palmares, existente na região. Naquela ocasião foram presos o professor Luiz Andréa Fávero, sua esposa Isabel, seu irmão Alberto e os agricultores Benedito Ozório Bueno, José Aparecido Germano, Gilberto Hélio Silveira, José Dedado Mota e Adão Pereira Rosa.

A fazenda do ex-deputado pela Arena, Fouad Nacli, foi usada como quartel-general da operação e um avião militar aterrissou no campo de pouso. Participaram da operação o capitão Fernando José Vasconcelos Krüeger, o tenente Espedito Ostrovski, o capitão Julio Cerda Mendes, o tenente Paulo Avelino Reis e os cabos Orlando e Felipe, além dos agentes do DOPS "Juvenal" e "Pablo".

No Tomo V do livro *Brasil Nunca Mais,* volume 2, *As Torturas,* nas páginas 805, 806 e 807, Luiz Andréa Fávero relatou que em 1970 esteve preso no Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu e no auto de qualificação e interrogatório na Auditoria Militar ele fez o seguinte relato transcrito abaixo:

> ...que em dita dependência os policiais retiraram violentamente as roupas do interrogando e, utilizando-se de uma bacia com água, colocaram os pés do interrogando, valendo-se ainda de fios, que eram ligados a um aparelho, passaram a aplicar choques; (...) que, a certa altura o interrogando ouviu os gritos da sua esposa e, ao pedir aos policiais que não a maltratassem, uma vez que a mesma encontrava-se grávida, obteve como resposta uma risada; (...) foi conduzido para uma sala existente naquele local, por dois policiais que diziam pertencer ao DOPS do Rio/GB, um de nome Juvenal e o outro de nome Pablo; que em dita sala novamente o interrogado foi submetido a torturas, já das mesmas participando o capitão Júlio Mendes, e o tenente Espedito (...) que quer acrescentar ainda que o policial civil de nome Juvenal, em certa altura das torturas que se infringia ao interrogando, mostrou a este um emblema de uma caveira, intitulando-se participante do Esquadrão da Morte (...) posteriormente transferido para Curitiba; que nesta cidade foram levados ao Quartel da PE, lá encontrando já fardado a pessoa que comandava a operação realizada em sua residência e mais dois sargentos que participaram também das torturas; que o capitão é de nome Krüger, e os sargentos Bruno e Balbinoti (...)

Liberato Fávero e sua esposa, dona Maria, receberam-nos de braços abertos, serviram café e falavam dos filhos e das perseguições que sofreram em Nova Aurora. Ficaram ainda mais contentes quando eu lhes disse que conhecia o Luiz e que meu último contato com ele foi no Chile. Em seguida

ligaram para o filho, que é professor na Universidade Rural de Pernambuco, e bati um papo com ele. Já estávamos de saída quando chegou Alberto, o filho que mora no sítio. Aliás, Alberto foi bastante útil no decorrer de nosso trabalho em Nova Aurora.

Ainda sobre as prisões dos militantes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, vale a pena transcrever uma carta que chegou à redação da *Folha de Londrina* logo após a publicação de matérias sobre as escavações em Nova Aurora. A carta foi enviada por um ex-soldado que serviu no então 1º Batalhão de Fronteiras, de Foz do Iguaçu.

> Barbosa Ferraz, PR, 02 de Agosto de 2001
> Senhores redatores:
>
> Lendo a edição da *Folha do Paraná* da presente data fiquei contente em ver a matéria sobre os desaparecidos do regime militar, mais especificamente a ação realizada na cidade de Nova Aurora, em 1970.
>
> Fui integrante daquela missão feita em 1970 e sempre tive um peso na consciência, pois presenciei de perto o sofrimento do casal de professores Luiz André Fávero e Isabel.
>
> Após a prisão dos dois (do irmão eu não me lembro), certo dia eu estava de guarda no xadrez onde se encontrava o casal (o professor se encontrava numa sala minúscula nos primeiros dias e quando ele se encontrava em estado deplorável foi colocado numa sala apertada debaixo de uma escada), tive muita dó dele porque os testículos dele estavam muito inchados devido a choques elétricos e sua esposa se encontrava fechada numa sala escura com a porta que não deixava ver o que acontecia lá dentro.
>
> Ela sofria choques elétricos nos seios e estava grávida. Segundo informações ela abortou. Aliás, ela era muito bonita. Depois disso não tive mais notícias deles, pois eles anoiteceram e não amanheceram no xadrez do Primeiro Batalhão de Fronteiras, hoje com outra denominação.
>
> Certo dia quando eu estava de guarda no xadrez me revoltei com as torturas sofridas pela professora Isabel e praticadas pelo tenente Espedito Ostrovski. Peguei meu FAL e fui em direção à porta para dar fim àquela desumanidade, mas fui

contido por um sargento que me aconselhou a não me meter e ainda guardou silêncio do meu ato.

Embora sendo soldado eu era pessoa de muita confiança dos meus superiores, porém eu era tal vez o único a ser contra tudo aquilo que eu via, pelo menos era eu que me revoltava.

Treinamos muito naquela época a combater distúrbios civis e durante alguns treinamentos uns ficavam à paisana fazendo algazarras e dizendo nós somos do MDB e vamos derrotar o governo e implantar o comunismo, e, por incrível que pareçam, os recrutas acreditavam em tudo que os superiores falavam, só eu que não, mas só discutia com os meus iguais que naquele momento já tinham sofrido uma lavagem cerebral.

O comandante daquela missão não foi citado pelo jornal, mas era Ary Dio Martins de Magalhães, que foi em seguida promovido a General de Brigada e virou adido militar na embaixada brasileira no Paraguai, sendo mais tarde nomeado pelo ministro Mário Andreazza para governador do Território de Roraima. O tenente R2 deu baixa, recebeu uma condecoração e foi nomeado diretor de segurança da Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica).

Participaram dessa missão, o Exército, um pelotão da Aeronáutica e os carnificidas do DOPS. Eu estava num pelotão que atuou numa faixa à margem direita da fazenda, no sentido de quem vem de Nova Aurora.

Gostaria muito de saber se o casal de professores está vivo, mas infelizmente não posso dar meu nome temendo represália.

QUE DEUS PROTEJA A
TODOS. ZÉ PEREIRA.

APÓS TERMOS FEITO o reconhecimento da área de Nova Aurora e conversado com os Fávero, no final da tarde voltamos para Foz do Iguaçu e Nilmário prometeu trazer em breve um grupo de técnicos especializados em pesquisa de subsolo.

Na primeira quinzena de maio, ele voltou acompanhado pelo doutor Luiz Carlos Aranha, geofísico da Universidade Federal de Minas Gerais, e mais dois geólogos ajudantes. Durante dois dias foi feito o rastreamento com um radar de penetração de solo (GPR), e o mesmo acusou duas situações de movimentação no subsolo do local onde teriam sido enterrados os desaparecidos, de acordo com o croqui feito pelo informante.

O próximo passo seria trazer para a região a Equipe Argentina de Antropologia Forense, famosa por trabalhos de escavações no Chile, Argentina e Bolívia. Os pesquisadores argentinos vêm trabalhando há anos na aplicação das ciências forenses, particularmente a antropologia, na investigação de violações dos direitos humanos. A equipe é uma organização científica não governamental e entre seus inúmeros trabalhos está a descoberta da cova onde foi enterrado Che Guevara.

A Comissão dos Mortos e Desaparecidos fez o contato e ficamos aguardando. Passamos os meses de junho e julho esperando por uma vaga na agenda do grupo. Em julho enviei um *e-mail* para Liliane Ruggia, pedindo que ela nos ajudasse no esforço de trazer os geólogos. No dia 7 ela respondeu informando que o grupo só poderia vir em agosto.

De: “Joaquin Farina”
Para: Aluízio Palmar” Data: 10/07/2001 13:48
Assunto: Enrique Ruggia

Querido Aluízio:

TE AGRADEZO DE TODO CORAZÓN tu interes por el caso de mi hermano y sus compañeros, como así también la detallada información sobre estas noticias, que te teen como protagonista.

> Tu informassem es para mi de uma grau importância afetiva pois me permite seguir completando esta historia, cuyo fin sigue siendo el hallazgo del cuerpo de mi hermano.
> Entiendo que vos sentis que no se le da a tu información el rápido curso que ambos queríamos. Me comuniqué en el Estúdio Argentino de Antropología Forense com Luis Fonderbrider, el encargado del tema Brasil.
> El me dijo que viajan a Brasil el Jueves 11-07 y que a princípios de Agosto vuelven a trabajar a Brasil y que su primer destino será el trabajo em Foz y tendrian planeadas otras excavaciones em Brasil para principios de Agosto (comezando por Foz).
> Luis dice que este tema de las excavaciones lo maneja Suzana Lisboa de la Comisión de Familiares de San Pablo.
> Aluízio, te saludo com inmenso cariño. Te informaré todo lo que sepa al respecto, y te pido si podes vos hacer lo mismo.
> GRACIA
> Liliane

Depois de dois meses de espera, em três de agosto voltamos para Nova Aurora, dessa vez acompanhados por Dario Olmo e Miguel Nielva, membros da Equipe Argentina de Antropologia Forense, e mais Suzana Lisboa, representante dos familiares na Comissão dos Mortos e Desaparecidos, Liliane Ruggia, irmã de Ernesto Ruggia, e Káthia Pinto, filha de Onofre Pinto.

Na manhã daquele mesmo dia começou o trabalho de escavação coordenado por Nilmário Miranda. Orientados pelo relatório do geofísico da Universidade de Belo Horizonte, os argentinos Dario e Miguel fizeram escavações até o anoitecer sem obter nenhum resultado. Na manhã seguinte retornaram ao trabalho e por volta de meio-dia Nilmário decidiu suspender as buscar alegando que era preciso fazer pesquisas mais meticulosas antes de retomar as escavações. A frustração foi geral e todos nós saímos tristes do local. Estávamos envolvidos numa baita expectativa e transmitimos nossa ansiedade e esperança a todos, inclusive para a população local, que acompanhou a escavação, torceu e se mostrou solidária. Naqueles dias, a pequena Nova Aurora e cidades vizinhas conheceram e vivenciaram a luta que vem sendo travada há anos pelas organizações de direitos humanos na busca pelos desaparecidos da ditadura

militar.

Durante todo o dia, comerciantes, agricultores e funcionários públicos se postaram à margem da estrada e vinham oferecer informações, fotos do campo de pouso, ferramenta e gente para ajudar à cavar. Vendedores ambulantes estacionaram seus *trailers* no local e a imprensa nacional fez uma cobertura completa dos acontecimentos. Apesar da falta de resultado, as escavações de Nova Aurora puseram novamente na mídia o tema dos desaparecidos e me motivaram a continuar até com mais afinco as investigações.

Dois meses após o término das escavações em Nova Aurora, eu e Adão Almeida saímos em busca do sítio do Banhadão. De acordo com informação divulgada no *site* do deputado Irineu Colombo, os corpos dos militantes da VPR assassinados no Oeste do Paraná estariam naquele local, e, como eu não desprezava nenhuma pista, saí em busca do sítio. O Banhadão era uma das duas propriedades rurais adquiridas pelo MR8 durante a implantação de infraestruturas para a guerrilha rural. O sítio havia sido confiscado pelo Exército e, segundo Colombo, o grupo de Onofre Pinto foi atraído para lá, onde foi preso, torturado e assassinado. Naquela época as localidades do Banhadão e Feijão Verde, ambas situadas no Município de Matelândia, eram ocupadas por posseiros. Em 1971 a região foi tomada por conflitos entre jagunços a serviço de latifundiários e posseiros que cultivavam havia anos aquelas terras. O Exército ocupou a área e uma operação comandada pela 2ª Seção, então dirigida pelo capitão José Roberto Cerda Mendes e pelo tenente Espedito Ostrovski, reprimiu uma reunião e os posseiros foram levados presos para o Batalhão de Fronteiras em Foz do Iguaçu.

Três anos antes desses conflitos a Dissidência Comunista do Estado do Rio havia comprado o sítio do Banhadão, localizado no Espigão São Sebastião, Município de Matelândia e pôs para morar nele o Azizo Cordeiro da Fonseca, um agricultor “importado” do Norte do Estado do Rio de Janeiro e que era ligado ao movimento das Ligas Camponesas.

Durantes horas eu e Almeida viramos e reviramos a região procurando a antiga base do MR8, mas não teve jeito da gente localizar o sítio. Frustrado por não ter encontrado o local que eu costumava frequentar no passado, sugeri ao Almeida que aproveitássemos a viagem e fôssemos ao Fórum de Medianeira em busca do Inquérito Policial aberto após a morte do sargento Alberi.

Durante dois dias mergulhei naquela papelada para ver se encontrava alguma pista. Após ler e reler os depoimentos das testemunhas e dos parentes da vítima, concluí que depois de ter sido “cachorro” da repressão, Alberi acabou marginalizando-se e passou a praticar assaltos e a trazer entorpecentes da Argentina. O ex-guerrilheiro havia chegado ao fundo do poço. Seu círculo de amizade era constituído pela escória da polícia e por bandidos.

No dia quatro de dezembro voltamos a pegar a BR-277 em direção a Nova Aurora para ouvir o que diziam as pessoas após as escavações. Finalmente, Almeida havia sido colocado pela Polícia Federal à disposição da Comissão 9140 para trabalhar especificamente no caso dos desaparecidos do grupo do Onofre. A caminho de Nova Aurora fiz um balanço de todas as informações e mais uma vez me senti perdido, sem ter por onde começar. A esperança que havia sido dada pelo “militar arrependido” extinguiu-se nas escavações que fizemos no antigo campo de pouso. Depois havia aquela informação de que o pessoal foi enterrado no sítio do Banhadão ou ainda no Parque Nacional do Iguaçu. E olha que podem ter sido enterrados em qualquer lugar na imensidão da área inundada pelo Lago de Itaipu. Definitivamente, aquele trabalho era como buscar uma agulha num palheiro.

Chegamos a Nova Aurora por volta de meio-dia. Guiados por Alberto Fávero fomos falar com a ex-namorada de um tratorista que trabalhou na Café do Paraná, empresa que prestava serviços ao Governo do Estado e que em 1974 teria feito uma vala entre a extinta pista de pouso e a estrada PR-239. A gente suspeitava de que aquela pudesse ser a vala onde foram enterrados os desaparecidos. Encontramos Elizabeth Ribeiro no hospital da cidade e ela declarou que de fato namorou o tratorista na década de 70, mas por pouco tempo, pois, como sua família era contra o romance, ela foi trabalhar em São Paulo.

Mais tarde, descobrimos que o tratorista havia morrido enforcado em 1974, na fazenda do ex-deputado Fouad Nacli. Essa informação, que nos foi dada por Jamiro Biduino, dono de um sítio que fica nas cercanias de Nova Aurora, atiçou ainda mais nossa imaginação. Aquilo tinha todas as características de uma queima de arquivo. Vai ver que o cara foi contratado para fazer a vala onde enterraram os desaparecidos e depois o mataram sugerindo um enforcamento.

De posse desse dado novo, nos dirigimos à Delegacia de Polícia, onde fomos atendidos pelo cabo Reichembach. Depois de mexer e remexer os livros de ocorrências, o cabo nos informou que somente documentos produzidos a partir de 1978 estão arquivados na delegacia. Disse ainda que os livros anteriores ficaram deteriorados em decorrência da umidade causada pelas goteiras existentes no depósito onde é guardada a papelada.

Para nos informar sobre as ocorrências do início da década de 70 o cabo indicou o policial aposentado Balbino Antenor, que teria sido escrivão na época. Esse declarou que chegou a Nova Aurora em outubro de 1978 e que nada sabia sobre a morte por enforcamento de um tratorista da Café do Paraná. O mesmo afirmou Orestes Bustolim, que exerceu o cargo de delegado de policia entre 1970 e 1973, além de ter sido informante do Batalhão de Fronteiras. Por falta de consistência nós arquivamos a história da morte por enforcamento do tratorista. Ainda mais depois de os moradores dizerem que naquela época os suicídios eram comuns em Nova Aurora.

Quem disse para nós que em 1974 existia uma vala entre o campo de pouso e a estrada foi o agricultor Jamiro Biduino. Mais tarde Isaque Castelli de Carvalho, dono de uma lanchonete no centro de Nova Aurora, confirmou a informação. Ele contou que quando criança estudava na escolinha que ficava na cabeceira Oeste da pista de pouso, e num final de tarde uma pessoa fazia uma vala a mais ou menos 300 metros da escola, entre a pista de pouso e a entrada que hoje está asfaltada. Isaque disse ainda que perguntou ao tratorista pra que aquele buraco e ele informou que era uma drenagem para o campo de aviação. Dias depois, segundo ainda o dono da lanchonete, o buraco foi tapado. Isaque contou essa história diversas vezes num período de quatro meses.

Entretanto, aquela versão foi contestada por Armando Malle, transportador e morador no centro de Nova Aurora. Ele afirmou que de fato o buraco existiu, mas que o mesmo ficou aberto até 1978. Contou ainda Malle que em certa ocasião seu trator chegou a cair na valeta. Porém, o comerciante Vilson Araújo Sanches, proprietário de uma loja de autopeças localizada no centro de Nova Aurora, disse que Armando Malle estaria enganado, pois por volta de 1975 ele ia namorar no campo de pouso e lembra muito bem que o buraco já estava tapado.

Essa história do buraco, cheia de contradições e recheada pelo provável suicídio de uma testemunha, deixou-nos confusos e sem nenhuma pista com coerência. Ainda naquela viagem conversamos com Luiz Sanches, dono de um sítio em Nova Aurora, disse que na década de 70 tinha um avião Bonanza e aterrissou algumas vezes no campo de aviação próximo à Fazenda São Jorge, que pertenceu ao ex-deputado Fouad Nacli. Segundo Luizinho, como ele é conhecido, a pista, localizada à margem direta da PR-239, possuía no máximo 600 metros de extensão e sua cabeceira Oeste ficava a aproximadamente cem metros da escolinha, enquanto a cabeceira Leste era próxima a um potreiro que existia na propriedade da família Carvalho.

Para completar nossa investigação em Nova Aurora fizemos cópia de uma foto aérea do local onde funcionava o campo de pouso e que se encontra na prefeitura. Em busca de outras informações estivemos ainda na Rádio Clube, e o seu proprietário veiculou durante dois dias avisos pedindo a quem possuísse fotos antigas do campo de pouso que as levasse até a emissora.

Meses após esta viagem a Nova Aurora, recebi uma ligação de Alberto Fávero avisando-me que um chileno, dono de uma eletrotécnica, conhecia uma pessoa que sabia onde enterraram os desaparecidos. Novamente eu e Almeida fomos para Nova Aurora, dessa vez munidos de um gravador digital. Chegando lá, de cara, Cláudio (esse é o nome do chileno) disse que antes do golpe que derrubou Allende ele foi da direção da Juventude Comunista, na cidade de Chillán. Depois de uma conversa de “cerca Lourenço”, ele revelou que a pessoa que conhecia o local onde foi feita a cova era o “carioquinha”, que por sinal estava viajando e só voltaria em cinco dias. Como não podíamos ficar em Nova Aurora esperando e também por achar que a conversa do chileno não era coerente, voltamos para Foz do Iguaçu mais uma vez com as mãos abanando.

VASCULHANDO OS ARQUIVOS DA DITADURA

DEPOIS DAS PERIPÉCIAS de Nova Aurora só voltei a buscar os desaparecidos do grupo de Onofre Pinto em setembro de 2002, quando o então ministro da Justiça Paulo de Tarso Ramos Ribeiro assinou um despacho determinando que a Polícia Federal disponibilizasse os arquivos do órgão à Comissão Especial Sobre os Mortos e Desaparecidos.

Eu fui credenciado pela Comissão para pesquisar a papelada existente na Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, e pelo período de quase dois meses vasculhei os mandados de prisão, informes, radiogramas, ofícios recebidos e expedidos, dossiês, relatórios e outros tipos de documentos produzidos pela burocracia policial. Reconheço que é uma busca tardia, pois no Brasil, ao contrário do Chile, Argentina e do Paraguai, os arquivos da repressão estão sendo abertos fora do tempo apropriado. A Lei da Anistia brasileira, além de ter permitido a devolução dos direitos civis e políticos aos perseguidos pela ditadura, anistiou os agentes da ditadura e serviu também ao propósito do esquecimento do passado. A consequência dessa situação esdrúxula é o fato de que enquanto as vítimas precisam remexer nos arquivos para que histórias sejam reconstruídas, os algozes e seus cúmplices fazem de tudo para que o passado permaneça intacto e possam, assim, terminar em paz os seus dias. O esquecimento e a negação da memória têm sido um traço marcante no comportamento das elites brasileiras. O passado é visto como uma presença incômoda que deve ser soterrada em nome da tranquilidade do presente. Tranquilidade para quem?, deve-se perguntar. Uma pessoa, uma cidade, um povo ou um país que desconhece sua história e esquece seu passado caminha sem rumo para o futuro.

Essa situação, e faz lembrar o filme alemão *Cidade Sem Passado,* que expõe com clareza o resgate da memória e coloca em pauta o comportamento dos cidadãos pessoas durante um regime de exceção. No filme, as pessoas que foram ou colaboraram com os nazistas desejam que o passado continue intocado e para isso dificultam o trabalho de uma estudante que recebeu a tarefa de escrever uma redação sobre o comportamento dos habitantes de sua cidade

durante o Terceiro Reich. De posse de um gravador a jovem partiu para entrevistar seus conterrâneos. Ninguém quis falar. Diante do silêncio de todos, a estudante recorreu ao arquivo público da cidade e descobriu os vários níveis de colaboração de seus conterrâneos com o regime nazista.

Durante minha pesquisa no arquivo da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu eu me senti como a personagem daquele clássico do cinema *cult*. Ao esmiuçar os quase vinte mil documentos buscando pistas que indicassem as circunstâncias das mortes dos desaparecidos políticos e a localização dos seus restos mortais, eu tive acesso a um conjunto de documentos que traça a história do Oeste e Sudoeste Paraná, e em particular de Foz do Iguaçu, nos últimos 30 anos. São pedidos de busca, reclamações, investigações e inquéritos sobre as lutas dos camponeses em defesa de suas posses ameaçadas por jagunços a soldo dos latifundiários. Além de volumosa documentação sobre as organizações de esquerda e seus membros, o arquivo da Polícia Federal é farto em documentos que registram questões locais. Essas vão desde fofocas políticas e controle dos cidadãos em geral até relatórios de dedo-duro. A esses documentos eram acrescentadas mais informações sempre que os agentes obtinham novos dados. Em seguida eles eram difundidos para toda a chamada comunidade de informações.

Sobre Onofre Pinto encontrei alguns documentos que davam certeza que seus passos foram monitorados desde que chegou no Chile vindo da Argélia. Descobri, por exemplo, documento da Divisão de Informações de Segurança do Comando da 4ª Zona Aérea, de agosto de 1973, com o título Subversivos brasileiros no Chile, traz o endereço de Onofre, obtido por meio da Agência Central do SNI:

> O sargento do Exército Onofre Pinto, banido, em setembro de 1969, para a ARGÉLIA, reside também em SANTIAGO no seguinte endereço: “Passagem SÃO CRISTÓVÃO 69/87”. O citado domicílio fica situado em um dos “paradeiros” da avenida SANTA ROSA.

Descobri também durante minha pesquisa no arquivo da Polícia Federal vários detalhes sobre a participação de Itaipu, através da Assessoria

Especial de Segurança e Informações - AESI, no esquema repressivo dos governos militares. Durante 15 anos a AESI espionou e emitiu relatórios que eram disseminados sistematicamente aos demais órgãos de repressão do regime ditatorial implantados após o golpe militar de 1964.

Comandado e operacionalizado por oficiais reformados, todos com serviços prestados aos órgãos de repressão do eixo Rio/São Paulo, o departamento de informações de Itaipu possuía uma radiografia completa de cada funcionário e atuava em conjunto com o Centro de Informações do Exército, especificamente com a 2ª Seção (Serviço Secreto) do 1º Batalhão de Fronteiras, hoje 34º BIMtz, com o serviço de Informações das polícias Federal e Militar, com o Centro de Informações do Exército-CIE, com o Centro de Informações da Marinha-Cenimar, com o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica - CISA e com o Serviço Nacional de Informações - SNI.

De 1973 a 1988, a AESI foi um reduto de militares e policiais torturadores que pertenciam ao esquema repressivo da ditadura. Alguns desses agentes atuaram dentro de uma estrutura paralela que era mantida pelo consórcio de construtoras Unicon e outras empresas que prestavam serviço à Binacional. Tanto a estrutura formal, AESI, como a clandestina possuíam suas similares no Paraguai. O aparelho de espionagem e repressão da Itaipu Binacional estava espalhado por diversas cidades do Brasil e suas principais bases operacionais estavam situadas no Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Assunção, além de Foz e Ciudad Del Este (na época Ciudad Presidente Stroessner). Os agentes da AESI lotados nessas bases operavam em Santiago do Chile, Buenos Aires e Montevidéu, colocando na prática a teoria das fronteiras ideológicas concebida pelo general Golberi do Couto e Silva.

Encontrava-se no arquivo da delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, até 2005, quando foi transferido para Brasília, uma vasta documentação mostrando as conexões da AESI com as ditaduras do Cone Sul. Aquilo que foi criado com objetivo de espionar os funcionários e os candidatos a emprego na construção da Usina Hidrelétrica acabou transformando-se num aparelho de inteligência a serviço da Operação Condor.

Nos arquivos da Aesi encontram-se relações de militantes da resistência contra as ditaduras do Chile, Uruguai e da Argentina. Sobre os paraguaios há uma vasta documentação guardada no Arquivo do Terror, em Assunção.

A participação de Itaipu na Operação Condor pode ser comprovada em diversos expedientes que se encontram no arquivo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, hoje parte do acervo do Arquivo Nacional, como, por exemplo, o informe 031/76, de 15/12/76, enviado pela AESI brasileira à sua similar paraguaia. Atendendo ao pedido de seus colegas paraguaios, os chefes do serviço reservado do general Costa Cavalcanti puseram os seus agentes ao encalço do médico ortopedista Agostín Goiburú Gimenez, dirigente do Movimento Popular Colorado - Mopoco e um dos mais destacados liderem da oposição à ditadura do general Alfredo Stroessner.

Dois meses após a AESI/Itaipu ter enviado o relatório aos militares paraguaios, Goiburú, que estava asilado na Argentina e costumava vir a Foz do Iguaçu visitar os amigos, desapareceu. Anos mais tarde o professor paraguaio Martim Almada descobriu durante pesquisa no arquivo secreto da polícia de Stroessner que Agostín Goiburú havia sido sequestrado e levado para o Paraguai, onde foi torturado até a morte no Regimento Escolta Presidencial, em Assunção.

No decorrer da pesquisa no arquivo da PF eu me deparei mais uma vez com o caso dos desaparecidos do grupo de Onofre Pinto. As novas informações que iam surgindo atiçavam minha curiosidade e me levavam a percorrer os caminhos seguidos pelo sargento Alberi após ele ter perpetrado seu ato de traição.

Alguns documentos revelam que a Polícia Federal não tinha conhecimento de que Alberi havia se tornado um alcaguete. Naqueles anos de chumbo até a ação dos “cachorros” era compartimentada. Cada órgão do sistema repressivo tinha os seus informantes, infiltrados ou recrutados, e os preservava para que não fossem conhecidos.

Em seu depoimento à Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, em março de 2014, o coronel Paulo Malhães revelou que aconteceram casos como, por exemplo, o de certo preso que colaborava com o CIE ser preso pelo Cenimar. Era na base de cada um no seu quadrado. "Cachorro" de um serviço era blindado e de uso exclusivo do serviço que, na base de torturas, ameaças chantagens o

convenceu a colaborar. "Fazer um informante não era fácil. Por isso depois de virar o preso a gente fechava ele", revelou Malhães à Comissão da Verdade.

De acordo com Elio Gaspari, em seu livro *A ditadura escancarada,* “o comandante do DOI paulista, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, teve em torno de uma dezena de ‘cachorros’, e um de seus oficiais, o capitão Ênio Pimentel da Silveira, Dr. Ney, manteve um ‘canil’ com doze”.

Voltei a encontrar novas referências ao sargento Alberi em diversas outras pastas. Eram informes passados à Polícia Federal e ao Exército pelo serviço reservado da Polícia Militar do Paraná, e eles revelavam, pela sua falta de nexo, que a execução dos militantes da VPR ficou restrita ao grupo responsável pela ação. Como eu não podia fotocopiar os documentos anotei em cinco cadernos tudo que julguei valer a pena, como, por exemplo, a correspondência entre a DPF/FI e a polícia da Província de Misiones, Argentina, sobre um brasileiro que morava em Puerto Iguazú, Argentina, e que foi assassinado em setembro de 1976 dentro de um restaurante daquela localidade.

> *001/76*
> *Província de Misiones*
> *Policía de Puerto Iguazú*
> *Iguazú Misiones (RA), junio 3 de 1976*
> *Ao señor*
> *Delegado de La Policia Federal de Foz do Iguazú*
> *Brasil*
> *No ES grato dirigir me AL setor Delegado de La Policia Federal, solicitándole a título de muy valiosa colaboración, quiera tener a bien informar antecedentes de toda índole que pudiera registrar el que em vida fuera FRANCISCO MARODIM, cuyos datos de identidad se adjunta.*
> *Sin outro particular, saludo al señor Delegado com atenta consideración y respecto.*
> *David Yanni*
> *Subcomissário*

Em resposta ao ofício do subcomissário de Puerto Iguazú, o Setor de Informações da Polícia Federal encaminhou a seguinte informação à polícia argentina.

> *Francisco Marodim*
> *RG. 833.246*
> *FD: - Série V – 4343*
> *Seção: - V – 4224*
> *Hijo de Jorge Marodim e Dolarina Lopes Marodim*
> *Francisco Marodim*
> *07.06.76*
> *Polícia de Puerto Iguazú/ Misiones – RA Polícia de Puerto Iguazú/ Misiones – RA OF.S/Nº*
> *1001/76*
> *INFORMAÇÃO Nº 00380/76 AI/DPF/FI/PR*
> *- Pesquisas efetuadas nos arquivos desta Divisão de Polícia Federal, em relação a Francisco Marodim, registram os seguintes dados:*
> *-Informações obtidas de que o nominado está morando em Puerto Iguazú/Misiones – RA, em uma granja de cinco (5) hectares, situada na estrada que liga Puerto Iguazú ao Aeroporto, em companhia de Alberi Vieira dos Santos e Ataídes Gutierres de Almeida.*
> *- Usam constantemente para virem ao Brasil o Porto Carimã, porto este clandestino, que fica cerca de 1.500 metros a montante do Porto Meira.*
> *- Segundo informações, na granja junto com os nominados moram cerca de cinquenta (50) homens, todos brasileiros, e possuem grande número de armamento, inclusive quinze (15) metralhadoras Ponto Trinta (. 30).*
> *- Os referidos possuem uma camioneta F-100 brasileira, de cor azul com teto branco, licenciada na cidade de Humaitá, Rio Grande do Sul, placa XG-5118 e dirigida por Francisco Marodim.*
> *- Pretendem comprar uma camioneta Ford Argentina, Tipo F-100, que para isso darão sete milhões de pesos de entrada na compra do referido veículo. Um dos empregados foi reconhecido no Restaurante* El Relincho *pelo delegado de Polícia de Humaitá/RS, como um dos prováveis banidos, pelo Decreto 66.716 de 15.06.70, em troca do Embaixador Alemão. Seria*

ele possivelmente o advogado Lizt Benjamin Vieira, usando atualmente o nome de Valdemar.

- Segundo o proprietário da churrascaria, Valdemar é profundo conhecedor da situação atual do Brasil, sobre o qual faz seguidamente comentários.

- Consta que Alberi Vieira dos Santos possui um passaporte obtido no México com o número 1/498, carteira de identidade RG nº 3.402.64, expedida em Goiás. Consta também que o mesmo fez cursos de Guerrilhas no México.

- Encontram-se arquivadas neste DPF, cópias de Mandados de Prisão, contra Francisco Marodim e Alberi Vieira dos Santos.

- Também são elementos ligados ao tráfico e contrabando de Drogas e Entorpecentes da Argentina para o Brasil.

FRANCISCO
MARODIM

01/07/76

CPRP CPRP/BFRON

Informe Nº 024/75

CRP DE 13.11.75

Informação nº 00419/76 SI/DPF/FI/PR

Esta SI tomou conhecimento e informa que Francisco Marodim, objeto de difusão do documento em referência, foi assassinado no dia 02.06.76, no interior de um bar de sua propriedade na cidade de Puerto Iguazú – Misiones – República Argentina.

A princípio essa informação não me ajudou a decifrar o mistério que envolve o desaparecimento do grupo de Onofre Pinto. Aparentemente tratava-se apenas de um assunto ligado às estripulias armadas por Alberi durante sua fase de banditismo.

Apenas alguns meses mais tarde, ao voltar a analisar minhas anotações feitas durante o trabalho de pesquisa na Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, é que encontrei o fio da meada que iria me levar a elucidar o mistério que envolvia o desaparecimento dos militantes de esquerda que saíram do exterior para continuar a luta armada contra a ditadura.

Eu sabia que para descobrir o que havia acontecido com os desaparecidos eu teria de trabalhar com três alternativas: a institucional – em algum lugar deve haver um relatório; informação de algum militar arrependido ou então pesquisar

nos milhares de documentos que compõem o arquivo da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu. Eu estava nessa linha, tateando no escuro os caminhos percorridos pelo Alberi. Mexe daqui, mexe dali e lá pelas tantas, descobri entre os documentos arquivados na DPF/FI uma nova informação, dessa vez dando conta de que o sargento estaria frequentando o sítio de Etelvino Dornelles Caturra, que em 1965 havia sido seu colega na Guerrilha de Três Passos.

> *DPF/SI – PR*
> *Data 23/02/76*
> *Assunto: Etelvino Dornelles Caturra e outros*
> *Origem: PMEP*
> *Difusão: CI/DPF e DPF/FOZ Encaminhamento nº*
> *089/76 – SI/SR/DPF/PR*
>
> *1. Para conhecimento e devidos fins, este SI encaminha a esse órgão o documento constante do anexo.*
> *2. A 5ª Região Militar/DE solicitou aos órgãos de Segurança e Informações da área que não tomassem nenhuma medida, pois o Exército estava apurando os fatos relatados no INFE anexo.*
> *ESTADO DO PARANÁ*
> *POLÍCIA MILITAR*
> *ESTADO MAIOR*
> *GERAl*

2ª SEÇÃO

Informe Nº 052/PM2/1975

A. Data: 4 de fevereiro de 1975

B. Assunto: Edelvino Dornelles Caturra e outros

C. Origem: PM – 2

D. Referência: -

E. Classificação: B – 3 (NA FONTE) F. Dif.

Ant.:

G. Anexos:-

H. Difusão: 5ª RM – DE – CISESP – DOPS – SNI – DPI – DOPS – SNI – DPF

1. Foi constatado que na localidade de Santa Lúcia, município de Capitão Leônidas Marques, reside um elemento oriundo do Estado do Rio Grande do sul com o nome de EDELVINO DORNELLES CATURRA que possivelmente foi político no citado Estado. Constantemente, tal elemento recebe a visita de políticos cassados do Rio Grande do Sul. À noite circulam carros com placas diversas pela fazenda do nominado, o qual possui ligações com um elemento conhecido por Sargento Alberi e que seria ex-PM da Brigada do RS. O Sgto. ALBERI reside na República Argentina juntamente com 15 (quinze) elementos possivelmente subversivos foragidos do Brasil. De Edelvino ou do industrial conhecido por Marudin ou Morodin (corcel branco e F100 azul). Esse grupo recebe também assistência de um elemento conhecido por "Capito", que seria ex-capitão EB (cassado) e que é proprietário de um hotel em Porto Iguaçu. Tal grupo teria uma relação de 10 (dez) personalidades políticas do país e que deverão morrer. Possuíram uma grande fazenda no Parque Nacional do Iguaçu.

Mesmo sabendo que essa informação, oriunda do Serviço Reservado da Polícia Militar do Estado do Paraná, era um "samba do crioulo doido", fui, juntamente com meu filho Alexandre, que também é jornalista, até o sítio do

Caturra, localizado em Santa Lúcia. Eu queria saber se de fato o Alberi havia procurado Caturra naquela ocasião e para quê. De repente – por que não? – ali poderia ser a tal da área fictícia de guerrilha revelada pelo ex-agente do CIE, Marival Chaves.

Pergunta daqui, pergunta dali chegamos ao sítio, onde fomos recebidos por uma das filhas de Caturra que disse que não sabia de nada, pois na época era muito nova, mas que sua irmã, moradora em Santa Lúcia, poderia ter alguma informação.

Não encontramos a irmã em casa. Mais tarde fiz um contato por telefone e ela não quis responder minhas perguntas. Disse que toda a família havia sofrido muito quando seu pai foi preso e que mesmo depois de solto continuaram as perseguições.

Acabei deixando de lado essa pista, convencido de que o informe da Polícia Militar era fruto de pura alucinação de seu autor ou apenas mais uma história contada por algum policial ansioso para mostrar serviço.

Durante meu trabalho no arquivo da Polícia Federal de Foz do Iguaçu encontrei ainda muitos outros documentos relacionados às atividades dos brasileiros exilados na Argentina, tendo me chamado atenção a riqueza de detalhes desses informes. Em alguns, o informante tinha conhecimento do nome falso e até do tipo de documento de identidade que o exilado estava usando.

> *Pasta nº 1917/71*
>
> *Terroristas brasileiros tentariam retornar ao País.*
>
> *SNI/Agência Central*
>
> *11. MAI.71*
>
> *Alberto Conrado, atualmente no Uruguai, estaria com um ponto no Chile para manter contato com Cerveira, a fim de promoverem o retorno deste e de outros extremistas (área PR e SC).*
>
> *Victor Pampadreau, que se encontrava no Uruguai em contato permanente com Jefferson, antes deste ser preso na Argentina, conseguiu entrar no Brasil. Cerveira possui esquema que é de*

conhecimento de Orlando Burman e Adamastor Bonilla.

Mais tarde, com a ajuda de um funcionário do Arquivo Nacional, que tem o sugestivo nome de Carlos Marx, descobri que Alberto Conrado, era um agente do serviço secreto do Itamaraty e do Cenimar que vivia no Uruguai. Antes do golpe militar de 1964, Conrado foi secretário do Almirante Cândido Aragão e circulava nos meios janguistas.

Mais tarde, descobrimos um documento revelando que Conrado era um agente remunerado. Esse documento tem mais de 800 páginas e registra praticamente toda a carreira desse informante. É um dossiê muito especial, porque tem rascunhos, tem cartas, tem observações dos superiores que desconfiavam do Alberto Conrado, das informações que ele prestava.

Na mesma ocasião encontrei alguns documentos ligando Gilberto Faria Lima ao Alberto Conrado. Gilberto é acusado de várias ações armadas e está desaparecido. Segundo o ex-agente do CIE, sargento Marival Chaves, Gilberto teria participado do grupo de Onofre Pinto, que foi executado ao entrar no Brasil vindos da Argentina.

Pasta nº 2440/71
Identidade Falsificada
28.07.71
Info. 409/71 – Cenimar
1 – Gilberto Faria Lima, envolvido na subversão em São Paulo, participando das guerrilhas de Registro e denunciado pelo sequestro do Tenente da PM/SP quando de operação naquela região usa identidade do Batalhão de Polícia do CFN.
2 – O falsificador é Celso Lopes de Castro,
advogado pertencente a Ala Vermelha do PC do B, o qual é responsável pela falsificação de 100 identidades do Corpo de Fuzileiros Navais e mais cem Certidões de Nascimento.
3 – Com referência à falsificação existe IPM na
GB. Gilberto Faria Lima, Zorro, o único remanescente que assassinou o industrial Arthur Henning Borleisen atuando sob as ordens de Joaquim Pires Cerveira não dirigiu um grupo que faria uma ação de fundos sendo o mesmo de tipo “cofre de Ademar” e estando prevista para ser realizada em território nacional.
Há alguns meses Gilberto saiu de Santiago do
Chile e foi para Montevidéu.

Sobre Onofre Pinto, chamou minha atenção o documento abaixo, divulgado um mês antes de sua captura.

Ministério do Exército

Curitiba, PR 14 JUN 74

III Exército 5ª RM/DI

Do Cmt 5ª RM/DI/ESTADO MAIOR Ao

Exmo. Sr Sup. Reg.

2ª Secção DPF/PR

1. Assunto: ONOFRE PINTO

2. Origem: CIE

3. Classificação: DPF/PR – PMPR – Cpt L Cat - 2ª G. Front

4. Difusão: 5ª BIB – SSP/PR

5. Ref. Av. Nº 34 – E2 – M7 de 12 Jun 74 (CEX – 1 – Circ) do III ex

6. Cópia xerox de fotografia

PEDIDO DE BUSCA 147-E/2/74

1. DADOS CONHECIDOS:

ONOFRE PINTO (Foto anexa), de acordo com inf. Recebido, está para entrar no BRASIL nos próximos dias, a fim de executar uma operação, que segundo conversas entre elementos pertencentes a grupos subversivos no URUGUAI, é de muita importância.

2. DADOS SOLICITADOS

Solicita-se intensificar medidas de vigilância a fim de capturar o nominado, caso efetive sua entrada no País.

Na época, minha avaliação foi de que a informação do III Exército sobre Onofre Pinto, fosse coisa armada, algum tipo de contrainformação, ou então os serviços e agentes que atuavam no exterior haviam quebrado o sigilo da Operação Juriti um mês antes da eliminação dos exilados. Fiquei confuso em relação às datas. Segundo informações de Liliane Ruggia e de Idalina Pinto, o grupo saiu de Buenos Aires no dia 11 de julho de 1974. Portanto, deve ter atravessado a fronteira no mesmo dia ou no dia seguinte. De acordo com o que eu já havia descoberto e minha experiência pessoal, a travessia teria ocorrida em Santo Antônio do Sudoeste, no Paraná, e dali o grupo foi levado, no dia 11 ou 12, direto para a armadilha que já estava preparada.

MADALENA E GILBERTO

DURANTE MINHA PESQUISA nos arquivos fiquei impressionado com a quantidade de informações que os serviços secretos da ditadura recebiam do exterior. Aproveitei então a estrutura da Delegacia de Foz do Iguaçu da Polícia Federal e descobri o endereço e o telefone de Madalena Lacerda, ex-militante da VPR, que após ter sido presa passou a trabalhar para a repressão.

Este caso ficou conhecido em 1992, quando o então deputado Luiz Eduardo Greenhalgh tornou pública a história de um casal de militantes de esquerda que havia passado para o lado da ditadura. Causou perplexidade a revelação do acordo que a militante da VPR Madalena Lacerda e seu companheiro, Gilberto Giovannetti, haviam feito com militares do Centro de Informação do Exército.

Madalena trabalhou no início da década de 60 como secretária da Frente Parlamentar Trabalhista. Em 1970 treinou guerrilhas em Cuba e foi companheira de Eudaldo Gomes da Silva, militante da VPR trocado pelo embaixador alemão e assassinado em janeiro de 1973 na emboscada montada pelo "cabo" Anselmo em Pernambuco. Madalena, que usava o nome de guerra de Ana Barreto Costa, retornou ao Brasil em 1970, após acertar durante sua passagem pela Argélia uma forma de fazer contato com Onofre Pinto, que havia conhecido em Cuba. Em janeiro de 1973 esteve no Chile, voltando lá em maio e junho do mesmo ano.

A 13 de julho de 1974, ao descerem na rodoviária de Curitiba, onde teriam um ponto com o sargento Alberi, Madalena e Gilberto foram presos e levados para um sítio no interior de Goiás e lá fizeram um pacto com os militares.

Já fazia algum tempo que a repressão havia descoberto que o uso da tortura para levar os presos a abjurar suas convicções era uma arma essencial

para o desmantelamento das organizações de esquerda. O acordo de Madalena Lacerda e Gilberto Giovannetti é mais um desses casos. Não foram os únicos. A lista de recrutados e infiltrados na história da esquerda brasileira é extensa. Os "cachorros" atuaram em todas as organizações que lutaram contra a ditadura.

Com a ajuda do Serviço de Informação da Polícia Federal, descobri o número do telefone e o *e-mail* do casal de professores, e no dia 16 de junho de 2003 enviei a seguinte mensagem para Madalena Lacerda.

> De: Aluízio
> Para: Madalena
> Data: Segunda-Feira, Junho 16, 2003 7:58 PM Assunto: Questionamento
> Cara senhora Madalena Lacerda,
> Meu nome é Aluízio Palmar e moro em Foz do Iguaçu, Paraná.
> Provavelmente a senhora me conheça ou então já ouviu falar de mim. Pois bem, desde que cheguei aqui em Foz – setembro de 1979 – venho trabalhando na reconstrução de algumas histórias (inclusive a minha). Sei da intenção que a senhora e seu esposo têm de esclarecer, nos mínimos detalhes, algumas situações passadas.
> Que bom!
> Por isso quero saber se vocês podem me ajudar a amarrar algumas pontas de um certo quebra-cabeça que me aflige até os dias de hoje. Caso positivo enviarei as perguntas por *e mail*.
> Aguardo resposta
> Aluízio Palmar

Esperei e, como até o dia 18 de junho não houve nenhuma resposta, telefonei para Madalena, e atendeu seu marido, Gilberto Giovannetti. Expliquei que há vários anos eu vinha procurando descobrir as circunstâncias da morte e o local onde foram enterrados os remanescentes da VPR que entraram no Brasil em 1974 liderados por Onofre Pinto. Gilberto me disse que Madalena não iria me

atender, pois estava bastante magoada com a esquerda e pretendia não tocar mais nesse assunto. Porém, ele se comprometeu a me enviar um *e-mail* em resposta ao que eu havia remetido para eles. No dia 23 de julho recebi a primeira mensagem.

> De: Gilberto Giovannetti Para:
> Aluízio Palmar Data: junho, 23,
> 2003
> Assunto: R: Questionamento
> Caro senhor Aluízio Palmar,
> Meu nome o senhor certamente já conhece. Não me lembrava do seu. *(Isto foi escrito antes de nossa conversa telefônica e resolvi manter*). Sofremos por mais de uma vez as consequências de posturas irresponsáveis e oportunistas daqueles que um dia julgamos “companheiros”. Não contentes em jogar com a vida de terceiros ainda se arvoram ao direito de julgar sumariamente e lançar apressadas campanhas caluniosas contra pessoas que agiram com a máxima responsabilidade apesar das condições extremamente adversas provocadas pela irresponsabilidade e oportunismo citados. Me refiro aos fatos de 1974 e 1992 (artigo da revista *Veja*).
> Diante do exposto, insisto, em meu nome e de minha companheira, em deixar claro que: Nos sentimos desobrigados de prestar esclarecimentos a questionamentos de quem quer que seja. Como qualquer cidadão só devemos satisfações – se solicitadas a serem manifestadas – perante a Lei.
> - Pessoalmente, não “engolimos”, não aceitamos e não assumimos as infames acusações caluniosas sofridas. Pagamos, mais uma vez o preço – em prejuízos morais e materiais – e não temos porque buscar qualquer tipo de “reabilitação” (excrescência estalinista) junto aqueles em quem

não reconhecemos liderança moral, intelectual ou política.

Portanto, que fique claro que não pretendemos estabelecer e manter relacionamentos baseados em posturas autoritárias e de dirigismo político- ideológico. A experiência sofrida por nós e outros tem demonstrado ao longo do tempo o quanto tem sido nefastas e contrárias aos interesses maiores de sociedades democráticas, as tradicionais, caducas e odiosas práticas de grupos guetos ditos “revolucionários”.

- Quanto ao quebra-cabeça que o aflige, de fato,

já manifestamos anteriormente por escrito, que pretendemos ajudar a esclarecer os episódios que nos “atropelam”. Penso que já contribuímos parcialmente – inclusive com exposição pública de nossas pessoas – com tal objetivo, já que até então estava tudo relacionado aos fatos, envolvido no mais profundo (e compreensível, diante da situação) “mistério”. No entanto nunca nos referimos a esclarecimentos “em mínimos detalhes”. Como é sabido foram episódios trágicos e que ocorreram em rigorosa clandestinidade (que, adianto, diante da debilidade e fragilidade da situação de todos os envolvidos, acabou sendo de grande valia para a repressão). Em nosso caso a clandestinidade se prolongou em situação adversa. Seria irresponsável e falso que os atores envolvidos, de ambos os lados, conhecessem detalhes em sua totalidade e minudências.

- Os esclarecimentos a que refiro servem, no

máximo, para entender as práticas e mecanismos da repressão e mesmo suas contradições (além de formas de resistência, com as quais, na época, nem cogitávamos) e lançar pistas para uma compreensão geral daqueles acontecimentos e de sua evolução posterior. Não temos condições, nem a intenção, de nominar ou explicar o que não

sabemos, não vimos e não contribuímos para ocorrer.
- Não contem conosco para a busca de “bodes expiatórios”. Alguns nomes, como o do antigo sargento gaúcho posteriormente assassinado aí em sua cidade, vieram à tona, inclusive em depoimentos de agentes divulgados pela imprensa. No entanto não tenho condições de afirmar se foi apenas algoz ou também vitima de posições insustentáveis.
- Nós reservamos o direito de não alimentar especulações que possam ainda ameaçar e afetar novamente nossa integridade física e moral. Nessa história nos sentimos mais credores do que devedores. Nos anima a certeza de que não delatamos (objetivamente falando) e não ocasionamos prejuízos à esquerda. Finalizando, aguardamos o senhor enviar suas perguntas por *e- mail*. Serão lidas e se possível respondidas.
Gilberto Giovannetti

Não me surpreendi com o tom da mensagem, pois eu já esperava que o casal não seria simpático a minha proposta de contar em detalhes o que havia acontecido antes e depois da prisão dos mesmos em julho de 1974 na rodoviária de Curitiba. No dia seguinte voltei a escrever para Gilberto Giovannetti contando para ele o motivo pelo qual eu estava empenhado na busca. Eu precisava ganhar a confiança daquele homem, marcado por ações indignas para um intelectual. Gilberto queria ser ouvido e eu o ouvi com a paciência de um confessor e com espírito desarmado. Naquele momento não me interessava julgar o casal, mas sim obter a confiança deles, por isso procurei tratá-los com comiseração e respeito.

De: Aluízio Palmar
Para: Gilberto Giovannetti
Data: junho, 24, 2003
Assunto: De Foz
Prof. Gilberto Giovannetti

Em primeiro lugar quero esclarecer que só tenho um objetivo em tudo isso: é entender o que aconteceu. Preciso entender porque sou parte dessa história e também pelos laços de amizade e companheirismo que me ligavam às pessoas que desapareceram. Ainda não sei precisamente em que vocês poderão me ajudar. Talvez amarrando algumas pontas, já que vocês também tiveram uma participação intensa naqueles acontecimentos.

Dito isso, e entendendo que vocês merecem uma explicação de minha parte, vou falar um pouco de mim e do por que estou nessa busca.

Pois bem, saí da prisão em janeiro de 1971 e fui para o Chile (sequestro do embaixador suíço). No ano seguinte saí do Chile e fui para a região do Alto Uruguai (fronteira Brasil/Argentina) organizar a Frente Sul da VPR. Em janeiro de 1973 eu soube das quedas em Pernambuco e decidi cortar de vez todos os contatos com o Chile (leia-se Onofre e Cia). Eu e demais companheiros que desenvolvíamos aquele trabalho caímos então na mais completa clandestinidade. Algum tempo depois, diante daquele quadro que inviabilizava a continuação da luta armada decidimos pela desmobilização e cada um foi tratar de sua vida. Pois bem foi então que eu montei uma estrutura na Argentina e com isso legalizei minha presença naquele país. Consegui levar minha mulher e minha filha Florita para, digamos, meu "santuário", e ali ficamos até o retorno em 1979. Nesse ínterim nasceram mais dois filhos, a Andréa e o Alexandre.

É claro que durante todo o tempo em que vivi na Argentina tive muitos problemas de segurança, entretanto o mais sério – e aí é que surgiu minha ligação com o destino do grupo que desapareceu aqui na fronteira – foi em janeiro de 1974, quando quase dei de cara com o Onofre e o Alberi

em Buenos Aires. Os dois conversavam na esquina da Avenida Corrientes com a Rua Florida e ao vê-los, entrei em um café e decidi dar um tempo encostado no balcão. De repente alguém toca meu ombro. Era o Alberi, que eu já conhecia do Presídio do Ahú, em Curitiba. Ele me disse que sabia que eu estava fazendo um trabalho na região do Alto Uruguai e que ele havia montado uma infraestrutura na região de Santo Antônio (fronteira seca BR/Arg.). Disse ainda que por esse esquema iriam entrar Onofre e outros companheiros que estavam em Buenos Aires. Perguntou se eu tinha interesse em juntar nossos trabalhos e colocou a minha disposição a estrutura de Santo Antônio do Sudoeste. Eu respondi que a proposta era interessante, marquei um encontro para as dez da noite no qual acertaríamos os detalhes.

Isso aconteceu pela manhã e logo depois de meio- dia dei no pé; saí de Buenos Aires e fui para o meu "santuário", onde fiquei até 1979, quando voltei para o Brasil.

Eu acho que tive este comportamento em Buenos

Aires (marcar encontro e não comparecer) um pouco devido à falta de confiança naquela estrutura, mas principalmente porque naquela altura dos acontecimentos eu estava convencido de que aquela luta, da forma como era lutada, estava perdida. Até hoje, passados trinta anos, não sei ainda o que pesou mais na minha decisão; se foi a avaliação da conjuntura política ou comodismo, que poderia ser definido como desbunde – vocês lembram da palavra? A gente usava muito essa palavra na época. Uma coisa é certa: eu sobrevivi e os outros não. Mas carrego um não sei o quê de culpa, pois eu deveria ter alertado os demais companheiros já que eu havia pressentido perigo na ocasião em que fui convidado pelo Alberi a entrar em seu esquema.

Esse sentimento de ter faltado com o grupo aumentou depois que fiquei sabendo do desaparecimento de Onofre e mais cinco ou seis companheiros. Desde então tem sido para mim uma obsessão a busca da circunstância em que ocorreram as mortes.

Uma boa oportunidade aconteceu em julho de 2000, quando recebi um telefonema de uma pessoa que disse saber onde foram enterrados os sete da VPR. Essa pessoa se identificou como militar reformado e disse que estava em Curitiba e que desejava um contato pessoal comigo, etc e tal. Ah, ele revelou que me procurou porque havia lido uma entrevista que eu havia dado alguns dias antes para a *Folha de Londrina*, na qual eu disse que já não interessava saber os nomes dos culpados, mas sim as circunstâncias e o paradeiro das pessoas desaparecidas.

Como era impossível eu sair de Foz naquele momento e ir ao seu encontro em Curitiba, passei a incumbência para um amigo que conhece muito bem toda esta história. Meu amigo marcou a conversa num barzinho curitibano e depois de conversarem generalidades restou um croqui feito de próprio punho pelo informante e que meu amigo me enviou por fax. De posse desse material entrei em contato com Nilmário Miranda e começamos então o trabalho de pesquisa na área de Nova Aurora, que acabou dando em nada. Depois dessa eu voltei à estaca zero. O que eu tenho atualmente, além desse trabalhou em Nova Aurora, são muitas anotações, feitas a partir de pesquisas aqui em Foz do Iguaçu e na região. Mas tudo é muito confuso e tenho a sensação de que nunca vou ficar sabendo o que aconteceu.

Não li a revista *Veja* e não conheço o depoimento
que vocês deram à Comissão 9.140. Depois daquela nossa conversa ao telefone gostaria de não fazer

perguntas. O melhor mesmo seria um contato pessoal, mas como não posso ir a São Paulo, o jeito é perguntar e aguardar que vocês respondam.

1 – O que vocês sabem sobre o grupo dos seis ou sete?
2 – Como estava o Onofre em Buenos Aires? Decidido a voltar? Com que estrutura ele contava na fronteira e aqui no Brasil?
3 – Alguém mais além de Onofre, Lavechia, Daniel, Joel, Gilberto, Ernesto e Vítor?
4 – Vocês ficaram sabendo da estrutura de Santo Antônio (serraria, caminhões etc.)
5 – O grupo usou a estrutura de Santo Antônio?
6 – O grupo chegou a usar um sítio ou chácara em Puerto Iguazú (Arg.), próximo da estrada que leva ao aeroporto?
7 – Que tipo de informação posso ter do capitão Cerda e dos tenentes Aramis e João Neusar?
8 – Na conversa por telefone você falou de uma armadilha aqui em Foz. Eu não estou sabendo disso. Como foi?
Aluízio Palmar

Na semana seguinte Gilberto Giovannetti respondeu; dessa vez foi mais direto e menos formal comigo. Eu o havia convencido de que minha intenção não era julgá-lo. Relatou a forma como era feito o contato entre eles e Onofre e revelou que o emissário era o sargento Alberi, portador da última mensagem de Onofre que dizia “começa uma nova etapa da luta”. Sua correspondência me ajudou ainda a precisar datas e esclarecer algumas dúvidas sobre o modo de operação do grupo remanescente da VPR que desapareceu em julho de 1974.

De: Gilberto Giovannetti Para:
Aluízio Palmar Data: junho, 30, 2003
Data: junho, 29, 2003

Assunto: R: De Foz

Sr. Aluízio Palmar,

Li seu texto com atenção. O tom franco de suas informações, a descrição do seu estado de espírito naqueles momentos e de seus encontros em Buenos Aires me convenceram de sua sinceridade. Tínhamos (eu pelo menos, nem tanto minha companheira) na ocasião a mesma percepção que o senhor do momento e do processo. Sua frase "porque naquela altura dos acontecimentos eu estava convencido que aquela luta, da forma como era lutada, estava perdida" poderia ser minha e digo a mesma coisa, com outras palavras, no livro-depoimento que tenho pronto. Já vinha negando a chamada "Luta armada", não participava de nenhuma organização e embora minha companheira ainda tivesse algumas ilusões (mesmo muito fragilizada pelas perdas e sofrimentos, não se permitia "vacilar", sentimento que o senhor também viveu), estávamos pouco a pouco retificando rumos, nos integrando mais à vida cotidiana, trabalhando e estudando com nomes falsos e eu pensava muito nas formas de luta pacíficas e democráticas, lamentando nossa situação. Tentei, mas não insisti o suficiente, fazê-la "cortar" o contato que mantinha com Onofre por formas clandestinas (cartões postais camuflados que escondiam as mensagens coladas nas partes internas do cartão) e inclusive tendo contatos arriscados em diferentes ocasiões com o mesmo, em Santiago e B. Aires. Se Onofre acreditava que nós dois fazíamos parte de sua estrutura, não compreendeu a fragilidade de nossa situação e inclusive incorreu no velho vício da esquerda de superestimar sua força. Creio que mesmo nós, apesar dos cuidados e da disciplina com a segurança, não tínhamos muita noção de nossa própria fragilidade. Eu não lhe negaria

apoio solidário, mas não apoiaria nem participaria de ações armadas – por entendê-las suicidas – como, aliás, deixei claro no bilhete- resposta que lhe enviei e que desconfio não chegou a ler (o emissário era o Alberi). Estes episódios estão escritos em texto que vou localizar e te enviar no próximo *e-mail*, pois não tive tempo de fazê-lo. Nesse relato você terá a resposta da sua 10ª questão.

Sinto dizê-lo, mas a 10ª questão é a única que, por ter sido vítima, posso esclarecer e dar informações.

Nas demais, particularmente nas questões de 3 a 9, as respostas são NÃO e NÃO SEI. Explicarei melhor. De fato nada sabíamos (e fazíamos questão de não saber pelas normas de segurança que nos acostumamos a manter naquelas condições) sobre os planos de Onofre, portanto as questões 3, 4, 5, 6 e 7 fogem totalmente de nosso conhecimento antes e depois dos fatos. TAMBÉM NADA SOUBEMOS EM NOSSOS CONTATOS COM MILITARES NOS ANOS SEGUINTES. Os militares sempre mantiveram uma conduta extremamente profissional conosco e na única ocasião em que ousei perguntar sobre Onofre tive como resposta um sorriso amarelo, enigmático (já relatei isto em outro texto). Com isso acho que esclareço também as questões 8 e 9, quer dizer, nunca soube da existência dos militares citados nestas questões. Desnecessário dizer que os próprios militares com quem tivemos contatos nunca nos forneceram suas verdadeiras identidades, patentes etc.

Vou tecer alguns comentários sobre as questões 1 e 2.

Sobre a 1ª: Tudo que sei do grupo foi através da Imprensa, a partir do momento em que os fatos começaram a vir à tona.

Sobre a 2ª: parece que Onofre estava, em meados de 1974, decidido a voltar. Um bilhete seu que Alberi portava para minha companheira e para mim (veio dentro da capa de uma bíblia) falava que "uma nova etapa da luta começava" o que me deixou preocupado por sua falta de consistência e como afirmo em outro texto "senti besteira em andamento". Devolvi pela mesma via e portador, no dia seguinte, a resposta em bilhete a que me referi anteriormente. O desenrolar estará no texto que vou enviar depois.

Me permito dizer que, pela minha análise, seu pressentimento e "furo" no encontro marcado poupou-lhe a vida. Acumulei indícios e conheci práticas militares suficientes para concluir que além de "bichado" por dentro, ou seja infiltrado, como quase toda a esquerda, o grupo em B. Aires e mesmo nós em S. Paulo, estávamos sendo "monitorados", ou seja, com vigilância velada permanente, bastante profissional. Nada a ver com as caricaturas de "tiras" estúpidos que nós alardeávamos e nos auto-enganávamos.

Também creio que nas condições em que estávamos enredados havia poucas ou nenhuma possibilidade de alertar quem quer que seja. Avisar quem? Como? Haveria crédito a "pressentimentos"? Senti a mesma angústia de tentar e não saber como comunicar o que estava acontecendo conosco (sequestrados, chantageados, ameaçados, depois vigiados permanentemente). Por essa dificuldade e por não confiar em mais nada – a não ser em mim e em minha companheira – resolvi buscar solução em uma "carreira solo", contando com as mudanças no cenário político. A duras penas nossas vidas foram poupadas.

Nada sei da Comissão 9.140 a que o senhor se

Refere. Agradeço se puder me elucidar a respeito. Por ora é o que tinha a manifestar, assim que

puder envio o texto prometido. Espero que o senhor se recupere e melhore de saúde e fico à disposição caso ainda tenha alguma questão a fazer.

Atenciosamente, Gilberto Giovannetti

No início do mês de julho de 2003 eu voltei a escrever para Gilberto Giovannetti. Dessa vez com a intenção de continuar aproximando-me dele para tirar mais algumas informações. Entendia seu estado de espírito, que estava machucado e não queria falar sobre o assunto, porém eu tinha fé que ele não ia continuar sonegando as informações que possuía. Eu tinha esperança de que em qualquer momento Giovannetti iria passar-me alguma pista que poderia direcionar minha busca com maior precisão. Foi então que o provoquei dizendo que ele e Madalena Lacerda haviam sido sequestrados no dia sete de julho de 1974, quatro ou cinco dias antes do “grupo de Onofre” ter sido chacinado. Com isso insinuei que o casal seria responsável pelas mortes dos militantes da VPR que entram em território brasileiro em julho de 1974.

De: Aluízio Palmar

Para: Gilberto Giovannetti

Data: julho, 5, 2003

Assunto: De Foz I

Ao professor Gilberto Giovannetti,

Em boa hora esta retomada de contato. Tive acesso recentemente a vários documentos referentes ao sargento Alberi e estou tentando reconstituir seus passos, desde que ele saiu da prisão, provavelmente em 1973, até a sua morte em 10 de janeiro de 1979.

Faço isso com o objetivo de descobrir o que

Aconteceu com o grupo remanescente da VPR, naquela desesperada tentativa de continuar a luta armada em 1974.

Não tem sido nada fácil esta reconstituição, pois.

tanto na militância política como na vida particular o Alberi foge dos padrões da esquerda

latino-americana e especificamente da brasileira. Eu o conheci no Presídio do Ahú, em Curitiba, onde estive preso no primeiro semestre de 1969. Naquela ocasião ele me apresentou um plano de fuga e queria que eu o acompanhasse. Porém, alguns dias após a proposta do Alberi, eu fui transferido para a Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. Só voltei a vê-lo quatro anos mais tarde em Buenos Aires, como eu já relatei anteriormente. Esta minha busca pelo grupo remanescente da VPR tornou uma ideia fixa com o passar do tempo. Às vezes eu penso que esta minha teimosia é movida pela busca de saber como teria sido minha morte caso eu tivesse acompanhado o grupo. Pode até ser isso, mas eu acho que o motivo principal é o fato de eu estar aqui em Foz do Iguaçu, no lugar onde tudo aconteceu.

Estou sistematizando as informações que possuo e tenho saído a campo e ouvido pessoas que conviveram com Alberi nos seus últimos anos. Já falei com alguns familiares, falta a viúva (que mora em Humaitá/RS) e uma pessoa em Mato Grosso. Nesta tragédia vocês figuram como vítimas e também sobreviventes. Podiam ter caído no ponto de 30 de junho com o "Jonas", mas a repressão preferiu sequestra-los no dia 7 de julho. Por quê? Talvez pela possibilidade de vocês abortarem de alguma maneira a ação principal: prisão do grupo remanescente. No momento da prisão de vocês a "operação Juriti" (acho que foi esse mesmo o nome dado à ação pelos militares) já estava formatada e parte do grupo liderado por Onofre Pinto já se encontrava na fronteira (provavelmente na serraria que estava em nome do irmão de Alberi, em Santo Antônio/PR). Onofre, segundo as informações disponíveis (testemunho de Id Alina), saiu de Buenos Aires no dia 11 de julho (quatro dias após vocês terem sido sequestrados).

Há uma lacuna a partir dessa data e o único fato substantivo teria sido a ida de vocês a Buenos Aires para avisar Id Alina que o Onofre estava morto (Luiz Maklouf Carvalho, em *Mulheres que foram à luta armada*). Quanto ao Alberi, ele aparece em 1975/76 como proprietário de uma chácara em Puerto Iguazú, Argentina,fronteira com o Brasil, próxima do aeroporto.
Pode ser temerário afirmar isso, mas todas as informações colhidas me levam a acreditar que Alberi foi o pivô das prisões dos membros do grupo remanescente da VPR. Primeiro pelo comportamento leviano dele ao me convidar, no encontro casual em janeiro de 1974 em Buenos Aires, para ingressar no grupo e entrar pelo esquema da serraria de Santo Antônio. Segundo porque assim que Alberi saiu da prisão, foi para o Chile, México e Argentina, transitou na colônia de exilados nesses países, ao mesmo tempo em que circulava com total desenvoltura por Foz do Iguaçu, Humaitá (RS) e Crissiumal (RS). Terceiro porque depois do massacre ele continuou circulando ostensivamente aqui pela fronteira e suas companhias eram policiais e militares da 2ª Seção do Exército. Essas minhas afirmações estão sustentadas por documentos.
Portanto a armadilha para capturar o grupo liderado pelo Onofre Pinto já estava preparada antes do sequestro/prisão de vocês.
Ficam ainda muitas dúvidas, como, por exemplo, onde, como e quantos foram mortos. Também os detalhes da operação – seu planejamento e ação direta. Foram os militares do CIE, pessoal do major Curió, do coronel Paulo Malhães? Estou atrás desses dados, pois eles podem me levar a descobrir o local onde foram enterrados os corpos.

Vou continuar com minha pesquisa, professor. Sei que vocês não possuem muitas informações, mas o que tiverem passem para mim.
Aluízio Palmar

Em meados de julho, Giovannetti voltou a escrever. Ele aceitou minha provocação e dessa vez contou a forma de atuação de Alberi e adiantou algumas informações que mais tarde detalhou quando me enviou um extenso relatório. Considero este, um dos documentos com o maior número de informações sobre o grupo repressivo que atuou na Operação Juriti.

De: Gilberto Giovannetti
Para: Aluízio Palmar
Data: Quarta-feira, 15 de julho de 2003, 9:24 PM Assunto: R De Foz I
Ao Sr. Aluízio Palmar
Devo estar me ausentando de São Paulo por alguns dias, portanto não estranhe se demorar um pouco para o próximo *e-mail*. Encontrei e estou enviando em anexo um texto de 21 páginas que já está redigido há anos. Faz parte e foi extraído do meu livro-depoimento e como o senhor perceberá traz muito de minha subjetividade e vivência naqueles anos.
O texto poderá esclarecer melhor algumas questões, como, por exemplo, como e em que circunstâncias conheci Madalena, como acabei me envolvendo nessa história toda, sem ser militante da VPR e sem conhecer Onofre, como vivíamos, quais as estratégias da sobrevivência, algumas contradições e ambiguidades que vivíamos.
Poderá avaliar a desenvoltura da atuação do
Alberi e as reais condições de nossas pessoas, que provavelmente eram vistas e apontadas pelo grupo, por um misto de má-fé, oportunismo e delírio, como “base” em São Paulo.

Entenderá como foi à armadilha que nos atraiu, aproveitando nosso desespero, para sairmos de São Paulo e sermos sequestrados no trajeto sem levantar suspeitas entre nosso familiares. Saberá o que aconteceu no cativeiro, como não entregamos ninguém, o acordo feito etc.

Estes acontecimentos alteraram profundamente nossas vidas – trazem uma carga emocional profunda. Saiba que a Madalena até hoje não leu e se recusa a ler o que tenho escrito.

Tentando manter a objetividade gostaria que

Refletisse sobre as seguintes afirmações e constatações que trago daquela experiência:

- Tratou-se de uma operação policial-militar de grande envergadura, com largo tempo de preparação, muitos recursos humanos e materiais, envolvendo forças armadas, PF, serviços de inteligência, DOI-CODI, DOPS estaduais, etc. que deve ter exigido um grande esforço de coordenação e comando.

- Foi conduzida com muita competência militar com

grande e profundo conhecimento apoiada nos serviços de inteligência e agentes infiltrados, vigilância constante, etc. Seus participantes também tinham restrições de segurança, isto é, conheciam parcialmente suas missões e provavelmente apenas os altos comandantes dominavam todo a operação.

- Atuou sem limites territoriais e nacionais. Isto quer dizer que além do apoio das forças repressivas dos países vizinhos, os agentes transitavam e trabalhavam na Argentina, Chile, etc. – se necessário como clandestinos dos outros órgãos. Portanto é difícil afirmar se tudo ocorreu em uma só operação (me refiro à eliminação dos integrantes do grupo) ou se foram ações diferentes. Parece-me (pura especulação) mais provável que tenham sido apanhados e

assassinados individualmente ou pequenos grupos, com a repressão aproveitando-se da própria compartimentalização dos militantes, no que poderiam ser auxiliados pelos infiltrados – como ocorreu conosco – na marcação de pontos individuais e sigilosos com os demais.+-

- Embora não tenha elementos objetivos para afirmar (nada vi, ouvi ou falei a respeito) minha intuição me leva a pensar que a operação de que fomos alvo era articulada – sem que soubéssemos – com outras operações simultâneas. Daí não dá para afirmar que tudo aconteceu de uma só vez, em um só local.

- Lembro-me de que em nosso caso tratou-se de um grande aparato com muitos veículos e troca de equipes. Em pouco tempo – ao longo de um dia e uma noite fomos deslocados de Curitiba para São Paulo e para outro lugar, provavelmente em Goiás (estávamos empapuçados e não davam informações, a não ser as que queriam). Os agentes da ação em Curitiba tinham, em parte, sotaque sulista e desapareceram quando nos deslocamos para São Paulo e nunca mais nos vimos. É preciso entender que uma organização armada não se apresenta na totalidade e o que vemos é apenas a ponta de um imenso *iceberg*, onde a maior parte fica encoberta.

- Talvez a leitura do texto que envio possa suscitar novas indagações para o seu quebra- cabeça, mas creio que também possa elucidar o *modus operandi* e a dinâmica do que aconteceu.

- Ao recompor os acontecimentos tempos depois
fiquei com uma dúvida: O Alberi tinha manchas naturais no rosto. Naqueles momentos de tensão e até recentemente cheguei a pensar que as marcas seriam escoriações, decorrentes de pancadas, que no momento do encontro não me chamaram a atenção, mas posso ter me enganado. Além dessa informação

específica gostaria que o Sr. me enviasse o conteúdo dos depoimentos do Marival. Confesso que até agora não me animei nem tive coragem de procurar saber mais sobre o mesmo.

Atenciosamente

Gilberto Giovannetti

Em 25 de julho eu voltei a escrever para Gilberto Giovannetti. Dessa vez procurando definir com maior precisão a data da chacina. Eu sabia que o grupo havia saído de Buenos Aires em 11 de julho de 1974, porém tinha dúvidas de quando ele entrou em território brasileiro e em que momento seus membros foram assassinados. Durante minhas pesquisas nos arquivos da Polícia Federal e da Itaipu eu descobri alguns documentos que faziam referência ao Alberi e às investigações que os órgãos de informações faziam na região. Eu tinha dúvidas de como e quando aconteceu a chacina.

Para: Gilberto Giovannetti

De: Aluízio Palmar

Data: Quarta-feira, Julho 25, 2003 10:34 PM Subject: DE FOZ II

Ao

Prof. Gilberto Giovannetti

Agradeço sua deferência ao procurar esclarecer-me sobre os últimos momentos, ou acontecimentos, envolvendo o grupo remanescente da VPR. É como eu disse antes, qualquer tipo de informação pode ajudar a decifrar este que é um dos mais instigantes mistérios do período ditatorial.

Eu tenho algumas dúvidas sobre a versão corrente e que se apoia em dados fornecidos por Marival Chaves. Por exemplo: os sete foram assassinados em um mesmo momento? Foi mesmo em julho de 1974? Não terá sido no final desse ano ou em 1975? Eles foram presos no Brasil ou na Argentina? Que papel teve Foz do Iguaçu na operação montada para

capturar o grupo? O grupo ficou quanto tempo na fronteira?
Sei que esclarecer essas e outras tantas dúvidas vai ser difícil, ou, por que não dizer, impossível. A oportunidade foi aquela, quando apareceu aquele cidadão informando que os membros do grupo estão enterrados no campo de Nova Aurora. Vou aguardar ansiosamente o seu texto, na esperança de que venha qualquer pista ou indicação para continuar pesquisando.
Atenciosamente,
Aluízio Palmar

Eu continuei a corresponder-me com Giovannetti e a insistir em situar com precisão algumas datas. Não estava satisfeito com o que ele havia mandado para mim. Um mês após eu ter enviado meu pedido de mais informações sobre o a prisão dele e de Madalena, ele me detalhou o sequestro na rodoviária de Curitiba e mais uma vez afirmou ter entendido que os militares insinuaram que Onofre estava morto e que só avisaram Idalina da morte do marido após terem tirado conclusões ao ouvirem as conversas dos militares.

De: Gilberto Giovannetti
Para: Aluízio Palmar
Data: Monday, Agosto 25, 2003 11:19 PM Objeto:
De Foz 2
Senhor Aluízio Palmar,
Hoje encontrei um tempo e abri os e-mails pessoais. As vezes passo dias sem abrir este endereço eletrônico, que utilizo pouco, pois tenho outros, inclusive no local de trabalho. Li seu *e-mail* e anexos e reconheço que fiquei satisfeito em verificar que, aos poucos, a verdade dos fatos, encoberta pela própria natureza clandestina e sigilosa deles (nos dois lados do confronto), pelas artimanhas e desinformações próprias de ações militares (“na

guerra a primeira vítima é a verdade") e também tumultuada por acusadores e caluniadores apressados em difundir versões sem provas suficientes, acaba se delineando e vindo à tona. Estou anexando outros trechos do texto que tenho pronto onde descrevo como e por que procuramos Idalina. Quero ressaltar que nós não tínhamos certeza de nada sobre o que ocorrera com o seu marido, mas é claro que as evidências não eram nada boas, que deveríamos alertá-la e avaliamos que sua volta ao Brasil seria bom para ela e para a filha. Também avaliamos que – naquele período de insegurança e incerteza – a própria Idalina poderia ser uma testemunha de nossa passagem por lá, caso também viéssemos a "desaparecer". Gostaria também de fazer uma pequena retificação no seu texto abaixo, quando afirma que "Onofre, segundo as informações disponíveis (testemunho de Idalina), saiu de Buenos Aires no dia 11 de julho (quatro dias após vocês terem sido sequestrados)". Na realidade, conforme consta do mesmo livro que o senhor citou, fomos sequestrados no dia 12 de julho, um sábado, na estação rodoviária de Curitiba, conforme o plano acertado com o "Jonas". Dois dias, portanto, após a saída de Onofre. Chegamos ao cativeiro, no estado de Goiás, na madrugada de domingo, dia.
14/07. Só fomos interrogados dias depois, os militares não tinham a menor pressa, conforme o texto anterior que enviei. Todos os fatos apontam para uma operação coordenada. Já havia lido nos jornais sobre o depoimento do Sr Marival, mas desconhecia detalhes. Se tiver outros depoimentos ou informações sobre o caso ficaria grato se me deixasse a par

Abraços

Gilberto Giovannetti

A partir dessa minha correspondência com Gilberto Giovannetti eu me convenci de que Onofre Pinto estava obcecado em retomar a luta armada e para tanto criou em sua mensagem um quadro irreal, fruto de sua alucinação. A mensagem que Onofre enviou pelo Alberi para Madalena Lacerda dentro da capa de um exemplar da Bíblia, dizendo que "uma nova etapa da luta começava" ilustra muito bem o seu estado de espírito. A troca de *e-mails* também me ajudou a situar a data da chacina, que deve ter sido no dia 12 ou 13 de julho de 1974.

Foi no dia 12 que um grupo operacional do Centro de Informações do Exército sequestrou o casal na rodoviária de Curitiba. Madalena e Gilberto estavam a caminho de Foz do Iguaçu, onde se encontrariam com Alberi. Parece que o sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul queria engrossar o número de vítimas da arapuca armada na fronteira. A intenção monstruosa foi abortada pelos militares que comandavam a ação. Preferiram manter o casal vivo para que ele pudesse ser útil futuramente.

Em um texto que leva o título de *Corações clandestinos*, Gilberto Giovannetti fala de seu relacionamento com Madalena, do contato com Alberi em São Paulo e da prisão em Curitiba. Abaixo, transcrevo alguns trechos do. Documento.

> *"Madalena ainda sofria da síndrome do sargento Getúlio, o que se guiava por valores e não por conhecimento. Por lealdade a antigos companheiros e sua própria história de resistência ainda alimentava ilusões sobre a luta armada. (...) Ela obtivera documentos a partir de uma certidão de nascimento conseguida em um cartório da Baixada Fluminense com o nome de Ana Barreto Costa. (...) Vez ou outra recebíamos mensagens de Onofre através de cartões postais disfarçados. A foto do postal era descolada do verso, escrevia-se a mensagem em seu interior e as partes eram novamente coladas, só sabendo alguém poderia descobrir o truque. (...)*
> *Naquela tarde de 13 de junho de 1974 Madalena chega ao hotel de surpresa e ainda esbaforida,*

avisa que haviam detido meu irmão e meu cunhado que passaram a noite depondo no DOI-CODI na Rua Tutóia. (...) Uma das primeiras providências foi avisar Onofre na Argentina do que se estava ocorrendo conosco, para deixá-lo de sobreaviso. Madalena usou o sistema habitual de cartões postais. Não sabemos se o cartão enviado chegou ao destino ou foi interceptado. (...)

Os cartões postais enviados pelo Onofre iam para o endereço de uma pessoa legal que desconhecia o que se passava e mantinha contato com Cássio. Devemos reconhecer que nossos frágeis esquemas de segurança envolviam pessoas inocentes. Estratégias desesperadas de clandestinos sob ditaduras. Nesse endereço para correspondência, apareceu, em fins de junho, uma pessoa nos procurando. Buscava contato e trazia qualquer coisa – senha ou coisa parecida, não me lembro bem – que o ligava como enviado do Onofre e solicitava um "ponto", aguardando a resposta para determinado dia. Cássio trouxe a informação e marcamos o "ponto" para um domingo, dia 30 de junho, 10 horas da manhã. Pensei em esquemas de segurança. O local do "ponto" deveria ser em um espaço aberto, que permitisse uma observação prévia e a longa distância para poder detectar qualquer movimentação estranha. Escolhi a Praça Duque de Caxias, atual Princesa Isabel.

Não entraria diretamente no "ponto". Faria um levantamento prévio a partir das 09h30mim e Cássio iria fazer o primeiro contato, com vida perfeitamente legal e nenhum vínculo partidário, se fosse preso não corria riscos tão grandes quanto nós. Depois caminhariam vigiados por mim até um ponto de ônibus na Avenida Cásper Libero onde Madalena já estaria aguardando misturada entre os passageiros da fila e embarcaríamos com destino aos bairros da Zona Norte. Em um local

escolhido no momento propício, seguros de que ninguém nos seguiria, desceríamos todos, os abordaríamos, Cássio iria embora. (...)

"Jonas" se apresenta, Cássio despede-se. Explica que chegara da Argentina, onde estivera com Onofre, caminhamos até um bar, escolhemos uma mesa ao ar livre e iniciamos a conversa. Estava informado de nossa situação pelo Onofre, segundo disse.

Discutimos nossa insegurança pessoal, a impossibilidade de se continuar no país. Concordou imediatamente. Propôs prestar ajuda na operação de fuga para o exterior, era de Foz do Iguaçu, com muitos conhecidos e facilidade de trânsito na fronteira. Deveríamos viajar via Curitiba para encontrá-lo na rodoviária de Foz do Iguaçu no sábado seguinte, nos passaria pela fronteira e seguiríamos ao encontro de Onofre. Deu-nos informações sobre os horários de ônibus. Desesperados, aceitamos a proposta.

Marcamos um encontro no dia seguinte, no Jardim da Luz, para confirmar nossa resposta e entregar nossa mensagem ao Onofre, na mesma bíblia. Assim o fizemos.

A capa dura da bíblia continha uma carta do

Onofre (a letra era aparente sua, mas também existem grafólogos na repressão). Ele se apresentava a mim, falava algo de um novo momento da luta que se aproximava, senti besteira em andamento. Como alguém podia continuar pensando em ações armadas naquele momento. Respondi simpaticamente, afirmando que descartava a luta armada e falei da importância do trabalho político de "massa", de participar da produção. Coloquei a resposta, colamos a bíblia. No dia seguinte, devolvemos a bíblia com mais alguns objetos (havia uma minicâmara fotográfica Minox,

que minha companheira devolvia a Onofre), confirmamos a viagem e nos despedimos.

Passamos a semana preparando a viagem, arranjando o dinheiro necessário e embarcamos sábado à noite para Curitiba. Fomos sequestrados numa ação conjunta de órgãos de segurança na rodoviária de Curitiba. Aos gritos de "é traficante, cuidado com a arma", (não andava armado), me encapuzaram e algemaram.(...)

Viagem de volta a São Paulo. Os agentes estavam felizes. Um deles, o de boné, conversava em código pelo rádio com outros policiais que seguiam em comboio pela BR-101. Desliga o rádio e começa a cantar "onde a vaca vai o boi vai atrás". Manter o autocontrole, achar um jeito de me comunicar com as pessoas, estamos indo para o DOI-CODI. Não posso abrir três coisas: que sei de Onofre, que minha companheira esteve em Cuba, que teríamos um contato em Foz do Iguaçu. Não esconderia já fato conhecido da repressão, meu passado como militante. Até abriria, se houvesse muita pressão, nomes que já estavam, ou haviam cumprido pena. Depois de uma tarde, não precisaria mais me preocupar com o contato de Foz. Se nós não chegássemos ele estava prevenido de que teríamos caído e avisaria Onofre. Não precisei abrir nada. As pressões não eram tão grandes e as perguntas calmas e sem violência (...).

De volta ao asfalto, pararam em um posto de estrada onde contataram mais agentes. Mudam mais uma vez de carro. Um dos agentes que encontraram e segue conosco, um negro parrudo (NR: Mais tarde descobri que seria o sargento Aniceto Antônio Carvalho – Laecato*), ao me ver apenas disse: - "seu santo é muito forte Gilberto". Ainda bem, estava mesmo precisando de aliados, mas nada falavam. Vai saber o que se passara. (...)*

Uma tarde fui levado encapuzado para outra casa, mais ampla. Tiraram o capuz, sentei-me diante de uma mesa. Quem viveu esses horrores sabe o que isso significava. A manutenção do capuz era um indicativo de que o militante seria mantido vivo e depois não poderia reconhecer as pessoas que o interrogaram. Tirar o capuz significava o contrário. Pedi meus óculos.

O interrogador apresentou meu histórico e confirmei minha militância de 67 a 69. Perguntou se sabia do Onofre. Não. Perguntou-me se minha companheira estivera em Cuba. Não. Insistiu, não sei, pergunte a ela. Depois mostrou fotos de nossos amigos e dos encontros com "Jonas" (NR: Alberi). Perguntou-me se sabia quem era. Não. De nossos amigos falei que não tinham nada a ver, eram apenas amigos. As fotos jogadas na mesa como cartas de baralho registravam todos os momentos em que estivemos com o contato "do Onofre", e que achara seguros, aquilo me abateu. Por um momento, consegui ler no papel sobre a mesa do interrogador: Destacamento de Operações Internas/Centro de Operações de Defesa Interna e, logo abaixo, Operação Juriti".

Em um outro texto, intitulado *Se vás para Chile,* Gilberto Giovannetti conta como foram as viagens ao exterior a mando dos militares e revela que eles chegaram a desconfiar de que Onofre também havia feito um acordo semelhante ao deles.

Nós já sabíamos que o Alberi (o "Jonas") era um agente infiltrado (mantivemos essa descoberta em segredo dos militares) e procurou-nos em nome de Onofre, nos atraindo para a armadilha. Mas não sabíamos mais nada. As poucas vezes em que perguntamos sobre Onofre aos agentes da repressão eles não respondiam, apenas davam um sorriso

> *enigmático, que poderia significar muitas coisas, inclusive de que Onofre havia se "passado" (chegamos a pensar nessa hipótese). Idalina não recebia informações do marido desde o período em que fomos sequestrados, passava necessidade, juntamente com a filha, em uma situação muito precária. Mulher simples, sem nada contra ela, no máximo teria que dar um depoimento quando chegasse ao Brasil e se reintegraria a seus familiares. Além do mais os militares não fariam nada que pudesse nos "queimar", pois estavam interessados em coisas mais "quentes". Discutimos com Idalina essa possibilidade de voltar para casa sem informá-la, é claro, de nossa complicada situação. Ela aceitou e animou-se viajamos juntos até São Paulo e nos despedimos. Não nos vimos mais. Durante essa viagem tivemos contatos – conforme instruções – com os agentes brasileiros, por cartões postais e por telefone. Um agente esteve conosco em B. Aires, e em Porto Alegre encontramos nosso coronel.*

No dia 25 de agosto recebi o último *e-mail* de Gilberto Giovannetti. Durante aproximadamente dois meses mantivemos essa correspondência, que foi extremamente útil para que eu entendesse a fragilidade da operação retorno "liderada por Onofre". Está entre aspas porque a verdade é que todos os membros do grupo, inclusive Onofre, foram conduzidos à distância e de forma premeditada por militares sádicos envolvidos em ações de extermínio. Foram induzidos a voltar para o Brasil e morderam a isca atirada pelo traidor de que na região Oeste do Paraná existia uma ampla base de apoio para o grupo guerrilheiro. A Operação Juriti foi montada com objetivo de justificar a manutenção da máquina repressiva.

Onofre Pinto foi usado para montar o grupo que seria vitimado pelos cães de guerra da ditadura e Madalena Lacerda e Giovannetti as provas vivas entregues ao Alto Comando em Brasília. A cilada montada na fronteira fazia parte da nova política de atrair, matar e não deixar vestígios, estabelecida em

1973 na reunião entre o general Emílio Garrastazu Médici e seu sucessor, Ernesto Geisel. A partir do final daquele ano foram executadas operações que resultaram em prisões, torturas, execuções de militantes da resistência a ditadura e ocultação de seus cadáveres.

Os textos de Gilberto Giovannetti me ajudaram a reconstituir o caminho percorrido por Onofre Pinto e pelos militantes que ele conseguiu arrebanhar.

Onofre, Lavechia, Daniel, Joel, Vítor, Ernesto e talvez outras pessoas, saíram de Buenos Aires – acompanhados por Alberi – no dia 11 de julho de 1974, cruzaram no dia 12, a fronteira da Argentina com o Brasil, em Santo Antônio do Sudoeste, no Paraná, e foram para um sítio ou serraria que seria a “estrutura da organização”. Ao mesmo tempo em que era feito esse movimento, Madalena Lacerda e Gilberto Giovannetti saíram de São Paulo em direção a Foz do Iguaçu atraídos também por Alberi.

Agora restava localizar o sítio ou serraria e ouvir vizinhos e moradores de Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita e Capanema. Com essa nova linha de investigação eu esperava descobrir o que havia acontecido com o grupo.

Fazia tempo que eu queria me mandar para o Sudoeste, porém, devido à falta de dinheiro, estava sempre adiando a viagem. Meus proventos de aposentado garantem apenas a minha sobrevivência.

Mas como miséria pouca é bobagem, em novembro de 2003 peguei o carro e, junto com meu filho Alexandre, atravessei o Rio Iguaçu e fui procurar a agulha no palheiro do Sudoeste Paranaense. Em Planalto nos encontramos com um antigo morador e acompanhados por ele fomos para Pranchita e Santo Antônio em busca da tal de serraria que teria sido usada como fachada para a entrada do grupo do Onofre em território nacional.

Aquela mesma viagem eu havia feito em 1967, durante um dos meus deslocamentos para conhecer a futura área de guerrilha da Dissidência Comunista de Niterói. Naquela ocasião passei o Natal dentro de um ônibus que chegou à madrugada de 25 de dezembro à rodoviária de Santo Antonio do Sudoeste, localizada num prédio acanhado, com piso alisado de vermelhão e coberto de serragem.

Agora, 36 anos depois, eu voltava para buscar companheiros desaparecidos durante a luta revolucionária. Conversei com pioneiros, com donos de serrarias e velhos companheiros que participaram dos “Grupos dos Onze”, mas nenhum deles se lembrou ou ouviu falar de prisões por motivo político ocorridas na região no ano de 1974. Já de saída procurei Pedro Correia, ex-prefeito e cartorário aposentado de Santo Antônio do Sudoeste. Ele me recebeu à sombra de uma mangueira, contou casos de conflitos envolvendo a posse da terra e revelou que nas décadas de 60 e 70 foi informante dos militares. Disse que periodicamente recebia a visita de um tenente do batalhão de Francisco Beltrão, mas que “nunca entregou ninguém”.

Voltei para Foz do Iguaçu com as mãos abanando, porém convencido de que deveria regressar ao Sudoeste e ficar por lá duas, três ou mais semanas. Sabia que seria extremamente difícil conseguir alguma pista, mas de repente, quem sabe, poderia acontecer o imponderável.

É então que o inesperado mais uma vez me colocou no caminho da elucidação do caso dos desaparecidos na fronteira. Foi em julho de 2004, quando eu pesquisava no arquivo da extinta Assessoria Especial de Segurança e Informações de Itaipu, resumido hoje em alguns documentos encaixotados e depositados em uma sala do antigo quartel do setor de segurança física, localizada na área da usina hidrelétrica. Contam os funcionários mais antigos que a maioria dos documentos produzidos pelo serviço de espionagem de Itaipu foram destruídos entre 1985 e 1988.

Pois bem, eu estava envolvido no trabalho de desencaixotar pastas e ler relatórios quando fui chamado para trabalhar na campanha de Carlinhos Carboni, candidato do PT a prefeito de Capanema. Mais uma vez o imprevisível me colocava no caminho da elucidação do caso dos desaparecidos.

Dei uma acelerada na pesquisa do arquivo da AESI, ou melhor, do que sobrou dos documentos produzidos pelos arapongas de Itaipu, e me mandei para o outro lado do Rio Iguaçu. Era a oportunidade de fincar uma base no Sudoeste do Estado do Paraná e fazer minhas investigações sem limitações de tempo.

BUSCANDO PISTAS EM CAPANEMA

EM MEADOS DE JULHO de 2004 parti para Capanema de mala e cuia. Fazer política no meio rural era a minha mais nova experiência e desafio. No bagageiro do carro levei fogareiro, panela, frigideira e parte de meu arquivo pessoal sobre os desaparecidos. Arquivo este, composto por centenas de cópias de documentos coletados ao longo dos anos e de relatórios das pesquisas que eu havia realizado até aquela data.

Assim que cheguei fiquei hospedado no Hotel Avenida, mas após algumas semanas aluguei um apartamento no prédio de "seu" Silvino e dona Terezinha Ferronato. Logo de início estranhei o modo de viver dos habitantes daquela cidade pequena, extremamente arraigados aos costumes do Sul. Porém, com o passar dos dias, fui me acostumando aos jeitos, usos e costumes dos capanemenses, herança da colonização do Sudoeste realizada por gaúchos e catarinenses, a maioria descendente em segunda e terceira gerações de imigrantes italianos, poloneses, ucranianos e italianos.

Esses agricultores estabeleceram na região uma economia baseada na agricultura em unidades familiares que perdura até os dias de hoje. Capanema possui 18 mil habitantes, mas já chegou a ter muito mais. O esvaziamento populacional deixou um rastro de escolas fechadas e pequenas propriedades rurais habitadas por casais idosos, geralmente acompanhados por filhas solteiras. A maioria dos jovens saiu para a área urbana do município ou migrou para Cascavel e Foz do Iguaçu.

Aproveitei os dois meses que passei em Capanema para buscar informações que me levassem a alguma pista dos desaparecidos. Saía para conversar com os moradores mais antigos, com os balseiros que trabalhavam no Porto Moisés Lupion e até com policiais, como o soldado reformado José Gradaski, que pertenceu à 3ª Cia. da Polícia Militar do Paraná e serviu no destacamento que existia no porto.

Após aposentar-se, Gradaski continuou morando na casa construída à beira do Iguaçu, onde passa o tempo pescando e observando o rolar das águas serenas naquele trecho profundo do rio. Quando eu fui procurar o ex-soldado da PM pela primeira vez, encontrei-o sentado no quintal de sua casa consertando uma rede de pesca enquanto mantinha um dos netos no colo.

Antes de conversarmos sobre os desaparecidos, ele recordou os tempos áureos do Porto Moisés Lupion, quando o Caminho do Colono estava aberto e por ele trafegavam em torno de 300 veículos por dia. Naquela época a balsa não demorava no porto. Era bater e voltar. A estrada, como o nome sugere, foi utilizada desde meados do século XX como via de passagem por migrantes provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de paranaenses do Sudoeste, que após transpor o Rio Iguaçu cruzaram o Parque Nacional em direção ao Extremo-Oeste do Paraná, área de colonização moderna, cujo período de ocupação de maior relevância ocorreu a partir da década de 50 do século passado.

O movimento no porto só caiu em 1986, quando a estrada, que existe há anos, e chegou a ser usada em 1924 por Luiz Carlos Prestes, foi fechada através de uma liminar. No ano de 1997, o Tribunal Regional Federal de Porto Alegre atendeu a um pedido impetrado pelos municípios arrolados na ação judicial e suspendeu a liminar, permitindo a reabertura da Estrada do Colono. Em maio, moradores da região reabriram os quase 18 quilômetros do caminho que corta o Parque Nacional do Iguaçu e liga o Sudoeste ao Oeste do Paraná.

No dia 13 de junho de 2001, a estrada foi novamente fechada pela Polícia Federal, em uma operação surpresa que envolveu aproximadamente 300 agentes federais que contaram com o apoio logístico dos órgãos estaduais. A estrada foi destruída com uso de tratores e mudas de árvores nativas foram

plantadas no antigo leito, enquanto a balsa foi inutilizada pela polícia. Moradores e lideranças políticas dos municípios de Medianeira, Capanema e Serranópolis do Iguaçu mantiveram vigília em ambas as extremidades da estrada e houve alguns confrontos. Porém, ela não ficou fechada por muito tempo. Na madrugada de três de outubro de 2003, centenas de moradores ocuparam o Posto de Informações e Controle de Capoeirinha, nas proximidades de Serranópolis do Iguaçu, e mais uma vez reabriram a estrada. Simultaneamente, um outro grupo de moradores preparou no Porto Lupion uma balsa para fazer a travessia.

Dessa vez a reabertura não durou muito tempo. Uma ação policial de peso reprimiu o movimento e, após quatro dias, as cerca de 500 pessoas que tomaram parte na invasão desobstruíram a estrada e ficaram de vigília nas duas extremidades da estrada.

Parecia que mais uma vez o abre e reabre havia terminado sem maiores consequências, até que no dia nove de outubro um confronto entre moradores de Capanema e policiais federais transformou o centro da cidade em uma praça de guerra. Os manifestantes queriam transformar a balsa – utilizada para a travessia do Rio Iguaçu – em um monumento em homenagem à luta pela abertura da Estrada do Colono e a levaram para a região central da cidade.

A justiça havia determinado a apreensão e destruição da balsa, para impedir que ela fosse usada para atravessar o rio. Cerca de mil pessoas estavam concentradas na avenida principal da cidade, quando um helicóptero da PF fez um voo rasante sobre o local e jogou bombas de gás lacrimogêneo. O tumulto se alastrou. Durante quase uma hora, policiais atiraram balas de borracha e bombas de efeito moral nos manifestantes, enquanto moradores lançavam pedras e paus nos agentes. Um jovem, que havia se acorrentado à balsa em sinal de protesto, foi levado às pressas para um esconderijo onde já estavam outras lideranças do movimento. Houve empurra-empurra e algumas pessoas foram pisoteadas. Aproveitando a dispersão dos manifestantes, os agentes escaparam do local.

Já de madrugada, depois de várias horas de confronto que resultou em feridos dos dois lados, os moradores se retiraram do local e a balsa foi levada pela PF para Foz do Iguaçu.

Durante meu trabalho em Capanema, a ação policial para o fechamento da estrada era tema obrigatório das conversas e a sua reabertura fazia parte das plataformas eleitorais. Casos de mobilização e violência, como os acontecimentos de 2001 e 2003, fazem parte da história da região. Talvez seja este o motivo das pessoas serem extremamente desconfiadas.

Nessas minhas andanças às cegas por Realeza, Planalto, Pérola do Oeste, Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste, eu estava sempre em busca de alguma informação sobre o grupo de Onofre Pinto. Porém, quando eu perguntava pelos desaparecidos as pessoas se mostravam arredias, desconfiadas, com medo de falar. Os tabus subsistem no Sudoeste do Paraná, e na memória dos habitantes mais antigos ainda está presente a repressão após o golpe militar e também durante a passagem pela região, em março de 1965, do grupo "guerrilheiro" comandado pelo coronel Jefferson Cardim. Em ambas as ocasiões agricultores, comerciantes e políticos foram presos, acusados de subversão e de pertencerem aos "grupos dos onze".

Entretanto, o fato mais marcante na memória coletiva da região foram às disputas pela posse de terra acontecidas da metade da década de 50 até os primeiros anos da década de 60. Durante esse período a região Sudoeste teve momentos de grande tensão no campo, com conflitos permanentes entre posseiros e jagunços a serviço das companhias colonizadoras, sendo a mais conhecida a Revolta dos Colonos ou Levante dos Posseiros, em outubro de 1957.

Desde o início da ocupação do solo em 1943 até o começo da década de 60 toda a região sudoeste esteve *sub judice* e seus primeiros moradores, tanto na zona rural como da urbana, eram considerados posseiros. Essa situação só foi mudada com a criação e atuação do Grupo Executivo Para as Terras do Sudoeste que, entre 1962 e 1973, transformou mais de 50 mil posseiros em proprietários. O Getsop foi criado pelo presidente João Goulart numa solenidade realizada na praça pública de Pato Branco.

Essa história da gente do Sudoeste me cativou e estimulou meu instinto de investigador. Os três meses que passei mergulhado na tradição, nos segredos e mistérios da região preencheram as noites longas de inverno. Além dos casos e causos que conheci, minhas andanças me expuseram ao vento frio conhecido como "mata baiano". Fiquei com minha garganta em frangalhos e afônico até o

início da primavera. Tirando esse resfriado e algumas informações complementares, a temporada que passei em Capanema pouco acrescentou de forma objetiva à busca. As circunstâncias da morte e o local onde foram enterrados os guerrilheiros do grupo de Onofre continuaram sendo um mistério.

-

O ITALIANO VIROU JAPONÊS

Eu pensava em voltar para Foz do Iguaçu, quando mais uma vez o inesperado chegou em forma de um telefonema e mudou os meus planos.Era Roberto De Fortini, velho companheiro dos tempos de militância na VPR e que se encontra até hoje numa situação, digamos, no mínimo estranha. Ele foi preso em 1970 quando caiu a base logística disfarçada como companhia pesqueira que a VPR possuía em Três Passos. Em janeiro de 1971, Fortini saiu da prisão na leva dos 70 prisioneiros trocados pelo embaixador da Suíça no Brasil. Após algum tempo no Chile, foi para a fronteira da Argentina com o Brasil, onde montou uma infraestrutura para receber os exilados que retornassem à luta armada contra a ditadura. Nesse trabalho, ele teve a ajuda de sua companheira Dolantina, de Gustavo Buarque Schiller e de outras pessoas recrutadas no local. Com a extinção da VPR, em 1973, e a desmobilização geral da militância, Gustavo foi para a Europa e Fortini continuou morando na infraestrutura que havia montado. Graças a ela e à sua nacionalidade italiana ele sobreviveu.

Em setembro de 1979 veio a anistia, os exilados voltaram, os clandestinos emergiram para a vida legal, mas Roberto De Fortini continuou lá no mato, trabalhando no sítio e cuidando-se pelos quatro costados. Afinal, a Argentina passava por um dos momentos mais sombrios de sua história. A ditadura implantada em 1976 suplantava o regime nazista, com milhares de prisões, tortura e morte de seus adversários.

Mesmo após o fim das ditaduras, primeiro aqui, depois na Argentina e, por último, no Chile e Paraguai, Fortini continuou enrustido em sua infra. Por isso, o “Gringo da VPR” tem sido comparado àquele japonês que depois de acabar a Segunda Guerra Mundial continuou isolado numa ilha. É uma comparação grosseira, pois a verdade é que o Fortini não voltou devido a certas circunstâncias bem particulares. Em primeiro lugar ele não foi banido, mas sim expulso do Brasil por ser de nacionalidade italiana. O ato de expulsão só foi revogado alguns anos após a anistia. Além disso, com o passar do tempo ele acabou tornando-se escravo das infraestruturas que criou no exílio. No lugar onde mora tem de tocar

roça, cuidar das criações e administrar uma pequena agroindústria. Sua maior dificuldade para voltar são os bens que ele adquiriu e a família que formou usando outra identidade. Aqui ele é Roberto, ex-preso político trocado pelo embaixador suíço e expulso do Brasil. Na Argentina ele é "José", agricultor, industrial e cidadão com participação ativa na comunidade onde vive. Fortini é descendente de uma família italiana com tradição revolucionária. Seus avós foram anarquistas e seus pais comunistas. De vez em quando ele viaja a Vicensa para representar a família nos desfiles comemorativos da derrota do nazi-fascismo.

Fazia mais de 32 anos que eu não falava com o Gringo. Agora ele estava ali, ligando de Três Passos e pedindo um encontro para a gente fazer um balanço de tudo que havia acontecido desde aquela reunião da qual participamos em 1972 no Chile. Após a troca de mais algumas informações ficamos de nos encontrar em Foz do Iguaçu em duas semanas.

Aquele telefonema me reanimou. Fortini poderia ajudar em minha busca. Surgia, portanto, uma nova linha de investigação e talvez agora eu conseguisse algum resultado. Afinal de contas, ele possuía contatos dentro da Argentina e também no Brasil que poderiam acrescentar novas informações, novas pistas ao que eu já havia conseguido descobrir até aquele momento.

Decidi então permanecer mais alguns dias no Sudoeste e dedicar a maior parte do meu tempo à minha investigação. A campanha eleitoral já não me atraía tanto como no início. Eu era um estranho perdido entre usos e costumes que se arrastavam através do tempo, de geração para geração. Com o passar dos dias entendi que para aquela gente a tradição é sagrada e se sobrepõe à lógica da política. Durante todo o tempo que convivi com povo do sudoeste não consegui engolir o estilo de fazer campanha eleitoral acompanhada por churrascos, bailes e comícios. Para mim era muito estranho aquilo de homens e mulheres irem em pleno início da tarde para a pista de dança depois de "traçar" carne e cerveja. Cada par com a sua cor, moça vestida de verde nem conversava com rapaz vestido com camiseta de cor laranja. Verde e laranja foram as cores oficiais da campanha municipal de 2004 em Capanema.

Nada de mistura, quem é colorado não senta para tomar cerveja com gremista e durante a campanha quem apoiava um candidato não comprava em loja de partidário do adversário. Interessante é que a rivalidade existe sem que as

pessoas sejam inimigas. É o que acontece, por exemplo, nos dias de Grenal, quando gremistas e colorados se reúnem na praça. As galeras torcem, aplaudem, vaiam e provocam, e no fim os torcedores do time que perde o jogo acabam puxando uma carrocinha decorada de azul e vermelho.

No final de agosto fechei minha temporada no sudoeste e me mandei para Foz do Iguaçu e convidei meu amigo César Cabral a me acompanhar numa visita ao Roberto De Fortini. Ele topou e no dia seguinte fomos para o interior da Província de Misiones. Colhemos algumas informações e chegamos ao sítio do Gringo. Desci do carro e Dolantina me abraçou e beijou. Fortini me olhou de cima abaixo talvez pensando "quem é esse cara?" "É o Aluízio", disse ela, como que atendendo àquele olhar marcado pela curiosidade. Então nos abraçamos enquanto Dolantina foi para dentro da casa chorar e agradecer. Aquele reencontro levou 31 anos para acontecer. Em 1973 eu tinha um ponto com Fortini em Oberá e não compareci por motivo de segurança. Desde então eles nunca mais tiveram notícias minhas. Durante 30 anos pensaram que eu havia morrido e só ficaram sabendo que eu estava vivo e morando em Foz do Iguaçu quando Fortini se encontrou com o João Carlos Bona Garcia, em Porto Alegre.

Após a emoção do reencontro, fomos para a cozinha e contamos um para o outro as peripécias que tivemos de fazer para sobreviver às ditaduras. Ainda emocionada, Dolantina disse que sabia desde cedo que estava para receber uma boa visita – o sinal havia sido dado pelos passarinhos que "cantavam e faziam festa dentro de casa".

Depois de termos feito um balanço de nossas vidas nos últimos 30 anos, eu contei para o Fortini a quantas andava minha investigação para descobrir o que aconteceu com o grupo de Onofre Pinto. Enquanto cevava chimarrão, Dolantina disse que por volta de 1974 ou 1975 havia visto Onofre em Posadas. "Ele não morreu, Aluízio. Está vivo em algum lugar desse mundo."

Sinceramente eu não creio que ele esteja vivo. Ela deve ter de fato visto o Negão; Dolantina é boa fisionomista e conviveu com Onofre no aparelho da VPR no Paradero Deciocho, da Avenida Santa Rosa, em Santiago do Chile, "mas deve ter sido quando ele estava saindo da Argentina para entrar no Brasil", pensei cá com os meus botões.

Outras pessoas também tiveram a visão do Onofre. Há uns três anos eu soube pelo Ismael Antonio de Souza, ex-militante da VPR que saiu comigo no "sequestro dos setenta" e que mora em Araçatuba, que o Pedro Lobo havia visto o Onofre em São Paulo, lá pelos anos 80. Essa notícia se espalhou e estava alicerçada no fato de Onofre e Pedro Lobo serem amigos e compadres. Sobre esse fato minha amiga Suzana Lisboa, ex-militante da Ação Libertadora Nacional e representante dos familiares na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, me contou que durante algum tempo, todos os fins de semana, na mesma hora, ela se plantava num ponto em São Paulo, junto com o Pedro Lobo, que tinha "visto" o Negão e não pudera alcançá-lo, porque ele entrou num ônibus. Suzana e Pedro Lobo ficaram ali meses a fio, até que eles desistiram. Ou melhor, desistiram em parte, pois Pedro Lobo continuou a ir sozinho até o dia em que achou o tal negão, o seguiu até a casa, e só se convenceu que não era o Onofre quando falou com ele. Um outro companheiro de São Paulo, o Domingos Fernandes, que foi direção da ALN, me disse que certa ocasião José Maria Crispim recebeu a visita na Itália, onde estava exilado, de uma guerrilheira do Sendero Luminoso, e ela disse que Onofre estava no Peru. Liszt Benjamim Vieira, que foi do Colina, garante que viu Onofre na Embaixada da Suécia, em Buenos Aires. Segundo Liszt, Onofre estava buscando informações sobre documentos necessários para se exilar naquele país nórdico.

Pois bem, depois de repassarmos nossa sobrevivência na clandestinidade, Fortini me mostrou o sítio, encravado num lugar paradisíaco, na borda de uma imensa selva que só termina nas proximidades da fronteira da Argentina com o Paraguai, beirando o Rio Paraná. Em seguida recordamos Gustavo Buarque Schiller, o "bicho da VPR" que saiu com a gente no sequestro. "Está vendo aquela tesoura, aquela cumeeira?", perguntou Fortini apontando para a estrutura de madeira que sustenta o telhado. "Foi o Gustavo que me ajudou a fazer", contou. Essa e outras recordações vermelhejaram os olhos daquele homem rústico, de mãos grandes e calejadas. Ainda tentando segurar as lágrimas, Gringo revelou que quando não havia mais perspectiva de continuar a luta ele mandou Gustavo para a França.

Sobre a morte de Gustavo ocorrida após cair de um prédio em Copacabana em 1985, Fortini afirma sem vacilar, “não acredito que uma pessoa cheia de vida ia se matar. Pode até ser que tenha ficado deprimido, mas ele tinha como superar vindo aqui pro mato”.

Essa visita ao Gringo foi fundamental em minha investigação, pois graças a ele recebi informações importantes que mais tarde me levaram à região Noroeste do Rio Grande do Sul. Marcamos um encontro em Três Passos para dentro de dez dias, e nos despedimos.

ENFIM A TAL BASE FICTÍCIA

ESSA MINHA IDA AO "SANTUÁRIO" onde Fortini continua refugiado até os dias de hoje reavivou minha memória fragilizada e trouxe muitas lembranças. Sobre elas conversamos eu e César Cabral no retorno a Foz do Iguaçu. Recordamos os tempos de barra-pesada, quando eu estava clandestino na Argentina e César recém-saído do Presídio da Ilha Grande e em liberdade condicional. Naquela época minha situação no exílio era delicada, eu me equilibrava num estreitíssimo fio de navalha na medida em que atuava na fronteira com documentos falsos, exposto a ser preso e enviado para o Brasil, onde a morte era a sentença anunciada para os banidos. Foi nesta época que César foi sequestrado e levado na calada da noite desde Foz do Iguaçu para um sítio do Exército no Estado de Goiás, e ali submetido a um rigoroso interrogatório. Os militares tinham informações de que eu andava na região e queriam extrair do César minha localização. Porem, depois que saí de Posadas meu isolamento foi total, criei uma blindagem ao meu redor e graças a isso sobrevivi.

Ao anoitecer chegamos, eu e César, a Foz e depois de passar o final de semana com a família e fazer alguns contatos voltei a Capanema para buscar minhas roupas e entregar o quarto que eu ocupava. Estava decidido a retornar para o meu ninho. Porém, assim que cheguei, recebi um aviso para ligar urgente para Antônio Maffi, na cidade de Braga, localizada no Noroeste do Rio Grande do Sul. Só poderia ser algum assunto ligado ao Fortini, imaginei. Fiz a ligação e, dito e feito, era um recado do Gringo avisando que estava com problemas na Argentina e transferia nosso encontro para depois das eleições municipais.

Maffi foi um dos integrantes da logística da VPR em Três Passos. Acho que era o administrador da companhia pesqueira. Ele chegou à luta armada após ter militado no núcleo do Partido Operário Comunista (POC), em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Foi preso em 1970, três anos depois foi para o Chile e mais

tarde à Europa, voltando em seguida para o Brasil, onde terminou seus estudos, lecionou na Universidade de Ijuí, também no Rio Grande do Sul, e duas vezes se elegeu prefeito de Braga. Atualmente é secretário de planejamento da prefeitura.

No dia nove de setembro, logo após o almoço, me mandei para a cidade de Braga num Voyage, ano 1993. Alguma coisa me dizia que em breve eu teria em mãos o fio da meada que me levaria a descobrir as circunstâncias da morte e o local onde foram enterrados os últimos guerrilheiros da VPR. A viagem teria de ser curta, pois eu pretendia ficar apenas mais uma semana em Capanema. Eu precisava voltar para Foz do Iguaçu e sabia que voltando eu entraria numa engrenagem que exigiria muito de mim e seria, portanto, extremamente difícil fazer aquela viagem depois. E tem mais, palpite é palpite. Não dá para subestimar nem esperar; e eu tinha um forte pressentimento de que daquela vez teria algum dado concreto. Além disso, fazia tempo que eu queria falar com Valdetar Dornelles, em Três Passos, com a viúva de Alberi e recontatar velhos companheiros de moravam na divisa entre Santa Catarina e o Paraná. Aquele era o momento de partir para uma nova linha de investigação, pois de repente a ponta do fio do novelo poderia estar na região onde o ex- sargento da Brigada viveu e se casou. Ali eu poderia sacar alguma pista, por que não?

Estava escurecendo quando cruzei o território dos Guaranis Kaiowás, localizado no Município de Miraguaí, que leva esse nome em homenagem a um cacique caingangue antigo morador do local. Trafeguei com cuidado, pois a estrada estava tomada por indígenas, principalmente crianças que brincavam fazendo de tobogã um barranco quase íngreme. De vez em quando aparecia um ou outro indígena atravessando a estrada e os carros tinham de parar para que eles pudessem passar. Contam os moradores que os motoristas devem ter muita cautela, pois há índios que não saem da estrada e outros até deitam no meio da pista.

Antes de chegar numa cidadezinha chamada Irapua, saí do asfalto e trafeguei debaixo de chuva e no escuro quase 15 quilômetros de estrada de chão até chegar a Braga. Depois de resvalar no barro de um lado para outro durante não sei quanto tempo, encostei o carro em frente da casa de Antônio Maffi por volta das vinte e uma horas. Aquela foi uma noite longa. Na sala de estar,

tomada por livros e sob os olhares curiosos de gatos e cachorros, preguiçosamente acomodados sobre sofás e poltronas, falamos da situação atual do país e de nossas militâncias. Fiz um relato sucinto de minha investigação para encontrar os desaparecidos, e ele com voz pausada e um português perfeito – apesar de estar fora de sala de aula há muitos anos Maffi não perdeu a pose de professor – falou de sua relação com o sargento Alberi.

Contou que ao sair da prisão foi para a casa de seus pais. Estava em liberdade condicional e pretendia voltar a estudar quando Alberi foi visitá-lo e o convidou para ir pro Chile. Maffi não deu resposta na hora, ficou de pensar no assunto. O sargento voltou, insistiu e acabaram indo para o país de Salvador Allende, onde uma coligação de partidos de esquerda com proposta socialista havia chegado ao poder pela via eleitoral.

Com a ida de Maffi para o Chile acompanhando Alberi foi dada partida a Operação Juriti, coordenada pessoalmente pelos coronéis José Teixeira Brandt e Paulo Malhães. Alberi faria o papel de pescador e Maffi seria usado como isca, uma espécie de salvo-conduto para facilitar a aproximação do sargento da Brigada Gaúcha aos brasileiros exilados no Chile. Dessa forma os coronéis do Centro de Informações do Exército copiavam a fórmula usada pelo Cenimar e pelo Fleury em Pernambuco. Lá o “cachorro” foi o “cabo” Anselmo, agora o agente recrutado seria o Alberi, que por não ser conhecido entre a militância da esquerda revolucionária se fez acompanhar por Maffi, um referencial de coerência e integridade.

Antônio Maffi e Alberi saíram do Brasil por Santana do Livramento. Pararam em Buenos Aires, onde o sargento manteve alguns contatos, e chegaram a Santiago 15 dias antes do golpe militar. Na capital do Chile foram direto para a casa de Bruno Piola, que também havia sido da base do POC de Passo Fundo e um dos 70 presos trocados pelo embaixador suíço.

Depois de fazer os primeiros contatos, o “cachorro” a serviço do CIE passou a nadar de braçadas entre o pessoal da VPR, quase todos jovens de classe média, saídos de uma geração que desafiava a ordem e os costumes, valorizando a capacidade de homens e mulheres mudarem o mundo através da própria intervenção. Envolvidos pela glória de saírem das prisões após serem trocados

por embaixadores e de treinarem guerrilha em Cuba e outros países do bloco socialista, o sonho de quase todos os banidos era voltar pro Brasil e se reintegrar à luta.

Um dos primeiros a ser contatado foi Umberto Trigueiros Lima, que esteve preso com ele em 1969 na Fortaleza de Santa Cruz, Niterói. Nesses encontros Alberi “cantou” Umberto para participar de seu plano de retorno, falou do esquema que tinha na fronteira e dos apoios camponeses. Umberto é daqueles caras boa praça, sabe ouvir e é reflexivo; foi da Dissidência Comunista de Niterói, que depois passou a ser MR8, e no exílio ingressou comigo e Antonio Rogério Garcia da Silveira na VPR. Como ele ansiava voltar à luta no Brasil, ouviu com interesse as propostas de Alberi, sem, contudo, deixar de ficar com um pé atrás. Afinal, a cilada em Recife era muito recente e a militância ainda estava desnorteada. O último encontro entre os dois era pra ter sido no dia 11 de setembro em frente do Palácio de La Moneda, porém com a queda de Allende o mesmo não aconteceu.

Com o golpe militar de 11 de setembro, Alberi, Maffi e Bruno Piola foram buscar proteção da Embaixada da Itália. Somente o Piola, esposa e filhas conseguiram asilo, pois a embaixada estava recebendo apenas italianos natos, descendentes e familiares. Alberi e Maffi andaram a esmo pelas ruas de Santiago até que entraram na Embaixada do México, naquela altura já superlotada e quase inacessível.

Durante a conversa que eu tive com o Maffi, ele recordou que chamou sua atenção o fato de Alberi ter recebido da Embaixada brasileira no México um passaporte com visto para viajar pela América Latina, enquanto os demais exilados que chegaram àquele país receberam do governo mexicano o laissez passez, que é um documento com muitas limitações.

Minha viagem à cidade de Braga foi, sem sombra de dúvida, a mais proveitosa de todas que eu havia feito no afã de descobrir o paradeiro dos desaparecidos. A conversa com Máffi na sala abarrotada de livros, gatos e cachorros rolou até tarde da noite. Abri parte do arquivo que havia levado, mostrei os avanços e fracassos que eu fui colecionando no decorrer de minhas investigações e contei que meu objetivo imediato era encontrar um sítio ou

serraria em Santo Antônio do Sudoeste, no Paraná, que teria sido o ponto de chegada do grupo de Onofre Pinto. Assim, sem dar grande importância à informação, Maffi revelou que numa cidade vizinha morava uma pessoa que trabalhou num sítio que Alberi possuía próximo da fronteira do Brasil com a Argentina e que essa pessoa é o Realdo Neves de Oliveira, que pertenceu à base da VPR de Três Passos e foi um dos construtores da caverna na barranca do Rio Uruguai. Aparentemente, essa caverna seria para instalar a câmera frigorífica da companhia pesqueira, mas seu verdadeiro destino era ser um depósito de armas.

Opa! Finalmente apareceu o sítio. Agora era só ir atrás de Realdo e ver se ele seria capaz de lembrar a sua localização. E o melhor, o cara que conhecia o sítio não era um desinformado, teve uma participação política importante e poderia esclarecer muita coisa.

Mais tarde fomos telefonar pro Bona e surgiram novas revelações. João Carlos Bona Garcia foi, junto com Bruno Piola e Antonio Maffi, um dos fundadores do Partido Operário Comunista, o POC, de Passo Fundo. Ele me contou que após o golpe no Chile se asilou na Embaixada da Argentina e que lá também estavam os irmãos Carvalho (Daniel, Joel e Jairo), Lavechia e Vítor Ramos. O clima entre os asilados era de perplexidade e nervosismo, e qualquer picuinha servia como motivo de briga. É o caso da discussão que se armou entre Vítor Ramos e um funcionário da embaixada. Ambos fumavam e dividiam uma latinha de conserva que servia de cinzeiro quando de repente Vítor agarrou firme com as duas mãos o cinzeiro improvisado e gritou: “Essa latinha é minha”. Bona conta também que certa noite José Lavechia juntou alguns pneus, fez uma fogueira no pátio da embaixada e não deixou ninguém se aproximar. “Depois de toda aquela tensão na Embaixada quando chegamos a Buenos Aires nossos nervos estavam em frangalhos. O golpe no Chile desmontou nossa perspectiva política e projetos pessoais”, disse ainda Bona Garcia, acrescentando que quando Alberi chegou à capital argentina vindo do México encontrou quase todos os asilados em processo acelerado de desestruturação emocional. Os refugiados haviam perdido toda e qualquer possibilidade de criar raízes, não tinham para onde ir e estavam extremamente fragilizados.

Alberi já estava em contato com Onofre Pinto quando procurou os irmãos Carvalho, Vítor, Lavechia e Bona. Eles estavam abrigados num prédio antigo,

que no passado foi um hospital destinado a tuberculosos, conhecido como Nosocômio. Onofre havia chegado à Argentina um pouco antes do golpe e tentava estruturar um esquema para retornar ao Brasil.

O ano de 1973 estava acabando quando Bona se encontrou com Alberi pela última vez. O sargento disse que a operação retorno ao Brasil já estava praticamente pronta e que tinha a participação de Onofre, dos Carvalho, de Lavechia e outras pessoas que haviam chegado do Chile. Bona ficou de dar uma resposta mais tarde. Sentiu que havia alguma coisa esquisita naquela proposta e ligou para a Argélia pedindo ajuda a Miguel Arraes para sair da Argentina.

Não dormi naquela noite depois das novas e animadoras informações. Passei horas rolando na cama, ansioso pela perspectiva da descoberta. No dia seguinte saímos cedo para Coronel Bicaco, cidade localizada também na região Noroeste do Rio Grande do Sul e vizinha de Braga. Como era época de campanha eleitoral as casas estavam embandeiradas com as cores dos candidatos a prefeito. É costume na região o morador expor sua simpatia política pendurando um pedaço de pano na ponta de varas de bambu imensamente compridas. Mais uma vez a cor partidária era manifestada de forma explícita, como é tradicional na política gaúcha.

Quando chegamos ao Minimercado e Açougue Oliveira, Realdo tomava chimarrão e vestia bombachas, botas de cano largo e chapéu de feltro com copa afunilada e abas largas. Sujeito simples, gaúcho típico do Noroeste colonial, caboclo da velha cepa, ele nos convidou para a sala, mandou servir café com biscoito e festejou a visita de Maffi. Perguntou pela Associação dos Perseguidos Políticos de Três Passos e quis saber a quantas andava o seu pedido de indenização junto à Comissão de Anistia, em Brasília. Ele foi preso quando em 1970 caiu a base da VPR em Três Passos. Por conta de sua prisão recebeu R$ 30 mil do governo do Rio Grande do Sul, a título de reparação aos presos políticos torturados em estabelecimento do Estado. Realdo ficou famoso na pequena cidade de Coronel Bicaco por ter, assim que chegou de Porto Alegre com o dinheiro da reparação política, comprado mil tragos adiantados num boliche do centro. Até hoje ele é conhecido pelo apelido de “Mil Tragos”.

Antes, a caminho de Bicaco, eu havia combinado com Antônio Maffi que não iríamos perguntar de chofre sobre o sítio, pois haviam se passado 30 anos e era preciso preparar bem a conversa.

Passamos boa parte do tempo falando da companhia pesqueira de Três Passos, de Roberto De Fortini e de outros companheiros, até que lá pelas tantas eu perguntei sobre o sítio que Alberi possuía em Santo Antônio do Sudoeste. Tranquilo, com aquele jeito típico de falar dos moradores da região das Missões, Realdo respondeu dizendo que de fato, algum tempo após sair da prisão, foi trabalhar num desmatamento em Santo Antônio do Sudoeste e Capanema. Assim conheceu Miltinho Ramalho, que o contratou como peão de sua serraria, e ficou sabendo de Alberi. Contou ainda que em certa ocasião eles estavam limpando uma plantação de fumo quando ouviram tiros vindos desde a propriedade vizinha. O autor dos disparos era Alberi, que havia chegado, com um grupo de pessoas, num Aero Willys bordô, ao sítio de seu parente Niquinho Leite.

Aquela informação que Realdo deu com a maior naturalidade me deixou aceso, entusiasmado com a possibilidade de ter finalmente em mãos a ponta do novelo que iria levar-me a descobrir o destino dos desaparecidos da VPR. Caramba! Existiu de fato o sítio fruto de minhas suposições. O cenário que eu havia imaginado assim que abandonei o exílio e voltei para o Brasil estava sendo configurado. Usando palavras doces para os ouvidos revolucionários e voluntaristas, o sargento Alberi prometeu estrutura para o retorno à luta e arrastou os cinco exilados brasileiros e mais o argentino Enrique para uma suposta base de campo situada em Santo Antônio do Sudoeste, próxima à fronteira com a Argentina. Faltava agora localizar o sítio e saber se ele era propriedade do Alberi, de seus parentes ou da própria repressão.

Mostrei as fotos dos desaparecidos do grupo de Onofre para o Realdo, mas ele não reconheceu nenhum. Quanto à localização do sítio ele foi certeiro: revelou que fica num lugar conhecido como Boa Vista do Capanema, mas que eu poderia ter mais e melhores informações com Miltinho Ramalho, em Santo Antônio do Sudoeste. Disse ainda que para chegar ao Miltinho eu teria de seguir pela BR-163 e após passar dois quilômetros da entrada de Marcianópolis, mais ou menos uns doze quilômetros antes de chegar a Santo Antônio, parar em um posto de gasolina para perguntar.

Tudo anotado tirei algumas fotos com Realdo e esposa em frente do boliche e em seguida nos despedimos para continuar a viagem em direção a Três Passos, onde entraríamos em contato com Valdetar Dornelles e outros companheiros. Eu pretendia falar ainda com Ilone Schmaltz, viúva de Alberi, e seu advogado Atanagildo Almeida Neto.

COM A PONTA DO NOVELO ENTRE OS DEDOS

ERAM ONZE HORAS DA MANHÃ quando chegamos à sede da Associação Solidária dos Perseguidos Políticos de Três Passos, localizada no segundo piso de um prédio no centro da cidade. A entidade foi fundada por Valdetar, Maffi, Fortini e Juarez Zamberlan Braga, tendo como objetivo resgatar a história da esquerda de Três Passos e da região, além de dar assistência aos ex-presos políticos.

Quando entramos no escritório, Valdetar Dorneles atendia uma pessoa que dizia ter sido expulsa da Brigada Militar do Rio Grande do Sul por motivos políticos. Aquele homem alto, espigado, de cabelos grisalhos e olhar de gente decidida se levantou da cadeira e nos recebeu de forma efusiva. Valdetar é membro de uma família tradicionalmente da esquerda trabalhista e foi um dos líderes da Operação Três Passos, aquele movimento armado liderado pelo coronel Jefferson Cardim de Alencar Osório que movimentou a região Noroeste do Rio Grande do Sul e o Sudoeste do Paraná em março de 1965. Na época quase toda a família de Valdetar esteve presa ou respondeu a algum inquérito promovido pelos militares.

Durante nossa conversa, convenci-me de que naquele caso o homem se sobrepôs ao mito. Apesar de seus 70 anos, Valdetar Dorneles ainda mantém o espírito jovem e libertário. Em sua sala, com as paredes repletas de cartazes alusivos às lutas revolucionárias e a temas relacionados à anistia, ele fez um relato excepcional da Operação Três Passos, que por sinal ainda é um movimento pouco estudado. Em seu livro, publicado com o título de *Ahú, diário de uma prisão política*, o jornalista Políbio Braga, denominou os homens rústicos, quase todos agricultores, que fizeram parte do movimento deflagrado em março de 1965, de “guerrilheiros dos dentes de ouro”.

Valdetar é um deles, e se destaca por ter voltado aos estudos e se formado em direito. Hoje é advogado. Os outros participantes da Operação Três Passos estão por aí espalhados pelo Rio Grande do Sul e Paraná.

"Cometemos muitos erros, mas foi o primeiro movimento armado de resistência à ditadura. Quem quiser saber como foi é só ler os autos. Está tudo aí", disse ele apontando para dois volumes com as cópias do inquérito policial militar instaurado na época e que hoje fazem parte do acervo da associação. "Além desses, temos vários outros documentos, como, por exemplo, cópias dos depoimentos de todos os indiciados no processo da companhia pesqueira", afirmou Valdetar, que por sinal foi uma das pessoas presas quando em 1970 caiu a base da VPR, disfarçada em empresa de pesca no Rio Uruguai.

Além de ficar sabendo de muitos detalhes da guerrilha de Três Passos que eram inéditos para mim, aquela conversa me ajudou a compor a personalidade do sargento Alberi, além de trazer à luz um fato novo. Contou Valdetar que, após 1974, Alberi esteve na região acompanhado de um militar do Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu e que ambos mataram um morador da vizinha Humaitá conhecido como João de Doné. O motivo do homicídio seria porque a vítima teria gasto certa quantia de dinheiro que Alberi deixou em suas mãos. Os dois assassinos foram presos e levados para o Batalhão da Brigada Militar de Três Passos. Ali, a dupla não ficou muito tempo, o comandante do quartel de Foz mandou um rádio para o quartel-general do III Exército, em Porto Alegre, e em seguida Alberi e seu parceiro foram soltos.

Essa história contada pelo Valdetar eu confirmei mais tarde, numa fase avançada de minhas investigações e também ao consultar as anotações que fiz durante a pesquisa no arquivo da Polícia Federal em Foz do Iguaçu. Naquela oportunidade encontrei vários relatórios sobre Alberi, muitos deles escritos a partir de um mandado de prisão por conta do assassinato ocorrido em Humaitá e expedido pelo juiz da Comarca de Crissiumal, Rio Grande do Sul. Apesar de todos os quartéis e delegacias de polícia terem recebido o mandado, o sargento circulava livremente e frequentava com desenvoltura os círculos policiais e militares.

Por fim me despedi de Valdetar e ficamos de nos encontrar em 31 de março do ano seguinte para comemorar os 40 anos da "Guerrilha" de Três Passos. Quando chegamos de volta a cidade de Braga era quase noite. Tiaraju, o filho de Maffi, preparou um churrasco e aproveitamos para dar uma repassada nas informações coletadas com Realdo e Valdetar.

Enquanto Tiaraju assava a carne numa grelha suspensa entre tijolos no fundo da casa, Maffi me contou o que lhe aconteceu depois que saiu do México, onde se asilou após o golpe no Chile. Em linhas gerais ele e quase todos os exilados foram para a Bélgica, mas sua estada durou apenas sete meses. No início de junho de 1974 desembarcou em Buenos Aires e foi morar juntamente com alguns exilados paraguaios numa casa-albergue, localizada na Rua Estados Unidos, bairro de San Telmo. Alguns dias após a sua chegada recebeu a visita de Alberi. Ele lhe disse que saiu do México para Buenos Aires ainda em dezembro de 1973 e convidou Maffi para ingressar em um grupo que estava preparando-se para entrar no Brasil para fazer ações armadas. Acrescentou que Onofre Pinto fazia parte do grupo, assim como outros exilados que estavam em Buenos Aires. Maffi respondeu que seu objetivo no momento era apenas estudar e pediu a Alberi que não voltasse a visitá-lo.

- *Ala pucha tchê*! É a mesma história que aconteceu comigo e o Bona, o roteiro é idêntico, só mudam os personagens.

- Pois é, eu também tive esse sentimento quando soube que você encontrou o Alberi em Buenos Aires.

Dito isso, Maffi me alcançou uma cópia do inquérito da “pesqueira” e se despediu para ir dormir. Eu dei uma folheada nos documentos e em seguida fui para a cama. Eu vivia um momento muito especial, estava chegando ao fim de minha investigação e meu único interesse era seguir o fio do novelo. Afinal já estava com a ponta entre os dedos e ia dormir na casa de mais um sobrevivente da chacina. Se Maffi tivesse entrado no “esquema de Alberi” poderia estar na mesma cova que os outros desaparecidos.

Aquele havia sido um dia cheio de novidades. Encontrei alguém que conheceu o “sítio da morte” e tive mais uma indicação de que Alberi era um *pitbull*

protegido por comandantes militares de vários escalões. Aquele caso do assassinato de João de Doné, em Humaitá, a prisão de Alberi e a ordem de soltura por um alto comandante militar mostrava o nível de cumplicidade e promiscuidade nas relações entre o ex-comandante da Operação Três Passos recrutado pela repressão e seus chefes.

No dia seguinte, saí cedo com a intenção de só parar em Santo Antônio do Sudoeste e chegando lá procurar o Miltinho Ramalho. A fome, porém, bateu forte e me detive por alguns minutos numa barraca de peixes localizada nas adjacências da ponte sobre o Rio Uruguai, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

Eram quase três horas da tarde quando cheguei a Santo Antônio. Antes eu havia passado por Marcianópolis, cidade próxima de Santo Antônio, parado em vários botecos de beira de estrada e perguntando por Miltinho, sem obter êxito. Procurei então Sinval Schreiner, filho do líder trabalhista Perci Schreiner, primeiro prefeito do município e ex-deputado estadual. Perci foi preso logo após o golpe militar de 1964. Conversa vai, conversa vem, e Sinval me informou que Miltinho Ramalho morava na Linha Glória e que para chegar lá eu teria de entrar na primeira estradinha de chão à esquerda, voltando para Barracão. Encontrei a casa de Miltinho depois de transitar uns cinco quilômetros por uma estrada de chão batido. Fui recebido por sua esposa, dona Yolanda, e ela me disse que o marido estava coordenando a dragagem de um arroio que passa nos fundos da propriedade e que já havia mandado chamá-lo.

Assim que Miltinho chegou, eu me apresentei dizendo que estava em busca dos desaparecidos políticos e da localização do sítio que Alberi possuía em Boa Vista do Capanema. Em seguida, enquanto tomávamos chimarrão, falei do Realdo e de minha missão. Ele confirmou as histórias que eu havia ouvido em Coronel Bicaco e disse que iria levar-me até dona Eva de Lima, viúva de Niquinho Leite e também prima de Alberi. Segundo Miltinho, o sítio pertencia ao Niquinho e realmente ele está localizado em Boa Vista do Capanema.

Se aquilo fosse uma brincadeira de “ta quente, ta frio”, com certeza eu diria surpreendentemente quente. Até que enfim eu me aproximava do tal sítio que Alberi havia me falado no encontro casual que eu tive com ele em Buenos Aires

no ano de 1974. Solícito, Miltinho entrou no carro e pegamos a estrada em direção a Pranchita, até que ele me mandou entrar em um aviário. Nada feito. Não encontramos dona Eva, nem seu filho Valdir. Voltamos para a cidade e fomos à casa de outros parentes de Alberi. Sorte! Ali estava dona Eva, de visita, sentada na varanda e conversando com as sobrinhas. Chegamos de leve, Miltinho puxou conversa, falou de amenidades, e lá pelas tantas me apresentou, disse que eu era jornalista e estava fazendo uma reportagem sobre Alberi.

Dona Eva ficou surpresa e revelou que tempos atrás uma moça a procurou com o mesmo intuito. Eu lhe disse que meu objetivo era outro, mas mesmo assim ela fez o seu relato da guerrilha de Três Passos e revelou que seu marido foi preso naquela ocasião. "Paciência Aluízio" foi o que eu pensei. A viúva de Niquinho não era a primeira pessoa que confundia as bolas. Meu interesse era falar do Alberi da década de 70, saber de suas andanças, de onde vinha, com quem andava, onde era o sítio, quem o frequentava, e não a aventura de 1965. Mais tarde eu iria mostrar a ela as fotos de Onofre, Daniel, Joel, Enrique e Lavechia.

Justo na hora em que eu ia entrar pra valer no assunto e tentar tirar alguma informação de dona Eva, chegou seu filho, aquele do aviário. Feitas as apresentações, Valdir perguntou qual era meu interesse no assunto. Eu lhe disse que estava investigando o desaparecimento de seis revolucionários que haviam entrado clandestinamente no Brasil em julho de 1974. Acrescentei que eles vieram para lutar contra a ditadura militar e foram guiados pelo Alberi até Santo Antônio do Sudoeste. Mostrei a foto do Onofre dizendo que ele era um dos desaparecidos. Valdir segurou a foto, olhou para ela durante alguns segundos, que para mim pareceram longos minutos, e perguntou para sua mãe:

- A senhora disse alguma coisa para ele? Isso é um assunto sério, pois envolve pessoas desaparecidas.

Em seguida me devolveu a foto de Onofre e pediu minhas credenciais. Entreguei a carteira de jornalista, ele a examinou atentamente dando a impressão de que estava pensando no que iria dizer. Após colocar minha carteirinha da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas) dentro de uma bolsa que carregava a tiracolo, pediu licença para sair dizendo que iria buscar o filho na saída da escola.

Valdir demorou quase meia hora para retornar, mas para mim, ainda mais naquela circunstância, pareceu uma eternidade. Pensei milhões de coisas enquanto esperava, inclusive, que o avicultor voltasse com mais alguém, e que o caldo fosse engrossar. Apesar dos 30 anos que nos separa do desaparecimento, o assunto envolve mortes e quem estiver implicado nelas pode reagir com violência. Fiquei tenso, confesso, ainda mais depois de o cara mostrar que está sabendo de algo e ter levado o meu documento.

Felizmente, minha preocupação foi em vão. Por fim, Valdir voltou trazendo uma criança pelas mãos, e respirei aliviado quando ele me devolveu a carteira de jornalista. Apesar de estar mais amistoso, ele continuou negando-se a falar sobre os desaparecidos. Só depois que lhe mostrei recortes de jornais com fotos, em que eu aparecia ao lado do então secretário nacional de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, tiradas durante as escavações de Nova Aurora, e dizer-lhe que aquela missão tinha caráter oficial, ele decidiu fazer algumas revelações.

Valdir confirmou que Onofre, os irmãos Carvalho, Vítor, Lavechia e Ruggia estiveram no sítio conduzidos pelo seu tio Alberi. Bem, até aí ele apenas confirmou o que eu vinha afirmando desde 1979, quando voltei do exílio. O mais importante era saber se Alberi estava acompanhado. Eu precisava chegar até alguma pessoa que me indicasse o local onde foram enterradas as vítimas da chacina. Lembrei que em Recife o "cabo" Anselmo não estava sozinho. Naquela ocasião o Cenimar e o delegado Fleury plantaram o agente Carlos Alberto Augusto, que se infiltrou no grupo com o nome de César. De repente, a Operação Juriti seguia o mesmo *modus operandi*. Por que não? Perguntei então ao Valdir se era o Alberi que dirigia o veículo usado pelo grupo. Prontamente ele respondeu que não e revelou que o motorista respondia pelo nome de Otávio Rainolfo da Silva.

"Aí está a peça que faltava", pensei. Finalmente encontrei o homem que irá mostrar o local onde foram enterrados os remanescentes da VPR. O nome do motorista não era estranho. Otávio Rainolfo poderia ser o mesmo Otávio

Rainolfo citado nos documentos que pesquisei no arquivo da Polícia Federal e que aparece no inquérito policial instaurado após a morte do Alberi.

Mais tarde, em Foz do Iguaçu, eu localizei por meio de alguns amigos o endereço do ex-militar e testemunha do massacre. Tentei estabelecer contato, porém Otávio Rainolfo da Silva não quis falar comigo. Insisti várias vezes, cheguei até a marcar encontro, mas ele foi peremptório em sua negativa. Sei lá, mas acho que ele tem medo de encarar a caça que sobreviveu, que escapou de ser a sétima vítima. Aceitou falar com dois amigos meus de longa data. Um é empresário e o outro policial federal. Aos dois ele contou nos mínimos detalhes como aconteceram as mortes e indicou o local da chacina.·.

ASSIM ACONTECEU O CASO

NO DIA 11 DE JULHO de 1974 Enrique Ernesto Ruggia chegou ao escritório onde trabalhava sua irmã e lhe disse que estava de viagem para o Brasil, onde iria fazer uma tarefa política juntamente com Joel e outras pessoas. Deu um beijo em sua face e afirmou que voltaria em uma semana. Ele tinha 18 anos, corpo magro, cabelos lisos e longos, pele morena e olhos expressivos. Um típico *muxoxo* argentino. Admirava Che Guevara e passava horas ouvindo as histórias de ações revolucionárias contadas pelo amigo Joel Carvalho, que morava no campus de Sem Pedro, da Faculdade de Agronomia e Veterinária de Buenos Aires.

Liliane conta que ficou petrificada. Ela estava num escritório público, cheio de gente. Quando voltou a si, desceu rapidamente as escadas, chegou à rua e nunca mais o viu. Contou ao seu noivo, Eduardo Farina, o que havia acontecido e os dois passaram a procurar entre os papéis de Enrique alguma pista. Encontraram vários endereços de hotéis e recorreram a todos. Mas a resposta era sempre a de que não havia brasileiros ali.

Ela continuou a procurar até que no Cecil Hotel, onde se hospedavam perseguidos políticos protegidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas-ACNUR, conseguiu contato com um brasileiro que se identificou como Jairo de Carvalho, irmão de Joel, e uma mulher identificada como companheira de outro irmão chamado Daniel. Eles confirmaram que Joel, Daniel e Enrique haviam partido juntamente com outras pessoas para o Brasil.

Ao mesmo tempo em que era procurado pela irmã, Enrique e seus companheiros revolucionários cruzaram o território argentino em direção a Posadas, capital da Província de Misiones. Ali eles se encontraram com Alberi Vieira dos Santos. Tomaram um café reforçado na lanchonete da rodoviária e imediatamente baldearam para um outro ônibus que os levou direto para San Antonio, Argentina.

Chegaram à fronteira na hora da *siesta*. O povoado dormia e apenas algumas crianças brincavam na rua poeirenta que conduz até Santo Antônio do

Sudoeste, cidade do lado brasileiro. Um *gendarme*, como é chamado o policial argentino encarregado da segurança interna e da fronteira, sonolento, cuidava da passagem e ficou de boa enquanto Alberi e seus acompanhantes cruzavam pro outro lado.

No lado brasileiro, o grupo embarcou num veículo Rural Willys, dirigido por Otávio Rainolfo da Silva, e seguiu em direção do sítio de Niquinho Leite, passando pelas localidades de Valdomeira, Alto Alegre e Boa Vista do Capanema.

Era dia 12 de julho de 1974 quando chegaram ao sítio. Fazia mais de 24 horas que os cinco brasileiros e o rapaz argentino estavam na estrada. Após o almoço ajantarado, Enrique, Joel, Daniel e Vítor foram tirar uma pestana, enquanto Onofre, Lavechia, Alberi e Niquinho conversavam. Otávio Rainolfo da Silva se retirou dizendo que ia cuidar da segurança. Dona Eva e as crianças se dividiram entre lavar a louça e tratar da criação.

Aparentemente estava tudo normal. Onofre, Lavechia, Vítor, Enrique e os dois irmãos Carvalho imaginavam que estavam numa base camponesa da organização revolucionária e de que Alberi e Otávio Rainolfo da Silva eram militantes da mesma. Ledo e fatal engano. O sítio não era infra da VPR; Niquinho era um inocente útil sendo usado pelo sobrinho; Otávio Rainolfo da Silva, um membro do Centro de Inteligência do Exército; e Alberi, o “cachorro” controlado pelo coronel Paulo Malhães que estava levando-os para uma armadilha.

A Operação Juriti estava em marcha comandada diretamente pelo “doutor César”, coronel José Brandt Teixeira, e pelo “doutor Pablo”, coronel Paulo Malhães. Acima deles, tenente coronel Cyro Guedes Etchegoyen, chefe da Seção de Contrainformações do CIE e o general de Brigada, Confúncio Danton de Paula Avelino, Chefe do Centro de Informações do Exército.

Ela começou no Chile, teve sua continuidade na Argentina e agora chegava à sua fase final. Durante a viagem pela Argentina, desde que saíram de Buenos Aires, os exilados foram monitorados por agentes do CIE. Os agentes fizeram rodízio e acompanharam o retorno dos revolucionários até eles chegarem ao sítio de Niquinho.

Para cumprir a ordem de extermínio, um grupo operacional iria esperar no Caminho do Colono, seis quilômetros mato adentro do Parque Nacional do Iguaçu.

Naquela noite e o dia seguinte "o pessoal da VPR" e seus algozes passaram no sítio. Ao anoitecer do dia 13, Alberi e Otávio Rainolfo da Silva saíram com Joel, Daniel, Vítor, Lavechia e Enrique para entrar em contato com “outros membros da Organização” e em seguida executar a primeira ação do grupo. Uma expropriação na agência do Banestado, de Medianeira.

No sítio, Onofre Pinto estudava alguns mapas deixados por Alberi, com indicações de objetivos militares. Enquanto ele examinava os mapas e sonhava com o ressurgimento da luta armada no Brasil a partir do foco guerrilheiro, os revolucionários de seu grupo estavam sendo levados para a emboscada preparada pelo CIE. Onofre não acompanhou seus companheiros na “ação de expropriação em Medianeira”, pois, segundo a avaliação do pessoal, ele era muito conhecido e poderia chamar atenção. Iria depois num outro esquema.

Enquanto a cilada estava em andamento no Paraná, a fase paulista da Operação Juriti já havia sido desencadeada. Ao anoitecer de 13 de julho, a “base da VPR” em São Paulo foi sequestrada na rodoviária de Curitiba. Madalena Lacerda e Gilberto Giovannetti pretendiam tomar outro ônibus para dirigir-se a Foz do Iguaçu, conforme instrução recebida do emissário de Onofre, quando foram surpreendidos por militares vestidos de civil que os empurraram para dentro de uma perua Veraneio, depois de algemá-los e encapuzá-lo.

O emissário do “comandante da VPR” havia chegado a São Paulo na segunda quinzena de junho de 1973 e batido no endereço que Onofre usava para corresponder-se com o casal, solicitando um “ponto” com Madalena e Gilberto. O morador da casa, onde Alberi pediu o contato, deu o recado para o engenheiro Cássio Ignarra, que o levou ao casal. No encontro, Alberi se apresentou com o nome de guerra de “Jonas”, disse que chegara da Argentina recentemente e entregou um exemplar da Bíblia, em cuja capa havia uma mensagem de Onofre na qual ele proclamava que se aproximava um novo momento da luta. Aquela era a primeira vez que Onofre usava a Bíblia para enviar mensagem. Geralmente eram cartões postais disfarçados. A foto do postal era descolada do verso, onde ele escrevia a mensagem e as partes eram novamente coladas.

Madalena e Gilberto explicaram ao mensageiro que não tinham condições de aceitar a proposta de Onofre e disseram que estavam com a intenção de

sair do país. Ao perceber que o casal não iria cair na armadilha da retomada da luta guerrilheira, Alberi se propôs a ajudá-lo na fuga para o exterior, acrescentando que era de Foz do Iguaçu, com muitos conhecidos e facilidade de trânsito na fronteira. Madalena e Gilberto deveriam viajar via Curitiba e encontrá-lo na rodoviária de Foz, onde atravessariam a fronteira para juntar-se ao Onofre na Argentina.

Ao mesmo tempo em que Madalena e Gilberto eram sequestrados em Curitiba, a Rural Willys conduzindo o "grupo de Onofre" chegava ao Porto Moisés Lupion, em Capanema. Naquela viagem o balseiro não levou mais ninguém. Depois que a Rural passou, uma patrulha do Exército se postou nas proximidades de Santa Clara, último povoado antes de chegar ao Porto, e não deixou passar mais nenhum carro. Na outra ponta, em Medianeira, uma segunda patrulha fazia o mesmo fechando o Caminho do Colono, na entrada de Capoeirinha.

Aquela era uma noite sombria. Alberi e Otávio Rainolfo da Silva sabiam que estavam conduzindo para a morte o grupo que na véspera chegara da Argentina. O "plano", que havia sido passado e repassado naquela tarde no sítio, era atravessar o rio, "entrar em contato com outros companheiros, apanhar as armas que estavam em um esconderijo localizado à beira da Estrada do Colono e tocar em direção a Medianeira, onde seria feita a expropriação. Depois da ação eles voltariam para o acampamento e esperariam por Onofre. A confiança em Alberi era cega e todos se sentiam como os novos *guevaras*, guerrilheiros heroicos que instalariam o foco guerrilheiro que iria deflagrar outros tantos, surgindo em seguida à coluna guerrilheira que apoiada por camponeses, operários e setores da classe média libertaria o Brasil do jugo dos militares entreguistas e instalaria a república socialista. Eles eram idealistas, generosos e estavam embriagados de utopia. Ernesto, 18 anos, estudante de agronomia; Daniel, 29, torneiro mecânico; Joel, 26, operário gráfico; Vítor, 30, escultor; e Lavechia, 55, sapateiro. Lavechia era o mais experiente de todos. Esteve com Lamarca no Vale da Ribeira e passou pelo campo de treinamento de guerrilhas em Cuba. Talvez tenha sido por isso que ele pediu uma arma para Alberi ao entrarem na balsa. "Desarmado eu não passo pro outro lado", reclamou o veterano assim que o grupo chegou à barranca do Rio Iguaçu. "Que não seja

por isso, companheiro, do outro lado tem muito mais", disse Otávio Rainolfo da Silva, ao mesmo tempo em que tirava da cintura um revólver calibre 38 e o entregava para Lavechia.

Dos sete, Otávio Rainolfo da Silva era o único que portava arma, e mesmo assim o pessoal não desconfiou de que ele fosse um militar a serviço dos oficiais do Centro de Informações do Exército. Já o Alberi era um "cachorro", tipo traiçoeiro, capaz de vender a própria mãe. Mas para os guerrilheiros vindos da Argentina, ele era um herói incansável, conhecedor da região e possuidor de inúmeros contatos tanto na cidade como no campo.

Assim que a balsa atracou na margem direita do Iguaçu, eles entraram na Rural. Otávio Rainolfo da Silva deu a partida no motor e o carro subiu a lomba, para em seguida tomar rumo pela estreita e sinuosa Estrada do Colono. Com exceção de alguns raios de luz que de vez em quando cruzavam a mata fechada, a escuridão era total. Depois de rodar quase onze quilômetros, a Rural seguiu por uma curva fechada e entrou num picadão à direita que dava acesso a uma clareira. "Chegamos companheiros", disse Alberi enquanto descia do veículo. O grupo caminhou uns cinquenta metros e de repente, ao chegar à clareira, fez-se no meio do mato um clarão e fuzilaria abundante. Otávio Rainolfo da Silva e Alberi se jogaram atrás de um imenso tronco de guajuvira caída no chão, Lavechia deu um tiro a esmo antes de cair. Após o tiroteio a floresta foi tomada pelo silêncio, apenas interrompido pelo barulho dos coturnos dos militares do grupo de extermínio que saíam de seus esconderijos para fazer um balanço da chacina.

Os faróis tipo Cibié continuaram ligados, e enquanto um soldado negro e parrudo fazia o confere dos mortos, as demais criaturas da morte mantinham-se em posição de combate. No chão, entre folhas e entrelaçado por cipós, o jovem Enrique Ernesto Ruggia ainda estava vivo e, tal como o Che, teimava em perseguir seu sonho de libertar a América Latina do domínio norte-americano e implantar o socialismo. Guevara em 8 de outubro de 1967 na selva boliviana; ele em 13 de julho de 1974 no Parque Nacional do Iguaçu.

A sorte dos Ernestos não interessava aos soldados. Eles foram preparados para exterminar o inimigo não deixando provas. Sabiam apenas que "as vítimas

eram comunistas, treinados em Cuba e que vinham subverter a ordem". Não interessava nome, nem idade, nem se o menino queria ser engenheiro agrônomo. Tampouco interessava se a sua irmã Liliane o procurava nos hotéis e nas casas de amigos em Buenos Aires, ou se a família acendia velas e fazia promessas.

A ordem era matar, e uma descarga final de pistola tirou o último sopro de vida de Enrique Ernesto Ruggia. Em seguida, os soldados carregaram os corpos ainda quentes. Fizeram isso de forma mecânica, como se a perversidade fosse parte da rotina profissional. Terminada a missão, os cães de guerra apagaram os faróis, recolheram as provas da chacina e comemoraram. Sentados nos troncos das árvores caídas, soldados, Alberi e Otávio beberam, soltaram palavrões e gargalharam. A missão de atrair, iludir, enganar e matar foi cumprida à risca. Restava agora fazer o trabalho com o "peixe graúdo", que ficou no sítio do Niquinho.

Usando lanternas de campanha, o grupo executor deu uma última vasculhada na área e voltou a se esconder na mata densa. Alberi e Otávio entraram na Rural e tocaram de volta pelo mesmo caminho de chegada. No porto esperaram alguns minutos e em seguida a balsa atracou na margem direita. Alberi pronunciou uma boa noite entre dentes, enquanto seu companheiro apenas balançou a cabeça. Aliás, Otávio Rainolfo da Silva passou todo o tempo – antes, durante e depois da operação – sem soltar sequer uma única e mínima palavra. Indivíduo sisudo, bem ao contrário de Alberi, acostumado a falar pelos cotovelos e a fazer trejeitos agitando os braços.

Mas naquela noite Alberi não estava para conversa nem trejeitos. Durante a travessia ficou quieto, olhando o rio e perguntando para si mesmo o porquê daquele trecho ser tão calmo. Ali não tem corredeiras como no Faraday e pra baixo da Ilha do Sol. Saíram da balsa e seguiram a caminho de Capanema. O porto estava deserto, passaram sete e voltaram apenas dois. Os moradores do porto sabiam que alguma coisa estranha e sinistra havia acontecido naquela noite, por isso o melhor era fechar a casa e a boca.

A Rural entrou em Capanema e eles se hospedaram num hotelzinho, desses de rodoviária, onde as prostitutas costumam levar seus clientes. Alberi bem que pensou em arrastar uma rapariga que estava postada na calçada e

encher a cara, porém, pensou melhor e decidiu não aprontar naquela noite. No dia seguinte teria de levar o Onofre de acordo com as instruções que havia recebido. Além disso, o parceiro não estava de boa cara. Tudo bem que Otávio era carrancudo, mas daquela vez estava passando-se. Ele, que já esteve do outro lado, foi guerrilheiro e preso político, não se abalou nem um pouquinho. Pelo contrário: mostrava-se satisfeito. Ninguém poderia botar defeito em seu trabalho. Foi profissional. Entrou no Chile, circulou entre o pessoal da esquerda, conquistou a confiança da moçada, asilou-se, foi pro México e na Argentina concluiu sua missão. Recrutou quem deu para recrutar. Poderia ter trazido outros exilados, pelo menos mais três e o casal de São Paulo. Era uma questão de tempo. Porém seus chefes pegaram muito no seu pé, não quiseram esperar. O CIE enviou seus perdigueiros ao Chile e à Argentina com a missão de cuidar para Alberi não sacanear e também para cobrar resultados.

ALBERI E OTÁVIO RAINOLFO DA SILVA CHEGARAM ao sítio da Valdomeira por volta das sete horas da manhã e encontraram Onofre tomando o café que dona Eva havia preparado assim que o dia amanheceu. Niquinho havia saído cedo para cuidar das criações. Nenhum dos dois sabia que naquela noite os cinco revolucionários que haviam saído de sua casa foram covardemente assassinados após serem atraídos pelo seu sobrinho para a armadilha.

O casal achava que aquela movimentação de gente no sítio era a preparação para um novo movimento, uma revolução como aconteceu da outra vez, quando Niquinho foi preso por participar do "grupo dos onze", ou então daquela guerrilha do coronel Jefferson. Eles imaginavam que o sobrinho estava de volta à luta. Nunca, mas nunca mesmo iam conceber, mesmo de longe, que Alberi estava traindo seus companheiros.

Otávio Rainolfo da Silva não entrou na casa, ficou no pátio mexendo no motor da Rural. Alberi cumprimentou Onofre e sua tia, puxou uma cadeira, sentou-se à mesa, cortou um pedaço de pão e se serviu de café. Dona Eva saiu da cozinha, sabia que o assunto entre os dois era segredo. Assim que dona Eva se afastou, Alberi fez o relato da missão. Disse para Onofre que havia dado certo e que o pessoal estava acampado no mato esperando por ele.

Após o café seguiram viagem em direção a Capanema. Era uma dez da manhã quando chegaram ao Porto Moisés Lupion. Já dentro da balsa e ao atravessar o Rio Iguaçu, Onofre sussurrou para Alberi que havia uma falha na operação. Disse que era suicídio depender da balsa. "Sem uma rota de fuga segura não vamos entrar em ação", teria dito o líder do grupo.

“Que é isso Onofre? Até você está me subestimando. Nós vamos voltar por outro caminho, onde tenho organizada uma linha de apoio”, disse Alberi tentando acalmar Onofre, que segurava tenso e com ambas as mãos o balaústre de ferro da embarcação.

Diante dos argumentos de Alberi, o comandante da operação não reclamou mais. Ele era escolado, havia passado por treinamento militar nos quartéis do Brasil e nos campos de Cuba, mas aquela situação o deixava nervoso.

Assim que a balsa atracou os três entraram na Rural e seguiram pelo Caminho do Colono, trilhando a mesma rota que levou à morte os outros cinco membros do grupo. Depois de rodar os mesmos onze quilômetros e cruzar a ponte sobre o riozinho, a Rural dobrou à direita para entrar na picada.

Onofre estava ao mesmo tempo tenso e entusiasmado pela perspectiva de encontrar o grupo que veio com ele da Argentina e o “pessoal do Alberi”, para então começar a preparar o caminho para a guerrilha rural. Ele imaginava que aquela entrada na picada seria para fazer os contatos, tomar posse do armamento que Alberi havia adquirido e que depois da expropriação em Medianeira voltariam todos para o sítio do Niquinho Leite. Havia ainda a possibilidade de passar para o lado argentino e refugiar-se no sítio que Alberi havia comprado próximo ao Puerto Andresito, que se encontra localizado a 50 metros da confluência dos rios Santo Antônio e Iguaçu, a 18 quilômetros da cidade de Capanema e a menos de dois quilômetros do Porto Lupion. As condições oferecidas ao grupo eram excelentes. Havia valido a pena a longa espera em Buenos Aires. Bases camponesas e dois sítios para refugiar em caso de necessidade. Um no Brasil e outro na Argentina.

Desceram, caminharam alguns passos e de repente Onofre pressentiu traição e disparou pela picada ao sentir que havia caído numa emboscada. Na clareira, outro negão, mais alto e mais forte que ele, saiu do taquaral e o deteve com uma gravata. Era o temido Laecato, sargento Francisco Aniceto Antonio Carvalho, braço direito do coronel Paulo Malhães, que havia permanecido no local com o grupo de extermínio e estava desde cedo a postos, pronto para pegar o chefe do grupo e levá-lo para Foz do Iguaçu. Enquanto Laecato dominava Onofre, o soldado paraquedista Antônio Waneir Pinheiro Lima (o Camarão, da Casa da

Morte de Petrópolis), o sargento Joaquim Artur Lopes de Souza (Ivan) e demais membros do grupo executor davam cobertura.

Dominado e algemado, Onofre foi empurrado para o banco de trás da Rural. Ao seu lado sentou Laecato, enquanto no banco da frente sentaram Alberi e Otávio Rainolfo da Silva. Durante o trajeto até Foz, Alberi "cantou" Onofre para ele abrir mão de suas convicções e passar a trabalhar para a repressão. Disse que os outros cinco estavam mortos e que ele seria poupado caso "colaborasse". Em sua arenga o "cachorro" lembrou que o Brasil "estava crescendo graças aos militares e ao milagre econômico" e argumentou que não adiantava continuar com a luta armada, pois as organizações estavam liquidadas e que a população apoiava os governos militares devido o bom desempenho da economia.

Após cruzar a floresta, o jipe tomou o rumo de Foz do Iguaçu escoltado por outras viaturas do Exército. Cruzaram a cidade de Medianeira e entraram na BR-277, seguindo em direção ao Oeste. Enquanto isso, Alberi continuou matraqueando e em sua doutrinação misturava a defesa do regime militar com ameaça de morte. "olha tchê, se você quer sair vivo dessa vai ter de colaborar." Onofre olhava para o sargento da Brigada do Rio Grande do Sul com desprezo. Possivelmente pensava o quanto havia sido trouxa. Seu voluntarismo o colocou duas vezes em fria. Na primeira morreram seis, agora mais cinco e ele estava com o pescoço na guilhotina. Olhava fixamente e com expressão tensa para Alberi. Seus nervos faciais tremiam. Apenas disse "não, eu não vou, eu não sou que nem você", e manteve silêncio durante todo o trajeto. Não perguntou, não reclamou e nem lamentou ou acusou. Apenas olhou, com um olhar vago e distante, como se tivesse diante de si outro cenário. Não acreditava que havia caído pela segunda vez na conversa dos agentes da repressão. Dessa vez ele era a vítima, encerrando um ciclo de prisões e mortes ocorridas em parte devido à sua obstinação em levar adiante a luta armada. Ele era a décima segunda vítima, a sexta da segunda chacina de dois grupos de seis. Ficou quieto e imóvel nas vezes que Alberi e Laecato perguntavam se ele iria colaborar.

Antes das três horas da tarde chegaram à Foz do Iguaçu. A ordem era levar Onofre para uma casa localizada nas proximidades do antigo Hotel Cassino e da

Capitania Fluvial do Rio Paraná. De propriedade do Exército, a casa era usada para trânsito e hospedagem de militares.

Dentro da casa, guarnecida por soldados nos quatro costados, o coronel Paulo Malhães e o capitão Areski de Assis Pinto Abarca, chefe do Serviço de Inteligência do 1º Batalhão de Fronteiras, perguntaram ao Onofre se ele estava disposto a colaborar. Onofre respondeu dizendo que tinha de mandar um telegrama para sua mulher que havia ficado em Buenos Aires. Se Idalina não recebesse o telegrama ela iria colocar a boca no trombone. Malhães concordou. Manter aquele homem vivo era muito importante. Por meio dele outros mais seriam atraídos. E havia ainda a questão do dinheiro do cofre de Ademar. Mandou então Otávio Rainolfo da Silva acompanhar Onofre até a agência dos Correios, enquanto outros agentes o cuidaram a curta distância. Passado o telegrama, os dois voltaram para a casa de hóspedes do Exército, onde os interrogatórios continuaram.

Onofre ficou num quarto, submetido a interrogatório pelos oficiais do Exército e a "ladainha" do Alberi, que insistia em convencer o ex-chefão da VPR dos sucessos do regime militar. Durante o interrogatório na casa de passagem, situada nas proximidades da Capitania, além do coronel Paulo Malhães e do Capitão Areski, estavam os tenentes Aramis Ramos Pedrosa e Jamil Jomar de Paula. Onofre não disse nada, pois nada sabia além daquilo que os militares já tinham conhecimento. Do grupo, Areski era o mais impetuoso. Ambicioso, via naquela situação uma oportunidade de ouro para realizar seu sonho de subir para Brasília e usufruir das mesmas mordomias que o pessoal do Centro de Informações do Exército. Enchia-se de orgulho por pertencer ao Exército e aprendeu que quem discordava do governo era subversivo e quem pegava em armas era terrorista. Imaginava que sua presa lhe daria informações importantes e que a partir de novas prisões ele seria guindado para posições superiores. Aquela era sua oportunidade de ser recompensado com promoções e condecorações, frequentar os ambientes finos e conviver com os poderosos da Capital Federal. Ele nem de longe imaginava que naquela noite a sorte de Onofre estava sendo decidida pelos altos escalões do Centro de Informações do Exército em Brasília. Os homens da inteligência consideravam o "Negão da VPR" uma "bananeira que já deu cacho". O mítico comandante da VPR, o dirigente

revolucionário mais importante depois de Lamarca e Marighela, o sargento cassado em 1964 e trocado pelo embaixador americano em setembro de 1969 já não era o mesmo. Estava desmoralizado fora e dentro do Brasil, e os únicos militantes que ele conseguiu agrupar para a retomada da luta contra a ditadura estavam mortos.

Onofre não entregou nada, pois não tinha nada para entregar e nem serviu para ser usado como isca. Não tinha mais informações importantes ou acesso ao que restou do "dinheiro do cofre". Mas mesmo assim ele foi transferido para uma casa que o Exército mantinha à oito quilômetros do centro de Foz do Iguaçu. A transferência aconteceu ao anoitecer. A noite estava propícia para sigilos e mistérios. Uma neblina espessa não permitia enxergar nada a não ser uma luz difusa, do tipo leitosa, acesa no prédio da Capitania Fluvial do Rio Paraná, localizado do outro lado, a aproximadamente 30 metros da casa para onde Onofre Pinto foi levado ao encontro de seu destino. A Casa da Morte de Foz do Iguaçu estava situada numa área de mato entre a BR 469 e o Rio Tamanduazinho, distante uns oito quilômetros do centro de Foz do Iguaçu. Estava localizada numa área devoluta ocupada pelo Exército. Durante quase um mês, Onofre Pinto ficou preso nesse local, entregue ao sadismo do soldado paraquedista Antônio Walneir Pinheiro Lima, o Camarão do agente do CIE Joaquim Artur Lopes de Souza, enquanto o sargento Alberi tomava mate e assava carne para outros membros da equipe.

Distante dali uns cinco quilômetros, o coronel Paulo Malhães estava entregue a uma de suas orgias, acompanhado por prostitutas aliciadas pelo dono do hotel onde ele se hospedava, quando chegou a ordem "vinda de cima". Não poderia ter sobreviventes, ninguém deveria ser poupado.

> Mas chefe eu estou virando o homem. Já pensou, o Onofre Pinto trabalhando pra gente?,tentou argumentar Paulo Malhães.
> Temos de acabar com ele para dar exemplo, teria respondido o superior, provavelmente tenente coronel Cyro Guedes Etchegoyen.

A ordem era matar e desaparecer com o corpo em um local bem longe de Foz do Iguaçu. E assim aconteceu. Ali mesmo na casa situada no meio do

mato, Onofre Pinto morreu após receber uma dose de injeção para matar cavalo de até 500 quilos. Após a injeção de Shelltox, seu ventre foi cortado e entre suas tripas colocada parte de uma caixa de câmbio.

A decisão de matar os militantes da VPR pode ter sido o motivo do diálogo entre o general Ernesto Geisel, empossado na presidência da República quatro meses antes da emboscada, e o tenente-coronel Germano Arnoldi Pedrozo, revelado pelo jornalista Elio Gaspari no livro *A ditadura Derrotada.*

Conta Gaspari em seu livro, que a política de extermínio dos presos políticos chegou ao seu apogeu em 1974. As versões oficiais já não produziam mortos em tiroteios, fugas ou falsos suicídios. Geisel sabia dessa política. Em janeiro tivera duas conversas com veteranos das lutas contra a resistência armada. Uma com o general Dale Coutinho, quando o convidou para o Ministério do Exército. Depois, com o chefe de sua segurança, tenente-coronel Arnoldi Pedrozo.

De acordo com Gaspari, Geisel soube que um grupo de pessoas que vieram do Chile e passara pela Argentina havia sido capturado no Paraná.

> "Pegaram alguns", perguntou Geisel.
>
> "Pegamos. Pegamos", respondeu Pedrozo.
>
> "E não liquidaram, não?"
>
> "Ah, já. Tem elemento que não adianta deixar vivo, aprontando. Infelizmente, é o tipo de guerra em que se não se lutar com as mesmas armas deles, se perde. Eles não têm o mínimo escrúpulo".
>
> "É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa", falou Geisel.

. No mesmo livro, consta que o presidente Geisel disse ao seu ministro do Exército, Dale Coutinho, que "esse troço de matar é uma barbaridade, mas tem que ser".

A conclusão possível é de que a execução do "grupo de Onofre Pinto" foi uma operação criada por alguns setores do CIE, com objetivo de mostrar para o general Geisel e altos escalões das FFAA que o "perigo terrorista" não havia sido definitivamente debelado.

Portanto, a operação de atrair para o território brasileiro os militantes que estavam exilados e liquidá-los foi uma ação preparada com frieza pelo CIE com objetivo de convencer Geisel a manter e fortalecer as estruturas

repressivas. Naquele primeiro semestre de 1974, estavam escasseando os recursos para conservar os grupos operacionais, que provinham de verbas secretas e doações de empresários que mantinham negócios com o governo.

Mandaram atrair, matar e sumir com os corpos. E assim foi feito. Lavechia, Joel, Daniel, Vítor e Enrique foram assassinados e seus corpos ocultados. Quanto a Onofre Pinto, segundo Otávio Rainolfo da Silva, seu corpo foi posto no porta malas de um Opala e levado para fora de Foz do Iguaçu. Poderiam ter deixado ali mesmo, no Rio Tamanduazinho, que corre atrás da casa, mas a ordem era levar pra longe. Então, no meio da noite, os militares subiram pela antiga estrada de acesso a Guaíra e antes de chegarem a Santa Helena, pararam na ponte e jogaram o corpo nas águas do Rio São Francisco. Seis anos depois a região foi inundada para formar o Lago de Itaipu. Hoje, o imenso reservatório é a sepultura do primeiro e último comandante da Vanguarda Popular Revolucionária.

A BUSCA NA REGIÃO DO LAGO

ANTES, BEM ANTES de eu descobrir as circunstâncias em que o grupo de Onofre foi exterminado, eu imaginava que os mesmos haviam sido enterrados na região hoje ocupada pelo reservatório de Itaipu.

Em várias ocasiões eu olhei para o Lago e imaginei que a cova poderia estar submersa naquela vastidão de 1.350 quilômetros quadrados.

Em meu ofício de jornalista, na década de 80, eu saía de vez em quando para fazer matéria na região e aproveitava todas essas ocasiões para procurar alguma pista dos desaparecidos. Naqueles dias que antecederam ao represamento do Rio Paraná ainda havia gente desmanchando casas e galpões em toda a imensidão do perímetro demarcado pelos técnicos da empresa binacional.

Em certa ocasião, acho que foi em setembro de 1982, fui para Alvorada do Iguaçu com a missão de entrevistar os últimos moradores daquela vila que havia surgido em 1960 para ser uma cidade planejada. A cidade estava com os dias contados, em breve ela seria coberta pelas águas do futuro lago de Itaipu.

Em Alvorada encontrei Belmiro Mariani, que, de acordo com informações que obtive em Foz do Iguaçu, poderia me dar alguma dica do pessoal da VPR que desapareceu na região. Faltava pouco mais de um mês para o fechamento das comportas do canal de desvio e a região estava deserta.

Raramente aparecia alguém ao longo da estrada. A quiçaça invadia os campos antes tomados por lavouras, e das casas e galpões que eram vistos ao longo do caminho só restaram os cepos. Outros madeirais foram levados para as novas propriedades e dos espaços de chão batido, onde antigamente se erguiam as moradias dos colonos, só ficaram suas histórias, como a de Belmiro Mariani que foi fichado pela 2ª Seção do Batalhão depois de ter cedido se armazém para uma reunião política.

Aconteceu quando Alencar Furtado visitou a região, fazendo campanha para o seu filho Heitor, e o povo se reuniu no Belmiro para ouvi-lo. O boliche ficou cheio. Tinha gente pendurada nas janelas e até do lado de dentro do balcão. Alencar era famoso pelos discursos inflamados, nos quais ele desancava a ditadura. Um deles serviu de pretexto para a cassação de seu mandato de deputado federal. Foi em 1977, quando no simpósio Luta pela Democracia ele criticou a falta de liberdade no país e denunciou a violenta repressão aos opositores do regime, as prisões arbitrárias e o desaparecimento de cidadãos.

> "Defendemos a inviolabilidade dos direitos da pessoa humana para que não haja lares em pranto; filhos órfãos de pais vivos – quem sabe mortos talvez... 'Órfãos do talvez' e do quem sabe".

Veio a anistia, Alencar Furtado voltou à Câmara Federal em 1983 e só desapareceu do cenário político paranaense após perder para Álvaro Dias a eleição de governador em 1986.

Alencar estava cassado e com os direitos políticos suspensos quando falou, em 1978, para o povo reunido na venda de Alvorada do Iguaçu. Apesar de estar punido pela ditadura, sem poder votar e ser votado, ele peregrinava pelo Estado fazendo campanha para seu filho Heitor, que foi eleito deputado federal com uma votação extraordinária e morreu em outubro de 1980, vítima de um atentado.

Por causa da reunião em seu estabelecimento, Belmiro Mariani foi fichado como subversivo e passou a receber visitas periódicas dos agentes do serviço de informações do Batalhão de Fronteiras. Desde então sua vida desandou, perdeu o ânimo pelas coisas e em 1980 fechou sua casa comercial e foi trabalhar como operário numa fábrica em Cascavel.

Naquela época muitos colonos venderam suas propriedades a preço de banana para viver em casa alugada e trabalhar como empregados em outras cidades. Alguns caíram vítimas de estelionatários que percorriam a região soltando boatos e dando golpes. Um desses estelionatários foi o advogado Ubiratan Costa, que dizia ser protegido dos militares do 1º Batalhão de Fronteiras, afilhado do bispo de Cascavel, dom Armando Círio, sobrinho do almirante Luiz Oliveira e do general Isaac Nahan. Com tantos parentescos e proteções e mais um arsenal de astúcias e muita lábia, o advogado enganava com facilidade os habitantes da região. Comprava a propriedade por uma ninharia, com o

argumento de que vendendo para ele o colono receberia em poucos meses, enquanto negociando direto com Itaipu o recebimento iria demorar de 10 a 20 anos. Para sustentar sua história o estelionatário citava seus “parentes e protetores” poderosos. Aqueles que caíram em sua conversa acabaram indo parar na rua da amargura, sem eira nem beira.

Antes da inundação fui a Itacorá em busca de um cemitério clandestino. Naquela época havia muitas sepulturas espalhadas pela região. Quando represaram o rio, cemitérios legais e clandestinos também foram submersos pelas águas. Na esperança de encontrar os desaparecidos eu percorri alguns deles, procurando saber quem estava enterrado ali e quando tal ou qual cova fora aberta.

A vila de Itacorá, que ficava a 60 quilômetros de Foz do Iguaçu e às margens do Rio Paraná, foi submersa um mês após ter completado 15 anos de existência. Tudo desapareceu no fundo do imenso lago. As águas do Rio Paraná inundaram a terra como um dilúvio, nivelando com seu lençol prateado casas. Galpões, armazéns, lembranças, vivências e convivências.

Quem me informou sobre o cemitério clandestino de Ita corá foi Orestes Gasparini, um dos líderes do Movimento Justiça e Terra. Ele me disse que o mesmo estava localizado no sítio de seu Bonorino e ao chegar lá descobri que de fato havia um túmulo onde estava sepultada a mulher do colono. Seu Bonorino resistia um monte para sair do sítio apesar dos vários ultimatos dados pela Itaipu. Ele teimava que as águas não iriam chegar até sua propriedade.

Outra ocasião fui a Santa Helena, cidade situada a 120 quilômetros de Foz do Iguaçu, para conversar com Plínio Angeli e ver se ele sabia de alguma coisa sobre o grupo do Onofre. Quando cheguei, o ambiente era extremamente tenso, muitas famílias estavam indo embora e o impacto das desapropriações para formação do reservatório de Itaipu atingia toda a população. Cerca de 30 por cento da área total de Santa Helena estava para ser inundada e milhares de colonos migravam para outros municípios e até para outros estados.

Encontrei o Plínio Angeli na Câmara de Vereadores, onde ele trabalhava. Eu o conheci uns anos antes, por intermédio de seu irmão José Angeli, jornalista e escritor de mão cheia, e ex-militante da VPR. Plínio Angeli foi do PCB e militou no Rio de Janeiro antes do golpe. Devido a essa militância foi fichado pelos

órgãos de repressão do regime e controlado durante anos pelos agentes dos serviços de informações do Exército e da Polícia Federal.

Quando nos encontramos ele estava triste com o esvaziamento econômico e populacional de Santa Helena. “Agora só resta escrever a história”, dizia Plínio, enquanto tentava abotoar a camisa que teimava em expor seu imenso barrigão. E histórias Santa Helena tem às pencas; algumas ainda não foram escritas, como a morte por enforcamento de dezenas de camponeses ocorrida na fazenda dos Mesquita, localizada na região da Ponte Queimada.

Naqueles últimos anos da década de 60 a violência contra os posseiros era de tal monta que os jagunços matavam os pais e sequestravam as filhas menores para morar com eles, como está registrado nas declarações prestadas à Polícia Federal pelo agricultor Ortêncio Elibrando Monteiro. No depoimento dado à PF, Ortêncio contou que, além de sequestrar as moças, os jagunços dos Mesquita cortavam as cabeças dos pais e as levavam para as famílias.

A região onde ocorreram esses conflitos pela terra leva o nome de Ponte Queimada pelo fato de existir ali destroços da ponte que cruzava o Rio São Francisco e que em 1925 foi queimada pelos revolucionários de Luiz Carlos Prestes para impedir a passagem da tropa governista comandada pelo general Cândido Rondon.

Durante sua marcha pelo Oeste do Paraná, Prestes e seus comandados encontraram uma terra dominada por empresas concessionárias para a exploração de erva-mate e madeira de lei. Na região de Guarapuava e Laranjeiras dominava a Companhia Mate Laranjeira, enquanto que no Alto Paraná, na região de Guaíra e Porto Mendes, quem explorava a erva-mate era a Companhia Allica.

Nos *obrajes*, predominava o trabalho escravo e os trabalhadores, suas mulheres e filhos eram tratados com violência. Os *mensus*, uma derivação do espanhol mensualista, eram a mão-de-obra quase absoluta empregada nos trabalhos de extração de madeira e erva-mate. Constituída basicamente por paraguaios, sua arregimentação era feita pela força e eles deviam obediência irrestrita aos *obrajeros*, verdadeiros monarcas com poder de vida e morte sobre os trabalhadores.

Enquanto as autoridades constituídas atuavam sempre em defesa dos donos dos *obrajes*, a violência, corriqueira nos acampamentos, não era

contestada pelos *mensus*. Fracos e descalços, eles passavam meses embrenhados no mato. Fugir era impossível. Quem se aventurava ia pra cadeia ou acabava boiando nas águas do Rio Paraná.

Os atos de violência mais contundentes ocorriam na hora do acerto de contas. Os *mensus* estavam sempre devendo para o patrão. Esse endividamento constante e progressivo aumentava o grau de dependência, que já começava na contratação do peão, quando ele recebia um adiantamento, chamado de antecipo. O dinheiro era dado a peonada antes do embarque para os futuros locais de trabalho. As embarcações atrasavam de propósito até cinco dias e durante esse tempo os peões gastavam todo o antecipo com mulheres e bebidas. Quando chegavam ao *obraje* estavam devendo para o patrão. O desgraçado do trabalhador nunca mais conseguia pagar o que havia recebido.

O mais temido dos capatazes era o carrasco Santa Cruz, cunhado de Júlio Allica, cujo império se estendeu por quase todo o Oeste paranaense. Foi ele o responsável pelo maior dos massacres de *mensus* de que se tem conhecimento. Cansado do salário minguado e dos maus-tratos, um grupo de trabalhadores dos *obrajes* de dom Júlio decidiu fugir. Alguns se embrenharam no mato em direção a Campo Mourão e escaparam da patrulha do carrasco Santa Cruz; outros seguiram para Pitanga e não tiveram a mesma sorte. Foram massacrados pelos homens leais ao cunhado do obrajero. O lugar das mortes ficou conhecido como *Las Cruces.*

O império das concessionárias da exploração de erva-mate e de madeira só foi desmantelado graças aos revolucionários de 1924. Durante sua marcha pela estrada Foz/Guairá em direção ao Porto Mendes, a tropa comandada por Luiz Carlos Prestes atiçou o ânimo dos peões e com ela marcharam os paraguaios, argentinos e brasileiros que viviam nos acampamentos. Os *mensus* aproveitaram a oportunidade para escapar da escravidão dos *obrajes* e caminhar junto com os oficiais e soldados da coluna. Durante a fuga os trabalhadores deixaram para trás pontes destruídas, balsas afundadas e o corpo de Santa Cruz abandonado na região de Quatro Pontes, após ter sido degolado por um golpe de facão.

Quando voltei de Santa Helena, após ter conversado com Plínio Angeli, faltavam poucos dias para o fechamento das comportas. Em breve as águas do Paranazão iriam começar a subir e encobrir o que as plantações e as ruínas

que os colonos deixaram para trás. A não ser algumas casas nas vilas de Itacorá e Alvorada do Iguaçu, o restante já havia sido desmontado. Quem ficou na região aproveitou o madeiramento das construções.

Em virtude da repentina valorização da terra no Oeste do Paraná, muitos dos agricultores desapropriados não conseguiram adquirir novas propriedades na região. O preço oferecido pela Itaipu não ultrapassava a metade do valor que era pedido por propriedades idênticas fora da área que seria desapropriada. A resistência aos preços oferecidos pela Binacional durou cerca de cinco anos. No começo foram pequenas reuniões nas igrejas católicas e luteranas da região. Após dezenas de tentativas frustradas, no dia 14 de julho de 1980, cerca de 400 agricultores sitiaram o escritório da Itaipu em Santa Helena, interditando as ruas com caminhões, tratores e outras máquinas agrícolas. Os manifestantes pediam indenização justa para os atingidos pelo plano de desapropriação de terra na área onde seria formado o reservatório.

A imprensa da região foi para Santa Helena e os boletins radiofônicos acabaram atraindo colonos dos arredores. Nas primeiras horas da tarde já eram cerca de 1.500 manifestantes que se deslocaram de Marechal Cândido Rondon, Itacorá, Missal, Alvorada do Iguaçu e outras localidades. Para garantir alimentação aos acampados várias carretas carregadas de gêneros alimentícios foram estacionadas no local. Um serviço de alto-falante denominado Rádio Justiça e Terra foi instalado na carroceria de um caminhão e por ele desfilaram oradores e duplas de cantores, acompanhadas por sanfona e violão. Em pouco tempo dezenas de barracas de lona tomaram conta da área do acampamento. Faixas e cartazes com dizeres alusivos ao movimento foram espalhados nas imediações e colados nos para-brisas e na parte traseira dos veículos estacionados.

Uma comissão para negociar com a Itaipu foi eleita pelos manifestantes e a mobilização se prolongou até a diretoria da Itaipu prometer rever posições e abrir um canal de negociação com os colonos. Diante do compromisso assumido, os agricultores desmontaram o acampamento e retornaram às suas propriedades. Passados mais de sete meses e como a empresa Binacional não cumpria as promessas feitas nas reuniões de Santa Helena, os colonos resolveram fazer uma nova assembleia. Dessa vez foi em Itacorá, no dia 16 de março de 1981. Nela, os agricultores decidiram marchar em direção a Foz do Iguaçu e acampar em frente

do Centro Executivo, na Vila Residencial A. No dia seguinte, 700 colonos partiram em carros e caminhões, com equipamentos e mantimentos, dispostos a ficar acampados por semanas ou meses, até que Itaipu atendesse suas reivindicações. Ao chegarem na rotatória da BR277 com a Avenida Paraná os agricultores foram impedidos de seguir em direção ao Centro Executivo. Chegando nas proximidades das primeiras casas do conjunto residencial da Vila A foram barrados por 200 homens da Polícia Militar e da segurança da Itaipu, armados com revólveres, cassetetes e baionetas montadas nas pontas dos fuzis.

Foi grotesca a cena, os soldados na posição de disparar, tremendo de vergonha ao terem de apontar suas armas para os agricultores desarmados e acompanhados por suas mulheres e filhos. Diante do aparato repressivo os manifestantes decidiram recuar e montaram o acampamento na rotatória. Graças à organização adquirida na luta reivindicatória foi possível manter por 54 dias o acampamento. No local que ficou conhecido como o “Trevo da Vergonha”, os agricultores organizaram comissões de alimentação, segurança, higiene, imprensa e, tal como em Santa Helena, o serviço de alto-falante denominado "Rádio Justiça e Terra" foi instalada e transmitiu mensagens e discursos das lideranças do movimento, de políticos e religiosos.

Em 9 de maio de 1981, quase dois meses após terem chegado a Foz do Iguaçu, os colonos desmontaram as barracas e regressaram para suas propriedades com boa parte de suas reivindicações atendidas pela Itaipu. Às oito horas rezaram a última missa ecumênica oficiada pelo bispo dom Olívio Fazza e pelo pastor luterano Werner Fuchs.

COMO EU ENTREI NESSA

EM SETEMBRO DE 1979 voltei para Foz do Iguaçu vindo do exílio e da clandestinidade. A diáspora dos perseguidos políticos chegava ao fim. A anistia nos trouxe de volta para o Brasil e para a vida legal. Porém havia muito por que lutar; o autoritarismo estava ainda arraigado nas instituições e as desigualdades sociais tinham se aprofundado. Era o momento dos reencontros e de contabilizar as baixas sofridas em 15 anos de resistência contra a ditadura, nos combates e nas sombras.

O golpe militar interrompeu nossas carreiras e sonhos, nos empurrando para uma luta desigual. Fui surpreendido pelo golpe quando estava no escritório do PCB em Niterói, que funcionava no Edifício Ájax, Praça do Rinque. Naquela época o Partido era ilegal, mas não clandestino.

Ali estava reunida a Comissão Executiva, que naquela manhã de 1º de Abril ouvia perplexa as notícias transmitidas por um aparelho de rádio emprestado pelo vigia do prédio.

Na véspera, ainda resistimos nas ruas da antiga capital do Estado do Rio de Janeiro. As notícias eram de mobilização de tropas em Minas Gerais e de manifesto golpista. Na tarde do dia 31 de março organizamos uma passeata e saímos em marcha pela Avenida Almirante Amaral Peixoto gritando palavras de ordem em defesa do governo João Goulart, da democracia e das reformas.

Chegamos na antiga Assembleia Legislativa e nas escadarias o deputado Afonso Celso fez um comício alertando a população sobre a ameaça de um golpe de Estado de caráter fascista e convocava todos para resistir aos golpistas. Por volta das sete horas da noite chegou um contingente da polícia e um agente ordenou que ele parasse de falar. Afonsinho disse que ninguém ia impedir que ele defendesse a democracia e a legalidade. Nesse instante o agente puxou o revólver e o deputado também tirou o seu. O susto foi geral, mas acabou não acontecendo nada de grave. Após esse entrevero inicial, Afonso Celso entrou

na Assembleia e, junto com outros colegas deputados, fechou as pesadas portas de ferro do legislativo e usou uma saída subterrânea existente na época, que ia dar atrás do Liceu Nilo Peçanha, e foi participar de uma reunião de emergência da Comissão Executiva do PCB.

Na manhã seguinte, 1º de Abril, estávamos na sala do Edifício Ájax, atentos ao noticiário que informava sobre o avanço dos golpistas em todo o país, quando alguém exclamou, não sei se foi Afonsinho ou Miguel Batista: “Vamos resistir”![9] Foi então que eu peguei o Aquiles Reis pelo braço e pedi que me acompanhasse até São Gonçalo para despedir-me de meus pais e apanhar umas mudas de roupa.

Chegamos em casa por volta das onze horas da manhã. Mamãe estava na cozinha e quando ela nos viu diminuiu o volume do rádio, que, naquela altura dos acontecimentos, transmitia apenas marchas e dobrados militares. Tirou o avental e nos recebeu com beijos. Não foi nem preciso que eu revelasse o motivo de minha chegada, assim, sem mais nem menos. Sua intuição materna era suficiente para que ela percebesse o que estava acontecendo. Por isso não disse nada. Preparou o café com leite, destapou a manteigueira e ficou muda enquanto nos acompanhava até o portão. Beijei-lhe a face molhada pelas lágrimas de seu pranto mudo e fui.

Eu tinha 20 anos e Aquiles, acho que um pouco menos. Nosso plano era ir direto para o Sindicato dos Operários Navais de Niterói, onde faríamos contato com a resistência contra os golpistas, que imaginávamos ser aquela rede super organizada do Norte ao Sul do país e composta por civis e militares do tão falado dispositivo montado pelo general Assis Brasil, chefe da Casa Militar de Jango. Porém, nem descemos do ônibus. O sindicato, os estaleiros e os bairros operários estavam ocupados pelos fuzileiros. Eu chorei, chorei e meu peito doeu ao ver nossos sonhos caírem por terra.

[9] Afonso Celso Nogueira e Miguel Batista eram dirigentes do PCB em Niterói. Afonsinho foi vereador e deputado estadual e após o golpe militar cassado, preso e torturado. Miguel Batista rompeu com o PCB em 1968 e, juntamente com Apolônio de Carvalho e Mario Alves, fundou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Acabrunhados, fomos direto para o apartamento de Aquiles, no bairro de Icaraí. Naquele momento eu queria era ir para o Rio Grande do Sul e juntar-me à resistência comandada por Leonel Brizola. Assim que contei para o pai de Aquiles, velho militante do PCB, a minha intenção de pegar em armas, ele se levantou da poltrona e disse: "Calma rapaz, essa quartelada de merda não vai durar muito tempo".

Infelizmente a previsão otimista de Geraldo Reis não se consumou. Os golpistas ficaram no poder durante mais de 20 anos. Geraldo foi perseguido, demitido de seu emprego na Coletoria de Rendas e morreu de tristeza anos depois. Acabou virando nome de CIEP em Niterói, numa justa homenagem feita por Brizola. A resistência aos golpistas não aconteceu, veio a luta interna dentro do PCB, rompemos com a direção e eu acabei caindo na clandestinidade para organizar a luta armada, sendo mais tarde preso, torturado e banido do país. Aquiles seguiu carreira musical com seus colegas do MPB4 e fez da arte uma forma de resistir.

Naqueles primeiros anos de ditadura as tarefas de organização da resistência exigiam de cada um de nós o máximo de dedicação. Eu era uma pessoa visada pelos órgãos de repressão e desde 1964 meu nome constava da relação de membros do PCB emitida pelo DOPS do Estado do Rio de Janeiro.

Eu tinha 18 anos quando ingressei no Partidão, mas minha aprendizagem começou na adolescência. Antes de completar 15 anos, já havia lido *A Mãe*, de Gorki, algumas obras de Graciliano Ramos e também de Jorge Amado. Eu tomava os livros emprestados do doutor Cunha, um geólogo que pesquisava o solo rico de malacacheta de minha cidade natal, São Fidélis, Norte do Estado do Rio.

Meu primeiro contato com o marxismo aconteceu em 1958. Foi por intermédio de um grupo de operários calceteiros que pavimentavam com paralelepípedos as ruas da cidade. Eles pertenciam a uma base do Partido Comunista Brasileiro, da vizinha cidade de Campos.

No início de 1959 mudamos para São Gonçalo, cidade localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. São Fidélis não oferecia condições para que eu e meus irmãos continuássemos nossos estudos. Papai era comerciante de secos e molhados e queria que seus filhos tivessem o estudo que ele não teve.

Até a gente mudar para São Gonçalo, meu mundo era minha cidade e minhas andanças limitavam-se a Ipuca, ao Norte; a Penha, ao Sul; a Gamboa, ao Oeste e a Usina, ao Leste. Usina era o bairro pobre e lá morava minha mãe-de-leite, a Zezé doceira, famosa pelos seus quindins e bons-bocados.

Enquanto carregávamos a carroceria do caminhão com a nossa mudança, um grupo de amigos de papai fazia uma serenata. Quando partimos, eles cantaram "quem parte leva saudade de alguém, que fica chorando de dor", e nós choramos junto com os seresteiros e nosso choro seguiu durante a viagem. Aquela ruptura com o interior para viver nas proximidades do Rio de Janeiro nos assustava e ao mesmo tempo atiçava nossa curiosidade de saber como seria a vida numa cidade grande, o mar e a correria do dia-a-dia.

Naquele mesmo ano eu fui fazer o científico no Colégio Plínio Leite, em Niterói. Saía de casa às sete horas da manhã e apanhava o trem suburbano no Ponto de Cem Reis. Apesar de haver linhas de ônibus e bonde ligando o bairro de Alcântara a Niterói, o trem era a condução mais em conta para os estudantes pobres e operários que iam trabalhar nos estaleiros e metalúrgicas.

Embora fossem considerados a elite operária da época, os navais, ou marítimos, viajavam no mesmo trem, talvez porque ele os deixava próximo aos locais de trabalho. Trabalhar em um estaleiro significava melhorar o padrão de vida, ter boa casa e poder dar continuidade aos estudos dos filhos após eles terminarem o primeiro grau.

A indústria naval em Niterói recebeu seu grande impulso durante o governo JK. Com o avanço da construção naval surgiram as escolas técnicas, como o Senai e o Henrique Lage, e os jovens entraram nos estaleiros com teoria e independência profissional. Por esse caminho trilhou Helinho Ribeiro Pinto, amigo da fase anterior à minha entrada no PCB, e Nielse Fernandes, companheiro de preparação de guerrilha do Oeste do Paraná. Helinho estudou no Henrique Lage, já Nielse, no Senai.

Niterói era nossa praia e ali acontecia o inusitado em um país que a gente procurava entender lendo as publicações do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB. Naquele quarto ano do governo de Juscelino Kubitschek, o país se debatia numa tremenda inflação, havia escassez de alguns produtos alimentícios e muita tensão social, principalmente na área de Estação das Barcas,

onde constantemente era grande o número de pessoas que atravessavam a Baía da Guanabara para trabalhar na cidade do Rio de Janeiro.

Todos os dias uma extensa fila tomava conta da Praça Araribóia e, depois de dar várias voltas, seguia pela Rua da Praia em direção ao Mercado São Pedro, que naquela época entrava mar adentro. Desde as primeiras horas da manhã, operários, executivos, escriturários, trabalhadores de serviços gerais e empregadas domésticas se amontoavam esperando a condução.

O péssimo serviço prestado pela empresa concessionária do transporte marítimo entre Niterói e Rio de Janeiro deu origem, em maio de 1959, a uma revolta popular de grande envergadura. O que havia começado como um protesto localizado acabou propagando-se por toda a cidade e assumindo um aspecto de insurreição. A manifestação começou pela manhã, atravessou a noite e o saldo foi a depredação da estação das barcas, intervenção militar, seis mortos e uma centena de feridos.

Eu participei ativamente da rebelião das barcas, que por sua vez teve uma grande influência em meu processo de conscientização. Durante a revolta popular, chamou minha atenção a atitude democrática e de solidariedade com a massa trabalhadora tomada pelo então governador fluminense Roberto Silveira, um dos mais influentes políticos do PTB. Roberto morreu em 1961, aos 37 anos de idade, num trágico acidente de helicóptero. Nesse mesmo ano participei de um concurso literário que teve Roberto Silveira como tema, no Colégio Plínio Leite, de Niterói, e o meu texto obteve o primeiro lugar.

Eu cursava o científico e de cara, assim que entrei no colégio, comecei a fazer política estudantil e editei um jornalzinho, juntamente com um grupo de colegas. Apesar de ter saído do interior, me dei bem graças aos livros emprestados pelo doutor Cunha, aos ensinamentos dos calceteiros campistas e aos cadernos editados pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

O ISEB foi criado em 1955 por um grupo de intelectuais cuja visão era de que o Brasil só poderia ultrapassar a sua fase de subdesenvolvimento pela intensificação da substituição das importações, pela industrialização. A política de desenvolvimento deveria ser nacionalista, a única forma capaz de levar à emancipação e à plena soberania. Em um país de economia desenvolvida, a nova liderança política deveria ser representada pela burguesia industrial nacional,

que teria o apoio do proletariado, dos grupos técnicos e administrativos e da *intelligentsia*. Em oposição a esses grupos estavam os interesses ligados à economia de exportação de bens primários e os importadores de máquinas e manufaturados, além dos grandes proprietários rurais.

A partir da identificação das contradições na sociedade brasileira, o ISEB propunha a formação de uma "frente única" integrada pela burguesia industrial e seus aliados, para lutar contra ao que o ISEB chamava de forças reacionárias. Resumindo, a luta seria travada entre nacionalistas e "entreguistas" – aqueles cuja tendência era vincular o desenvolvimento do Brasil aos Estados Unidos.

Em agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou, minha militância no movimento estudantil de Niterói era intensa. Mais uma vez a então capital do Estado do Rio se mobilizou. Dessa vez para defender a legalidade, ameaçada pela tentativa de impedir a posse de João Goulart. Esse fato impulsionou o movimento de massas e elevou o nível de consciência dos trabalhadores. Naqueles dias a trincheira de luta era no Sindicato dos Operários Navais, localizado no bairro de Barreto, e lá estávamos reunidos esperando ordens.

Depois de muitas manifestações públicas e greve geral, os militares golpistas recuaram e João Goulart tomou posse. Foi uma meia vitória, pois os poderes do presidente foram limitados pelo sistema parlamentarista. Veio o plebiscito em 1963 e mais uma vez a mobilização nacional venceu a direita golpista e o Brasil voltou ao presidencialismo.

Naquele início da década de 60 eu circulava entre as várias facções de esquerda que existiam em Niterói, procurando respostas às minhas inquietações. De um lado estava o PCB e o ISEB com sua teoria nacional desenvolvimentista e a frente única contra o imperialismo; de outro a Organização Revolucionária Marxista Política Operária - ORM-Polop, as Ligas Camponesas, o Partido Operário Revolucionário Trotskista - PORT e o PC do B. Após as aulas e até mesmo durante elas eu conversava intensamente com os comunistas do PC do B e com os trotskistas do PORT.

Foi por intermédio do Helio Ribeiro Pinto que eu tive acesso à teoria da revolução permanente de Leon Trotski e às análises do uruguaio J. Posadas, publicadas no semanário *Frente Operaria*. Hélio também estudava no Colégio Plínio Leite e era um trotskista com panca de livre-pensador. Andava com o

pessoal do PORT[10], mas conversava com todo mundo e fugia do estereótipo do trotskista bitolado. Nosso grupo era eu, de esquerda, mas sem vínculo orgânico com os partidos políticos da época, o Helinho e Daniel Callado, que mais tarde foi para o PC do B. Daniel morava no Cubango, onde seu pai, Consueto Callado, possuía uma barbearia, e Helinho no Viradouro. Ambos eram mecânicos e trabalhavam na Companhia Auxiliar de Construção e Reparos Navais, a Cacren, na Ponta d'Areia, Niterói

Callado foi para o Araguaia em 1972 e lá morreu em 1974. Helinho saiu do Brasil em 1966, clandestino num navio, passou vários anos na Noruega, Canadá e outros países. Desembarcou um dia na Colômbia e voltou ao Brasil, viajando durante seis dias rio abaixo até Manaus, depois até Belém, onde permaneceu algum tempo lecionando inglês. Juntou algum dinheiro e voltou para sua casa, no bairro de Riodades, Niterói, indo trabalhar em seguida como mecânico de equipamentos de perfuração de poços petrolíferos.

Naqueles primeiros anos da década de 60 a gente passava horas nas esquinas de Niterói falando de revolução e marxismo. Nossos pontos de encontro eram em frente dos cinemas da Rua da Praia – Edem, Odeon e Central – ou então debaixo das marquises dos edifícios da Avenida Amaral Peixoto.

Nós não tínhamos dinheiro para sentar à mesa de bar, éramos trabalhadores assalariados, vivendo num país devorado pela inflação. Helinho e Daniel eram metalúrgicos, enquanto eu trabalhava como auxiliar de escritório na sede da Companhia Internacional de Seguros, situada na Rua Sete de Setembro, em frente da Livraria e Editora Civilização Brasileira.

[10] O Partido Operário Revolucionário (Trotskista) – POR (T) era filiado à Quarta Internacional, facção liderada por J. Posadas (pseudônimo do argentino Homero Cristali), que desenvolveu a tese de que as lutas emancipadoras do Terceiro Mundo seriam a antessala da passagem do nacionalismo pequeno-burguês ao Estado operário.

.

Apesar de passar horas conversando com meus amigos, discutindo a revolução mundial, acabei não indo nem para o PORT e nem para o PC do B. Naquele momento eu estava convencido de que o caminho para o socialismo seria pacífico e as reformas de base de Jango iriam libertar as forças sociais que impulsionariam as mudanças que carecia o País. Como eu conhecia muita gente do PCB, principalmente o pessoal da base do Liceu Nilo Peçanha, acabei ingressando no Partido. A partir de então, além dos trotskistas e dos “chineses” (assim eram chamados os maoistas do PC do B) do Barreto, Neves, Fonseca e São Gonçalo, meu círculo de amigos foi ampliado pelos comunistas do PCB dos bairros de Santa Rosa, Ingá, Icaraí e Saco de São Francisco, quase todos oriundos de uma classe média cuja renda era devorada pela inflação.

Naquela altura do campeonato, morando em São Gonçalo, trabalhando no Rio e estudando em Niterói, eu já não viajava mais no sucateado trem da Leopoldina. Passei a andar de bonde, de ônibus e de trólebus, que era um ônibus elétrico.

Os dois anos seguintes passaram rapidamente, talvez devido à intensidade de minhas atividades como dirigente estudantil em Niterói, membro da direção do Partido Comunista Brasileiro e um dos responsáveis pela implantação do Programa Nacional de Alfabetização - PNA, na Baixada Fluminense. O PNA foi um amplo programa de alfabetização de adultos e seu sistema pedagógico era o método Paulo Freire. Os núcleos eram instalados em escolas, associações de moradores, templos religiosos, terreiros de umbanda e candomblé e casas particulares. Interagir o aprender a ler e a escrever com a tomada de consciência dos problemas da comunidade, da cidade, do estado, do país e do mundo era a mensagem que a gente divulgava nos bairros de baixa renda da Baixada.

Niterói era um grande laboratório, onde ideias e práticas sociais das mais variadas vertentes fluíam intensamente. Trabalhistas, nacionalistas, comunistas e trotskistas conviviam e disputavam espaços nos colégios, na universidade, nos estaleiros, nas metalúrgicas, no comércio, repartições públicas, bancos e sindicatos. Tudo que Carlos Lacerda proibia e perseguia do outro lado da Baía da Guanabara era permitido em Niterói. De um lado era o Estado da Guanabara

governado pela direita, e do outro o Estado do Rio democrático. Na Guanabara as Ligas Camponesas não podiam fazer suas assembleias; no Estado do Rio sim.

José Pureza, dirigente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Rurais do Estado do Rio de Janeiro e líder dos sem-terra na Baixada, montou um grande acampamento no Jardim São João, centro de Niterói, em protesto contra a perseguição a que era vítima pela polícia lacerdista. Na Guanabara, Lacerda proibiu a realização do Congresso Continental de Solidariedade a Cuba; no Estado do Rio o congresso foi realizado no Sindicato dos Operários Navais, e em seu encerramento Luiz Carlos Prestes discursou dizendo que o Brasil caminhava a passos largos em direção ao socialismo e que os comunistas tinham participação importante no governo. Enquanto Prestes exalava otimismo, Brizola alertava para a conspiração da direita e conclamou para a resistência aos golpistas.

FURACÃO SOBRE NOSSAS CABEÇAS

EM 1963 E 1964 O BRASIL começava a pensar por si mesmo, a tomar consciência de seus problemas e de como resolvê-los por conta própria. Parecia que o país inteiro estava ficando mais inteligente. Em todos os cantos, nos botequins e salas de aula, nos papos da fila do ônibus, na saída do cinema, na praia, todo mundo tinha ideias novas, questionava e queria descobrir o que estava errado com o Brasil. As pessoas estavam conscientizando-se e acreditavam que as mudanças eram possíveis.

No dia 13 de março, mais de cem mil pessoas se concentraram no Comício da Central do Brasil. O presidente João Goulart afirmou para a multidão que era chegada a hora das reformas e que as estruturas do país estavam ultrapassadas e não poderiam mais realizar o milagre da salvação de milhões de brasileiros. Ainda no Comício Pró-Reformas de Base, Jango disse que "a maioria dos brasileiros não se conforma com a ordem social vigente, imperfeita, injusta e desumana".

Foi então que aconteceu o golpe militar patrocinado pelas elites econômicas e políticas brasileiras que viam no governo João Goulart uma ante-sala para a instalação de um regime comunista no Brasil. Na exacerbação da luta de classes e paranoia da Guerra Fria, as propostas de reformas de base do governo foram atropeladas por tanques e fuzis, sob o aplauso entusiasmado de empresários, fazendeiros, e parcelas da Igreja Católica e da classe média. Ruas e praças foram ocupadas por tropas do Exército e os agentes policiais corriam de um lado para outro em busca dos " perigosos agentes de Moscou, Pequim e Havana". Para evitar que eu fosse preso, meu pai me levou às escondidas para o sítio do tio Antônio, na Serra da Venturosa, em São Fidélis, interior do Estado do Rio.

Levei um radinho transistorizado e por ele acompanhei os anúncios de cassações de mandatos e os atos institucionais. A vilania havia sido instaurada no Brasil. Apesar dos carinhos e atenção do tio Antonio, da tia Rosaura e de meus primos, decidi voltar para Niterói para restabelecer contatos e ajudar a organizar a resistência contra os golpistas. As notícias, porém, não eram alentadoras. Havia

gente presa até nos navios e no Ginásio Caio Martins, e a ordem do Comitê Central era recuar para preservar o Partido.

Mais uma vez recuei para o interior e dessa vez foi mamãe que me levou. Fui parar em Conceição da Boa Vista, uma vila situada na Zona da Mata, em Minas Gerais. Levei comigo as *Obras Escolhidas*, de Karl Marx, publicação da Editorial Vitória, e meus dois *long-plays* de cabeceira, um de Sérgio Ricardo e outro de Nara Leão. Na vila procurei colocar-me a par do que acontecia no Rio de Janeiro lendo os artigos de Carlos Heitor Cony, publicados no *Correio da Manhã*. O Geraldo da Padaria era assinante do jornal e meu cúmplice naquela resistência silenciosa feita entre cestos de pão francês e rosquinhas.

Esse meu recuo mineiro não durou muito tempo. Antes de completar quatro meses do golpe militar eu voltei para reorganizar as bases do Partido. Minha primeira tarefa foi a de tirar todo material do Partido dos apartamentos e casas onde moravam membros do Comitê Estadual e do Comitê Central. Num deles, o de Lindolfo Silva, eu e o Rodolfo Veloso, recolhemos uma das mais completas bibliotecas sobre problemas agrários no Brasil. Carreguei os livros com estante e tudo para São Gonçalo. Mais tarde, em 1969, agentes do DOPS invadiram a casa de meus pais e levaram todos os livros.

Nos primeiros anos de ditadura mantive minhas ocupações legais; estudava em Niterói, trabalhava no escritório de uma transportadora situada no bairro de Santo Cristo, no Rio de Janeiro, e morava na pensão de dona Anita, um sobrado antigo na Rua Presidente Pedreira, bairro do Ingá. No quarto compartilhado com Antônio Carlos Pinto, o Carlitos, eu passava horas imprimindo folhetos e um jornalzinho intitulado *Resistência,* num “reco-reco”, espécie de equipamento artesanal que usa o mesmo sistema de *silkscreen* para reprodução por meio de *stencil*. Tinha a vantagem de ser barato, silencioso e pouco volumoso, o que era uma grande vantagem naqueles tempos.

Para não incomodar Carlitos com a minha bagunça, eu aproveitava para fazer as impressões durante as suas saídas noturnas ou então quando ele ia à praia. Apesar de meus cuidados, era comum Carlitos chegar e encontrar papeis esparramados pelo chão e em cima das camas. Fazia cara feia, mas no fundo não se importava. Era um sujeito extremamente decente e solidário, além de ser

membro da base do PCB na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense - UFF.

Um dia ele me disse que não era justo eu pegar dois ônibus e mais a barca para chegar ao emprego, trabalhar o dia todo, estudar à noite e passar horas imprimindo e distribuindo o material clandestino para a militância do PCB. Prometeu arrumar-me um emprego no banco onde ele trabalhava. Dito e feito: alguns dias depois eu pedi demissão da transportadora e fui trabalhar no Banco Pareto, que era localizado nas proximidades da Praça XV, com meio expediente e recebendo um salário maior.

A partir desse novo emprego comecei a ter tempo até para ir à praia pela manhã e à noite reunir-me com a turma na pracinha de Icaraí. Esse era o nosso ponto, onde a gente falava de marxismo e revolução. Daquele grupo saiu boa parte dos membros da Dissidência Comunista de Niterói, mais tarde MR8. Outros não seguiram a gente, expuseram suas divergências e adotaram outras formas de luta contra a ditadura.

Em 1967 me desliguei do emprego e passei a ser funcionário do Partido. Minha tarefa era reorganizar as bases do Estado do Rio, e para tal eu e Apolônio de Carvalho, um antigo dirigente do PCB, que lutou na Guerra Civil Espanhola, viajávamos seguidamente ao interior, amealhando os quadros esparsos, reunindo as bases e coordenando as eleições para os comitês e executivas municipais. Ao mesmo tempo em que desenvolvíamos essas tarefas, editávamos juntamente com Nicolau Abrantes o mensário *Avante*, órgão oficial do Comitê Estadual do Rio de Janeiro. Além de ajudar a escrever, eu levava para o Rio os textos datilografados numa Remington, já bastante desconjuntada, e os distribuía para os linotipistas militantes ou simpatizantes do Partido.

Passados alguns dias lá ia eu de novo percorrer as gráficas de São Cristóvão para apanhar as matrizes de chumbo e levá-las no meio da noite para impressão. Depois de pronto eu levava o jornal tamanho ofício para Niterói. Um dia estava na lancha atravessando a Baía de Guanabara quando encontrei o Manoel Valim, que havia trabalhado comigo no Plano Nacional de Alfabetização. Na saída ele se encostou a mim, deu uma olhada de soslaio e disse: “Cuidado, os homens estão de olho”. Saí rapidamente da estação das barcas, sem saber se largava o pacote com os jornais ou se seguia em frente. Não larguei o pacote.

Tomei um ônibus para o Alcântara passando por São Gonçalo e voltei por Tribobó para descer em Fonseca, onde morava Jason. Esse era o nome de guerra de Nicolau Abrantes.

Chegamos a tirar cinco edições do *Avante*. Geralmente o seu conteúdo era de responsabilidade de Apolônio de Carvalho e Miguel Batista. Na maior parte das vezes os dois dirigentes contestavam as Teses do Comitê Central para o VI Congresso do Partido. Além desse material, que era interno, o jornal tinha matérias sobre as lutas do movimento operário e estudantil de Niterói, além de denúncias contra a ditadura.

Desde o golpe nós estávamos envolvidos no debate sobre a linha política a ser seguida. A luta interna era intensa e os setores universitário e secundarista romperam de cara com a posição nacional desenvolvimentista defendida pela direção. Juntamente com alguns quadros operários navais, começamos a caminhar em direção a opção pela etapa socialista da revolução brasileira e a luta armada.

A disputa era tão extremada que os medalhões, numa tentativa de me afastar dos debates, me ofereceram uma bolsa de estudos na extinta República Democrática Alemã. Apolônio chegou a marcar o dia de minha viagem e me mandou tirar passaporte. Não topei. Com o passar dos dias os debates internos foram radicalizando-se e as dissidências do PCB em vários estados começaram a defender que a revolução não seria nacional-democrática, nem nacional-popular, mas sim socialista. Para fundamentar, nós esgrimíamos a obra de Caio Prado Júnior, *A revolução Brasileira*.

Lançado em 1966, o livro fazia uma crítica incisiva à tese do PCB sobre a existência de uma burguesia nacional anti-imperialista. Além dessa base teórica, nós nos inspiramos na experiência revolucionária de Cuba para defender que era possível fazer a revolução socialista a partir do foco guerrilheiro. Nós conhecíamos a teoria do foco através dos escritos de Che Guevara, mas foi a fotocópia de um livrinho mimeografado que o Umberto Trigueiros Lima conseguiu com o pessoal de Polop e me entregou certo dia no Campo de São Bento, em Niterói, que suscitou nosso entusiasmo para "subir a serra". O livrinho era *Revolução na Revolução*, do teórico francês Régis Debray. Sentei-me no banco

da praça, li de supetão a brochura e disse pro Umberto: “É isso aí, está tudo escrito aqui”.

Debray havia resumido e sistematizado da seguinte forma a teoria guevarista: o foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem os ataques relâmpagos às forças do Exército e a fuga. Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocariam da região inicial, levando a luta armada a outras regiões. Outra novidade foi à ideia da primazia do fator militar sobre o fator político e da prioridade do foco sobre o partido. Inspiradas no foquismo, guerrilhas fervilhavam na Colômbia, Venezuela, Peru, Guatemala e Nicarágua. Na Venezuela a guerrilha era organizada pelo Partido Comunista Venezuelano e começou a operar em 1962, tendo como principal dirigente Douglas Bravo. Na Colômbia as guerrilhas começaram a atuar em 1964, destacando-se como dirigente o padre Camilo Torres, morto em 1966. No Peru, o mais conhecido dirigente guerrilheiro foi Hugo Blanco, da Frente de Izquierda Revolucionária, de tendência trotskista, cujas ações se desenvolveram entre 1961 e 1964.

E foi no embalo do guevarismo e das guerrilhas que pipocavam pela América Latina que tentamos tomar os fuzis do Tiro de Guerra de São Fidélis, minha cidadezinha do Norte do Estado do Rio. Sem maiores preparativos fomos eu, Nielse Fernandes e Carlos, um venezuelano que, segundo informação não me lembra de quem, havia pertencido às Forças Armadas de Libertação Nacional da Venezuela. Ficamos os três em casa de velhos amigos e simpatizantes de nossa causa. Fizemos o levantamento do Tiro de Guerra e planejamos a evacuação. O plano era levar as armas Rio Paraíba abaixo até Campos dos Goytacazes, camufladas nos barcos que transportavam banana. Em Campos, as armas seriam descarregadas e depositadas na casa de um feirante que eu havia recrutado. O plano era bom, só que tinha um furo: os rifles que o Exército mandava para os Tiros de Guerra não possuíam ferrolho. Ainda bem que desistimos, pois se a ação fosse executada meus amigos de São Fidélis seriam presos. Por amadorismo expusemos em demasia o José Teófilo, o Jaime Pontes (mais conhecido por Olé), o Perazzo Machado, o Constante Churchil, o Marcus Ferraiolli e o Márcio, o bioquímico.

Muitas vezes a gente acaba expondo os amigos, devido à nossa irresponsabilidade e à fragilidade das organizações de esquerda. Foi o que aconteceu um ano antes, quando eu fui com o Bernardo Ferraro, companheiro do Partidão de Niterói, “tomar” a Rádio Difusora de São Fidélis. Depois de seis horas de viagem fomos direto para a rádio carregando discos com música de protesto e um belo e retumbante discurso na ponta da língua. No estúdio apenas meu amigo Valdir Vieira, que já me esperava para fazer uma proclamação contra a ditadura. Rodamos a primeira música, *Maria Moita*, de Carlos Lyra, e quando eu me preparava para soltar o improviso desancando a ditadura chegou o dono da rádio com um pedaço de pau nas mãos e bradando palavrões contra os “comunistas, agitadores e subversivos”. Disse que ia entregar-me para o DOPS, que os militares iam prender-me quando eu chegasse a Niterói, patati patatá. Saímos disparados da rádio e na estação rodoviária apanhamos o primeiro ônibus para Campos, e de lá outro para Niterói.

Minha permanência na legalidade estava ficando inviável, ainda mais depois do famoso Baile do Esqueleto, realizado em fevereiro de 1967, no Sindicato dos Operários Navais. Oficialmente o baile havia sido organizado pela União Fluminense de Estudantes e pelo DCE, mas por trás estávamos nós, os dissidentes do PCB, arrecadando fundos para a instalação de uma gráfica clandestina.

Nós já havíamos retirado o dinheiro da bilheteria, quando a massa estudantil começou a cantar a paródia da marchinha *Máscara Negra*, de Zé Kéti.

Quantas tiras
Oh! Quantos milicos
Mais de mil gorilas em ação
Estudantes apanhando pelas ruas da cidade
Gritando por liberdade.
Está fazendo três anos
Me lembro tão triste
Que o seu Castelo
Eu sou aquele estudante
Que apanhou, mas que gritou
E gritou!

A mesma farsa tão negra
Que esconde a verdade
Eu quero gritar liberdade.

Vou gritar agora,
Não me leve a mal
Fora o Marechal!

Vou gritar agora
Não me leve a mal
Fora o Marechal!

Não deu outra: os agentes do DOPS baixaram no Sindicato, ocorreram várias prisões e os camburões seguiram levando os estudantes presos para a chefia da polícia, localizada na Avenida Almirante Amaral Peixoto. Com a grana arrecadada no baile viajei para Campos dos Goitacazes e com ajuda da base local comprei uma máquina impressora sucateada e desmontada.

Nosso plano era sair daquela fase de fazer jornalzinhos e panfletos em mimeógrafos e publicar um jornal de massas. Descarreguei a impressora desmontada no quintal da casa de meus pais e aquele monte de peças ficou ali durante quase dois anos. Com a nossa opção de "subir a serra" abandonamos o plano do jornal de massas. Mais tarde e com a nossa prisão, a gráfica clandestina foi de vez *pro quiabo*. Acabei mandando meus irmãos venderem a sucata da impressora no ferro-velho e com o dinheiro arrecadado comprar coisas, tipo livros e cigarros, e levar pra gente na prisão.

Ainda em 1967, durante a organização do Seminário Regional Leste da União Nacional dos estudantes, eu senti que a repressão controlava meus passos e que em qualquer momento seria preso. A gota d'água aconteceu quando eu e Sebastião Velasco Cruz tivemos um confronto com um agente do DOPS infiltrado no curso de Geografia da UFF.

Naquele mesmo ano abandonei a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Federal Fluminense, onde cursava Ciências Sociais, e passei a

morar no Oeste do Paraná. Eu estava demasiadamente queimado para continuar no trabalho de massas, e, como dirigente da Dissidência Comunista, responsável pela implantação de um foco guerrilheiro no Oeste do Paraná, não era recomendável minha permanência no Estado do Rio.

Na época, por motivo de segurança e para não comprometer meus familiares, raramente eu ia para casa. Depois do quarto de pensão no bairro do Ingá, fui morar, juntamente com Carlitos e Getúlio Gouveia, ambos militantes do PCB, em um apartamento no bairro de Icaraí, na antiga capital fluminense. Apesar dessa cautela, agentes da repressão invadiram a casa de meus pais em São Gonçalo e meu irmão Evaldo foi preso e levado para o DOPS, em Niterói. Mais tarde foi a vez de meu irmão caçula Ivan, que na época tinha apenas 15 anos, ser preso e interrogado por agentes da repressão política na delegacia de polícia de Alcântara.

Passei algum tempo do outro lado da Baía da Guanabara trabalhando com João Lucas Alves e Osvaldo Soares, ambos sargentos cassados da FAB. Nosso objetivo era uma fusão entre a Dissidência de Niterói e Movimento Nacionalista Revolucionário. A escolha da região Oeste do Paraná para a implantação do foco guerrilheiro partiu de João Lucas Alves. Após a definição da área eu viajei com Osvaldo Soares para o Paraná. Na volta, relatei as condições propícias que a região oferecia para a guerrilha e parti para São Paulo, passando para Umberto Trigueiros Lima os contatos e a tarefa de fusão entre a DIRJ e o MNR.

Durante minha temporada no Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo - Crusp, tentei uma aproximação entre nosso grupo e os dissidentes de São Paulo. Com o apoio de Jeová de Assis Gomes e Fernando Ruivo, eu fazia reuniões constantes com os rebeldes das seções paulista, paranaense e gaúcha do Partidão. Esses contatos e mais os que eram feitos pelo pessoal que ficou em Niterói acabaram não resultando na tão esperada fusão das organizações da esquerda revolucionária. Alegando que era cedo para ir “pro mato”, o que no jargão da época significava fazer o foco guerrilheiro, os paulistas seguiram Marighela e criaram a Ação Libertadora Nacional - ALN; os gaúchos foram para o Partido Operário Comunista; e nossos aliados em Niterói e Rio de Janeiro acabaram indo para o Comando de Libertação Nacional -Colina. Apenas a

Dissidência Comunista do Paraná ficou conosco, e mesmo assim por pouco tempo.

A GUERRILHA QUE NÃO ACONTECEU

NO OUTONO DE 1968 desembarquei na rodoviária de Foz do Iguaçu carregando uma imensa mala de couro, com manuais de guerrilha, livros de Regis Debray e Che Guevara, mapas da região, um revólver 38, um rifle de ferrolho, alguma munição, facão e canivete. Fábio Campana me hospedou num quartinho nos fundos da Padaria Progresso, do paraguaio Rodolfo Mongelos, localizada na Avenida Brasil. Começaram então os contatos da dissidência comunista do Estado do Rio com os colorados de esquerda.

Alguns dias depois Nielse Fernandes chegou a Foz trazendo uma pistola, medicamentos, material para acampar e soro antiofídico. Agora era pra valer: Nielse era um quadro extremamente prático e sua capacidade de construir ia de uma jangada a qualquer artefato que exigisse conhecimentos de mecânica, marcenaria ou eletricidade.

Enquanto os companheiros que ficaram no Rio e em Niterói participavam de expropriações de bancos, nós começamos a fazer o reconhecimento da área onde deveriam ocorrer as lutas do foco guerrilheiro da Dissidência Comunista, que mais tarde deu origem ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR8, nome que a DI adotou depois que João Manoel Fernandes anunciou durante uma expropriação que aquela ação estava sendo efetuada pelo MR8 e o objetivo era angariar fundos para a luta contra a ditadura. Além disso nós tínhamos uma revista cujo título era MR8.

Foram quase dois anos de andanças pelas estradas do Oeste do Paraná, levantando rios, riachos, pontes, pontilhões, áreas de conflitos sociais, postos policiais e outros prédios públicos.

Participei durante meses, junto com Nielse e Bernardino, dessas caminhadas pelas estradas de chão batido da região. Eu, estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense; Nielse Fernandes, operário naval de Niterói, e Bernardino Jorge Velho, sargento do então 1º Batalhão de Fronteiras de Foz do Iguaçu e quadro rural do Partido Comunista Brasileiro.

Conheci o Bernardino por intermédio do Fábio Campana, que também havia rachado com o PCB e organizado a dissidência Comunista no Paraná. A admirável facilidade que o "Bigode Branco" tinha para comunicar-se com as pessoas me impressionou desde o nosso primeiro encontro. Graças a ele montamos uma extraordinária rede de apoio para a futura guerrilha, constituída por pequenos proprietários rurais, posseiros, meeiros e peões. Só os mais íntimos o conheciam pelo nome de batismo. Por onde a gente andava todos o chamavam de "Bigode Branco". Aliás, aquele bigode ralo, metade branco e metade preto, era sua marca característica. Bernardino se negava a tingi-lo e só fez no final de 1969, quando a organização foi desmantelada e ele foi viver clandestino em São Paulo. Nunca chegou a ser identificado pela repressão, que nas sessões de tortura queria que disséssemos quem era o homem de bigode branco, conhecido na luta revolucionária pelo nome de guerra de "Santos".

Eu só revi o Bernardino em 1993, quando ele veio visitar o filho em Foz do Iguaçu e tentar reaver seu sítio que teria sido grilado por um rico madeireiro da região Oeste do Paraná. Nesse encontro recordamos acontecimentos que o passar do tempo e o rigor da clandestinidade haviam apagado de minha memória. Lembramos nossas andanças pelos caminhos daquela que nos planos da organização seria a área do foco guerrilheiro como, por exemplo, certa ocasião quando nos deparamos com a morte por enforcamento de dezenas de camponeses, ocorridas na fazenda dos Mesquita, localizada na região da Ponte Queimada.

Em outra ocasião fomos conversar com os trabalhadores da Fazenda Rami, em Matelândia, e ficamos chocados com a exploração a que eram submetidos os empregados. Muitos deles tinham os dedos decepados pelas máquinas, conhecidas como "periquitos", nas quais eram desfibradas as hastes do rami, uma planta cuja fibra é utilizada na fabricação de tecidos, cordas e barbantes.

A jornada de trabalho era estabelecida em regime de 12 horas por dia e o pagamento feito por meio de vale-barracão. Os trabalhadores estavam sempre endividados com o dono da fazenda – também dono do armazém, onde os produtos eram duas ou três vezes mais caros do que na cidade. Havia um

esquema de segurança extremamente rígido e aqueles que eram apanhados em fuga sofriam castigos físicos.

Na noite que passamos no dormitório dos trabalhadores solteiros da Fazenda Rami, falamos de liberdade, socialismo e revolução. Quando fomos embora, antes do dia amanhecer, muitos daqueles peões queriam ingressar na guerrilha. Desconversamos e saímos de fininho. Ainda não era a hora para aquele tipo de recrutamento.

A Dissidência Comunista do Estado do Rio foi a única das organizações político-militares oriundas do PCB que tentou pôr em prática ao pé da letra a proposta guevarista do foco guerrilheiro. Nós éramos extremamente rígidos na defesa da teoria de que um grupo de combatentes enraizados numa área rural, com um mínimo de infraestrutura e combatendo esporadicamente, poderia mobilizar o país para a luta contra a ditadura e pelo socialismo.

Foi para pôr em prática esse projeto que eu, Nielse Fernandes, Milton Gaia Leite, operário naval de Niterói, Mauro Fernando, bancário, Bernardino Jorge Velho, Cândido Gaia, estudante de Curitiba, César Cabral, comerciante de Foz do Iguaçu, e João Manoel Fernandes, estudante de Curitiba, ficamos quase um ano internados no Parque Nacional do Iguaçu. Nosso instrutor era o paraguaio Rodolfo Ramirez Villalba, membro da Frente Revolucionária Colorada - FRC e conhecedor das técnicas de combate das guerrilhas[13].

Os primeiros contatos da Dissidência com a FRC, uma espécie de agrupamento de esquerda dentro do Movimento Popular Colorado - Mopoco, foram feitos por intermédio de César Cabral, que veio em definitivo para Foz do Iguaçu alguns anos antes de nossa chegada à região. Ele estudava economia na Universidad Del Nordeste, na Província do Chaco, Argentina, e devido a sua militância de esquerda passou a ser perseguido naquele país. Em Foz, César foi ajudar o pai a tocar um açougue e em pouco tempo fez amizade com o Fábio Campana, que passava uma temporada com a família. O clima político em Curitiba estava carregado e Fábio vinha sendo ameaçado em virtude de suas atividades no meio estudantil.

[11]Sete anos após esses acontecimentos, Rodolfo Villalba foi preso, quando ingressava em território paraguaio regressando da Argentina, e levado para o Departamento de Investigações da Polícia Política, em Assunção, juntamente com seu irmão Benjamim, sendo torturado até a morte.

Durante meses os dois “exilados” devoraram livros e mais livros e passaram por momentos de inquietação tal como todos os jovens politizados daquela época.

Quando cheguei a Foz do Iguaçu no outono de 1968 com a missão de entrar em contato com o Fábio, ele e César estavam estudando o 18 Brumário de Bonaparte, de Karl Marx e A Revolução Brasileira, de Caio Prado Júnior.

Daquele período de preparação para os combates que não aconteceram ficou gravada em minha memória a solidariedade de nossos contatos camponeses. Que tempo, meu Deus! Vez ou outra a gente saía do meio do mato para jantar no rancho de seu Pedro Gordo. No meio da noite, equipados de coturnos, mochilas, rifles e fuzis, atravessávamos a BR-277, na altura de Tatu Jupy, e éramos recebidos com um bufê de galinha caipira, pirão, arroz, feijão e mandioca, que fumegava no fogão à lenha, feito de tijolo e argila.

Esses apoios vinham de todas as direções e nos momentos de maior sufoco transmitiram segurança ao grupo e revitalizaram nossas convicções. Quando chegávamos a Vera Cruz do Oeste, perto de Cascavel, por exemplo, dona Astra Fruet e seu Artur nos ofereciam o celeiro para passar a noite. Era um luxo deitar naquela montanha de arroz ainda sem descascar. Luxo porque na maioria das vezes dormíamos no meio das roças, como em certa ocasião quando fomos fazer uns contatos em Pato Bragado. Na volta para Foz do Iguaçu, um pouco antes de Itacorá (lugarejo que hoje está submerso pelas águas do Lago de Itaipu), começou a chover as pampas. Paramos no meio de uma plantação de menta e deitamos entre as toras espalhadas pela área recentemente desmatada. Naquela noite, dentro de nossos sacos de dormir, com o fecho-ecler puxado até o queixo, pegamos no sono, embalados pelo barulho da chuva e suave aroma de hortelã.

Em março de 1969 resolvemos desativar a área do foco, desmobilizando nossos quadros e a infraestrutura, que se resumia a dois sítios. Essa decisão foi tomada por desconfiarmos de que a área estava queimada. Além de termos várias evidências de que a repressão estava de olho em nosso trabalho, foi determinante também a queda em Niterói, em fevereiro de 1969, de Lizt Benjamim Vieira, Vera

Wrobel e Clarisse Chonchol, todos militantes do Comando de Libertação Nacional. Na sequencia dessas prisões várias pessoas passaram a ser caçadas pela repressão. Na relação dos buscados estava eu e Umberto Trigueiros Lima, um dos dirigentes do núcleo urbano da Dissidência Comunista do Estado do Rio.

NOS CÁRCERES DA DITADURA

FUI PRESO NO DECORRER dos trabalhos de desativação da área onde estava sendo implantada a guerrilha. Foi na manhã do dia 4 de abril de 1969, quando eu e Mauro Fernando de Souza estávamos evacuando a casa de um de nossos contatos. Ao cruzar pela cidade de Cascavel, o jipe conduzido pelo Mauro bateu em outro carro nas proximidades da rodoviária. Mauro saiu em busca de um mecânico para orçar o conserto do outro veículo, enquanto eu fiquei próximo ao local do acidente. Em poucos minutos Marins Bello, um conhecido jagunço das companhias colonizadoras, aproximou-se de mim acompanhado por alguns policiais e, aos gritos de “agitador e comunista”, jagunço e policiais me agarraram e me arrastaram até a delegacia de polícia, de onde consegui fugir, mas fui recapturado em seguida e levado para um quartinho onde, durante não sei quanto tempo, fiquei pendurado num pau-de-arara com uma mangueira despejando água em meu rosto coberto por um pano. Enquanto eu me debatia no pau-de-arara o delegado Agostinho Cardoso Neto, juntamente com o Inspetor Garcia e o major Paulo de Barros Vieira, queriam que eu confessasse ser o Vladimir Palmeira e pediam meu contato. Os torturadores pararam com o suplício somente quando um deles encontrou entre minhas coisas um cartão de visita de um amigo de infância que mora em Maringá. Antônio Augusto de Assis foi preso e torturado, sendo solto após os militares constatarem que o cara não tinha nada a ver, antes pelo contrário.

Devo ter ficado muito tempo pendurado no pau-de-arara e desmaiado várias vezes, pois só acordei quando os torturadores me jogaram um balde d’água. Meu corpo estava completamente enrijecido, não conseguia estender as pernas, nem os braços. Só consegui ficar de pé na manhã do dia cinco, quando fui levado para o Batalhão de Fronteiras, em Foz do Iguaçu, onde fui submetido a uma nova seção de tortura, dessa vez comandada pelo coronel Emídio de Paula, pelo capitão Marion Gralha e o tenente Espedito Ostrovski. Eles queriam saber onde estava minha mulher. Espedito dizia que eles sabiam que Eunice estava grávida e que quando a prendessem ela iria apanhar tanto que abortaria.

- Esse negócio de comunismo está no sangue, gritava o tenente torturador.

Mal consegui me recuperar das sevícias e fui levado de Foz do Iguaçu para Curitiba e submetido a nova pancadaria no quartel da Polícia do Exército, que na época estava localizado na Praça Rui Barbosa, e no DOPS, na Rua João Negrão. Passado alguns dias fui transferido para Foz do Iguaçu, onde respondi a Inquérito Policial Militar.

Ao ser levado de Curitiba para Foz não sabia se saia do fogo para cair na frigideira, porém senti certo alívio ao me livrar das torturas comandadas pelo capitão de Infantaria Aluízio Marques de Vasconcellos, da PE e pelo delegado do DOPS, Ozias Algauer. Por ter tido a sorte de cair sozinho e de meus interrogadores não conhecerem minha história, acabei sendo o único indiciado no IPM instaurado no Paraná.

Encerrado o ritual do IPM voltei para Curitiba e estava sendo sumariado na Auditoria do Exército em Curitiba, quando companheiros do MR8/Dissidência do Estado do Rio de Janeiro, foram presos e os militares ligaram minhas atividades com as dessa organização. Em 28 de maio de 1969, agentes do Cenimar vieram me buscar no Paraná e me levaram para o Quinto Andar do Ministério da Marinha onde fui submetido a torturas aplicadas pelo capitão de Corveta Alfredo Magalhães. No mesmo dia me levaram para a Base Naval da Ilha das Flores, em São Gonçalo, onde os suplícios continuaram, dessa vez pelo capitão de mar e guerra José Clemente Monteiro Filho.

Em agosto de 1969 fui conduzido de volta a Curitiba. Nesse período de audiências na Auditoria do Exército fiquei preso no Presídio do Ahú.

Sobre a minha passagem pelo presídio Curitibano, O jornalista Políbio Braga, escreveu em seu livro "Ahú, Diários de Uma Prisão Política".

"2 de agosto de 1969- Sábado - Aluizio foi levado nesta noite pela guarda. Ficamos olhando para a escolta, esperando escutar, como ele, uma explicação. Estou aqui só há três dias. Para mim, a situação do Aluízio ainda não me atingiu, mas noto que os demais presos tem por um misto de admiração e preocupação. O temor de todos é ele voltar pra tortura e ser morto. -- É visita? - A pergunta

de Aluízio para um dos guardas soa falsa. Ele sabe do que se trata. A esta hora - são 20h30 - só entra no Ahú quem não vai sair. - (...) - Aluízio deu meia volta no calcanhar, foi até o banheiro dos fundos da cela, urinou precavido e voltou de cara amarrada. - Vamos embora.- (...) - Ainda é em Aluízio que estou pensando. Ele tem apenas 24 anos. É carioca. Fala muito pouco e os seus olhos claros movem com aparente surpresa e sem direção certa, mas ao mesmo tempo são determinados - os olhos de Antônio Conselheiro ou de qualquer outro tipo de fanático. - Este homem tem sido o prato do dia entre os outros presos. Quando foi preso, aqui no mesmo, há poucas semanas, tripulava um jipe roubado e carregado de armas. "Farto material bélico", estava escrito no jornal. Aluízio jurou sem convencer ninguém, que eram apenas dois revolveres 38 e uma espingarda de caça. - 4 de agosto de 1969 - Segunda-feira - Aluizio ainda não voltou. Meu advogado chamou-me esta manhã. Ele também defende Aluízio, foi o que lhe respondi. O que ouvi transmiti depois na cela: - A prisão de Aluízio no Paraná foi um acidente político. Ele está sendo levado para o Rio. Agora é que ele vai sofrer pra valer, os agentes do Cenimar vão tentar arrancar dele os nomes verdadeiros dos nomes de guerra que ele escreveu em um diário.

07 de agosto de 1969 - Quinta-feira - Ao cair da noite trouxeram Aluízio. Os 21 prisioneiros da nossa cela cercaram o preso para saber como é que tinha sido seu calvário. Apanhara um bocado sim, mas estava inteiro. O Cenimar conduzira-o até Foz do Iguaçu, na fronteira com o Paraguai, para que indicasse a localização das armas que escondera. "Que armas",respondeu Aluízio para todos nós, repetindo a frase no tom do que dissera aos homens da Marinha. Não havia armas e, se houvesse, Aluízio jamais abriria a informação. Era só olhar para o seu jeito determinado" .

Depois de muito ir-e-vir, em novembro de 1969 fui levado de forma definitiva de Curitiba para o Rio de Janeiro. Havia chegado a hora das audiências na Auditoria da Marinha. O Tribunal Militar era composto por um juiz togado, quatro militares e

um promotor. Esses juízes e promotores eram, como afirmou o jurista Saulo Ramos em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo*, “inquisidores fanáticos, arbitrários, subservientes, submissos à ditadura, terríveis”. Há casos, por exemplo, de promotores que interrogavam os presos durante as sessões de tortura, como é o caso de José Manes Leitão, que atuou particularmente no Rio de Janeiro e no Ceará.

Naquela manhã eu reencontraria a figura abominável, graxenta e sádica do promotor que prestava serviço à ditadura. Antes, porém, de ser levado para a auditoria, fiquei trancado numa delegacia de polícia, localizada provavelmente em São Cristóvão, até ser conduzido fechado num camburão para a Auditoria da Marinha, na Praça Mauá. Era a primeira audiência dos presos do MR8.

Terminada a pantomima fomos levados para o Presídio da Marinha, na Ilha das Cobras. Ali estávamos presos quase todos, companheiros de sonho e infortúnio, ainda surpresos pela queda da organização. Prisão e morte nunca fizeram parte de nossos planos. A gente pensava que a luta seria longa, que iria durar muitos anos, como aconteceu em Cuba e na China. De repente fomos presos e um dos nossos foi morto. Reinaldo Silveira Pimenta morreu no dia 27 de junho de 1969, quando o “aparelho” da Rua Bolívar, no bairro de Copacabana, foi invadido por agentes do Cenimar. Ao tentar fugir pela janela ele ficou pendurado no parapeito, segurando com as mãos. Os agentes passaram a desferir golpes com a coronha de suas armas sobre seus dedos até ele cair na área interna do prédio.

Durante o período em que ficamos na 5ª prisão – assim era denominada a caverna transformada em cela – fizemos greve de fome e eu fui levado para a solitária depois de ter tido uma discussão com um sargento fuzileiro naval. Aconteceu numa manhã de abril de 1970, dois dias após a morte de Juarez de Brito. Fiquei sabendo da morte de Juarez na véspera e estava profundamente deprimido quando o fuzileiro sacudiu a rede e me mandou ficar de pé para o “confere”. Ora bolas, para que ficar de pé se eu estava ali preso, imobilizado? Em certos momentos era impossível manter a serenidade e conviver de forma civilizada com os carcereiros, ainda mais quando diariamente recebíamos notícias de torturas e mortes de nossos companheiros. Ali mesmo, na

Ilha das Cobras, fomos testemunhas dos últimos momentos vividos por Eduardo Leite. Bacuri resistiu heroicamente às torturas e estava agonizante.

No dia 29 de agosto de 1970 fomos condenados pelo tribunal militar. Após a leitura das penas, ficamos de pé e cantamos alto e com bom som o Hino da Independência. Nosso canto tomou conta do salão e se espraiou pelos corredores do prédio que até hoje está localizado na Praça Mauá. Terminado o “julgamento” voltamos para nossa cela na Ilha das Cobras e de lá fomos levados no dia seguinte para o Presídio Hélio Gomes, onde passamos por uma revista humilhante e dormimos em colchonetes espalhados pelo chão. Antes de clarear o dia fomos conduzidos de camburão para o Presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande. Era quase meio-dia quando descemos no cais de Mangaratiba e dali seguimos no porão da barca que transportava passageiros para a Vila de Abraão.

Do Abraão até o presídio viajamos num caminhão, que subiu e desceu as serras por uma estradinha de chão batido. Ficamos algemados durante todo o percurso, desde o Presídio Hélio Gomes, localizado no Complexo da Frei Caneca, até o Presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande. Assim que chegamos tiraram nossas algemas, fomos revistados e por fim pesados pelo “Doutor Balança”. O médico recebeu esse apelido pelo fato de seu exame consistir em apenas pesar os presos.

Terminada a recepção, fomos levados para a galeria dos presos políticos e ali trancafiados em celas de 2x4 metros, fechadas por portas de chapa de ferro que tinham uma fresta por onde os guardas faziam a vigilância dos presos. Em cada um desses cubículos havia uma cama-beliche. No final da galeria, um portão de ferro.

Assim que terminamos de acomodar nossas trouxas fizemos a primeira refeição na ilha-presídio. A partir daquele momento a nossa rotina seria duas vezes por dia entrar e sair escoltados do refeitório de mesas de concreto, onde era proibido conversar e, segundo o que se comentava, o feijão era “batizado” com salitre, que teria o poder de broxar os presos.

Até nove de janeiro de 1971, quando fui banido do território nacional após ser trocado – juntamente com outros 69 companheiros – pelo embaixador da Suíça no Brasil, Giovani Bucher, a Ilha Grande foi minha prisão e meu inferno.

Durante o período em que estive enclausurado no presídio da Ilha Grande fui mandado duas vezes seguidas para a temida solitária. A primeira vez foi por ter reclamado de uma rotina estúpida em que os guardas batiam nas grades com um pedaço de ferro para ver se tinha alguma barra serrada. Aquele estrondo noturno, muitas vezes no meio da noite, deixava-me com os nervos à flor da pele. Parecia que a tortura não havia terminado e que novamente eu seria levado para o pau-de-arara.

A "cela-castigo" do Presídio da Ilha Grande era um cubículo pequeno e escuro, sem luz, sem janelas e com paredes eternamente úmidas. Não tinha vaso sanitário nem pia e o chão áspero era coberto por uma camada de imundícies misturadas com graxa, provavelmente restos da comida que chegava numa bandeja pela fresta existente entre o piso e a porta. Meu companheiro no castigo era um preso comum conhecido como Branquinho, que havia participado de um assalto a banco. Naquela época os participantes de assalto a banco, mesmo sendo sem motivação política, eram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e colocados nas mesmas celas que os presos políticos.

Pois bem, certa noite eu acordei sobressaltado com o Branquinho dando uma de louco, ateando fogo no colchonete estofado com capim e esparramando merda para todos os lados. Só assim saí da solitária e voltei para minha cela, graças à loucura do Branquinho; apesar dos sustos e da merda.

A segunda vez que me mandaram para a solitária da Ilha Grande foi devido a uma reclamação que eu fiz ao diretor do presídio. Meus familiares haviam levado livros e eu não os recebi. Pedi uma audiência com o diretor e fui conduzido até a sua sala. Falei dos livros apreendidos e reivindiquei a liberação dos mesmos. O diretor se negou a atender-me e eu então protestei contra as condições da prisão e da ditadura que tinha medo até de livros didáticos. Nem terminei de falar e levei um murro na boca do estômago. Caí e recebi diversos golpes de cassetete. Após o espancamento fui levado para a solitária. Enquanto os guardas me arrastavam pelo corredor, denunciei aos gritos o que havia se passado na sala do diretor e gritei palavras de ordem.

A galeria então entrou em greve de fome em protesto por eu ter sido espancado. Dessa vez meu colega de "cela-castigo" foi Sebastião Medeiros, também do MR8. Foi na solitária que ficamos sabendo – por um radinho transistor

introduzido clandestinamente – do sequestro do embaixador da Suíça no Brasil acontecido no dia 7 de dezembro. Só não acompanhamos o desenrolar das negociações porque no meio da noite eu fui mexer no volume do rádio, que estava embaixo do cobertor, e ao invés de abaixar o volume acabei aumentando. Era a hora da ronda e não deu outra: os guardas entraram na cela e me tomaram o único contato que tínhamos com o mundo exterior. Só fiquei sabendo que eu estava na lista e que iria ser trocado pelo embaixador quando os guardas me tiraram do castigo e me levaram para outro isolamento no segundo andar.

Durante os dias em que fiquei no isolamento da parte de cima tentei recuperar-me dos suplícios daqueles dias, apesar do sono interrompido por pesadelos nos quais eu estava todo lambuzado de merda ou queimado pelo incêndio provocado pelo Branquinho. Além dessas aflições noturnas ainda havia as ameaças feitas pelos guardas penitenciários de que nós, os que estávamos na lista para a troca pelo embaixador, seríamos jogados de helicóptero em alto-mar.

No dia 23 de dezembro um helicóptero baixou no presídio e fui levado até a sala da direção do presídio. Lá me mandaram tirar toda a roupa para ser fotografado em vários ângulos. Antes, porém, os agentes policiais, mediante ameaças, tentaram me convencer a não aceitar a troca. Disseram que se eu declarasse que queria ser trocado pelo embaixador estaria assinando minha sentença de morte.

Não tive dúvidas, as intimidações e promessas de regalias não adiantaram: assinei uma declaração que fiz de próprio punho e no dia 7 de janeiro de 1971 atravessei a Baía de Angra dos Reis algemado numa barra de ferro de um helicóptero. Por mais incerto que fosse o meu destino naquele momento, a alegria de deixar aquele inferno que era o presídio da Ilha Grande e a perspectiva de liberdade eram maiores do que meu medo e a insegurança em relação ao futuro.·.

NOITES DE HORROR NO AHÚ

EU CONHECI O ALBERI no Presídio do Ahú, em Curitiba, para onde fui levado após minha passagem pelo Quartel da Polícia do Exército. Não cheguei a ter uma convivência com Alberi, pois ele ficou no Quadrante da Quinta e eu numa cela coletiva com o pessoal que havia sido preso no congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado na Chácara do Alemão, em Curitiba. Com o desmantelamento do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, optou-se pela realização de reuniões disfarçadas como se fosse uma churrascada. A reunião não tinha sido instalada ainda quando o local foi cercado por um contingente exagerado de homens armados. Foram presos 42 estudantes. Desses, 25 foram liberados e 17 indiciados em um processo na Justiça Militar, com penas que oscilaram de um ano a um ano e meio.

Quando cheguei ao Ahú fui direto para o Fundão da Quarta, como era chamada a solitária da Quarta Galeria, rotineiramente utilizada pela segurança do presídio quando decidia torturar alguém. Eu parecia um trapo humano, totalmente desestruturado, tão insensível que não me importava com a cela fedida, sem colchão e cobertor, e com o frio que deixava azuis os dedos dos pés e das mãos. Só saí daquele calabouço hediondo graças ao movimento dos presos políticos do piso superior.

Eu estava no limite de minha resistência quando fui levado para a cela onde estavam presos Antônio João Mânfio, Berto Curvo, Celso Paciornik, Charles Champiom, Políbio Braga, João Bonifácio Cabral, Marco Antônio Pereira, Mário Oba, Apolo dos Santos Silva, Mauro Goulart, Vitório Sorotiuk e Stênio Jacob. Ora, aqueles caras salvaram a minha vida! Eles organizaram um coletivo, estabelecendo rotina com horários para a prática de ginástica, para o estudo e o lazer. Foi no Ahú que aprendi a jogar dominó e também alguns golpes de caratê, ensinados sobre o tatame de Mário Oba.

Aqueles companheiros, mais a Palmira, Beth Fortes, Judite Tridade e a irmã Araújo conseguiram levantar o meu astral e me dar forças para aguentar as

torturas que sofreria adiante. A irmã Araújo era uma freira consciente e solidária com a nossa luta. Foi por ela que eu mandei notícias para Eunice, em Foz do Iguaçu, e também foi por meio dela que eu soube do nascimento de minha filha Florita.

Minha recuperação na “cela dos estudantes” era multidisciplinar, pois além do dominó e do caratê eu voltei a ler e a ouvir a Rádio Havana, sintonizada pelo Vitório, Mauro e outros egressos do Partidão, ou então a Rádio Pequim e a Rádio Albânia que eram ouvidas com veneração todos os dias às oito horas da noite pelo Charles, Mânfio, Iran, Urnau e outros do PC do B, recém-saídos da Ação Popular. A AP foi fundada no começo da década de 1960, tendo origem em movimentos leigos da Igreja Católica. Quando se definiu pelo marxismo, ainda foi cenário de tendências diferentes sobre os caminhos da revolução. Em 1968, a maioria da Ação Popular se definiu pelo maoismo e pelo ingresso no PC do B.

A rotina da “cela dos estudantes” só foi interrompida quatro vezes. Duas ao me tirarem para novas torturas no DOPS. A terceira quando fomos acordados no meio da madrugada por tiros e gritos de dor. Corremos até a janela e vimos um preso sendo chutado enquanto tentava sair de um buraco. Nossos gritos desesperados foram tão fortes que os guardas, assustados, pararam de chutar o preso entalado no buraco de fuga. A batalha pela vida havia sido ganha. Naquela noite o coletivo não dormiu, passou a noite pensando nas porradas que estavam recebendo os presos que procuraram obter a liberdade.

O “sossego” na “cela-sala” foi rompido pela quarta vez no dia em que conduziram a estudante gaúcha Jane Argollo para a tortura. Já era noite avançada quando agentes do DOPS levaram aquela menina baixinha e magra. Quando ela voltou de madrugada, ficamos sabendo que tiraram as roupas de Janetinha e a fizeram ficar com os pés descalços sobre duas latas sem tampa. Em seguida, o delegado Ozias Algauer e seus subordinados penduraram aquele corpo frágil no pau-de-arara e a submeteram a longas sessões de afogamento. Fiquei horrorizado ao pensar que uma das nossas meninas estava sendo torturada. Mais tarde, já na Ilha das Flores, eu sofri com as torturas a que foram submetidas Ziléia e Rosane Reznik, Iná Meireles e Marta Alvarez.

Durante o período em que fiquei no coletivo dos estudantes presos no sítio do Alemão, tive apenas alguns contatos com o Alberi, que dividia o Quadrante da

Quinta com o estudante de direito e funcionário do Banco do Brasil José dos Reis Garcia, e outros. Assim que eu cheguei ao Ahú ele havia sido levado para o Hospital Central do Exército e ao voltar me convidou para fugir do presídio e expôs seu plano, que por sinal era completamente escalafobético. Achei estranho aquele cara, que tinha acabado de me conhecer, chegar de repente e me chamar para participar de uma ação que envolveria pessoas de dentro e fora da prisão. Fiquei cabreiro e na dúvida preferi desconversar, pedir um tempo, pois ainda não havia me recuperado das torturas.

Ele continuou insistindo, e eu, cabreiro, fui tirando o corpo fora até a minha transferência para o Rio de Janeiro. Minha saída da cela foi emocionante. Meus colegas de prisão sabiam que no Rio eu passaria por novas sessões de tortura. Quando os guardas presidiários abriram a porta da cela, os solidários companheiros do Ahú começaram a cantarolar a *Internacional*. Os acordes da canção revolucionária me acompanharam enquanto eu percorria o corredor em direção aos agentes do Cenimar, que aguardavam do outro lado da grade que dava acesso à galeria.

Também em outubro, alguns dias após minha saída, Alberi foi transferido para o Rio de Janeiro – dessa vez para a Fortaleza de Santa Cruz, em Niterói, onde estava preso o meu amigo e companheiro de organização Umberto Trigueiros Lima. Ali, mais uma vez, o sargento articulou um esquema de fuga, que acabou sendo descoberto.

Clandestino no exílio

OITO ANOS APÓS TER SAÍDO da prisão e ido para o exílio, eu voltei a Foz do Iguaçu. Antes veio minha mulher Eunice acompanhada por minha filha Florita, que nasceu quando eu estava preso, e mais Andréa e Alexandre, nascidos no exterior. Eu havia entrado no Brasil em maio de 1979 e ficado clandestino no Rio de Janeiro à espera da decretação da Lei da Anistia.

Alguns meses depois de ter chegado fui trabalhar no jornal *Hoje Foz*, junto com Adelino de Souza, Juvêncio Mazzarollo e Jessé Vidigal. E por ali fiquei até que políticos da antiga Arena compraram o jornal e nós quatro fomos demitidos. Em dezembro de 1980 colocamos em circulação um novo jornal na cidade. Surgiu então o semanário *Nosso Tempo*, no qual escrevi na edição de 18 de maio de 1984 uma matéria revelando que o grupo liderado por Onofre Pinto havia sido chacinado na fronteira, nas proximidades de Santo Antônio do Sudoeste. Eu não tinha dados concretos e a matéria estava baseada em algumas informações que eu havia coletado, e em minha experiência pessoal. Afinal, o diabo havia me tentado e eu fugi dele, escapei da cilada.

Aliás, durante o tempo em que fiquei no exílio, escapei diversas vezes de ser preso. A primeira foi em Mendoza, onde desembarquei depois de sair incógnito do Chile. Eram quase dez horas da noite quando desci do avião da Aerolínias Argentinas completamente disfarçado, graças à perícia de minha amiga Sara Astica, quadro dirigente do Movimento de Isquierda Revolucionária - MIR e atriz de teatro e de telenovelas da TV Nacional. Eu conheci Sara Astica por meio de outros companheiros do MIR e passei a frequentar sua casa e seus camarins tanto na *Televisión Nacional de Chile* como nos teatros de Santiago. Graças a ela, eu, Pedro Alves e Wilson Nascimento Barbosa ganhamos nosso primeiro dinheiro no Chile trabalhando como figurantes nas telenovelas em que Sarita era a atriz principal. A gente se encontrava para tomar café e falar da revolução nos finais de tarde num barzinho ao lado do cinema que ficou conhecido como Krakratoa, depois que foi exibido em tela panorâmica o filme "Krakatoa, o Inferno de Java".

Com o golpe, Sara e seu marido, Marcelo Gaete, foram presos e torturados. Depois de soltos eles se exilaram com os filhos na Costa Rica. Durante anos moraram nesse país da América Central, onde faleceram e foram sepultados.

Sarita, como nós a chamávamos, coordenou minha transformação feita às escondidas no estúdio da TV Nacional do Chile. Depois de testar o meu disfarce caminhando pela *Calle Ahumada* e passando em frente do Café Haiti, ponto de encontro dos exilados brasileiros, voltei ao camarim onde Sarita e o maquiador me esperavam ansiosos. Disse a eles que o disfarce estava aprovado. Eu havia cruzado com a Vera Rocha e Marcos Maranhão e eles não me reconheceram.

Ufa! Finalmente no inverno de 1972 eu embarquei no Aeroporto de Pudahuel, vestido com um terno impecável, gravata italiana, rosto arredondado, lentes de contato que transformaram meus olhos azuis em castanhos, cabelos negros, um majestoso bigode e, portando um passaporte português.

Correu tudo bem no controle de passaportes, onde burocraticamente um funcionário estampou um carimbo e me mandou seguir. No portão a aeromoça recolheu os cartões de embarque, e medindo os passos caminhei até o Boeing que me levaria à Argentina. Já a bordo os rituais que antecedem a decolagem se repetiram, apertei o cinto e a comissária ensinou os procedimentos em caso de despressurização do aparelho. A decolagem demora, passam-se minutos eternos e o serviço de som a bordo chama insistentemente o passageiro Antônio Luiz Nascimento. Não sei quantas vezes chamou, mas custei a me dar conta de que a pessoa convocada era eu mesmo. Levantei-me sem jeito e com passos tímidos fui até o comissário de bordo. Que vergonha: "caí antes de sair do Chile", pensei enquanto caminhava com passos tímidos em direção ao funcionário. Alarme falso. Eu havia me esquecido de entregar, quando saí da sala de embarque em direção à aeronave, uma papeleta que o funcionário da *Migraciones* havia me dado para preencher.

Até parecia que aquilo era um aviso para eu não seguir viagem. Apesar do sigilo que cercou minha saída do Chile e das precauções com o meu disfarce, quase fui preso ao chegar ao aeroporto de Mendoza. Dessa vez o erro foi eu não ter visado o passaporte no consulado argentino, em Santiago. Os funcionários da *Migraciones* examinaram meu passaporte de frente pra trás e de trás pra frente,

puseram-no de lado e me mandaram esperar. Atenderam todos os passageiros e disseram que eu teria de ficar retido na sede da *Migraciones* até que o problema do passaporte fosse resolvido. Conversa vai, conversa vem, acabei livrando-me dessa, graças ao meu sangue-frio e por estar bem vestido, além da fraca iluminação do aeroporto e da confusão provocada pelo choque de idiomas, e mais a negligência dos funcionários do serviço de migração que me atenderam.

O passaporte ficou com os agentes, mas eu me safei. Pedi um hotel de luxo para passar a noite e prometi apresentar-me no dia seguinte. Saí com uma bolsa de viagem contendo apenas roupas e tomei um táxi. Do lado de fora, Pepe observou tudo, pronto para entrar em ação caso o caldo engrossasse. Ele era militante do Exército de Libertação da Bolívia e um dos milhares de exilados que fugiram para o Chile depois do golpe de 1971, em que general Hugo Banzer derrubou o governo progressista do general Juan José Torres. Pepe fazia parte do meu esquema de reativar as ações armadas no Brasil a partir da fronteira com a Argentina.

Nós tínhamos consciência de que se eu fosse preso seria entregue para a polícia política brasileira. Já nessa época, bem antes do advento da Operação Condor, as ditaduras da Argentina, sob o comando do general Lanusse, e do Brasil, sob o comando do general Garrastazu, prendiam e extraditavam os oposicionistas sem necessidade de formalidades legais.

Desci do táxi em frente de um hotel de luxo no centro de Mendoza. Em seguida chegou o Pepe e num piscar de olhos tomamos outro táxi. Depois de passarmos a noite embarcando e desembarcando fomos para um lugar chamado Salto Encantado, próximo de Aristóbulo del Valle, então uma cidadezinha da Província de Misiones, próxima da região Noroeste do Rio Grande do Sul. Ali eu tirei, com a ajuda da esposa de nosso contato na região, a maquiagem feita no Chile. Não podia ficar com a cara que estava estampada na foto do passaporte apreendido em Mendoza, além de que meu cabelo havia ficado uma meleca multicolorida depois que tentei lavá-lo na rodoviária de Rosário.

A esposa do companheiro fez uma nova transformação em minha fachada, mais apropriada àquela região fronteiriça, onde a maioria da população era constituída por colonos brasileiros descendentes de italianos, alemães e

poloneses. “Agora você está um verdadeiro polaco”, disse o Pepe assim que me viu de bigode fino e cabelo loiro escovinha.

Depois de fazer uma nova carteira de identidade com o “espelho” em branco que eu havia trazido do Chile, passei por um período de adaptação em Salto Encantado, até ir para Candelária, cidade situada na barranca do Rio Paraná. Após fazer alguns contatos me mudei em definitivo para Campo Grande, lugarejo próximo a fronteira, onde fiquei morando no hospital do doutor Alderete, um médico paraguaio exilado e membro do Partido Revolucionário Febrerista. Por intermédio de Alderete comprei um sítio, que seria uma das bases de sustentação logística para as futuras ações dos comandos revolucionários em território brasileiro.

Dentro da VPR só o boliviano Pepe tinha conhecimento desse aparelho. Devido às constantes quedas de companheiros no Brasil e as suspeitas de infiltração, nós decidimos fechar nosso esquema e não fazer contatos na área onde estava situada nossa base operacional. Os encontros com a organização eram feitos no Chile por José Carlos Mendes, que estava orientado a não abrir para ninguém a nossa localização. A preservação da segurança era mais do que sagrada para nós. A gente já tinha apanhado muito no passado devido ao nosso liberalismo. O cuidado com a segurança chegou a tal ponto que as mulheres da vizinhança do sítio passaram a duvidar de minha masculinidade. Todos os sábados eu tinha de arrumar uma nova desculpa para as filhas de Maúcho Duarte que iam convidar- me para ir ao baile. Como eu não saía para as festas, Alicia, Blanca e Polaca, moças altas e morenas, belezas típicas de Misiones, iam assim que escurecia me levar para a casa delas. O pai e a mãe faziam questão que dali saísse um casamento.

Voltei a Campo Grande 29 anos depois e encontrei tudo mudado. A plantação de chá foi tomada pelo mato e por árvores de pinho. Numa tapera próxima a um laranjal encontrei o velho fogão a lenha, único vestígio material de minha passagem por aquele lugar. Ele estava num canto, destroçado e com a chapa de ferro fundido enferrujada – sinal dos anos de abandono.

Depois de um tal de perguntar daqui e perguntar dali, cheguei à residência dos Duarte. Encontrei Alicia na varanda. Tirando as marcas do tempo, ela não mudou quase nada. As filhas de Maúcho herdaram do pai, correntino, e da mãe,

descendente de brasileiros, o porte esbelto combinado com pele morena e olhos castanhos claros. “Meu Deus, é o André! Você está vivo, Tchê? Andrezinho!” Assim ela me recebeu, meio fazendo festa e meio com lágrimas nos olhos. Disse que seus pais tinham morrido há alguns anos e que Polaca e Blanca estavam morando em Buenos Aires.

Recordamos o tempo em que eu morava no sítio e era conhecido como André, e ela revelou que só desistiram de me levar para os bailes quando descobriram que eu era “subversivo”. Souberam e passaram a me proteger. Cuidavam de mim por ordem do pai. Que joça! Como era vulnerável minha base! Por mais que os Duarte fossem pessoas decentes e queridas, a descoberta de minhas atividades poderia ter chegado aos ouvidos dos *gendarmes*.

Foi naquela época, sob a ditadura militar do general Lanusse, que aconteceu o massacre de Trelew, quando membros de organizações revolucionárias armadas, prisioneiros da penitenciária de segurança máxima em Rawson, em plena Patagônia, planejaram uma fuga maciça. Apesar de conseguirem controlar o presídio, apenas seis escaparam e tornaram um avião rumo ao Chile. Outros 19 tiveram de se render no aeroporto de Trelew. Transferidos para uma base militar marítima, uma semana depois foram mortos a tiros sob o pretexto de tentativa de fuga. Roberto Santucho, um dos sobreviventes, foi meu contato no Chile, quando a gente dava os primeiros passos para criar uma frente única de lutas entre as organizações armadas da América Latina.

Quando eu morava no sítio de Campo Grande passei alguns apertos. Por conta da situação do continente eu andava cabreiro, desconfiado de que alguma coisa de ruim estivesse por acontecer. Na noite de Natal de 1972 eu limpei o armamento, constituído de três metralhadoras e alguns fuzis, que estava escondido numa cova, separei a munição e fiquei de prontidão. Naquela noite não dormi na casa. Passei a noite empoleirado no alto de uma torre que eu construí com a desculpa de que seria um pombal. Estava pronto para uma retirada forçada.

Naquele final de ano o Movimento Agrário Missioneiro, o MAM, que agrupava os produtores de chá e erva-mate, radicalizava em sua luta em defesa de melhores preços desses produtos. Durante uma greve geral até *miguelitos* foram atirados nas estradas para impedir a passagem de veículos. Os *miguelitos*

são artefatos feitos de pregos torcidos de modo que ao serem espalhados na rua apresentam sempre uma ponta aguda para cima para furar os pneus dos carros.

Com tanta confusão na área, achei melhor ausentar-me do sítio por algum tempo. Em janeiro de 1973 fui para a cidade de Candelária, situada à beira do Rio Paraná, e desde ali com o apoio de Gladys e Rodolfo Sannemann passei a montar outros esquemas.

Anos depois, já durante a ditadura militar na Argentina, a repressão bateu no sítio. Alderete foi preso e as armas que estavam escondidas em depósitos escavados debaixo dos arbustos de erva mate foram apreendidas pela Gendarmeria. Eu escapei novamente, mas desde então os militares argentinos passaram a buscar um brasileiro que atendia pelo nome de André.

Depois dessa experiência como plantador de chá fui para Posadas. A capital de Misiones é uma cidade agradável, movimentada, quase cosmopolita. Nela, montei juntamente com Gilberto e Manduca, dois panamenhos vindos da Suécia, uma tornearia que iria servir tanto para a VPR como para o argentino Ejército Revolucionário Del Pueblo - ERP.

Estava nessa quando mais uma vez escapei de ser preso. Eu morava na casa de Américo Árias, membro do Partido Comunista Argentino, quando caiu um dirigente do PCA com a lista dos filiados no partido e o Árias foi preso quando cruzava a Praça San Martin.

Dona Ana, mulher de Pachico – assim os Árias era conhecido – avisou-me da prisão do marido e disse que em seguida ia chegar alguém para me levar a um outro lugar. Enquanto esperava destravei a pistola Astra 9 mm e aguardei a chegada da repressão. Porém, não demorou muito e Ana veio me avisar que o carro para me levar estava na esquina. Era a doutora Gladys que me aguardava com o motor do carro ligado. Mais tarde eu soube que assim que eu saí chegou a gendarmeria, que revirou a casa de Ana e Pachico. Levaram uma foto de Che Guevara como prova da periculosidade do casal.

Esse tipo de situação voltou a acontecer ainda algumas vezes. A minha relação com a morte parecia aquela disputa entre Tom e Jerry. Toda vez que a sinistra cruzava meu caminho eu escapava por um triz, como por ocasião de um contato que tive com o doutor Agostinho Goiburú, em Posadas. Fiquei sabendo pelo Goiburú que César Cabral e outros três exilados paraguaios no Brasil foram

sequestrados em Foz do Iguaçu e que o carro de um deles apareceu metralhado nas proximidades do Parque Nacional do Iguaçu. Essa informação me deixou extremamente tenso e com todos os meus sentidos em alerta máximo. Apesar deles não saberem como me localizar, a luzinha vermelha de perigo à vista acendeu.

Estava de saída quando o médico ortopedista foi informado de que agentes da polícia política controlavam seu consultório desde a calçada do outro lado. Goiburú enfaixou meu braço e antebraço e mandou sua enfermeira acompanhar-me até o lado de fora.

O sequestro dos quatro paraguaios em Foz do Iguaçu por um comando do Exército brasileiro ocorreu na noite do dia 10 de dezembro de 1974, numa ação em que simultaneamente agentes do CIE, todos vestidos de civil e em veículos Veraneios descaracterizados, levaram César, Rodolfo Mongelos, Aníbal Abatte Soley e Alexandre Stumpfs, todos eles moradores de Foz do Iguaçu. Foi uma ação secreta da Operação Condor e com a ordem de levar os quatro para Goiás, provavelmente para Anápolis. Durante 24 dias eles ficaram na mesma casa em que, seis meses antes, esteve também sequestrado, o casal Madalena Lacerda e Gilberto Giovannetti.

Enquanto os sequestradores levavam suas presas para Goiás, em Foz do Iguaçu, ainda chocados, amigos e familiares denunciavam à imprensa e davam queixa à polícia. A situação mais preocupante era a de César Cabral, que havia saído da prisão quatro anos antes. Ele foi preso na época das quedas ocorridas no MR8 em 1969. Na mesma ocasião foram presos Mongelos e Stumpfs, porém os dois acabaram sendo excluídos do processo, enquanto César foi condenado a quatro anos de reclusão. Ele cumpriu pena no presídio político da Ilha Grande e saiu em condicional no dia 29 de novembro de 1971.

Mais tarde soubemos que o sequestro dos exilados paraguaios foi para atender a um pedido da ditadura do general Alfredo Stroessner. Estranhou-se o fato de os militares levarem os quatro no meio da noite, sem se identificarem e explicarem o motivo das prisões aos familiares, tanto que o delegado da Polícia Federal em Foz do Iguaçu abriu um inquérito e ouviu testemunhas.

Quando em 2003, eu tive acesso aos arquivos da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu encontrei, além do inquérito, diversos documentos

sobre o controle que os serviços de informações da ditadura brasileira exerciam sobre a colônia paraguaia em Foz do Iguaçu.

AOS TROPEÇOS COM A MORTE

UM POUCO ANTES DE MONTAR a tornearia com os panamenhos que vieram da Suécia, eu mandei buscar Eunice e Florita para morar comigo em Posadas. Aquela foi uma época muito difícil. A capital da Província de Misiones estava repleta de espiões das ditaduras do Brasil e do Paraguai, além da polícia política da Argentina. Até o braço da temível Direção de Inteligência Nacional - Dina, a polícia secreta da ditadura chilena, chegou por lá. Sabia que, apesar dos meus cuidados, mais cedo ou mais tarde podia acontecer uma desgraça. As ditaduras instaladas no Continente trocavam informações e prisioneiros e seus perdigueiros andavam por todo lado xeretando a vida das pessoas.

Corria o ano de 1974 e além dos serviços de espionagem das ditaduras latino-americanas a gente tinha também de se cuidar do grupo de extrema- direita Triple A - Aliança Anticomunista Argentina. Quanto aos espiões não havia muito problema. Eles passavam todo o tempo jogando sinuca no Hotel Savoy. Perigosos mesmo eram os fascistas da Triple A, acobertados pela direita peronista. Na voracidade de aniquilar a esquerda peronista e o ERP eles podiam acabar pegando a gente por tabela.

Um ano antes os peronistas se uniram e ganharam de goleada as eleições presidenciais, assumindo o liberal de esquerda Héctor Cámpora. O novo presidente, Héctor Cámpora, permaneceria apenas três meses no cargo. Em junho de 73, renunciou à presidência para permitir a eleição de Perón, um líder carismático e populista que voltava à Argentina depois de um longo exílio na Espanha. Durante o curto mandato de Cámpora, as facções peronistas entraram em guerra e os sequestros e os assassinatos políticos passaram a fazer parte do dia-a-dia dos argentinos.

No dia 20 de junho Perón regressou e um mês depois Cámpora apresentou sua demissão. Em setembro Perón se elegeu com 60 por cento da votação e sua esposa, conhecida como Isabelita, foi eleita vice-presidente. Perón não conseguiu pacificar o país. Seu próprio partido, o Justicialista, dividiu-se em duas facções antagônicas que recorreram à violência para resolver suas divergências. Com a morte de Perón, em julho de 1974, sua segunda mulher, a vice-presidente Isabelita, assumiu a chefia do governo e ampliou o espaço dos políticos conservadores do Partido Justicialista. Durante o mandato de Isabelita, a situação política e econômica da Argentina se deteriorou rapidamente. O custo de vida aumentou mais de 300%. Isabelita foi deposta em março de 76 por um golpe liderado pelo general Jorge Rafael Videla. Uma junta militar passou a dirigir o país. Fechou o Congresso, dissolveu os partidos políticos e iniciou a chamada "guerra suja" contra os oposicionistas. Até o fim da ditadura, em 1983, desapareceriam mais de 30 mil pessoas na Argentina. Vivi todo esse terremoto morando clandestino na Argentina durante aqueles anos tenebrosos e sangrentos da década de 70.

Foi então que juntei mulher, filha e nossa pouca e pobre tralha e nos mudamos para a cidade de Resistência, na Província do Chaco. Sem eira nem beira, mas movido pelo desespero de querer sair do cerco missioneiro, eu havia comprado um pouco antes uma fábrica de soda – água gaseificada. A soderia ficava no bairro operário de Villa Libertad e possuía uma boa quantidade de garrafas sifões, máquina para engarrafar, dois caminhõezinhos Ford, carroça, charrete, duas mulas e um burro.

Na noite em que nos mudamos para Resistência eu chorei. Sentia que estava preso a uma situação completamente adversa da que eu havia idealizado. Não podia voltar pro Brasil e tampouco para o Chile. Misiones passou a ser um território minado para mim depois da prisão de Gladys Sannemann, do desaparecimento de Agostin Goiburú e do assassinato pela repressão de Pedro Peczak, líder do Movimento Agrário Misionero.

Estava encurralado e tive que me adaptar a um novo estilo de vida. Já não era mais o revolucionário militante que estava no centro dos acontecimentos, em conjunturas de intensa agitação política. Aquela nova fase do meu exílio era a

ruptura, o desenraizamento do universo de referências que dera sentido à minha vida até então. A derrota de um projeto político e pessoal me levava a representar um novo papel. Agora, eu seria um comerciante, oriundo da região missioneira, que faz divisa com o Brasil ao mesmo tempo em que teria atividades políticas mínimas de apoio ao Movimento Agrário Missioneiro e ao ERP.

Nós moramos cinco anos na cidade de Resistência e lá nasceram Andréa e Alejandro. Apesar de certo isolamento – não tínhamos contato com nossas famílias no Brasil – chegamos a ter bons momentos na temporada chaquenha. Colecionei muitos e bons amigos e quase sempre fazíamos churrascos com os vizinhos e os nossos funcionários. Soda e vinho não faltavam nos almoços e jantares, quando nos reuníamos com dom Blanco, dona Maria, Julio, Chona e mais nossos filhos e os filhos deles. Nos feriados de 1º de maio jogávamos futebol, e nos feriados de 25 de maio comíamos *locro* (refogado de milho e carne). Meus vizinhos chaquenhos não conheciam minha verdadeira identidade e nem desconfiavam de minhas atividades clandestinas.

Tínhamos três funcionários, fabricávamos soda (água gaseificada) e vendíamos vinhos, refrigerantes e cerveja. Camuflado pela fachada de comerciante eu mantive alguma atuação política até o final de 1976, sete meses após o golpe militar na Argentina. Só desisti de vez quando por pouco escapei de ser preso no aeroporto de Resistência, onde fui levar Marco Alvarez que voltava para Buenos Aires após ter tido um encontro comigo. Marco era o meu contato com o Exército Revolucionário Del Pueblo e levava para a capital argentina uma quantidade considerável de material altamente "subversivo". Era um levantamento que eu havia feito dos alvos militares e da penitenciária de Villa Libertad, onde se encontrava um grande número de presos políticos.

Eu me despedia do Marco próximo ao portão de embarque quando de repente a Gendarmeria, numa operação conjunta com o Exército, cercou o aeroporto e passou a revistar todas as pessoas. Fui rápido. Tirei o material das mãos de Marco, entrei no banheiro e joguei tudo no vaso. Dei descarga, mas a papelada era demais e não desceu. Antes que a milicada descobrisse o material, eu caí fora e dei sinal ao Marcos para embarcar. Saí de boa, não carregava nenhum material comprometedor e meu documento de identidade era quentíssimo. Eu havia esquentado um documento frio graças ao apoio de um

deputado peronista da Província de Formosa, durante o governo de Héctor Cámpora.

No dia seguinte, ao receber os jornais locais, tomei um baita susto quando vi as manchetes revelando que foram descobertos documentos subversivos no aeroporto de Resistência e que os mesmos eram levantamentos das unidades militares da província “escritos por guerrilheiros portugueses sediados na região”. Apanhei minha máquina de escrever com cedilha e til no teclado e a joguei no fundo de um riozinho.

Fiz a mea-culpa e parei de fazer contatos com a guerrilha argentina. Por causa de uma atitude irresponsável quase que ponho em risco a vida da minha família. Dali pra frente nossa vida em Resistência passou a ser de estado de tensão permanente. A gente pisava em ovos e eu pressentia que seríamos presos em qualquer momento. E ser preso na Argentina durante a ditadura significava a morte quase certa. Os militares não iriam poupar Eunice, tampouco as crianças. Eu entrava em pânico quando pensava nisso.

Nem jornal eu comprava mais para não chamar atenção. Meus livros, meus discos enterrei no quintal e fiz um piso de cimento em cima. Alguma outra coisa que sobrou, principalmente recortes de jornais e revistas, eu queimei dentro de um tambor de latão no fundo do quintal. Foi quando os gendarmes deram batidas em todas as casas do bairro, acompanhados por um helicóptero que voava baixo aterrorizando a gente ainda mais.

Naqueles dias os militares fizeram três blitze no bairro, e como nós tínhamos mais sorte que juízo escapamos todas as vezes. Nas duas primeiras não chegaram até nossa casa, que era mais fábrica do que casa. Na terceira, os militares com seus ferozes cães da raça pastor alemão entraram portão adentro e pediram ao funcionário que carregava o caminhão com vinho, soda e refrigerante para chamar o dono da casa. Eunice ofereceu Pepsi aos militares e disse que eu havia ido ao banco e levado todos os documentos da família. Enquanto ela dizia isso, beliscava as crianças para que chorassem e gritassem.

Diante de toda aquela gritaria, do espanhol perfeito e sem sotaque de Eunice e mais o movimento que os empregados faziam carregando os caminhões

com os engradados de bebidas, os militares acabaram indo embora, desistindo de investigar aquela família de soderos chaquenhos. Mais tarde, quando cheguei, encontrei Eunice tremendo feito vara verde. No dia seguinte ela passou a navalha no cabelo. Era o pagamento da promessa que havia feito enquanto atendia os soldados. Foi barra.

CERTA TARDE EM BUENOS AIRES

A MAIOR OPORTUNIDADE que a repressão teve de acabar comigo foi quando tive um encontro casual com o sargento da brigada gaúcha Alberi Vieira dos Santos no centro de Buenos Aires. Eu havia saído de minha base na fronteira e ido à capital da Argentina para ter um contato com João Roberto Castro de Pinho. Ceará, assim João Roberto era conhecido entre os exilados, havia saído do Norte do Paraná para se encontrar comigo.

Eu o conheci dois anos antes no Chile e de cara ficamos amigos. Ceará era uma pessoa alegre, cheia de vida. Um dia ele e Vera Vani Alves disseram que desejavam voltar ao Brasil para continuar a luta e me pediram respaldo. Vani tinha 18 anos e vinha de uma família de revolucionários – seu pai, Washington Alves da Silva, havia saído comigo no sequestro do embaixador suíço, e sua irmã, Jessie Jane Vieira de Souza, Colombo Vieira de Souza, Fernando Palha Freire e Eiraldo Palha Freire sequestraram um avião da Cruzeiro. O avião decolou do Rio de Janeiro para São Paulo, mas, a meio caminho, o grupo o obrigou a retornar ao Galeão. A exigência principal consistiu na libertação de 40 presos políticos em troca de um numero igual de passageiros e da garantia de viagem ao exterior. Soldados da Aeronáutica invadiram o avião, mataram um dos membros do comando, Eiraldo Palha Freire, e prenderam os demais.

Arrumei para o Ceará uma certidão de nascimento de uma pessoa que tinha o raríssimo nome de Hatanásio Ximenes da Silva, enquanto Vani passou a ser Carmem Lúcia Assunção Silva. Alguns dias após eu entregar a eles documentos e algum dinheiro, o casal entrou no Brasil e estabeleceu contato em Medianeira com Vera Lucia Tezza e Lauro Consentino Filho, casal de dentistas que no passado havia sido base de apoio do MR8. Mais tarde Ceará e Vani foram para Arapongas, região Norte do Paraná, onde João tirava fotos de crianças numa charrete que era puxada por um carneiro. Enquanto ele vendia aqueles monóculos de plástico com as imagens em diapositivos, Vani aprendia a costurar e fazer artesanato.

Certo dia Ceará chegou para Vani e disse que iria para Londrina fazer trabalho político entre os bóias-frias. Vestiu umas roupas remendadas e, para melhorar seu disfarce, tirou sua prótese e ficou banguela. Depois de algum tempo ele se deu conta de que aquilo não iria pra frente, pois o rodízio de boias-frias impedia a continuidade do trabalho. Decidiu então voltar para Arapongas, onde instalou uma butique e nela vendia os artesanatos. Em 1975, com o desencadeamento da Operação Marumbi, que resultou em dezenas de prisões de comunistas, simpatizantes e oposicionistas de todos os matizes, o casal abandonou às pressas o Norte do Paraná. Entre as pessoas visadas pela repressão estava Valdir Pugliesi, amigo íntimo da família e que mais tarde foi prefeito de Arapongas e deputado estadual pelo PMDB. João e Vani foram para Porto Alegre, onde fizeram novos documentos e ficaram até a anistia.

Quando eu o reencontrei em 1980, João estava construindo sua casa no bairro de Itaipu, em Niterói. Não chegou a usufruir a bela casa que levantou a poucos metros da praia. Morreu vítima de tuberculose. Ainda na época em que o João "Ceará" estava no Norte do Paraná eu fui a Buenos Aires para ter um encontro com ele. Por cautela eu fazia meus contatos longe, bem longe, de meu local de atuação. Afinal, o terreno estava minado e era preciso ter muito cuidado. Eu sabia que se fosse preso não escaparia vivo, o regime militar tinha decretado sentença de morte aos banidos que caíssem presos.

Enquanto esperava chegar a hora do encontro com João, decidi passear pelo centro de Buenos Aires. Andava pela Calle Corrientes quando avistei o Alberi conversando com Onofre Pinto, um dos fundadores e dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária. Entrei num café para me esconder, mas de nada adiantou, pois não demorou muito Alberi encostou-se a mim junto ao balcão e, segurando o meu braço, contou que estava coordenando a entrada no Brasil de um grupo de revolucionários. Revelou que tinha conhecimento que eu estava rearticulando bases na fronteira e propôs a união de nossos trabalhos. Alberi sempre foi conversador, mas naquela tarde de janeiro de 1974 ele me surpreendeu ao quebrar as mais elementares regras de segurança.

O Cone Sul estava dominado por ditaduras e a gente procurava não saber nomes, residências, destinos, nada que pudesse pôr em risco a vida dos outros. Minhas atividades então eram conhecidas apenas pelas pessoas que estavam

próximas de mim. Os contatos com quem não estava diretamente ligado a mim eram feitos pelo boliviano Pepe. Depois das quedas em Recife, provocadas pelo traidor “cabo” Anselmo, decidimos fechar-nos até em relação à própria organização. Por uma questão de sobrevivência passamos a ser clandestinos dentro da clandestinidade.

Por viver condicionado a essa realidade eu fiquei espantado com a tagarelice do Alberi. Encostado no balcão do café em Buenos Aires, ele soltou o verbo e falou que tinha um esquema para entrar e sair do Brasil em total segurança e que a fachada legal era uma serraria ou sítio em Santo Antônio do Sudoeste, fronteira seca entre Brasil e Argentina. Após ter me convidado para conhecer sua estrutura, colocou-a a minha disposição e pediu um novo encontro para acertar os detalhes. Marquei para mais tarde, às dez horas da noite, e como o seguro morreu de velho caí fora de Buenos Aires.

Depois de percorrer 1.500 quilômetros, com três trocas de ônibus, desembarquei na tarde do dia seguinte na rodoviária de Posadas. A partir daquele momento restringi minhas andanças. Não circulava mais pelo centro de Posadas, principalmente nas imediações do Hotel Savoy, ponto de agentes da repressão política das ditaduras chilena, brasileira, argentina e paraguaia. Quando tinha de ir para a fronteira ou qualquer outro lugar tomava o ônibus na saída da cidade. Aquele encontro casual em Buenos Aires me deixou de sobreaviso, não confiava em Alberi e me preocupava ter sido descoberto. Minha situação era delicadíssima. Era banido do Brasil, caçado pela repressão do Cone Sul, podendo ser vítima de atentado ou sequestro. O continente estava cheio de exemplos do que as ditaduras eram capazes de fazer com os seus opositores.

Confesso que tive medo quando vi o “Negão” Onofre e o Alberi em Buenos Aires. Pressenti perigo naquela ocasião, mas com o passar dos anos, durante minhas investigações, o que era desconfiança passou a ser certeza. O legendário sargento Alberi, aquele da “guerrilha” de 1965, comandada pelo coronel Jefferson Cardim, era um quadro preparado pelo Centro de Informações do Exército para atrair militantes de esquerda que estavam no exílio e levá-los para a morte.

Ele possuía uma biografia convincente e que podia ser comprovada. Infiltrar e recrutar eram técnicas usadas pela ditadura para prender e/ou aniquilar seus

adversários. Infiltrar era plantar um agente policial ou militar numa organização de esquerda e recrutar era convencer um militante de esquerda a colaborar com a repressão.

Alberi preenchia todos os requisitos que um agente devia possuir para se infiltrar entre os exilados no Chile e estimulá-los a voltar ao Brasil em boas condições de segurança pessoal. Foi assim que ele conseguiu convencer Onofre, Lavechia, Joel, Daniel, Vítor, Ernesto e talvez outros a sair de Buenos Aires e entrar no Parque Nacional do Iguaçu, onde eram esperados por um grupo de extermínio.

Mas a prova cabal desse capítulo obscuro da história do Brasil eu só teria após juntar todas as peças desse quebra-cabeça esparramadas em inquéritos, conjecturas, dossiês, delação e testemunhos.

-

A VERDADE ESTABELECIDA

NA SEGUNDA QUINZENA de outubro de 2004, logo após as eleições municipais, continuei buscando os desaparecidos. De posse das informações fornecidas pela testemunha da chacina e mais as colhidas durante minhas investigações pelo Sudoeste do Paraná e Noroeste do Rio Grande do Sul, parti para determinar o local onde o grupo de Onofre Pinto foi chacinado e enterrado. Para tanto, fui ajudado pelo agente da Policia Federal Adão Almeida e César Cabral que, guiados por Otávio Rainolfo da Silva refizeram o caminho percorrido pelos desaparecidos. Almeida, Cabral e a testemunha entraram no Caminho do Colono pelo Porto Lupion, Município de Capanema, e após atravessarem o Rio Iguaçu caminharem quase duas horas até chegarem ao local onde segundo a testemunha José Lavechia, Daniel e José Carvalho, Vítor Ramos e Enrique Ernesto Ruggia foram assassinados. Assim que Adão Almeida me passou as coordenadas do local apontado por Otávio tentei contato com Nilmário Miranda, que na ocasião ocupava o cargo de Ministro dos Direitos Humanos. Porém, ele estava viajando e seu telefone celular encontrava-se fora de área.

Não quis esperar e transmiti a novidade para minha amiga Suzana Lisboa, representante dos familiares na Comissão sobre Mortos e Desaparecidos. Suzana foi militante da Ação Libertadora Nacional - ALN e companheira de Eurico Tejera Lisboa, o primeiro desaparecido cujos restos mortais foram encontrados. Alguns dias depois recebi um telefonema de Nilmário, contei as novas para ele, que ponderou sobre a necessidade de ter sigilo e cautela. Passado algum tempo enviei ao Nilmário um *e-mail* com o planejamento do trabalho de busca, acompanhado de um cronograma. Para viabilizar meu plano de entrar no Parque Nacional do Iguaçu e chegar até o quilômetro seis do Caminho do Colono, eu propus que o governo federal trouxesse a Equipe Argentina de Antropologia Forense, lancha, helicóptero e gente para fazer as escavações, além de solicitar a que o agente da Polícia Federal Adão Luiz Almeida fosse colocados

disposição dessa tarefa. Almeida já havia colaborado nas escavações de Nova Aurora e foi a pessoa que a testemunha aceitou conversar.

Dois meses após eu ter dado a notícia ao Nilmário Miranda, mandei um *e-mail* para Dario e Miguel, membros da Equipe Argentina de Antropologia Forense, passando alguns dados sobre a área que eu julguei interessante para o trabalho deles. No início do mês de dezembro Adão Almeida conseguiu com os amigos dele da Helisul um sobrevoo de helicóptero, e chamei o fotógrafo Ney de Souza para nos acompanhar. Remeti as fotografias para Buenos Aires e no dia 22 os argentinos da EAAF enviaram um *e-mail* solicitando as seguintes informações

> 1) Foi sepultura individual ou coletiva? 2) Como foi cavada a sepultura, qual a profundidade, se usaram pás ou outro tipo de instrumento? 3) Foram sepultados com roupa ou sem roupa? 4) Mais informação sobre a característica da área, quais os rios da região, se é terra alagada, inundada. 5) Seria possível obter fotografias aéreas do ano de 1974 ou 1978 para comparar com as atuais.

Enviei as informações para os técnicos da Equipe Argentina de Antropologia Forense e na noite de 31 de dezembro recebi a seguinte mensagem de Dario Olmo.

> From: Dario Olmo
> To: aluiziopalmar@yahoo.com.br
> Sent: Friday, December 31, 2004 11:45 AM Subject:
> re.consulta
> Hola Aluizio, soy Darío Olmo, del EAAF, uno de los integrantes del Equipo que estuvimos en Nova Aurora, a raíz de este caso, en el 2001.
> Espero que vos y todos los compañeros tengan um muy buen año 2005.
> Respecto a lo que nos consultás, nuestra agenda está un poco complicada, pero estamos naturalmente muy interesados en seguir colaborando, en la medida de nuestras posibilidades, en la búsqueda de los restos de los militantes de VPR.

> Las dudas que surgen de lo que ustedes nos comentan son de orden logístico. Parece muy complicado desplegar un equipo de trabajo en el sitio de las fotos, sobre todo por las dificultades para llegar al lugar. Por outra parte, la información es un poco insuficiente u sería bueno tener contacto con especialistas de la zona, que nos puedan asesorar sobre qué esperar en cuanto a clima, estratigrafia, etc. En principio, el equipamiento sugerido en tu mensaje del dia 16 de diciembre me parece muy completo y atinado.
>
> Nuestras posibilidades de viajar también deben esperar algunas definiciones sobre otros viajes que esperamos queden despejadas en las primeras semanas del año. En principio debemos descartar los meses de Enero y Febrero, no es posible para nosotros, por otros compromisos asumidos con anterioridad.
>
> Te reitero nuestro interes en colaborar en la investigación y permanecemos en contacto. Esperamos que el año próximo podamos concluir con este caso u sea un buen año para todos Te saludo cordialmente
>
> Darío Olmo
>
> Equipo Argentina de Antropologia Forense

Passei os meses de janeiro e fevereiro tentando agendar a vinda dos técnicos da EAAF e reivindicando os meios junto à Secretaria de Direitos Humanos – helicóptero e equipamentos para a montagem do acampamento no local das escavações. O início da operação foi fixado inicialmente para o dia 1º de março, porém em 18 de fevereiro fui comunicado de que a montagem do acampamento e as escavações tinham sido transferidas para 14 de março. Depois de novas rodadas de conversas fixamos para o dia 21 de fevereiro a vinda dos técnicos argentinos e na sequencia o começo das escavações.

Faltando três dias para a data estipulada, e como nenhuma providência havia sido tomada, passei a pressionar a Secretaria de Direitos Humanos. As mensagens que eu troquei com o então ministro Nilmário Miranda e sua secretária Simone Botelho ilustram muito bem o clima que vivíamos naqueles dias.

- Original Message –

From: SEDH – DESAPARECIDOS

To: aluiziopalmar@yahoo.br

Sent: Friday, February 18, 2005 9:02 PM Subject:

Operação em Foz

Caro Aluízio,

Temos outras notícias da operação e que não são tão boas. Por questões orçamentárias da SEDH, o início da operação deverá ser adiado para o dia
14 de março. Segundo contato realizado por Júlio Marin, Chefe de Gabinete do Ministro, com os integrantes da Equipe Argentina, não há problemas na remarcação da data. Quanto à liberação do Sr. Almeida, deve ser mantida a partir do dia 01 de março e para isso, estamos trabalhando no gabinete. Eu devo estar realizando uma viagem a Foz, dia 28 de fevereiro para conversarmos pessoalmente e conhecer o local em questão. Sua participação nesta operação é essencial para o sucesso, não temos dúvida nenhuma disso. O Ministro sempre deixou isso bem claro a todos que sabem da mesma. Espero contar com a sua recepção e ajuda, quando da minha ida.

Abraços,

Simone Botelho

Assessora Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

16 de março de 2005

De Aluízio para Nilmário

Caro Nilmário,

Por motivos óbvios volto a insistir nesse meio de comunicação. Amanhã, quinta feira, dia 17 vou sobrevoar a área, juntamente com os técnicos do Ibama e o Almeida. Segundo o Hector é para que os mesmos conheçam a área e orientem a abertura do local onde o helicóptero irá pousar. No dia seguinte, 18, começa o trabalho de preparação para a aterrissagem do helicóptero e no dia 19, sábado, Almeida, o piloto e mais a testemunha irão ao local. Vamos fazer uma nova reconstituição da chacina. Dessa vez sem pressa ou cansaço. Isso é muito importante, pois precisamos delimitar a área de escavação para facilitar o trabalho da EAAF. Quanto ao pessoal que vai nos acompanhar no acampamento, preparar o terreno (orientados é lógico pela EAAF) parece-me que não devem ser os

trabalhadores urbanos da empresa terceirizada pela diretoria do Parque Nacional do Iguaçu. Esse pessoal cuida da limpeza da área de visitação das Cataratas do Iguaçu. Dificilmente irão encarar um acampamento no meio do mato, passar dias no local e trabalhar no feriado da Semana Santa.

Peço-lhe que aceite minha sugestão de que devem ser trabalhadores rurais da região, mateiros acostumados com a lida da floresta. Essa conversa de palmiteiros que rolou por aí cheira a preconceito. Uma pessoa não pode ser julgada simplesmente por ser sacoleiro; nem o trabalhador da floresta é cortador de palmito. Nem todo trabalhador da floresta comete crime ambiental, muitas dessas pessoas são conhecedoras dos segredos do mato e sabem ler como ninguém as alterações no solo e na cobertura vegetal. Minha proposta é que sejam trabalhadores rurais da região, mateiros, gente acostumada com a floresta e que não devem ser vítimas de preconceitos por quem não conhece a realidade local. Digo isso porque eu, como você e os demais companheiros lotados nesta Sedh, trabalhamos com afinco e fé para o sucesso da operação.

Espero sua ligação,

Abraços,

Aluízio

Nos dias que antecederam a vinda de Daniel Olmo e Miguel Nieva, eu e Almeida solicitamos ao chefe do Parque Nacional do Iguaçu, Jorge Pegoraro, autorização para preparar um espaço para o pouso do helicóptero no local indicado por Otávio Rainolfo. Depois de marchas e contramarchas a autorização foi conseguida pela Secretaria de Direitos Humanos, e no dia 21 de março Almeida ingressou no parque, acompanhado por funcionários do Ibama e o pessoal recrutado para fazer o heliponto. Eles entraram no Caminho do Colono pelo acesso Norte, na localidade de Capoeirinha, Município de Serranópolis do Iguaçu. Caminharam onze quilômetros, cinco a mais do que tivessem ido pelo Porto Lupion. Fizeram isso por determinação do IBAMA, que até hoje tem receio de que a população do Sudoeste levante-se novamente para abrir Caminho do Colono. Ao mesmo tempo em que Almeida e a equipe do IBAMA abriam o heliponto a golpes de facão, os dois técnicos da EAAF chegavam a Foz do Iguaçu. Logo após se acomodaram no hotel, Miguel e Dario foram de helicóptero até o

local da chacina para conhecer a área onde seriam feitas as escavações e delimitar o perímetro onde seriam executados os trabalhos. Os antropólogos argentinos fizeram esta expedição acompanhados por Simone Botelho, secretária de Nilmário Miranda. No retorno dos três, fizemos uma reunião de avaliação juntamente com o agente da Polícia Federal Adão Almeida. Após ponderarem que a definição da área para as escavações não era precisa, os argentinos propuseram uma nova expedição ao quilômetro seis do Caminho do Colono e dessa vez acompanhados pela testemunha da chacina.

No dia seguinte, envolvido de todos os cuidados para preservar sua identidade, Otávio Rainolfo da Silva embarcou no helicóptero, acompanhado por Almeida e pelos argentinos. Mais uma vez o ex-militar iria até o local para apontar onde morreram os militantes de esquerda. Porém, armou uma tormenta e o grupo ficou menos de meia hora na clareira aberta às pressas na véspera pelo Almeida e o pessoal do IBAMA. Na volta, fizemos uma nova reunião de avaliação e os dois técnicos disseram que sem informações precisas não seria possível fazer as escavações. No dia seguinte Dario Olmo e Miguel Nieva retornaram a Buenos Aires devido à falta de logística.

Novas reuniões e negociações e finalmente no dia 11 de abril os argentinos mandaram um planejamento básico para o início das escavações:

> "Considerando todo lo antes mencionado, la propuesta para los trabajos en el mes de Mayo consiste en un relevamiento de la zona señalada por el testigo, lo que requiere despejar las malezas superficiales en un área no menor a cien metros cuadrados (100 m2) y una prospección de la superfície despejada, de modo de observar si pueden reconocerse trazos de inhumaciones en el área. Proponemos la excavación de una serie de trincheras profundas y angostas, de diez metros (10 m) de largo por uno (1 m) de ancho, y dos (2 m) de profundidad, de modo de conocer la estratigrafia de la zona y buscar discontinuidades que resulten indiciarias de algún episodio de inhumación.
>
> La experiencia de lo hasta aquí investigado y la complejidad del sitio sobre el cual se realizará el examen, sumado a la vaguedad del único testimonio del único testigo presencial entrevistado, alientan muy moderadas expectativas de éxito. Sin

embargo, ante la eventualidad del hallazgo de restos humanos, es conveniente tener previsto un sitio idóneo para su examen antropológico forense, que puede ser una morgue de hospital o el Instituto de Medicina Forense más cercano al sitio de las escavaciones."

No dia 6 de abril eu havia enviado à Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos um relatório sobre o meu trabalho para descobrir as circunstâncias e o local onde foram enterrados os militantes da VPR assassinados na fronteira do Brasil com a Argentina. Com isso eu pretendi envolver e comprometer a Comissão; afinal sua principal atribuição é exatamente localizar desaparecidos políticos.

Foz do Iguaçu, 06 de abril de 2005.

À Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos,

Ao concluir em julho do ano passado pesquisa nos arquivos da Delegacia da Polícia Federal em Foz do Iguaçu e da Assessoria Especial de Segurança e Informações de Itaipu, e de posse de novas informações, estendi o meu trabalho de busca do "grupo de Onofre Pinto" para o Sudoeste do Paraná. Após passar dois meses e meio em Capanema, Santo Antônio do Sudoeste, Pranchita e Planalto, a investigação me levou para o Noroeste do Rio Grande do Sul, mais precisamente para as cidades de Coronel Bicaco, Braga e Três Passos. Ali entrevistei diversas pessoas e, de posse de novas informações, encontrei o que nós estamos procurando há anos: as circunstâncias e o local da chacina onde morreram Enrique, Joel, Daniel, Lavechia, Vítor e Onofre.

De posse dessas informações passei a manter contato com a Suzana Lisboa e com o Nilmário Miranda. Ainda em dezembro, propus ao Nilmário que o início das escavações fosse em janeiro. Ele me respondeu que estava com dificuldade de agenda naquele momento. Continuei insistindo durante todo o mês de janeiro e até enviei um planejamento básico e cronograma para a operação. Finalmente consegui em fevereiro que Nilmário fixasse a vinda dos membros da EAAF para março.

Mandei para Nilmário uma lista das necessidades básicas, tais como helicóptero, carro, celular via satélite, água e pessoal para fazer a escavação. Na mesma época eu e Almeida fizemos um sobrevoo na área e tiramos dezenas de fotografias, e algumas dessas fotos eu enviei para o Dario Olmo (EAAF) e mais tarde todas elas foram entregues para o Miguel Nieva (EAAF).

Em março Simone Botelho veio a Foz do Iguaçu. Eu a recebi e a levei até Capanema, para que ela conhecesse parte da realidade local. Naquela ocasião eu pensava que a emissária de Nilmário tinha vindo para nos ajudar a montar a infraestrutura. Minha opinião é que foi uma viagem sem planejamento e cujo único proveito foi a Simone conhecer a região (de forma superficial, é claro) e conversar com o chefe do Parque Nacional do Iguaçu.

Passaram-se os dias e minhas relações com o gabinete do ministro foram ficando tensas. Eu cobrava a logística para o trabalho, e Héctor Marins respondia que estava sendo providenciada. Cheguei a pedir o adiamento da vinda dos argentinos, tendo em vista que até aquele momento a Sedh não havia providenciado a logística e nos impedia de ir atrás de alternativas.

No dia 18 de março, eu e Almeida sobrevoamos novamente a área, dessa vez acompanhados pelo chefe do Parque Nacional do Iguaçu e o seu vice. No dia 21 (segunda-feira), Almeida levou até o local uma equipe para preparar o heliponto, enquanto eu fiquei em Foz do Iguaçu para receber os técnicos da EAAF. Depois de passar a manhã esperando os argentinos, fiquei sabendo no meio da tarde, e graças a Suzana Lisboa, que a Simone estava em Foz e que os argentinos já haviam chegado. Mais tarde soube que Simone chegou e levou Dario e Miguel até a área, enquanto eu esperava por eles.

No dia seguinte, Almeida, os argentinos e a testemunha foram até o local da chacina para um novo reconhecimento. De acordo com Almeida, os argentinos ficaram satisfeitos com a informação e decidiram começar o trabalho no dia seguinte, mesmo sem as condições necessárias. Porém, para minha surpresa, quando nos reunimos à noite no Hotel San Martin, o Dario nos informou que ele havia falado com o Nilmário e decidiram transferir a operação para maio e que a Sedh havia se comprometido a providenciar a logística para o trabalho.

> Não quero ser injusto, mas tenho o direito de duvidar que este compromisso será cumprido. Minha desconfiança é legítima, devido aos antecedentes e às posições que o governo tem assumido em relação a questão dos desaparecidos políticos. Vejam bem que nenhuma de minhas sugestões tanto em relação ao planejamento como ao cronograma foram acatadas.
>
> Espero estar errado e que a Sedh não continue adiando a operação, sob a alegação de "esperar passar a estação das chuvas" ou de que as informações da testemunha não são suficientes ou então que falta dotação orçamentária para buscar nossos desaparecidos.
>
> Volto a repetir que cheguei ao local sem apoio do governo. Em novembro, quando liguei para o Nilmário, pedi que a Sedh ajudasse solicitando ao IBAMA a liberação da área para escavação, na montagem do acampamento e na vinda dos técnicos do EAAF.
>
> Em dezembro mandei para a Sedh uma lista constando os equipamentos necessários e um cronograma (a operação passo a passo). O pessoal do Nilmário não acatou a nenhuma das minhas gestões atropelou as regras de um trabalho em parceria, abriu a área para um grande número de pessoas e "queimou" a vinda dos argentinos.
>
> Infelizmente a dúvida quando à eficácia do pessoal do Nilmário vai persistir até que a autocrítica das trapalhadas seja feita na prática. Que me desculpem o Paco e a Simone, mas minha mágoa e decepção pela perda da oportunidade mexem forte com a minha emoção. Vou esperar até a segunda quinzena de abril. Não acontecendo nenhum movimento que me leve a acreditar no compromisso de começar a escavação em maio, eu vou providenciar para que a busca continue com outros parceiros.
>
> Abraços a todos
>
> Aluízio Palmar

Finalmente, no dia 2 de maio, o chefe de gabinete da Sedh entrou em contato comigo e informou que as escavações teriam início na data previamente agendada. No dia 5 de maio demos início a operação com a montagem do acampamento no quilômetro seis do Caminho do Colono. O IBAMA disponibilizou um helicóptero, e o primeiro grupo a entrar na área foi composto pela bióloga do

IBAMA, Rafaela D'Amico, acompanhada por um cozinheiro e ajudante, dois policiais florestais, um mateiro e trabalhadores braçais. O Batalhão de Infantaria Motorizada, sediado em Foz do Iguaçu, emprestou uma barraca e cinco soldados foram ao local para a montagem da mesma. No dia seguinte, 6 de maio, Adão Almeida, Miguel Nieva e Dario Olmo foram para a área onde seriam feitas as escavações.

Ainda no dia 6 de maio, Simone Botelho, secretária-executiva da Secretaria de Direitos Humanos, chegou a Foz do Iguaçu vinda de Buenos Aires e Assunção, onde acompanhou Nilmário Miranda em reuniões com entidades voltadas aos direitos humanos, e se deslocou em seguida para o local onde seriam feitas as escavações.

No domingo, 8 de maio, meu filho Alexandre me deixou no hangar da empresa Helisul, localizada em Foz do Iguaçu, na Rodovia das Cataratas, e antes das dez da manhã saí com destino ao quilômetro seis do Caminho do Colono. Durante uma hora o helicóptero, modelo Esquilo, da brigada de combate ao incêndio do IBAMA, sobrevoou o Parque Nacional do Iguaçu. Quando cheguei, a equipe estava no mato cavando num lugar indicado pelo mateiro Adaildo Policema, que no passado foi palmiteiro e agora trabalha para o IBAMA. Observei por algum tempo o trabalho de escavação orientado pelos antropólogos argentinos e em seguida saí para caminhar. Peguei uma picada e após caminhar alguns metros ouvi um barulho de galho pisado; era o mateiro que estava em meu encalço. Meio sem jeito, ele me disse que tinha ordem para acompanhar todos que entrassem no mato. Era para evitar possíveis acidentes. Sentamos então ao pé de um imenso angico e conversamos. Contei o que havia acontecido ali na noite de 12 de julho de 1974, a morte dos companheiros, como eles haviam sido arrastados para a cilada e meu trabalho de pesquisa até chegar à identificação do local onde os militares montaram a armadilha. Sossegado, observador e de fala arrastada, Adaildo me falou de seu passado em Capanema e de seu plano para encontrar o local onde a cova foi feita. Segundo ele, todo lugar onde houver uma depressão com montículos de terra na beirada deve ser objeto de escavação. "Veja bem, com o tempo os cinco corpos foram se decompondo e a terra abaixando. O montículo na beirada da depressão significa que sobrou terra depois que o buraco ser coberto. Concordo que é difícil encontrar locais com estes

indícios, ainda mais passados trinta anos e ainda mais no meio de uma floresta espessa como essa. Mas é o que resta fazer.”

De fato, o sujeito conhece mato, sabe a idade das árvores e das clareiras, a história do traçado dos riachos e as irregularidades do chão. No pouco tempo que estivemos juntos, falou da mata com conhecimento e intimidade. Era como se estivesse decifrando seus segredos, lendo os veios da madeira, cheirando, sopesando, apalpando, lambendo e reconhecendo cada espécie pelo seu nome popular. Percebi, durante a busca que fizemos no Parque Nacional do Iguaçu, que biólogos e antropólogos, técnica e teoricamente melhor preparados e equipados,dificilmente alcançariam a sabedoria do mateiro. Se a gente tivesse mobilizado uns cinco mateiros da estirpe do Adaildo, a tarefa de busca no meio daquela floresta inóspita teria sido mais fácil. Bem que eu quis fazer isso. Cheguei a fazer essa proposta por escrito para o Ministro Nilmário Miranda, mas alguns burocratas lá em Brasília cortaram dizendo que não era bom levar palmiteiros ou ex- palmiteiros para o Parque Nacional. Que ódio! Naquela etapa de localização do ponto de cilada e da cova onde os corpos foram enterrados um mateiro tinha mais importância que a dupla de arqueólogos argentinos. O negócio dos *muchachos* é mexer com ossos, identificando e reconstituindo.

Depois de termos conversado um bom tempo, eu e o mateiro Adaildo fomos até a imensa clareira onde estão situados os olhos d’água que compõem a nascente do riozinho que cruza o Caminho do Colono nas proximidades do acampamento. Com as botas atolando no chão de lodo puro, terra escura, argilosa e úmida, caminhei pela clareira em direção às partes secas onde estão os coqueiros, conhecidos na região por jerivás, ou por cocos-de-cachorro ou coqueiro-gerivá. No meu Estado do Rio de Janeiro nós chamamos aqueles coqueiros imensos de cocos catarros, devido ao seu fruto meloso.

Acompanhado pelo mateiro cruzei um banhado, provavelmente, a julgar pelas pegadas, um lugar onde as antas costumam pastar, e cheguei num local um pouco mais alto dominado pelos jerivás. Dali olhei a imensidão da mata, as árvores simetricamente dispostas em linha na entrada da clareira e imaginei aquela noite em que os faróis se acenderam e Alberi e Otávio Rainolfo se jogaram no chão, enquanto o grupo de extermínio abria fogo com armas longas e curtas. Daniel, Joel, Vítor, Lavechia e Ernesto caíram imediatamente. O menino

argentino ainda com vida olhava para lugar nenhum e não entendia o que havia acontecido. De repente mais um tiro e seu sonho de repetir a façanha do outro Ernesto, argentino também, acabou ali naquela floresta, entre taquaras, palmitos e árvores imensas, algumas centenárias. Enquanto imagens e pensamentos passavam pela minha cabeça como um filme em flashback, senti minhas pernas tremerem, o chão faltou sob meus pés e a clareira começou a rodar. Perdi o equilíbrio, mas não caí. Sentei-me num tronco apodrecido coberto de musgos, respirei fundo e pensei nas muitas voltas e surpresas desta vida. Andei e andei buscando este pessoal e acabei voltando ao Parque Nacional do Iguaçu, onde durante quase um ano eu e meus companheiros do MR8 nos preparamos para a ação revolucionária, seguindo o exemplo de Che Guevara, um homem que viveu e lutou toda a sua vida para que outros homens não vivessem de joelhos. A gente sonhava com a revolução continental e punha em prática a palavra de ordem guevarista de criar um, dois, três vietnãs.

A nossa guerrilha não aconteceu, vieram a prisão, as torturas e o exílio. No momento em que a maioria dos exilados já havia desistido da luta armada, Onofre, Lavechia, Daniel, Joel, Vítor e Ernesto voltaram ao Brasil sonhando com a implantação da guerrilha ao estilo do Che. Voltaram embalados por promessas enganosas articuladas pelos chefões do Centro de Informações do Exército e levadas até eles pelos “cachorros” a serviço da repressão. Doces ingênuos que acreditaram nas mentiras de Alberi, na existência de bases camponesas para retomada da luta armada revolucionária.

Aliás, todos nós fomos pueris, mas nossa ingenuidade era causada pela nossa generosidade. A gente sonhava com a coluna guerrilheira libertadora e justiceira. Em nosso delírio, o militante mitificado correspondia à idealização do guerrilheiro voluntarista, cuja disposição era a de mudar o mundo, mesmo que isso custasse sua vida. Esse era o nosso mundo, nossa visão utópica, aventureira e de extrema grandeza d’alma. Essa foi a nossa realidade e também a de Daniel, Joel, Lavechia, Vítor, Onofre e Ernesto. Como todos nós, eles foram generosos e ingênuos. Aliás, generosidade e ingenuidade caminham juntas e são interdependentes. Eles foram mais arrojados, mais audazes, mais generosos ou mais ingênuos. Agora jazem ali, a menos de 50 metros do Caminho do Colono, no meio de uma floresta espessa, e provavelmente o lugar onde foram enterrados

esteja coberto por folhas, taquaras, samambaias e vegetações rasteiras. Talvez até algumas palmeiras de palmitos tenham nascidos sobre a tumba dos guerreiros. Que trágico! Morreram estupidamente no ano em que a ditadura começou a se debilitar. O general Geisel enfrentava as dificuldades que marcaram o fim do milagre econômico e ameaçaram a estabilidade do Regime Militar. A oposição se fortaleceu na sequencia e nas eleições de novembro de 1974, o MDB conquistou 59% dos votos para o Senado, 48% para a Câmara dos Deputados e ganhou em 79 das 90 cidades com mais de 100 mil habitantes. Após conversamos mais um pouco, eu e Adaildo voltamos ao acampamento. Em seguida apareceram Dario e Miguel, acompanhados pelos trabalhadores braçais. Os argentinos aparentavam cansaço. Definitivamente, eles não acreditavam nem remotamente que seria possível encontrar a cova. Aquela noite de domingo foi longa para todos nós. A chuva fina que havia caído no sábado voltou com tudo. Na barraca da cozinha, Miguel Nieva lia e relia o manual do detector de metais que ele trouxe de Rosário. Durante todo o dia ele explorou a mata com o aparelho e o mesmo apontava a existência de metal em todos os lugares por onde ele passava. Mais tarde o argentino confessou que o aparelho não estava calibrado corretamente. Aquele domingo anoiteceu mais cedo. Antes das nove fomos para nossas barracas. Eu, os argentinos, a secretária do Nilmário, o mateiro, o biólogo e os dois policiais florestais ficamos em barracas pequenas. O pessoal contratado para as escavações ficou na barraca grande cedida pelo Exército, enquanto o cozinheiro se acomodou próximo ao fogão. Liguei meu radinho de pilha e tentei ouvir o noticiário. No escuro eu tateava o botão de sintonia pra lá e pra cá em busca de alguma estação. Às vezes captava a Rádio Cidade, de Medianeira, outras conseguia até ouvir a Guaíba e Gaúcha de Porto Alegre. Só parei de mexer no botão do rádio quando a noite escura e molhada foi invadida pela cantoria da peãozada.

> *Doente de amor/Procurei remédio na vida noturna/ Com a flor da noite em/uma boate aqui na zona sul/A dor do amor, é com outro amor/que a gente cura/ vim curar a dor desse mal de amor na boate azul*
>
> r

Adormeci imaginando uma boate azul, onde sombras azuis bebiam à beira de um balcão tosco de cimento alisado com vermelhão. Foi uma noite triste, cujo silêncio era interrompido apenas pelas aves noturnas. Não sei se foi devido a minha glicemia que estava elevada ou foram as meias e calças molhadas: o resultado é que dormi mal e urinei diversas vezes. Urinei ali mesmo na porta da barraca. Não tive coragem de sair. Chovia muito e o caminho entre as barracas e o mato era um barreiro só. O resultado de tanta urina foi a grande quantidade de borboletas que se juntou ao amanhecer em frente da minha barraca. Atraídas pelo sal elas denunciaram minha mijadeira noturna. Na segunda-feira, o dia amanheceu apenas com algumas nuvens esparsas e um sol tímido atravessava a copa das árvores e batia de leve no Caminho do Colono. Tiramos a cobertura das barracas individuais para que secassem e saímos a campear a floresta, em busca de antigas clareiras e a partir dali procurar vestígios da cova onde os desaparecidos políticos foram enterrados.

À tarde voltei à clareira úmida onde na véspera eu havia passado mal. Explorei todos os cantos, tirei medidas e cheguei à conclusão de que não podia ser ali. Estava longe da estrada, havia muitos olhos d'água e diversos obstáculos.

Enquanto os argentinos insistiam em cavar no local onde o detector havia sinalizado a presença de metais eu continuei explorando a floresta numa faixa de trinta metros a partir da estrada. O desânimo aumentava a cada picada que eu percorria ou abria. Definitivamente, sem saber o lugar exato onde aconteceu a matança, seria difícil localizar a cova. A informação que eu tinha era de que os militantes foram conduzidos num veículo Rural Willys que, após passar o riozinho, bem na curva, entrou à direita, onde até hoje ergue majestosa uma imensa canjarana. Nunca estive ao mesmo tempo tão perto e tão longe de conseguir encontrar o pessoal. Minhas informações eram certeiras, detalhadas quanto ao que aconteceu naqueles dias fatídicos de julho, 1974. Faltava, porém, a localização da cova e o resgate dos restos mortais. O que fazer? Parecia que a descrença aumentava a cada dia. Em Brasília, Nilmário não acreditava e ali no mato eu sentia que os argentinos perderam completamente a esperança, se é que algum dia a tiveram. A expectativa deles era encontrar cápsulas ou algum outro objeto metálico, mas faltava conhecimento para manusear o detector. Eles

tentaram ainda fazer algumas escavações em locais assinalados por depressões quadrangulares e retangulares, mas desistiram em seguida.

Voltamos mais cedo ao acampamento para receber o chefe do Parque Nacional, que havia chegado acompanhado por sua secretária e pelo adjunto, Apolônio Rodrigues. Ficaram menos de uma hora, em seguida o helicóptero levantou voo levando-os de volta a Foz do Iguaçu, enquanto nós continuamos a buscar indícios que nos levassem à cova. Cansados e frustrados, ou mais frustrados do que cansados voltamos para o acampamento. Aquela segunda-feira anoiteceu mais cedo no quilômetro seis do Caminho do Colono. Tomamos banho numa queda d'água, jantamos em abundância e nos reunimos para decidir o que fazer dali em diante. Decidimos então que talvez uma nova percorrida da testemunha pelo local da cilada poderia de repente facilitar a delimitação da área a ser escavada. Para tanto procuramos entrar em contato com Adão Almeida que na véspera havia ido para Foz do Iguaçu. O estudante de biologia Alcides Rinaldi ligou o telefone celular via satélite e procurou se posicionar em busca de sinal. Depois de várias tentativas falei com Almeida e transmiti que havíamos deliberado que a testemunha precisava voltar ao local.

No dia seguinte não entramos no mato. Ficamos fechados no acampamento esperando o helicóptero que iria trazer Almeida e Otávio Rainolfo da Silva. Quase meio-dia o aparelho Esquilo do IBAMA apareceu e em seguida os recém- chegados foram, juntamente com os argentinos, mais uma vez tentar delimitar melhor o lugar para onde os corpos foram levados. Nós ficamos esperando na barraca da cozinha para não espantar a testemunha. Ele é arisco, desconfiado e pediu para não ser exposto.

Não demorou muito para eles voltarem. Otávio entrou no helicóptero e retornou a Foz do Iguaçu, enquanto nós fizemos uma reunião logo após o almoço. Os argentinos disseram que as informações passadas pela testemunha eram inconsistentes, sendo impossível continuar o trabalho com dados tão imprecisos.

CINCO ANOS DEPOIS

EM 2010, VOLTAMOS ao Caminho do Colono. Parecia que esta nova excursão seria definitiva, pois uma equipe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República chegou à Foz do Iguaçu com determinação e condições excelentes de trabalho. Tínhamos novos dados apontando que o quilômetro seis seria a partir da Capoeirinha, extremidade norte do Caminho e não a partir do Porto Lupion, além do fato de que o novo Ministro Paulo Vanuchi, havia priorizado as buscas aos desaparecidos políticos.

Foram feitas entradas em junho e agosto de 2011 e em ambas ocasiões os trabalhos foram suspensos sob a alegação de que os membros da equipe estavam agendados para outras tarefas.

Em novembro voltamos ao Caminho do Colono. Programada inicialmente para ser realizada durante seis dias, esta expedição ao quilômetro acabou sendo resumida a apenas quatro dias de trabalho.

Porém, apesar dos diversos contratempos advindos do escasso tempo, das quatro expedições esta foi a única rigorosamente realizada a partir das informações da testemunha da chacina ocorrida em 1974.

Nas expedições de julho e agosto a limpeza do terreno, as aquisições de dados pelo GPR, iniciais de Ground Penetrating Radar e pelo EM38-Eletromagnético Indutivo e as escavações foram feitas em uma área selecionada a partir de dados subjetivos, apesar de minha insistência de levar a testemunha para indicar o local preciso da chacina. Devido a subestimação por parte da equipe vinda de Brasília da definição da área prioritária foi perdida uma imensa mobilização de recursos materiais e humanos, além, é claro da frustração de não encontrar vestígios de inumações.

Após o fracasso das expedições anteriores, eu consegui à fórceps que antes de começarem as novas escavaçoes a testemunha fosse levada ao local. No dia 10 de agosto, dois dias antes do começo dos trabalhos

planejados, o ex-militar Otávio Rainolfo da Silva foi ao local acompanhado por César Cabral.

Assim que desceram do helicóptero na clareira aberta no quilômetro seis, Otávio caminhou uns vinte metros pela Estrada do Colono e no vértice da curva após o riozinho e entrou na mata indo direto a um tronco de guajuvira caído, e ali apontou o local das execuções, dizendo que os corpos foram levados para o fundo. Com essa informação Otávio confirmou informações passadas em 2005 e anos posteriores à César Cabral e à Adão Luis Almeida.

Vale lembrar que em todas as vezes que foi inquirido, Otávio Rainolfo da Silva, apesar de ter um comportamento relutante e ser lacônico, afirmou que apenas acompanhou Alberi Vieira dos Santos na condução das vítimas até o local simulando ser um membro da base da VPR no Paraná. Ainda durante as indagações feitas a ele nos últimos cinco anos Otávio Rainolfo da Silva manteve a informação que as vítimas foram conduzidas num veículo Rural Willys e na curva mais sinuosa após um riozinho eles entraram na mata utilizando um antigo caminho carroçável.

Tendo em vista haver ainda algumas dúvidas quanto as informações e pressentindo que a equipe de Brasília iria novamente se desviar do local indicado, eu insisti que fossem criadas condições para que Otávio Rainolfo da Silva voltasse ao local e se fizesse acompanhar por um membro da SDH, para que não pairassem dúvidas sobre a indicação do local em que tombaram os desaparecidos políticos.

Finalmente no dia 18 de agosto a testemunha retornou ao local acompanhado por um funcionário da Secretaria de Direitos Humanos e confirmou as informações fornecidas anteriormente. Somente a partir daí é que a equipe da SEDH deu o braço a torcer. Lastimável que todo um imenso esforço, recursos humanos e materiais tenham sido desperdiçados.

Passados esses contratempos e desperdícios voltamos no dia 19 de novembro ao quilômetro seis da antiga Estrada do Colono acompanhados pelo grupo de geofísicos disponibilizados para a missão.

Ao chegar ao local da área prioritária, cuja referência era tronco de Guajuvira, constatamos que não havia sido feito o trabalho de limpeza conforme estava programado. Enquanto a área prioritária era preparada, aproveitamos para fazer aquisições de dados geofísicos numa área aleatória que o pessoal de limpeza havia escolhido por conta.

Vale ressaltar que considero área prioritária um perímetro de no mínimo 2500 metros quadrados a partir do tronco e traçado em direção oposta à Estrada do Colono. Isso porque a testemunha revelou em 2005 e confirmou que os corpos haviam sido arrastados para longe, mais ou menos cinquenta metros do local da execução.

Ainda nas diversas inquirições a que foi submetido a testemunha Otávio Rainolfo da Silva disse que as escavações deveriam ser feitas onde tivesse terra firme, terreno em aclive e no máximo até 50 metros do tronco, e ainda não cavar perto da estrada e onde tivesse lodo e beira de rio.

Então no dia 19 de novembro de 2010 começamos a realizar um trabalho coerente e dentro na área sugerida que pode ser localizada nas seguintes coordenadas 25º31'30" S e 054º01'22" W.

Para que não pairasse mais nenhuma dúvida quanto à localização da área onde ocorreu a emboscada levei no dia 20 de novembro o ex-diretor do Parque Nacional do Iguaçu, Adilson Simão, ao local apontado por Otávio Rainolfo da Silva.

No ponto referido o ex-diretor do PNI revelou que no passado naquele local habitava o guarda-parque de nome Francisco Teixeira e sua numerosa família. O guarda-parque, que era mais conhecido pelo apelido de "Jaçanã", mantinha na área uma plantação de arroz e pocilga nas proximidades da residência instalada a uns 30 metros da Estrada do Colono e a pouca distância de um córrego. Na parte alta eram cultivados milho, feijão e mandioca entre imensas e centenárias guajuviras, canelas, cedros e lapachos.

Segundo Adilson Simão no início da década de 70 o guarda-parque teve de sair do local. Portanto acredita-se que no ano da execução do grupo remanescente da VPR – julho de 1974, a área estava ocupada pela capoeira. Acrescentou ainda o ex-chefe do PNI, que em toda a extensão - 17

quilômetros- do Caminho do Colono hoje fechado por decisão judicial, a única entrada de carro para a mata ficava exatamente no local indicado por Otávio Rainolfo.

Portanto o local apontado de forma incisiva como o cenário onde houve a chacina é um terreno em aclive tendo um tronco de guajuvira como referência. O referido tronco está caído, segundo técnicos, há mais de 50 anos; portanto seria atrás dele que Alberi Vieira dos Santos e Otávio Rainolfo da Silva se jogaram em busca de proteção durante a execução das vítimas da cilada. Ainda no local permanecem imensas e centenárias canelas.

Hoje, temos o dado mais preciso de que os corpos dos desaparecidos políticos foram enterrados dentro de uma área de 2500 metros quadrados, traçando uma linha de 50 metros em direção norte, 50 metros em direção norte, 50 metros em direção sul e 50 metros em direção oeste, tendo o tronco caído como ponto de partida. É neste perímetro que devem ser concentradas as aquisições geofísicas e as escavações.

Infelizmente a expedição de novembro de 2010 ficou resumida a apenas um dia de trabalho efetivo. O grupo vindo de Brasília cancelou a execução do plano e retornou à Capital Federal.

Suspendemos as buscas e voltamos para Foz do Iguaçu sem encontrar os seis da VPR. Lavechia, Daniel, Joel, Vítor, Ernesto e talvez outros resistentes ficaram pra trás, lá no Parque Nacional do Iguaçu, enterrados nas proximidades do quilômetro seis. Onofre Pinto no fundo do Lago de Itaipu. Seus algozes estão por aí, acredito que quase todos vivos, talvez lendo este livro comodamente em suas casas. Não sei se eles têm pesadelos à noite, nem se os seus filhos sabem o que fizeram ou se estão arrependidos. Mas, de uma coisa eu tenho certeza: é preciso esclarecer os crimes cometidos pelos agentes do Estado. O direito à verdade e à memória é devido à sociedade.

No dia 14 de maio de 2012 foi instalada a Comissão Nacional da Verdade e lá fui eu cheio de esperança. Entreguei aos membros da Comissão um volumoso relatório contando o que havia sido feito até então na busca ao Onofre Pinto, Lavechia, Enrique, Vítor, Daniel e Joel de Carvalho. Aproveitei para novos contatos, novas reuniões e voltei de Brasília cheio de

esperança; ainda mais depois do discurso da presidenta. Na ocasião Dilma Rousseff disse que:

> Brasil merece a verdade, as novas gerações merecem a verdade e, sobretudo, merecem a verdade factual aqueles que perderam amigos e parentes e que continuam sofrendo como se eles morressem de novo e sempre a cada dia. É como se disséssemos que, se existem filhos sem pais, se existem pais sem túmulo, se existem túmulos sem corpos, nunca, nunca mesmo, pode existir uma história sem voz. E quem dá voz à história são os homens e as mulheres livres que não têm medo de escrevê-la.

Parecia que a gente ia viver um novo momento, que as buscas aos desaparecidos políticos teriam um substancial apoio governamental.

Finalmente, após ter participado de inúmeras reuniões da CNV, da CEV e da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos e, em todas as vezes, feito apelos para a continuidade das buscas, conseguimos realizar em Foz do Iguaçu no dia 27 de junho de 2013, uma Audiência Pública conjunta da Comissão da Verdade do Estado do Paraná e a Comissão Nacional. Na oportunidade, Gilberto Giovannetti confirmou o acordo que ele e Madalena Lacerda fizeram com o Centro de Informações do Exército. Não disse nada de novo, apenas repetiu suas revelações anteriores e reiterou que ele e Madalena não são responsáveis por prisões ou mortes.

Otávio Rainolfo da Silva e o tenente Espedito Ostrovski, torturador do 1º Bfront e também participante da "chacina do parque", foram convocados e não compareceram.

A partir de negociações, Otávio Rainolfo foi ouvido em privado. O ex-agente da Polícia Federal Adão Almeida levou o coautor do assassinato dos militantes da VPR para a casa de César Cabral e lá ele foi ouvido. Não disse nada de novo, fez ilações, comentários e ameaças, que por sinal os comissionados vindos de Brasília e Curitiba ouviram em silêncio.

Passado um ano e as únicas novidades foram as descobertas pelo estudante de história, Valdir Sessi, dos diversos crimes praticados nos anos 70 pela dupla Alberi/Otávio Rainolfo. Virgilio Gomes da Silva, tio de Alberi, colaborou nessas descobertas e na identificação do local onde Onofre Pinto foi assassinado.

Quanto a Brasília, nada relevante aconteceu, com exceção dos esforços do secretário Executivo da Comissão Nacional da Verdade, André Sabóia e de algumas diligências realizadas pelos assessores, André Villaron e Daniel Lerner.

Em março de 2014, eu volto a colocar o caso da "chacina" no centro de minhas atividades. Foi quando parti para o sudoeste do Paraná num esforço de mobilização de ex-membros dos "Grupos dos Onze" para participarem de uma Audiência Pública da CEV, no auditório da Universidade Estadual do Oeste, na cidade de Cascavel. Procurei novamente a viúva de Niquinho Leite, em Santo Antônio do Sudoeste. Ela estava viajando e deixei com seu filho Valdir o convite para a Audiência que reuniu vítimas da repressão ocorrida na região nos primeiros dias após o golpe militar.

No Auditório da Unioeste lotado, aqueles homens e mulheres, todos pequenos agricultores recordaram a violência que se abateu sobre eles, as prisões e torturas sofridas. Naquele dia a memória foi mais forte que o silêncio. Dona Eva de Lima não quis falar em público. Foi ouvida em seu quarto, no hotel se hospedou. Enrolou e não disse nada. A gente queria que ela dissesse quantas pessoas estiveram com Alberi em seu sítio naquele julho de 1974, mas ela reclamou que estava doente e queria voltar para casa.

Mais um ano passou até que em abril de 2014, voltei a Santo Antonio do Sudoeste acompanhado pelo deputado Assis do Couto, que tinha recentemente assumido a presidência da CDH da Câmara dos Deputados e pelo funcionário da SDH, Gilles Gomes. Dessa vez, o filho de dona Eva de Lima nos recebeu cheio de amabilidade e falou sobre a passagem dos desaparecidos políticos pelo sítio de seu pai. Valdir de Lima disse que era pequeno, mas que se lembrava muito bem que certa manhã Alberi chegou com um grupo de pessoas vindo da Argentina.

Aproveitando esse embalo Assis do Couto convocou uma Audiência Pública para tratar especificamente da "Chacina do Parque". Sugeri a presença de Liliane Ruggia e de Juliana Dal Piva, do jornal O Dia, do Rio de Janeiro, e por ter sido, juntamente com Chico Otávio, de O Globo, os primeiros jornalistas a entrevistarem o coronel Paulo Malhães. No dia 21 de maio, falamos para os deputados e representantes das entidades presentes na Audiência e o representante da SDH assumiu compromisso de organizar

até o final de 2014 uma nova expedição de busca no Parque Nacional do Iguaçu.

Transcrevo abaixo parte da fala de Juliana Dal Piva, devido a importância da mesma e pelas revelações até então inéditas sobre a atuação de Paulo Malhães na fronteira.

> *"E a gente começou a conversar sobre o principal assunto de que ele gostava de falar, quando entramos mais especificamente nessa questão de Foz do Iguaçu. Ele se orgulhava muito da sua atuação como agente secreto do Centro de Informações do Exército, que era um núcleo ligado diretamente ao gabinete do Ministro do Exército — ou seja, acima dos DOI-CODI. Ele se orgulhava muito de um trabalho com infiltrados. Ele dizia que essa era a grande especialidade dele. Ele se orgulhava muito de ter muitos infiltrados por todo o País.*
>
> *Ele começou o relato falando do Alberi. Eu o provoquei, para ter a confirmação de que o Alberi tinha sido realmente infiltrado dele, e ele confirmou que tinha sido, mas que não tinha sido ele quem o transformou em infiltrado; tinha sido algum outro colega. Ele não quis dizer exatamente quem era, mas disse que, naquela operação, ele foi cedido como agente, informante da vinda do Onofre, que era o principal foco deles.*
>
> *Ele falou que foi montada uma operação, que não foi muito longa. Cerca de dois meses antes, eles chegaram à Foz — ele e mais dois oficiais que ele não quis nomear. Parece que o Alberi, que já estava trabalhando. E dois agentes também trabalharam com ele na casa da morte. Um de codinome Camarão, que ainda não foi possível identificar quem é. Eu já estou pesquisando há uns três anos quem é esse Camarão, mas ainda não cheguei lá. E um outro com codinome Laecato. Por uma extensa pesquisa, tudo leva a crer que Laecato seja o Sargento Rubens Gomes Carneiro, que também atuou na casa da morte junto com ele, em 1971, ou pouco depois, ou antes.*
>
> *De acordo com palavras do Cel. Paulo Malhães sobre o Alberi, ele contou que ficou muito chateado com a morte do Alberi. Ele disse que nunca tinha perdido um infiltrado. Porque o Alberi acabou morrendo alguns anos depois, se não me engano em 1977. Ele disse que ficou muito abatido. Ele se referiu ao Alberi como "não era burro, estúpido ou tonto, mas era meio afoito, ousado".*
>
> *Ele não foi preciso na questão da estrada ou onde exatamente. Mas o relato do que mais ou menos aconteceu é que a operação foi montada cerca de dois meses antes de julho de 1974. Foi montada uma casa em Foz do Iguaçu, em um bairro distante, em um local ermo, e lá eles ficaram planejando e tentando convencer o grupo que estava na Argentina a cruzar a fronteira. Nesse aspecto, eu também acho relevante que a gente considere que essa talvez não tenha sido uma ação da Operação Condor, porque ele diz que não havia autorização do Exército Brasileiro para atuar na Argentina, em relação à captura do Onofre e de quem estivesse com ele. Ele disse que foi necessário convencer o grupo a cruzar a fronteira e ir a um local onde haveria um suposto campo*

de guerrilha, para daí então poder executá-los. Eu perguntei se não poderia ter sido feito lá onde estavam, e ele falou que não. Tanto que houve um trabalho cuidadoso para se ganhar a confiança do Onofre. Ele disse que ele mesmo foi até o Onofre e se apresentou como Carioquinha, que seria o codinome do Paulo Malhães nessa operação em si. E falou do campo. O Onofre ficou um pouco desconfiado, chegou a mandar alguém, se não me engano o Lavechia, no dia seguinte a esse encontro, para cruzar a fronteira, ir ao suposto campo de guerrilha com o Malhães e voltar até o ponto em que eles estavam na Argentina, para certificar o Onofre de que havia, sim, um campo e de que eles não estavam caindo em nenhum tipo de armadilha. Então, em um dia eles se encontraram. No outro dia, Lavechia — imagino que tenha sido ele — foi ao campo, verificou, voltou. No fim da tarde do dia seguinte, no começo da noite, o grupo todo cruzou a fronteira e foi pego pelos militares brasileiros.

A única referência de local que ele deu foi um ponto na cidade de Santo Antônio do Sudoeste — um pouco abaixo do lugar que você estava mostrando. Essa foi a única referência de local. Eu cheguei a perguntar a ele: "Onde foi exatamente no parque?" Ele disse: "Ah, era mato. Não lembro". Algumas coisas ele não lembrava, e outras coisas ele não queria dizer. Ele não quis precisar o local, mas contou que o grupo chegou... Eles não tinham conhecimento sobre todo o grupo nem sobre ninguém muito além do Onofre e do Lavechia. O grupo chegou de carro. Caminharam um pouco por uma trilha. Foi montada uma ferradura — é linguagem militar, policial, de militares brasileiros — para poder cercá-los. Eles ficaram dentro dessa ferradura. Quando estavam ali dentro todos os guerrilheiros, o grupo brasileiro e o argentino, acenderam-se luzes, alguns faróis. Diz ele que foi dada voz de prisão. O Lavechia teria reagido, dado um tiro, e foi sumariamente executado. Teria sido o primeiro a ser executado. Depois, os outros. O Onofre foi o único a ser poupado nesse momento. Os outros foram executados, e os corpos, segundo o Coronel Malhães, foram jogados em rios da região.

O Onofre foi levado a uma casa, a essa casa onde eles estavam preparando em Foz do Iguaçu. Quero deixar isto bem claro, para que não haja nenhum problema: segundo o coronel, o Onofre ficou preso durante quatro semanas, cerca de um mês, foi constantemente interrogado e, imagino, torturado também; recebeu a proposta de se tornar também um infiltrado. Segundo o Malhães, ele teria conseguido convencê-lo disso ao final desses dias. Só que alguém superior ao Malhães, algum chefe do Malhães dentro do Centro de Informações do Exército, não permitiu que o Onofre se tornasse um infiltrado. Não queria dar, segundo o Malhães, um infiltrado do poder do Onofre ao Malhães. Seria poder demais para o Malhães.

De acordo com as palavras do coronel, foi uma ordem direta: "Fecha tudo, acaba com tudo e volta para o Rio". Essa foi a ordem que ele recebeu, para executar o Onofre também. O Onofre também foi assassinado, e o corpo — questionei igualmente muito isso — foi atirado em um rio na região de Foz. Cheguei a tentar a perguntar se o

local ficava próximo à Ponte da Amizade, porque ele disse que foi de cima de uma ponte. A única coisa que ele disse foi que existiam pontes mais discretas que a Ponte da Amizade naquela região para se fazer isso. Ele já tinha se referido às vítimas da Casa da Morte de Petrópolis, usava também esse mesmo modus operandi, vamos dizer assim.

Ele falava do Onofre até com respeito. Não denegria a imagem dele. Disse que o Lavechia, se não tivesse reagido, talvez tivesse sido poupado e também teria sido convidado, pressionado para se tornar um agente infiltrado, segundo ele."

Pois bem, esse foi o último ato dessa verdadeira maratona em busca dos desaparecidos e da memória perdida. Muitos mistérios e desinformações envolvem toda essa história. Tenho uma frustração por não ter chegado aos restos mortais e ter dúvidas se outros militantes da resistência à ditadura caíram na armadilha montada pelo CIE além de Onofre, Daniel, Joel, Enrique, Lavechia e Vítor.

Pelo menos a investigação e seus desdobramentos conseguiram aquietar minha mente e me livrar dos pensamentos sombrios, que durante 25 anos me sufocaram. Foi custoso repassar aquela militância de ritmo louco e alto risco, que Alfredo Sirkis denominou muito bem de "roleta russa".

Foi angustiante trazer á consciência as emoções, as lembranças reprimidas, mas por fim descobri o que aconteceu com meus amigos e camaradas de armas, que colocaram o sentimento em prática e caíram na luta pelo nosso ideal comum. Esse poderia ter sido o meu destino, mas por fraqueza ideológica, vacilação, desconfiança, suspeita ou visão diferente, escapei para contar a história e dar os nomes dos assassinos.

Fui em busca dos companheiros desaparecidos e acabei encontrando fragmentos de minha memória que estavam perdidos, apagados pelo tempo e pelo rigor da luta clandestina contra a ditadura. A catarse libertou meus pensamentos e emoções. E consegui também identificar o que era objetivo, o subjetivo e os delírios causados pela vida clandestina.

E melhor, na busca destapei não apenas minhas lembranças, mas também memórias esquecidas das lutas travadas pelos povos das regiões Oeste e Sudoeste do Paraná. Foi um trabalho de garimpagem ir atrás e, mediante muito esforço, conseguir que os sobreviventes, quase todos agricultores, lembrassem de fatos ocorridos no período da ditadura. É aquela

história, recordações foram aflorando aos poucos e as lembranças puxaram outras lembranças.

Assim foi minha conversa com Maffi, com Realdo, com Miltinho Ramalho, Valdir de Lima, Eva de Lima, Virgílio Soares de Lima, Alberto Fávero, com Lauro e Valdemar Rossin, Astra Fruet, Abrão Dornelles, Valdetar Dornelles, Aristides Goulart e outros moradores do sudoeste paranaense.

Poderia ter sido melhor e os resultados melhores, mas pelo menos não predominou a versão da história imposta. Versão que humilha as pessoas massacradas e caladas pela força dominante e que nunca foram ouvidas para contar os fatos do jeito que eles aconteceram.

CARTA DO DIRETOR DO CAMPUS DA UNBA PARA LILIANE RUGGIA

Em todos estes anos que se passaram, venho carregando entre minhas maiores tristezas aquela parte que me corresponde no incerto, porém infeliz, destino de seu irmão. Durante todo esse tempo venho desejando que a vida me desse uma oportunidade de chegar até sua mãe para desculpar-me. Rogo que aceites que eu comparta a dor, a incerteza e também a esperança de vocês.

Carta de Jorge Rulli, diretor do campus de Veterinária e Agronomia, da Universidade de Buenos Aires, local onde Ernesto Ruggia conheceu Joel de Carvalho. Nessa carta enviada para Liliane Ruggia, o diretor do Campus descreve os momentos que antecederam o ingresso dos dois militantes no "grupo de Onofre" e a viagem para o Brasil.

Stockholm, 4 de janeiro de 1985

Estimada amiga Liliane,

Sua carta, recebida faz apenas alguns dias, produziu um impacto terrível em todos nós, que me foi difícil reunir forças para comunicar-me por meio desta carta, ou mesmo, e, sobretudo, devido a enorme distância geográfica que nos separa. Sua carta, depois de passar por várias mãos amigas, me alcançou na Suécia, onde vivo e meu pequeno neto, e onde estamos realizando diversos tratamentos médicos a fim de superar as consequências da tortura e da prisão. E foi justamente ali, na prisão, onde me inteirei da desaparição de seu irmão. Foi em meados de 81, quando minha mulher, esgotada pelas dificuldades e penúrias passadas por todos os familiares dos encarcerados, ao mesmo tempo em que tinha a quase certeza de que minha liberdade não podia demorar mais que uns poucos meses, decidiu partir com as meninas para a Espanha. Antes de fazê-lo, consciente de que partia por um longo tempo, ela foi despedir-se dos amigos de Santa Lucia e São Pedro. Então eles se inteiram do que aconteceu com Esteban e Grillo, e em sua última visita no Presídio de La Plata, ela me transmitiu estas tristes notícias. E juntos, na despedida, compartimos no locutório uma mesma tristeza e profunda dor.

Em todos estes anos que se passaram, venho carregando entre minhas maiores tristezas aquela parte que me corresponde no incerto, porém infeliz, destino de seu irmão. Durante todo esse tempo venho desejando que a vida me desse uma oportunidade de chegar até sua mãe para desculpar-me. Rogo que aceites que eu comparta a dor, a incerteza e também a esperança de vocês. Ao menos a esperança de saber.

Os homens, às vezes, costumamos ser aprendizes de bruxos com a vida. Desatamos coisas e acontecimentos que não sabemos nunca como terminarão e por nossa ambiguidade de pequenos deuses – e às vezes escravos dos acontecimentos -, nem sequer podemos estar seguros de qual foi

nosso verdadeiro papel, e se por acaso não fomos lançados a rodar por outras rodas maiores e anteriores.

Eu os conheci, a Joel e a seu irmão Daniel de Carvalho, em Santiago do Chile, quando estive ali exilado por apenas alguns meses, no inverno de 71. Os conheci na casa de Marta Amunátegui, que era então dirigente do Partido Socialista do Chile e trabalhava na solidariedade com os muitos latino-americanos que buscavam refúgio na terra amiga do Chile, que por aqueles dias vivia as ilusões, alegrias e mudanças da democracia.

Os irmãos Carvalho haviam pertencido a um grupo revolucionário brasileiro chamado "Tiradentes", que já havia deixado de existir, e eram parte dos muitos prisioneiros trocados por sequestradores relevantes, e que voaram para o Chile governado por Salvador Allende.

Sendo eu administrador do Campo São Pedro da Universidade de Buenos Aires, e ao final do ano de 73, depois do sangrento golpe de Pinochet no Chile, foram muitos os companheiros que chegaram até nós procurando a solidariedade que lhe devíamos e escapando da feroz repressão que em sua terra haviam desatado os militares. Dessa maneira, voltamos a nos encontrar com Marta e com seu filho, que após viver algum tempo em nossa casa de Ramos Mejia, se estabeleceram conosco nas imediações da estância, e algum tempo depois foram integrados no plantel de trabalhadores efetivos.

Através de Marta, logo em seguida chega Joel, quem abrimos também as portas do estabelecimento para que ali pernoitasse por períodos sempre breves, realizando trabalhos de campo ocasionais a fim de munir-se de algum dinheiro. Em verdade, eu vivia naqueles meses um intenso e fatigoso trabalho, em meio ao turbilhão de um processo político muito rápido e desgastante, e guardo na memória os mínimos detalhes da presença de Joel na estância.

Devo ter conversado com ele apenas em algumas ocasiões, e estou surpreso com os detalhes de sua vida no hotel da Avenida de Maio e a presença de seus irmãos em Buenos Aires. Também na prisão, me apanhou de surpresa a desaparição de seu irmão, causada por uma amizade que se iniciou, sem sombra de dúvida, no lugar em que eu era responsável, mas que continuou em outros lugares e se aprofundou ao ponto de seu irmão incorporar-se a uma aventura revolucionária no Brasil. Juro que tudo isto me deixou perplexo e me surpreendeu, e eu me interrogo uma vez mais se não deveria ter tido mais controle sobre os fatos que ocorriam debaixo de minhas ordens. Mas, te asseguro que eu vivia sobrecarregado de tarefas, sempre dando o máximo de minhas possibilidades e com um fluxo constante de pessoas que passavam pelo campus, comiam, pernoitavam ou simplesmente se aproximavam em busca de trabalho.

O que vou escrever em seguida é fruto de rápidas investigações e consultas realizadas aqui na cidade a partir da chegada de sua carta. Esclareço que esses dados não suficientemente confiáveis.

Segundo parece, a partida do grupo de brasileiros do hotel, sem rumo e sem destino, foi mantida em segredo, inclusive de suas mulheres. Elas não deram nenhuma informação sobre eles, porém, como estavam convencidas que a formação sobre eles, porém, como estavam convencidas que a intenção do grupo seria volta ao Brasil para iniciar operações deles na representação das Nações Unidas à qual eles dependiam e assim continuar recebendo a ajuda como se ainda estivessem morando no hotel. Somente alguns meses depois, cansadas de esperar e sem receber notícias e, preocupadas com o crescente clima de insegurança, decidiram ir embora da Argentina.

Pesava seguramente no ânimo de Joel e de Daniel quando partiram para a aventura, a morte anterior de um desses irmãos pela polícia brasileira, uma conta para ser cobrada que sempre mantiveram fresca. Porém, o que os levou a voltar para o Brasil, apesar de todos os riscos, foi a vida chata e sem perspectiva em um hotel de exilados, onde deviam sentir-se presos em Buenos Aires, como se estivessem em uma ratoeira.

No projeto de retorno ao Brasil eles foram comandados pelo sargento Onofre Pinto, que havia pertencido a uma organização de sigla BPR, talvez Brigadas Populares Revolucionárias, e que em outra época foi homem de Lamarca, famoso líder revolucionário brasileiro. Onofre Pinto foi quem forneceu os recursos necessários para financiar o grupo, que ao que parece, movia-se com total autonomia e sem dependência nem controle de outra organização.

Os acompanhava um médico brasileiro, do qual o único dado que possuo é que estava casado com uma argentina e um velho, também brasileiro, de profissão sapateiro e apelidado de “Chidi”. E se a eles somamos o seu irmão teríamos seis pessoas. Ninguém sabe o que passou com eles. As pessoas dizem muita coisa, mas sem poderem confirmar referem-se a que foram assassinados logo após cruzarem a fronteira. Dizem que eles cruzaram pelo sul do Brasil, na fronteira com o Uruguai. Há também comentários de que foi visto um movimento de ambulâncias na fronteira e conversas de que um grupo que intentou penetrar no Brasil foi chacinado. Outros dizem que os haviam matado em um assalto a um banco. Nada disso é seguro e eu penso que é preciso afastar-se desses rumores e trabalhar com a maior objetividade possível na investigação do caso.

Que você tenha falado com o pessoal da CELS me parece excelente. Claro que são necessárias algumas informações e eu creio que em minha carta existem dados suficientes. Outros dados você pode pedir a Marta Amunátegui, já que ela chegou a ser amiga dos irmãos Carvalho. O último endereço que temos dela é de 1979, já que, estando eu na prisão, minha mulher se encontrou com ela. O endereço é: La Pampa 2132-PB, H Telefono 787-9946. Caso ela não resida no mesmo local, o que é bem provável, deverias tratar de obter seu novo endereço com os donos da casa, uns velhinhos que lhe alugavam um quarto.

Quanto a ONU, não compreendo como podem não ter registrado os irmãos, sendo que os mesmos saíram da prisão em seu país mediante uma troca, primeiro para o Chile e depois para a Argentina, onde a ACNUR lhes dava ajuda.

Aqui na Suécia recebi duas sugestões. Em primeiro lugar dizem que deverias escrever ao Secretário da Câmara de Deputados do Rio de Janeiro, Carlos Eduardo Fayal de Lyra, que como integrante de uma Comissão Parlamentar viajou faz alguns dias atrás a Montevidéu a fim de entregar à Raul Sendic, prisioneiro no Presídio da Liberdade, a cidadania honorária de sua cidade: o Rio de Janeiro. Este deputado vem se dedicando a investigar problemas referentes aos direitos humanos e excessos cometidos pela repressão e até é provável que tenha estado com essa finalidade no sul do Brasil. Para escrever a ele basta subscrever no envelope: Senhor deputado Estadual Carlos Eduardo Fayal de Lyra, Câmara de Deputados – Rio de Janeiro – Brasil.

Pode mencionar na correspondência que a sugestão de escrever para ele partiu de Flávio de Souza, atualmente refugiado político em Estocolmo, Suécia, e que além de conhecer algo dessas histórias por ter como origem os mesmos círculos políticos, foi companheiro de trabalho de Jairo, em Lisboa.

Um dado que você poderia citar para o deputado é que uma pessoa que pode saber algo sobre o destino do sargento Onofre e seus companheiros seria o Dr. Almir Dutton Ferreira. Bastaria mencioná-lo assim mesmo de forma imprecisa, pois parece que é bastante conhecido, e não sei se sua relação com o caso será política ou se também investigou sobre os desaparecidos.

Em segundo lugar, uma outra gestão similar que me foi sugerida é procurar um tal de Berquo, Secretário da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. É outra pessoa que investigou os excessos da repressão no Brasil e é possível que saiba algo. Como os dados são incompletos, seria interessante averiguar na Embaixada Brasileira o endereço dessa Câmara.

Eu soube que a próxima mudança de governo n Brasil arejou o ambiente político e são muitas as investigações iniciadas sobre direitos humanos, desaparições e excessos.

Uma última sugestão, e agora a título pessoal, é que converses sobre este tema com Adolfo Perez Esquivel. Você pode procurá-lo e dizer que fui eu que recomendei, tendo em vista que temos um bom relacionamento devido ao fato de termos sido companheiros de cárcere por algum tempo. Além disso, nos encontramos em Buenos Aires, assim que saí da prisão no final de 1981 e nos reencontramos em São Paulo, em fevereiro de 1982, quando eu fugi da Argentina, quebrando o regime de liberdade vigiada que me haviam imposto.

Agradeço muito se você transmitir a ele minha saudade e amizade, e também de minha mulher, tanto a ele como a sua família.

Perez Esquivel tem um enorme conhecimento dos movimentos pelos direitos humanos no Brasil e é a pessoa mais indicada, no caso de seu irmãozinho, para nos assessorar e nos guiar até as pessoas que possam esclarecer este assunto.

Ele lhe dirá se é conveniente escrever para o CLAMOR, em São Paulo, que quando eu passei por ali me dirigi a senhora Schilling, que estava estabelecida na Rua Higienópolis, 960, sala 218, Código 01230. Ou então se existirem, a organismos investigativos de Porto Alegre, que dada a enorme extensão do país seriam os mais indicados para buscar as informações que necessitamos.

Finalmente, quero concluir esta longa carta, que exigiu de mim um grande esforço emocional tendo em vista meu envolvimento neste incerto destino de seu irmão. Eu tenho feito um balanço destes anos de minha vida, buscando as lembranças desconexas e esquivas, e nem eu sequer sei o que quero esclarecer. Eu devia solidariedade aos irmãos latino-americanos que me procuravam. Nem sempre as coisas saem como a gente planeja, isso é muito humano e previsível, ao menos em um certo ponto. Que hajam recrutado a um dos garotos que visitavam o campus para um projeto em outro país, me parece uma total falta de propósito e excesso a toda regra, mais além do consentimento de Grillo para a aventura. É muito pouco o que recordo, mas o imagino um menino cheio de ideais, como fomos todos nós nessa idade, e tomado totalmente pelo clima de euforia revolucionária que se viva no país.

Peço ainda que me mantenhas a par dos resultados que obtenhas e que conte comigo naquilo eu possa participar e colaborar. Não é uma normalidade: eu de fato estou a sua disposição. E farei o que for necessário para ajudar naquilo que você precisar. Receba, por favor, as lembranças mais afetuosas de minha mulher e meu especial agradecimento pela sua carta.

Jorge Eduardo Rulli

Rinkebysvangen 91/205

163 74

SPANGA

FONTES
INFORMATIVAS
E REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICA

IMAGENS

Onofre Pinto, participou do Movimento dos Sargentos e foi cassado pela ditadura devido a sua resistência ao golpe de 1964

1.

O sapateiro José Lavechia foi atraído para uma armadilha e executado em julho de 1974

O metalúrgico Daniel José de Carvalho foi assassinado à sangue frio numa emboscada montada pelo CIE no Parque Nacional do Iguaçu

O gráfico Joel José de Carvalho teve o mesmo destino que seu irmão Daniel. Foi executado em julho de 1974

Vitor Carlos Ramos e sua mulher Suzana Machado, recém casados.

O estudante de agronomia Enrique Ernesto Ruggia tinha 18 anos quando foi executado no Parque Nacional do Iguaçu (Acervo da família Ruggia)

Local onde foi preparada a emboscada pelo grupo executor do Centro de Informações do Exército

Grupo de brasileiros exilados em Buenos Aires. Agachados à direita os irmãos Joel e Daniel Jose de Carvalho. (Foto cedida por Márcia Fianni)

Equipamentos usados por geofísicos e geólogos durante o trabalho de busca aos desaparecidos políticos. (Foto Aluízio Palmar)

Uma parte área da indicada pela testemunha foi vasculhada por profissionais das universidades da Bahia e São Paulo. (Foto Aluízio Palmar

de permanência na Reserva da Marinha os Capitães-Tenentes (CN): FRANCISCO DAS CHAGAS NEVES GURGEL, GUILHERME FERREIRA DOS SANTOS e JORGE ARAUJO DA CUNHA PEREIRA.

O Ministro de Estado da Marinha, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.840, de 14 de agosto de 1979, e tendo em vista o que consta do Processo número F-01417/1983, do Gabinete do Ministro da Marinha, RESOLVE:

Nº 772 - Dispensar, a pedido, da Tabela Permanente deste Ministério, os seguintes servidores:

1 - ADEMIR FIGUEIREDO DUARTE, 8100156, do emprego de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, cód. LT-NM-1006.A, ref. NM-02, a partir de 24 de março de 1983 (da BFLa - Portaria nº 0203/81 - D.O. 17/02/81);

2 - CEZAR AUGUSTO AIRES DE ALMEIDA, 8100184, do emprego de Agente de Serviços de Engenharia, cód. LT-NM-1013.C, ref. NM-16, a partir de 23 de fevereiro de 1983 (do AMRJ - Portaria nº 0204/81 - D.O. 17/02/81);

3 - JOÃO FIAES PINTO, 7851112, do emprego de Artífice de Estrutura de Obras e Metalurgia, cód. LT-ART-701, ref. NM-07, a partir de 15 de março de 1983 (da BNA - Portaria nº 0017/83 - D.O. 01/02/83);

4 - JOSE FERREIRA DE SOUZA FILHO, 8210223, do emprego de Agente de Portaria, cód. LT-TP-1202.A, ref. NM-01, a partir de 31 de janeiro de 1983 (da EAMES - Portaria nº 1351/82 - D.O. 16/11/82);

5 - JULIO LEIGUEZ AYALA, 8100141, do emprego de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, cód. LT-NM-1006.A ; ref. NM-02, a partir de 24 de março de 1983 (da BFLa - Portaria nº 0203/81 - D.O. 17/02/81);

6 - MARLI LUIZA DOS SANTOS, 7810300, do emprego de Auxiliar de Enfermagem, cód. LT-NM-1001.A, ref. NM-20, a partir de 21 de fevereiro de 1983 (do HCM - Portaria nº 0899/78 - D.O. 31/05/78);

7 - NELSON ALMEIDA GUPILHARES, 8051673, do emprego de Artífice de Eletricidade e Comunicações, cód. LT-ART-703, ref. NM-07, a partir de 16 de março de 1983 (do HNMD - Portaria nº 0017/83 - D.O. 01/02/83);

8 - NILZA GARCIA MAURMO, 8150345, do emprego de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, cód. LT-NM-1006.C , ref. NM-14, a partir de 30 de março de 1983 (do HCM - Portaria nº 0017/38 - D.O. 01/02/83);

9 - OTAVIO RAINOLFO DA SILVA, 8210192, do emprego de Motorista Oficial, cód. LT-TP-1201.A, ref. NM-07, a partir de 24 de fevereiro de 1983 (da CPRP - Portaria nº 1254/82 - D.O. 27/10/82);

10 - SÔNIA LUCIA DE CASTRO, 8100194, do emprego de Agente Administrativo, cód. LT-SA-801.A, ref. NM-17, a partir de 1º de março de 1983 (do SSN-6 - Portaria nº 0203/81 - D.O. 17/02/81);

11 - SÔNIA LUCIA LOPES SERTÃ, 7710299, do emprego de Auxiliar de Enfermagem, cód. LT-NM-1001.A, ref. NM-20, a partir de 10 de março de 1983 (do HCM - Portaria nº 1428/77 - D.O. 24/10/77);

12 - VALDELI RODRIGUES DA SILVA, 8150399, do emprego de Artífice de Mecânica, cód. LT-ART-702, ref. NM-07, a partir de 07 de março de 1983 (do HNMD - Portaria nº 0017/83 - D.O. 01/02/83); e

13 - VANDERCI LEITE, 7910025, do emprego de Artífice de Mecânica, cód. LT-ART-702, ref. NM-09, a partir de 30 de março de 1983 (do CAMR - Portaria nº 1751/78 - D.O. 22/11/78).

O Ministro de Estado da Marinha, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.840, de 14 de agosto de 1979, em consonância com o Decreto nº 86.795, de 28 de dezembro de 1981, e tendo em vista o que consta do Processo número F-01424/83, do Gabinete do Ministro da Marinha, RESOLVE:

Nº 773 - Admitir sob o regime da legislação trabalhista, no emprego de Identificador Datiloscópico, cód. LT-NM-1036.A, ref. NM-12, DAMIÃO ANTONIO DOS SANTOS, 8311068, habilitado em concurso para o Estado do Rio de Janeiro - RJ, na vaga de Joro de Arruda Barros.

A entrada em exercício por parte do candidato ora admitido dar-se-á durante o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta portaria.

MAXIMIANO EDUARDO DA SILVA FONSECA

PORTARIAS DE 19 DE MAIO DE 1983

O Ministro de Estado da Marinha, no uso da delegação de competência que lhe confere o art. 1º - item IX do Decreto nº 61 464 de 4 de outubro de 1967, RESOLVE:

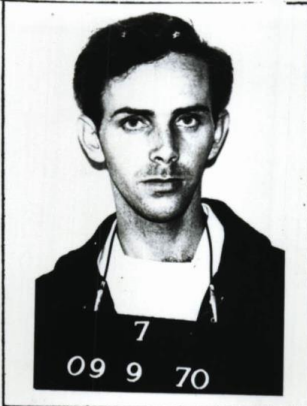
Nº 778 - Agregar o Capitão-de-Fragata (QC-FN) JAIR BAPTISTA LOPES ao respectivo Quadro, a partir de 12 de maio de 1983, nos termos do artigo 81 - item IV da Lei nº 6 880 de 9 de dezembro de 1980.

Nº 779 - Agregar o Capitão-de-Fragata (AA) ANTONIO PEREIRA DO VALLE ao respectivo Quadro, a partir de 5 de maio de 1983, nos termos do artigo 81 - item IV da Lei nº 6 880 de 9 de dezembro de 1980.

O Ministro de Estado da Marinha, de acordo com o artigo 7º item II, do Decreto nº 77.336, de 25 de março de 1976, alterado pelo Decreto nº 83.844, de 14 de agosto de 1979, RESOLVE:

Nº 780 - Designar MARIA TERESA LUZ CORREA para exercer a Função de Confiança de Encarregado, código LT-DAS-101.2, da Tabela Permanente do Ministério da Marinha, incluída na Diretoria de Administração da Marinha pelo Decreto nº 87.538, de 31 de agosto de 1982.

O Ministro de Estado da Marinha, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.840, de 14 de agosto de 1979, e tendo em vista o que consta do Processo número F-01425/83, do Gabinete do Ministro da Marinha, RESOLVE:

Nº 781 - Tornar sem efeito as admissões efetivadas neste Ministério pelas portarias abaixo mencionadas, uma vez que os candidatos não entraram em exercício no prazo regulamentar, por desistência do emprego:

Otávio Rainolfo da Silva, coautor na Chacina do Parque estava na folha de pagamento da Marinha.

NOME
ALOIZIO FERREIRA PALMAR

CODINOME
"ANDRÉ, ARMANDO OU JOSÉ AUGUSTO LIMA"

DATA FOTO
SETEMBRO 1970

7
09 9 70

PAI
ANÍZIO GONÇALVES PALMAR

MÃE
LUIZA FERREIRA PALMAR

NASCIMENTO			IDENTIDADE		TÍTULO ELEITORAL			
DATA	NACIO	NAT	ÓRGÃO/NÚMERO	EMISSÃO	NÚMERO	ZE	SEÇ	EST
24/5/43	BRAS	RJ						

E: CIV
CASADO

CONJUGE

RESIDÊNCIA
CHILE

DATA

LOCAL DE TRABALHO
BANIDO PARA O CHILE (ATO INSTITUCIOANAL Nº 13 DE 5/9/69) SEQUESTRO DO EMBAIXADOR SUÍÇO.

PROFISSÃO
ESTUDANTE

OBSERVAÇÕES
CARACT.FÍSICAS: CÔR BRANCA, CABELOS LOUROS, OLHOS AZUIS, ALT.1.78m.

ANTECEDENTES:

1) MILITANTE DO MR-8.
2) ATIVISTA PERIGOSO NO MEIO ESTUDANTIL. EM SEU PODER FOI ENCONTRADO AO SER PRÊSO VASTA DOCUMENTAÇÃO SUBVERSIVA E INSTRUÇÕES SÔBRE EMPRÊGO DE EXPLOSIVOS.

Ficha de Aluízio Palmar no DOPS do Rio de Janeiro, setembro de 1979.

Imprensa carioca noticiou, em março de 1979, que Aluizio Palmar seria uns dos mortos pela ditadura.

JORNAL DO BRASIL 30-3-79

Ex-banidos Madre Maurina e Aluízio Palmar são absolvidos por auditorias

Mais dois ex-banidos foram absolvidos ontem, por unanimidade; em São Paulo, Madre Maurina Borges da Silveira, que voltou ao Brasil este ano, depois de nove anos de exílio no México; no Rio, Aluízio Ferreira Palmar, que se acredita estar desaparecido.

Emocionada, ao saber da sentença da 2a. Auditoria da 2a. Região Militar, Madre Maurina disse que sempre esperara pela absolvição da acusação de envolvimento com a Frente Armada de Libertação Nacional (dissidência do PCB). Pretende voltar ao México, para se despedir dos amigos, e regressar definitivamente ao Brasil a fim de continuar o trabalho "interrompido há nove anos", na Congregação das Irmãs Franciscanas da Imaculada Conceição, em Ribeirão Preto.

PERDAO

Depois da absolvição, que foi pedida pelo Promotor Dácio Araújo, Madre Maurina disse que "uma religiosa, como qualquer cristão, deve saber aceitar tudo de maneira tranquila, embora as coisas tenham acontecido de maneira drástica".

"A gente tem compreensão suficiente para perdoar tudo e não guardar ressentimentos", afirmou. Mas reconhece que guarda uma tristeza em relação à Justiça brasileira: "Em 1975, quando meu pai faleceu, não pude vir ao Brasil para vê-lo". Está em seus planos, antes de voltar ao México, visitar a mãe, de 86 anos, que mora em Minas, e os irmãos, em Goiás.

O Conselho Permanente de Justiça da 1a. Auditoria da Marinha absolveu o ex-banido Aluízio Ferreira Palmar, julgado à revelia. Ele já tinha sido condenado a já tinha sido condenado a seis anos de reclusão, em processo conexo, julgado em agosto de 1970. O advogado de ofício não sabe informar sobre seu paradeiro, mas conhece versões de que estaria morto.

Aluízio Palmar foi preso em Cascavel, no Paraná, em 4 de abril de 1969, após acidente de trânsito, quando usou identidade falsa, sendo encontrada em seu carro "farta documentação comunista", segundo os autos do processo. Em dezembro de 1970, foi incluído entre os presos políticos trocados pelo Embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, e banido do país.

Ao S/2, para anotar e arquivar.
Em 02-04-79.

minutos, sem discurso

sexta-feira, porém, já havia a certeza de que o Planalto não dispararia um só dos raios de seu arsenal de salvaguardas para impor sua opinião ao vereador Guatemozin. Preferiu transferir a responsabilidade da solução do problema à Arena gaúcha, por meio de um recurso à Justiça Eleitoral.

Em Porto Alegre, porém, logo descobriu-se que ninguém no governo Amaral de Souza estava interessado em se apresentar à Justiça como parte prejudicada pela reintegração dos dois vereadores — condição indispensável para que ela possa ser anulada. Nem mesmo a bancada municipal da Arena, que já amarga uma minoria de sete vereadores contra catorze do MDB, parecia disposta a uma interpelação judicial. Os membros do partido do governo, aliás, tinham boas razões para evitar pendências jurídicas. Segundo um parecer do procurador do diretório regional da Arena, Conrado Alvarez, lido e aprovado pelo senador biônico Tarso Dutra, "a anistia, como está, devolve o mandato aos dois vereadores". Portanto, não há o que fazer.

Iniciada a anistia de 1979, só perderam os bicheiros do Rio de Janeiro. Numa derrota limitada, foram surpeendicos na extração clandestina Paratodos, com o número 6638 na cabeça, na terça-feira à noite. Tratava-se de uma inversão do milhar da lei sancionada na manhã do mesmo dia — a 6683. Sem tempo para contar o milhar, mecanismo a que recorrem os bicheiros para espantar a má sorte, baixando o valor do prêmio (para cada cruzeiro apostado num milhar invertido ganham-se 500), os banqueiros perderam algumas centenas de milhares de cruzeiros. Para quem vive da sorte cometeram o erro de não acreditar na anistia. ●

Volta à superfície

Os clandestinos começam a abandonar seus esconderijos. Também estão anistiados

Além dos presos políticos e dos exilados, a lei da anistia começou igualmente a reduzir o indecifrável contingente de brasileiros que permaneceu ou voltou ao país para viver na clandestinidade. Na semana passada, antes mesmo de verem seus nomes formalizados em qualquer lista de anistiados, dois processados por atividades subversivas emergiram da clandestinidade e assumiram uma vida legal, no Rio de Janeiro. Na quarta-feira, apresentou-se à imprensa no gabinete do deputado estadual do MDB fluminense, Raimundo de Oliveira, o ex-líder estudantil Carlos Alberto Muniz. No dia seguinte, mediante um telefonema, entrou em contato com a redação da sucursal de VEJA no Rio, o ex-banido Aluízio Ferreira Palmar.

Muniz é hoje um engenheiro eletricista de 35 anos, casado e pai de dois filhos pequenos — Pedro, de 6 anos, nascido no Chile, e André, de 4, nascido na França. Condenado a sete anos de prisão por sua atuação como líder estudantil, viveu na clandestinidade de 1968 a 1970, antes de exilar-se primeiro no Chile e depois na França. Em 1977, voltou ao Brasil para um período de quase três anos de vida ilegal. Palmar, aos 36 anos, vive em Niterói com a mulher e três filhos desde junho passado, quando entrou clandestinamente no país. Incluído no grupo dos setenta presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovani Enrico Bucher, seqüestrado em dezembro de 1970, seu nome foi citado várias vezes nos jornais como um dos desaparecidos ou mortos em confrontos com os órgãos de repressão. Na verdade, do Chile, para onde foi banido, Palmar mudou-se em 1973 para o Peru, onde viveu incógnito e escondido até três meses atrás.

ELEMENTO PERIGOSO — "Minha decisão de voltar e permanecer clandestino foi pessoal", declarou Muniz na quarta-feira, enquanto assinava uma ficha de inscrição no MDB, já na posse pelo menos moral de todos os seus direitos de cidadão anistiado. Evitando maiores detalhes a respeito de sua vida no Rio de Janeiro — ou em qualquer outro lugar do país — durante os três últimos anos, o novo oposicionista apenas deixou claro que a clandestinidade não o impediu de realizar algum trabalho político.

Aluizio Palmar em 1971 e hoje: sustos na volta à vida legal

Muniz durante algum tempo foi considerado um elemento de extrema periculosidade pelos órgãos de segurança. Orador respeitado nos meios estudantis, saiu da presidência do Diretório Central da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1968 para substituir o popularíssimo líder Vladimir Palmeira na direção da União Metropolitana de Estudantes (UME), trabalho que exerceu na clandestinidade por mais de um ano, após a decretação do AI-5. Quando Carlos Lamarca foi morto no interior da Bahia, em setembro de 1971, Muniz teve sua foto estampada em milhares de cartazes de pessoas procura

Insegurança, medo e notícias confusas no retorno a vida legal após a anistia.

Trabalho de escavação em Nova Aurora, Paraná. Área indicada por uma pessoa que se apresentou como ex-agente da repressão. (Foto Ney de Souza/Folha de Londrina)

Roberto De Fortini, Aluízio Palmar e Dolantina Nunes Ribeiro, encontro após 41 anos

FONTES

1) LIVROS

FURTADO, Alencar. Salgando a Terra. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977

HELLER, Milton Ivan. Resistência Democrática – A repressão no Paraná. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988

NILMÁRIO MIRANDA E CARLOS TIBURCIO. Dos filhos deste solo. São Paulo: Boitempo Editorial,

SOUZA, Percival de. Autópsia do medo. São Paulo: Editora Globo, 2000.

GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. São Paulo: Editora Ática, 1987.

CARVALHO, Luiz Maklouf. Mulheres que foram à luta armada. São Paulo: Editora Globo, 1998. BRAGA,

Políbio. Ahú: diário de uma prisão política. Porto Alegre: Editora Movimento XXI, 2004.

BORBA, Marco Aurélio. "cabo" Anselmo, a luta armada ferida por dentro. São Paulo: Global Editora,

2) DOCUMENTOS

Informe sobre Plínio Valquir Angeli – Serviço Nacional de Informações (SNI). Pedido de Buscas 1576, de 19/10/1977, registrado com o número 1895/77 no arquivo da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu (Arquivo da DPF/FI).

Informe sobre mortes na Fazenda Ponte Queimada – Depoimento prestado em 1971 pelo posseiro Ortêncio Elibrando Monteiro e encontrado pelo autor no arquivo da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu (Arquivo da DPF/FI).

Informe sobre o advogado Ubiratan Costa. Pedido de Busca 660/73. DPF (Arquivo da DPF/FI).

Termo de Declaração de Rute Gottschalk dos Santos, viúva de José Soares dos Santos. 1977. Depoimento prestado na Delegacia de Polícia de Medianeira (Inquérito Delegacia de Polícia de Medianeira).

Termo de declaração de Iloni Schwaltz dos Santos, viúva de Alberi Vieira dos Santos, 1979. Depoimento prestado na Delegacia de Polícia de Foz do Iguaçu (Inquérito Delegacia de Polícia de Medianeira).

Relatório enviado em 1982 à Justiça pelo delegado Milton Drapalski pedindo o arquivamento do inquérito aberto para apurar a morte de Alberi Vieira dos Santos (Inquérito Delegacia de Polícia de Medianeira).

Auto de Achada do Cadáver de Alberi Vieira dos Santos. 1979 (Inquérito Delegacia de Polícia de Medianeira).

Despacho do Promotor de Justiça João Péricles Goulart pedindo o arquivamento do inquérito policial aberto para apurar a morte de Alberi Vieira dos Santos (Inquérito Delegacia de Polícia de Medianeira).

Informe sobre atividades de Alberi Vieira dos Santos. AI/DPF/FI/PR. Info nº 00380/76 DPF/FI (Arquivo da DPF/FI).

Termo de declaração de Alberi Vieira dos Santos.Inquérito Brigada Militar Rio Grande do Sul.22/abril/1965.

Termo de declaração de Sueli Bogoni Miola. 1979. Depoimento prestado em inquérito policial para apurar a morte de Severino Miola (Inquérito Delegacia de Ramilândia).

Termo de declaração de Arnoldo Petsch. 1979. Depoimento prestado em inquérito policial para apurar a morte de Severino Miola (Inquérito Delegacia de Ramilândia).

Diversos relatórios emitidos pela Assessoria Especial de Segurança e Informações da Itaipu

Binacional e encontrados pelo autor no arquivo da Delegacia da Polícia Federal de Foz do Iguaçu. Relatório sobre a situação dos colonos de Alvorada do Iguaçu (Arquivo da DPF/FI) 1978.

Relatório sobre as atividades do padre Valentim Dal Pozzo, pároco de Santa Helena. Assessoria Especial de Segurança e Informações da Itaipu. 15 de maio de 1979 (Arquivo da DPF/FI).

Relatório da AESI/Itaipu nº 031/76, de 15/12/76, sobre as atividades de subversivos paraguaios em Foz do Iguaçu (Arquivo DPF/FI).

Relatório sobre as atividades de José Ledres Pontes, “Zé Mineiro”, Info. 2566 AESI/Itaipu (Arquivo DPF/FI).

Pedido de Busca nº 00173, relatório sobre atividades de Jorge Ramillo Salles. AESI/Itaipu (Arquivo DPF/FI).

Corações clandestinas, solidários e solitários. Texto enviado por Gilberto Giovannetti.

Onde a vaca vai, o boi vai atrás... Texto enviado por Gilberto Giovannetti. Pedido de

Busca 00265/78 DPF/FI.

Atuação do Serviço de Informações da Argentina, origem 5º Distrito Naval.

Radiograma. Ctba. NR 717 PLS 60 Dt28 Hr 1500. DPF FIG

Informação Nº 00380/76 AI/DPF/FI/PR.

Informação nº 00419/76 SI/DPF/FI/PR.SI/SR/DPF/RS. 1º B Front. CPRP – CRISSIUMAL. Mandado de prisão contra Alberi Vieira dos Santos.

Encaminhamento nº 089/76 – SI/SR/DPF/PR. Data 23/02/76. Assunto: Etelvino Dornelles Caturra e outros.

Informe nº 052/PM2/1972/4 fevereiro de 1976. Assunto: Edelvino Dornelles Caturra e outros. Origem: PM – 2.

DPF. SI. 6 março 78. Informe 004/78.

Operação Mesopotâmia. VPR Corrientes/Misiones. PR/SC/RS

2440/71. Identidade falsificada. 28/07/01. Info. 409/71 – Cenimar.

3) JORNAIS E PERIÓDICOS

Entrevista com o coronel Jefferson Cardim e o sargento Alberi. Coojornal, Porto Alegre, dezembro de 1979.
Matéria com o título Onde o revólver vale mais do que a lei, de autoria de Rafael Guimarães. Jornal Hoje Foz, de 12 a 19 de abril de 1979, páginas 5 e 6.
Matéria com o título Historiador sabe quem matou Alberi. Jornal Hoje Cascavel, 2 de junho de 1979, página 5.

Matéria com o título Questões políticas teriam motivado o assassinato? Jornal O Paraná, de Cascavel. 2 de março de 1979.

Matérias sobre a luta dos desapropriados de Itaipu. Jornais Hoje Foz e Nosso Tempo. Foz do Iguaçu, 1980 e 1981.

2002. Entrevista com Afonso Celso Nogueira Monteiro. Jornal LIG Niterói, RJ.

4) PESSOAS CONSULTADAS

Pedro Lobo, Suzana Lisboa, Dimas Floriani, Orides Colla, Albina Andreazza, Enina Sidor, cabo Fernandes, Alcides Binoto, Bernardino Jorge Velho, Liliane Ruggia, Sinval Schereider, Aristide Goulart, Astra Fruet, Orestes Gasparini e Plínio Angeli, Silvino Ferronato, João Batista Almiron, Roberto De Fortini, João Carlos Bona Garcia, César Cabral, Umberto Trigueiros Lima, Valdetar Dorneles, Dolantina Nunes Ribeiro, Abraão Dornelles, Antônio Maffi, Eva de Lima, Vadir Lima Leite, Miltinho Ramalho, Realdo Neves de Oliveira, Ilone Schmaltz, Adão Luiz Almeida, Ruth Pinheiro, Gilberto Giovannetti, Vera Vani Alves, Orestes Bustolim, Alberto Fávero, Lauro e Valdemar Rossin, Izaque Carvalho, Rudi Bom, Helio Rua Pinto, Virgílio Soares de Lima, José Gradaski, Pedro Correia e Valdir Pinheiro.